Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Alexandro Demathé

Entre sambaquis, redes e naufrágios: Arqueologia Costeira no Parque Arqueológico do Sul - SC

Rio de Janeiro

2014

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Alexandro Demathé

Entre sambaquis, redes e naufrágios: Arqueologia Costeira no Parque Arqueológico do Sul - SC

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Prof. Dra. Alejandra Saladino

Rio de Janeiro

2014

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional do Escritório Técnico de Laguna, Superintendência do IPHAN em Santa Catarina.

T369e Demathé, Alexandro.
Entre sambaquis, redes e naufrágios: arqueologia costeira no Parque Arqueológico do Sul (SC) / Alexandro Demathé – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

224 f.; il.

Orientadora: Alejandra Saladino

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

1. Arqueologia subaquática. 2. Naufrágios. 3. Preservação. 4. Patrimônio cultural. I. Saladino, Alejandra. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.690981

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Alexandro Demathé

Entre sambaquis, redes e naufrágios:
Arqueologia Costeira no Parque Arqueológico do Sul - SC

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2014.

Banca examinadora

_____

Professora Dra. Alejandra Saladino (orientadora)

_____

Professor Me. Evandro Domingues – PEP/MP/IPHAN

_____

Professor Dr. Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ

Dedico essa dissertação a memória de Lourena Nunes Teixeira – Vó Lorena.

AGRADECIMENTOS

À minha amada esposa, Patrícia, pela força, paciência e pelo apoio incondicional dado nesses dois últimos anos de intenso trabalho. Aos meus filhotes, José Henrique e Lorenzo, pelos abraços, beijos e "cheiros", que por tantas vezes me lembraram que a vida não se resume apenas a estudo, mas a momentos em família e entre amigos.

Ao IPHAN, pela oportunidade e pela iniciativa, a toda equipe que fez acontecer o programa, coordenação, professores e apoio, e, principalmente, à minha orientadora, Alejandra Saladino.

À família PEP, que se constituiu nesses dois últimos anos e possibilitou conhecer e reconhecer o Brasil em sua diversidade cultural, por meio dos temas apresentados e debatidos, e, principalmente, pelos sotaques, gostos, cores e sabores sentidos nos três breves e intensos encontros que ocorreram e possibilitaram a formação dessa grande rede. Sou grato pelos debates, leituras, poemas, pelas músicas, pelas cachaças e risadas de todos que compartilharam comigo, durante dois meses, o mesmo teto da Toca do Urso, os amigos (ursos) Leandro Ribeiro do Amaral, Juno Carneiro, Igor Alexander Nascimento de Souza, Marcelo Renan Oliveira de Souza e Glauco Pasquali Fabbri.

À Superintendência de Santa Catarina, por viabilizar o programa no estado; ao amigo Nelson Lacerda, pelo isolamento de sua sala de estudos; à ex-técnica Sônia Rampazzo, pelos concelhos e pelo apoio; aos amigos técnicos, Antônio e Guilherme, que estabeleceram um canal de interlocução entre o setor de arqueologia e a ETec de Laguna.

A todos os colegas do escritório técnico do IPHAN de Laguna, pelo convívio, paciência e pelas boas risadas da hora do café; ao supervisor Vladimir; a Ana Paula; à agradável companhia da minha colega de sala Tânia; à impagável figura do Amilton; à sempre solícita Fátima e ao meu carona Fábio, à colega do Pep, Matilde, e ao recém-chegado, Fabiano. Agradeço também a oportunidade de conviver e conhecer os amigos arquitetos, Jean e Raphael, por suas visitas periódicas ao escritório, que sempre renderam boas conversas e risadas.

A todos os amigos e colegas da Sapienza e GRUPEP Arqueologia: ao Geovan, pelas conversas e discussões sobre o tema; ao Guilherme e ao Pedro, pelas belas fotografias e pelo apoio dado no trabalho de campo; a Bruna, pelos textos; ao Gabriel, pela digitação das tabelas; ao Leonardo, pela indispensável ajuda dada na pesquisa do empoeirado arquivo de

Laguna; a Camila, que foi além da simples revisão ortográfica; ao Kelson pelos últimos ajustes no final de semana e a Luana, pela árdua ajuda na organização das referências bibliográficas e impressão, ao colega Tiago Atorre pela valiosa ajuda com os arquivos perdidos no computador. Agradeço a todos os bolsistas, colegas e estagiários que participaram de forma direta ou indireta dessa caminhada.

Um agradecimento especial à Professora Arqueóloga Dra. Deisi Scunderlick Eloy de Farias, colega de longa data, que tanto me ajudou com as inúmeras críticas e dicas que transcenderam essa etapa de minha vida. Agradeço a ela a oportunidade de mergulhar no mundo da arqueologia e de possibilitar e incentivar a minha entrada ao Programa de Mestrado do IPHAN.

Meus sinceros agradecimentos a todos que de alguma forma contribuíram ao início e, principalmente, para a conclusão desse trabalho.

Obrigado!

RESUMO

O litoral sul do Estado de Santa Catarina, mais precisamente os municípios de Laguna e Jaguaruna, guardam, entre suas dunas, restingas, lagoas e pessoas, um imenso e rico patrimônio arqueológico. Parte desse patrimônio como os sambaquis, sítios cerâmicos, edifícios coloniais, entre outros, são conhecidos e algum deles foram amplamente estudados, por outro lado, outros estão depositados sob as águas dos rios, lagoas e do mar, sob diferentes formas e tipos, como, sítios pré-coloniais hoje submersos, antigas estruturas portuárias, sítios depositários e principalmente os sítios de naufrágios. Verificou-se que as pesquisas realizadas na região, contemplaram apenas o patrimônio dito consagrado não considerando o patrimônio arqueológico submerso, o que despertou uma grande inquietação, pelo fato de ser uma região com suas tradições e bases culturais voltadas ao mar. Dessa maneira, a pesquisa objetivou mapear os naufrágios ocorridos na região, percebendo sua relação com as pessoas e com o próprio desenvolvimento social e econômico regional. Partiu-se da premissa de que os sítios de naufrágios não representam apenas uma história trágico-marítima, mas um momento da história social, uma vez que contam histórias de pessoas, de rotas marítimas, de sociedades ligadas ao mar, de processos e ciclos econômicos. Foram mapeados diversos naufrágios, muitos deles permanecem vivos na memória dos pescadores mais antigos, alguns foram retratados e marcaram parte de um importante momento da história regional. Nesses sítios, além do tempo, o homem se apresenta como um dos principais agentes destruidores, que não percebe a importância e o potencial documental destes naufrágios. A pesquisa procurou trazer à tona um patrimônio que era esquecido, desguarnecido por uma legislação confusa, e desprotegido da ação de caçadores de tesouro e vendedores de sucata. Apresentamos os sítios arqueológicos de naufrágio como mais um patrimônio regional, que, juntamente com o patrimônio já consagrado, pode qualificar e ampliar a criação do Parque Arqueológico do Sul de Santa Catarina.

Palavras-chave: Arqueologia subaquática. Patrimônio. Preservação.

ABSTRACT

The southern coast of Santa Catarina State, specifically Laguna and Jaguaruna cities, keep, between dunes, salt marshes, lagoons and people, an immense and rich archaeological heritage. Part of that heritage as middens, ceramic sites, colonial buildings, among others, are known and some of them have been widely studied, on the other hand, others are deposited beneath the waters of rivers, lakes and the sea, in different types, as pre-colonial sites which are now submerged, ancient port structures, depository sites and mainly wreck sites. The researches conducted in the region beheld only the heritage which is enshrined, and did not consider the underwater archaeological heritage, which arose a great concern, because it is a region with its traditions and cultural bases turned to the sea. Thus, this research aimed to map the wrecks in the area, realizing their relation with people and with their own social and economic development. The wreck sites, for us, do not represent just a tragic maritime history, but a moment of social history, because they tell people stories about people, sea routes, companies linked to the sea, processes and business cycles. Several shipwrecks were mapped, many of them remain alive at the memory of the oldest fishermen, some were portrayed and marked part of an important moment of the regional history. In these sites, not only the time, but also the man introduces himself as one of the major destructive agents, who does not realize the importance of these wrecks.The research sought to bring out a heritage that was forgotten, disfurnished by a confusing legislation and unprotected of the action of treasure hunters and sellers of scrap. We present the archaeological wreck sites as another a regional heritage, that, with the consecrated one, it can expand the creation of the Archaeological Park of the South of Santa Catarina.

Keywords: Underwater Archaeology. Heritage. Preservation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Croqui esquemático do naufrágio Galeão Sacramento. 26
Figura 2: Croqui esquemático do naufrágio São Paulo. 27
Figura 3: Localização das pesquisas realizadas em Florianópolis. 40
Figura 4: Ilustração da metodologia de campo. No detalhe: A/B- Prospecção eletrônica; C/D- Prospecção circular. 41
Figura 5: Sequência do mapeamento da estrutura de pedra de lastro. Verificação da extensão da área e verificação da parte mais alta (A e B); fixação do tubo de ferro e amarração do cabo para tomada de medidas (C e D); Medição e documentação da atividade (E e F). 42
Figura 6: Fotomosaico georeferenciado, com destaque para os artefatos retirados. 43
Figura 7: Fotos dos artefatos no sítio Naufragados 01. Na sequência 01-Brasão esculpido em pedra; 02- Esfera em pedra; 03- Lápide triangular em Pedra com inscrição em latim; 04- Canhão em bronze mantido in situ. 43
Figura 8: Equipe realizando conservação dos artefatos arqueológicos em laboratório. 45
Figura 9: Equipe realizando entrevistas com a comunidade. 46
Figura 10: Educação Patrimonial. Equipe recebendo escolas de Tubarão SC no laboratório de arqueologia subaquática. 46
Figura 11: Realização de atividades de Educação Patrimonial inseridas no projeto de pesquisa Naufragados 01. 47
Figura 12: Área da Pesquisa. Municípios de Jaguaruna e Laguna, sul de Santa Catarina. 70
Figura 13: Delimitação da área de pesquisa segundo os estudos de Scientia (2003). 72
Figura 14: Delimitação da área do Parque Arqueológico do Sul de Santa Catarina segundo os estudos do GRUPEP (2009). 73
Figura 15: Bacia hidrográfica do Rio Tubarão (RH 09). 75
Figura 16: Visão geral dos aspectos naturais da área da pesquisa. 77
Figura 17: Vista aérea do Sambaqui Garopaba do Sul, município de Jaguruna.. 80
Figura 18: Artefatos líticos dos povos dos sambaquis. No detalhe, peso de rede e afiador. 81
Figura 19: Vista geral do Sambaqui do Ipuã. Laguna SC.. 81
Figura 20: Zoólito, possivelmente utilizados em rituais pelos povos sambaquianos. 82
Figura 21: Sepultamento composto. Dois indivíduos com pernas e mãos entrelaçadas. Sambaqui Cabeçuda, Laguna SC. 83
Figura 22: Pote cerâmico atribuído a cultura Guaraní. 85
Figura 23: Planisfério de Cantino de 1502 87

Figura 24: Marco de Tordesilhas. Laguna SC: No detalhe os brasões de Portugal e Espanha.88
Figura 25: Embarcação utilizada para o transporte da produção agrícola do interior para o porto de Laguna 92
Figura 26: Porto de Laguna. No detalhe, os vapores que interligava Laguna ao Rio de Janeiro - Década de 1910 93
Figura 27: Porto de Laguna – No detalhe, o intenso movimento de embarcações na área portuária de Laguna - Década de 1910. 93
Figura 28: Ferrovia e região portuária - Década de 1920. 94
Figura 29: Embarcações a vela adornadas para a festa de Nossa Senhora dos Navegante 94
Figura 30: Obras de construção na barra - s/data 95
Figura 31: Foto aérea do atual porto de Imbituba, SC. 96
Figura 32: Cais no centro de Laguna, local onde funcionou um dos mais importantes portos do país. 96
Figura 33: Cenas do cotidiano. Estrada de terra que está dando espaço a asfalto. 97
Figura 34: Cenas do cotidiano. A pesca artesanal com tarrafas faz parte das principais atividades da região. 98
Figura 35: Vista aérea do Cabo de Santa Marta Grande. 99
Figura 36: Farol de Santa Marta. 101
Figura 37: Comunidade do Farol de Santa Marta na década de 1970. 102
Figura 38: Comunidade do Farol de Santa Marta ano de 2014. 103
Figura 39: Esgoto a céu aberto na prainha do Farol. 103
Figura 40: Entrevista com o Sr. Temóteo. Vista do galpão para a praia. 109
Figura 41: Pescadores utilizando o farol e as montanhas para orientação quanto a sua posição e a de suas redes no mar 110
Figura 42: Barcos de Pesca de maior porte, dividindo o espaço com as pequenas embarcações do Cabo. 111
Figura 43: O interior do galpão de pesca, no detalhe a baleeira e as redes. 112
Figura 44: Entrevista com Sr. Temóteo. 113
Figura 45: Entrevista com pescadores. Da esquerda para a direita, Luiz, Temóteo e Quinino.. 114
Figura 46: Cenas do cotidiano. Pescadores retornando da pesca no mar. 115
Figura 47: Vigia retirada do naufrágio Aldabi de 1935. Acervo não identificado. 116
Figura 48: Entrevista com Sr. Salvador. Foto de Pedro Ferreira 117

Figura 49: Canoa de Eliziário, segundo Salvador, utilizada na primeira pesca de arrasto do Cabo de Santa Marta no início dos anos de 1990. 118
Figura 50: Entrevista com Sr. Salvador. Vista geral se sua área de trabalho. 119
Figura 51: Galpão de carpintaria naval do Sr. Salvador. Bote em madeira em fase de construção. 120
Figura 52: Ferramentas que foram por muitos anos utilizadas por Salvador. Plaina e Alefriz. 120
Figura 53: Salvador lendo as anotações de seu avô, ao fundo fotos e memórias de família.. 121
Figura 54: Adriano mergulhando.. 123
Figura 55: Ilustração de um Bergatin. 126
Figura 56: Pictogravura do transporte do Lanchão Rio Pardo. 128
Figura 57: Pictogravura do naufrágio de Rio Pardo no litoral catarinense. 129
Figura 58: Vista aérea do vapor Catalão.. 134
Figura 59: Vapor Laguna ancorado no antigo Porto de Laguna. Detalhe aos trilhos que transportavam carvão aos navios. 135
Figura 60: Encalhe do vapor Laguna antes das obras de melhoria da barra de Laguna. 136
Figura 61: Publicidade da Lloyd Brasileira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro..... 138
Figura 62: Navio Aldabi, naufragado em 1937.. 139
Figura 63: Mergulhador Luiz das Vestes se preparando para mergulhar no Aldabi. 140
Figura 64: Embarcação utilizada para o resgate do Navio Aldabi. 141
Figura 65: Escuna com mesmas características da escuna Mira mar. 142
Figura 66; Encalhe da Embarcação Santos Porto. 143
Figura 67: Canteiro Naval da Goole Shipbuilding & Repairing Company, onde foi construído o Vaquillona em 1902. 144
Figura 68: Naufrágio do Buenos Aires. Detalhe da movimentação de pessoas na praia. 146
Figura 69: Naufrágio do Buenos Aires. Detalhe do casco rachado ao meio. 147
Figura 70: Encalhe do Guaratinga.. 148
Figura 71: Navio Malteza encalhado na praia do Gy. 149
Figura 72: Navio Rio Parnaíba, encalhado na praia da Figueirinha em Jaguaruna. 150
Figura 73: Lorde Paraguai, encalhado nas proximidades da praia da Figueirinha, em Jaguaruna. 151
Figura 74: O encalhe do Lorde Paraguai atraiu uma grande quantidade de pessoas à praia.. 151
Figura 75: O Lorde Paraguai foi atração de centenas de pessoas por alguns dias.. 152
Figura 76: Gravataí, um petroleiro que encalhou na praia da Esplanada.. 152

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relação dos naufrágios com o período dos acidentes. 156
Gráfico 2: Tipos de embarcações verificadas na área da pesquisa. 156

LISTA DE TABELAS

Quadro 1:Teses e dissertações sobre Arqueologia Subaquática produzidas a partir da década de 1990. 37
Quadro 2: Leis e Decretos que dispõe sobre a preservação do patrimônio Arqueológico 62
Quadro 3: Incongruências verificadas nas fontes da internet para o naufrágio do Pernambucana. 130
Quadro 4: Incongruências com o nome do Vapor Una ou Uma. 137
Quadro 5: Relação dos Naufrágios e fontes pesquisadas. 155
Quadro 6: Relação das fontes pesquisadas. 155
Quadro 7: Sítios de Naufrágios Confirmados 159
Quadro 8: Sítios de Naufrágios Comunicados 159
Quadro 9: Sítios de Naufrágios Presumidos. 161
Quadro 10: Navios que encalharam e não naufragaram - Salvados. 162

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 19

2 ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA: PRÁTICAS NO BRASIL E EM SANTA CATARINA 25

2.1 A GÊNESE DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA SUBAQUÁTICA NO BRASIL 25
2.2 A PESQUISA ARQUEOLÓGICA SUBAQUÁTICA NA PERSPECTIVA CIENTÍFICA: CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE 28
2.3 ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA EM SANTA CATARINA: PESQUISA E FRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SUBMERSO 38

3 A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO, A DESTRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO 49

3.1 PATRIMÔNIO: UM CONCEITO A SER (RE) DISCUTIDO 49
3.2 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: INTERLAÇANDO CONCEITOS. 51
3.3 ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO: AS CARTAS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS EM DEFESA DO PATRIMÔNIO. 52
3.3.1 As cartas e convenções internacionais: quando a Arqueologia Subaquática começa a despontar no cenário mundial 53
3.4 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E AS INCONGRUÊNCIAS QUE AFETAM O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO. 60

4 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E AMBIENTAL DA ÁREA DA PESQUISA 70

4.1 PARQUE ARQUEOLÓGICO DO SUL – LAGUNA – CABO DE SANTA MARTA. 71
4.2 ASPECTOS AMBIENTAIS 74
4.3 AS PRIMEIRAS SOCIEDADES: O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO PRÉ-COLONIAL 78
4.3.1 Os Sambaquis: A materialidade de uma sociedade do mar. 79
4.3.2 Os Ceramistas: Tradição Tupiguarani e Taquara/Tararé 83
4.4 OCUPAÇÃO COLONIAL: AGRICULTORES, PESCADORES, COMERCIANTES E NAVEGADORES. 86

4.5 O CABO DE SANTA MARTA....98

5 O POTENCIAL ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO NO PARQUE ARQUEOLÓGICO DO SUL DE SANTA CATARINA....104

5.1 Antecedentes documentais dos naufrágios de Laguna....105
5.2 AS FONTES ORAIS. 106
5.2.1 "Pequeno" – O jovem pescador. 108
5.2.2 Temóteo - O Pescador....109
5.2.3 Luiz e Quinino – Pescadores....113
5.2.4 Sr. Salvador - O Carpinteiro....116
5.2.5 Adriano – Mergulhador....122
5.3 OS DADOS OBTIDOS. 123
5.3.1 Naufrágios do Século XVI....124
5.3.1.1 Bergatim de Juan de Salazar – 1549....124
5.3.2 Naufrágios do Século XVIII 126
5.3.2.1 Nau Santa Marta – 1735 126
5.3.3 Naufrágios do Século XIX....127
5.3.3.1 Lanchão Rio Pardo – 1839 127
5.3.3.2 Escuna Itaparica – 1839....129
5.3.3.3 Navio Pernambucana – 1853....130
5.3.3.4 Vapor Proteção – 1878 131
5.3.3.5 Navio Slieglind - 1893....131
5.3.4 Naufrágios do Século XX 132
5.3.4.1 Iate Constância – 1904 132
5.3.4.2 Navio Catalão – 1908 132
5.3.4.3 Navio Laguna – 1921 134
5.3.4.4 Navio Una – 1936....136
5.3.4.5 Navio Aldabi – 1937 138
5.3.4.6 Escuna Mira Mar – 1942 141
5.3.4.7 Navio Vaquillona – 1943....144
5.3.4.8 Navio Buenos Aires – 1946....145
5.3.4.9 Navio Guaratinga – 1954....147
5.3.4.10 Navio Malteza – 1979 148

6 CONCLUSÃO 164

REFERÊNCIAS 168

APÊNDICES 185

Apêndice A - Mapa 01: Área da pesquisa. 186

Apêndice B - Mapa 02: Sítios Arqueológicos terrestres da área da pesquisa. 187

Apêndice C - Mapa 03: Área de estudo da Scientia Ambiental em 2003. 188

Apêndice D - Mapa 04: Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. 189

Apêndice E - Mapa 05: Área de estudo do GRUPEP Arqueologia em 2010. 190

Apêndice F - Mapa 06: Sobreposição da APA da Baleia Franca com as áreas estudadas em 2003 e 2010. 191

Apêndice G - Mapa 07: Carta Náutica – área da pesquisa. 192

Apêndice H - Mapa 08: Cabo de Santa Marta Grande e Lage de Campo Bom. 193

Apêndice I - Mapa 09: Planisfério de Cantino (1502). 194

Apêndice J - Mapa 10: Aspectos naturais da área da pesquisa. 195

Apêndice K - Mapa 11: Naufrágios com posições confirmadas. 196

Apêndice L - Mapa 12: Naufrágios da Área da pesquisa. 197

Apêndice M - Mapa 13: Carta Arqueológica do Parque Arqueológico do Sul de 198
Santa Catarina. 198

Apêndice N – Detalhamento dos Naufrágios vistos por Imagem de Satélite. 199

Apêndice O – Lista dos sítios arqueológicos emersos e submersos da área do Parque Arqueológico do Sul de Santa Cataria 200

Apêndice P - Roteiro de Entrevista 201

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa segue as diretrizes que foram propostas no edital de seleção para o Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – PEP/IPHAN, tendo como local de atuação o escritório técnico do IPHAN[1], em Laguna. O edital determinou o desenvolvimento de um estudo histórico – arqueológico sobre a região (apêndice A) onde se pretende implantar o Parque Arqueológico do Sul do Estado de Santa Catarina, dando continuidade às pesquisas já realizadas (SCIENTIA, 2003; GRUPEP, 2009) e com o intuito de valorizar e preservar a quantidade significativa de sítios arqueológicos presentes na região. Nesse local, estão concentrados diversos sítios arqueológicos, tais como: sambaquis, oficinas líticas, sítios cerâmicos, além de comunidades de pescadores, embarcações tradicionais, naufrágios, entre outros.

Após um primeiro contato com o tema "Parque Arqueológico do Sul de Santa Catarina" e seus trabalhos relacionados, percebeu-se a grande quantidade e diversidade do patrimônio arqueológico existente na região, com mais de 100 sambaquis cadastrados, patrimônio este consagrado desde a lei Federal 3924 de 1961, que, de certa forma, tentou frear a destruição dos sítios arqueológicos no território nacional, principalmente dos sambaquis, que estavam sendo sistematicamente destruídos devido à mineração da cal.

Muitas pesquisas foram realizadas, entre os municípios de Laguna, Jaguaruna e Tubarão, algumas de longa duração, como o caso do Projeto Sambaquis e Paisagem, coordenado pelo Professor Paulo DeBlasis, que resultou em uma significativa quantidade de trabalhos científicos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado[2]. Outras pesquisas envolvendo o patrimônio arqueológico foram desenvolvidas, buscando discutir os sítios arqueológicos sob a ótica do uso e da gestão. (LINHEIRA, 2010, CITTADIN, 2010, CAMPOS, 2010, GUIMARÃES, 2012, SCOFANO, 2011). Além das

[1] Ao longo do tempo a denominação para o órgão federal de preservação do patrimônio cultural teve várias mudanças: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, de 1937 à 1946; Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, DPHAN, de 1946 à 1970; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, de 1970 à 1979; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, de 1979 à 1990; Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, IBPC, de 1990 à 1994; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, desde 1994 (IPHAN, s.d.).

[2] Muitos foram os trabalhos publicados em revistas científicas, capítulos de livros, teses e dissertações de mestrado, entre eles podemos citar: KNEIP, 2004; DE BLASIS, 2005; BIANCHINI, 2008; NISHIDA, 2007; KLOKLER, 2008; ASSUNÇÃO, 2010; MILHEIRA, 2010.

pesquisas de cunho acadêmico, muitas outras foram realizadas no contexto do licenciamento ambiental, na chamada arqueologia de contrato ou arqueologia preventiva, em decorrência do crescente número de empreendimentos públicos e privados sendo implantados na região. Esses projetos são, normalmente, os responsáveis pelo mapeamento de uma grande quantidade de sítios arqueológicos.

Todas as pesquisas arqueológicas apresentadas anteriormente não contemplaram o patrimônio arqueológico submerso, patrimônio esse materializado em diferentes formas e suportes, como: possíveis sambaquis hoje submersos[3], antigas estruturas de moradia, antigos portos, naufrágios, entre outros. Todos esses elementos apresentam-se importantes para a construção de uma história regional, tema recorrente no cotidiano dos moradores e visitantes dos municípios pesquisados, principalmente pela grande quantidade de naufrágios que ocorreram na costa desde a época dos primeiros núcleos de colonização, que, como preconizados pelas convenções internacionais, estes testemunhos são importantes elementos para o estudo, desenvolvimento científico e (re) conhecimento das sociedades (UNESCO, 2001; LOUSANNE, 1990).

Parte-se da premissa de que os sítios de naufrágios não representam apenas uma história trágico-marítima e sim um momento da história social, uma vez que contam histórias de pessoas, de rotas marítimas, de sociedades ligadas ao mar, de processos e ciclos econômicos. Os sítios de naufrágio são vestígios arqueológicos, pois são indícios complexos que indicam a presença ou atividade humana em um determinado tempo e espaço. Estes vestígios da cultura material refletem e reportam a processos e contextos sociais e ambientais de um dado momento da história. Os objetos que permanecem no tempo transmitem, direta ou indiretamente, sensações que vem do passado (BALLART, 1997)

Para Funari (2003, p.15), a arqueologia trata diretamente de todos os materiais produzidos ou apropriados pelas sociedades humanas. O arqueólogo não estuda apenas as coisas, limitado pelo caráter cronológico, os estudos arqueológicos englobam tanto a cultura material quanto a imaterial, em uma totalidade cultural.

Renfreew e Bahn (2007, p.9) definem a arqueologia como o descobrimento dos tesouros do passado, um trabalho detalhado do cientista e um exercício para a imaginação criativa. Childe (1971) trata a arqueologia como uma ciência social, na qual seu objeto de estudo

[3] Calippo (2004), desenvolveu pesquisa em sambaquis submersos em Cananéia SP, na região de nossa pesquisa não se tem notícias de trabalhos dessa natureza.

contribui para o entendimento histórico da humanidade. Binford (1973) propõe uma arqueologia muito próxima à antropologia, sob uma perspectiva funcional.

A arqueologia é aqui definida como a ciência que estuda o passado da sociedade humana através da cultura material, ou seja, pelos vestígios por ela deixado, tendo como objeto de estudo as sociedades humanas, que por sua vez, tem por objetivo compreender essas sociedades através da cultura material, seja em períodos pré-histórico ou histórico. Os sítios arqueológicos são os espaços físicos onde são encontrados os vestígios arqueológicos, que poderão ser terrestres ou subaquáticos.

Tratando a arqueologia como uma ciência que estuda o homem e não apenas as coisas, perde-se o seu antigo caráter meramente descritivo, ampliando seu horizonte de estudo, passando a tratar das pessoas por trás dos objetos encontrados nas escavações arqueológicas.

Como afirmam Renfreew e Bahn (2007, p.11), a arqueologia abarca várias arqueologias, diferentes, mas unidas no objetivo de entender as sociedades, as "arqueologias" se diferenciam devido, principalmente, às particularidades individuais de cada estudo e das escolas e métodos adotados.

Com a invenção e o aprimoramento do SCUBA[4], o mergulho autônomo passa a ser acessível e torna-se uma grande moda em todo o mundo, pessoas em todas as partes do planeta mergulham em uma nova experiência, um novo mundo é descoberto. Com o advento e a popularização do mergulho autônomo, torna-se comum a vinculação de notícias de grandes tesouros resgatados e histórias de enriquecimento de mergulhadores. Tais notícias acarretaram na proliferação de caçadores de tesouros por todo o mundo, e, por consequência, em uma grande destruição do patrimônio subaquático.

O SCUBA também possibilitou à ciência chegar a lugares que antes eram possíveis apenas para mergulhadores profissionais ou militares. Assim, com essas novas possibilidades, se desenvolve a arqueologia subaquática, uma especialização da arqueologia. George Bass (1971), reconhecido como um dos pioneiros dos estudos em arqueologia subaquática, afirma que ela não é uma ciência à parte da própria arqueologia, é arqueologia, feita em meio submerso.

[4] Aqua-Lung ou SCUBA, um acrônimo para equipamento de respiração subaquática autônomo, foi desenvolvido em 1942 por Emile Gagnan e Jacques Cousteau, que a partir de um regulador para gás automotivo desenvolveram o regulador de mergulho, possibilitando a respiração do ar comprimido em cilindros (http://www.cousteau.org/).

O que difere a pesquisa arqueológica terrestre da subaquática é o meio – a água, como afirma Gilson Rambelli (2002, 2008), a "arqueologia subaquática é uma versão molhada da arqueologia".

> Trata-se de uma especialização da ciência arqueológica que exige a prática do mergulho autônomo pelo arqueólogo, e que não se limita aos estudos dos restos de naufrágios marítimos. Como em sua contrapartida terrestre, ela estuda todos os testemunhos materiais de atividades humanas chamados de cultura material (RAMBELLI, 2008:57).

A arqueologia subaquática possui os mesmos pressupostos teóricos e científicos da chamada arqueologia terrestre, sendo que o meio em que o sítio está inserido obriga a uma série de adaptações para a execução da pesquisa, pás, e enxadas são substituídas por outros elementos, como sugadores e sopradores, as botas por nadadeiras e o chapéu por máscara de mergulho, no entanto mantém-se o mesmo rigor científico.

Da mesma forma quando se escava em uma caverna, existe uma série de adaptações a serem feitas, lanternas, cordas, capacete, mosquetões, entre outros objetos que não fazem parte da "caixa de ferramentas" do arqueólogo, além dos novos conhecimentos que devem ser adquiridos pelo pesquisador para que os trabalhos sejam realizados com segurança, não sendo descartado a presença de experientes espeleólogos não arqueólogos para auxiliarem principalmente nas quentões de segurança e de conhecimentos específicos sobre as cavernas. A arqueologia feita sob as águas possui a mesma lógica, novas ferramentas são incorporadas na caixa de campo, juntamente com novos conhecimentos, fundamentais para a segurança e o desenvolvimento da pesquisa, como nas cavernas é bem-vindo o auxílio de mergulhadores e navegadores experientes não arqueólogos, que auxiliem principalmente na segurança e na logística das atividades.

A arqueologia subaquática geralmente é relacionada ao salvamento arqueológico subaquático, o que é errado, pois como acontece nas atuais práticas terrestres, o salvamento deve ser realizado como última alternativa. A intervenção em um sítio arqueológico ou a remoção de artefatos deve ser criteriosamente justificada, ou pela integridade e segurança destas representações da cultura material, que podem estar em risco se mantidas *in locu*, ou da necessidade de análises específicas em laboratório, bem como da necessidade na continuação dos estudos em níveis inferiores do sítio arqueológico (NAUTICAL, 2009; PIETRO, 1984). Segundo a convenção da UNESCO (2001), a conservação in situ deve ser considerada a

primeira opção para proteger o patrimônio cultural subaquático. Os levantamentos de varredura indireta[5] hoje são amplamente utilizados nas prospecções arqueológicas, tanto no contexto preliminar onde o pesquisador está à procura dos sítios, quanto no entendimento e nas análises intra e extra sítio, evitando algumas vezes a remoção de objetos do leito marinho.

O pesquisador Keith Muckelroy (1978, p.4) define a arqueologia marítima como o estudo científico que se ocupa dos remanescentes materiais dos homens e de suas atividades ligadas ao mar (tradução nossa). Amplia a abordagem dada ao tema, coadunando questões sociais, econômicas e políticas além da técnica.

Outro tema recorrente dos estudos arqueológicos é a arqueologia náutica ou arqueologia naval que se ocupa principalmente das questões técnicas e construtivas das embarcações. A arqueologia subaquática não se limita ao estudo de naufrágios, todo ou qualquer traço da cultura humana que estiver sob a água é passível de ser estudada através da arqueologia subaquática.

> A arqueologia subaquática é uma subdisciplina que estuda os sítios, os objetos, os vestígios humanos e as paisagens submersas. Deve ser situada no contexto mais abrangente da arqueologia marítima, que estuda os relatórios do homem com os oceanos, os lagos e os rios e é completada pela arqueologia náutica, que estuda a construção e a utilização dos navios (UNESCO, 2014).

O fato de não haver nenhuma pesquisa arqueológica para os bens submersos em uma região, cuja riqueza da cultura material pré-colonial e colonial é notória e muito diversificada, e principalmente, por esta cultura ser formada com bases de sustento e desenvolvimento muito ligadas ao mar, para o mar e nas lagoas do complexo lagunar, nos motivou a questionar o porquê o patrimônio submerso não foi contemplado em nenhuma das pesquisas realizadas no âmbito costeiro regional. Tal questionamento inicial nos levou a formular o problema dessa pesquisa: Em que medida os naufrágios da região podem ser entendidos e identificados como Patrimônio Arqueológico subaquático?

Na tentativa de responder ao problema proposto, indica-se como objetivo central: reconhecer os naufrágios existentes nos municípios de Laguna e Jaguaruna como elementos

[5] Os equipamentos eletrônicos ligados a prospecção indireta de ambientes marinhos estão cada vez mais avançados, com o seu poder de imagiamento e definição destas imagens que são constantemente melhorados, sendo que estas ferramentas estão cada vez mais próximas das equipes de pesquisadores. Tratam-se de equipamentos utilizados para cobrir uma grande área, a partir de meios extra humanos, os mais utilizados são o sonar de varredura lateral ou side scan, magnetômetro e perfilagem sísmica.

do patrimônio arqueológico do Parque Arqueológico do Sul de SC, permeado pelos seguintes objetivos específicos: contextualizar o patrimônio arqueológico subaquático à luz da atual legislação, das cartas patrimoniais, convenções e teóricos; caracterizar sócioambientalmente a área da pesquisa; identificar os naufrágios na área dos municípios de Laguna e Jaguaruna, onde é proposta a criação do Parque Arqueológico e, por fim, averiguar a percepção dos atores sociais acerca deste acervo submerso.

Durante o processo de amadurecimento do tema e postas as dificuldades encontradas no decorrer do percurso para a execução de todos os objetivos propostos no projeto de pesquisa, deparou-se com a necessidade de modificar alguns dos objetivos e a própria área pesquisada. Devido à natureza das fontes e das informações generalizadas sobre os locais de naufrágios, muitos foram identificados e localizados apenas pelo nome do município. Consequentemente, alguns desses sítios submersos estão situados fora dos limites propostos para a criação do parque, resultando em algumas informações presumidas e não confiáveis. Quanto à prospecção magnética e aos mergulhos investigativos propostos, percebeu-se que tal atividade acarretaria em um grande esforço físico e logístico, não contribuindo de forma decisiva para esta fase da pesquisa. Porém essas atividades serão fundamentais e imprescindíveis para a continuação das pesquisas futuras, no intuito de verificar a localização dos diversos naufrágios citados que não possuem definição de posição.

O trabalho dividiu-se em cinco capítulos, a introdução; o segundo capítulo, que procurou apresentar as pesquisas realizadas no contexto da arqueologia subaquática no Brasil e no Estado de Santa Catarina, (especificamente), apontando as instituições e pesquisadores brasileiros que se ocupam do tema; o terceiro capítulo, que apresenta os conceitos e discussões que envolvem a construção do campo do patrimônio, relacionando-os com as convenções e cartas patrimoniais, que, de forma direta ou indireta, tratam da arqueologia e principalmente da arqueologia subaquática; o quarto capítulo, que contextualiza a área da pesquisa em seus aspectos culturais e naturais, sob a ótica marinha, mostrando a forte ligação das pessoas dessa região com o mar e suas atividades correlatas; e o quinto capítulo, em que se discutiu o potencial arqueológico submerso da região, apresentando os dados referentes às pesquisas bibliográficas e documentais como ferramentas para futuras decisões quanto à gestão desse patrimônio. Além dos capítulos apresentados, a pesquisa resultou na organização de mapas temáticos que foram distribuídos no texto em forma de figuras e disponibilizados em grande formato nos apêndices.

2 ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA: PRÁTICAS NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

2.1 A GÊNESE DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA SUBAQUÁTICA NO BRASIL

Os estudos de arqueologia subaquática foram iniciados em meados da década de setenta do século XX, pela Marinha do Brasil, com a recuperação de objetos do Galeão Sacramento (1668), Galeão São Paulo (1652) e o Encouraçado Aquidabã (1906)[6]. A pesquisa no Galeão Sacramento foi conduzida pela Marinha do Brasil juntamente com o arqueólogo Ulisses Pernambucano de Mello Neto, no ano de 1976. Esse estudo teve como foco a identificação de um naufrágio a partir da análise de artefatos achados de forma fortuita por pescadores na Baia de Todos os Santos e de documentos históricos. A investigação objetivou o salvamento emergencial do maior número de peças, pois o naufrágio já era conhecido e vinha sofrendo constantes pilhagens. Segundo o arqueólogo subaquático Luiz Fernando de Castro Cunha, na época arqueólogo fiscal da Marinha, após a onda de saques firma-se um convênio entre a Marinha do Brasil e o Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de iniciar oficialmente o resgate do sítio submerso, este realizado sob rigorosos parâmetros da metodologia recomendada para a época (CUNHA, 1990).

Entre as atividades realizadas, Mello (1998) descreve as de mapeamento, desenhos e triangulação de medidas a partir de três pontos fixos e levantamento planimétrico do naufrágio, conforme figura 01. Após a realização dos registros básicos do sítio, iniciou-se a retirada dos objetos, primeiramente os canhões de bronze e uma amostra dos de ferro. Devido aos constantes saques, Mello (1998) destaca que sete canhões de bronze teriam sido retirados pela Marinha antes do início das pesquisas arqueológicas. Quanto à metodologia empregada em campo, o sítio foi dividido em quadras de três metros quadrados, sendo designadas letras e

[6] Um encouraçado da marinha brasileira feito em aço com mais de 80 metros, fabricado no ano de 1885. Afundou pela primeira vez quando ocorreu a Revolta da Armada, sendo torpedeado em Florianópolis na fortaleza de Anhatomirim. Reparado na Alemanha, voltou à frota da Marinha Brasileira e em 1906, foi fundeado na enseada da Jacucanga em Angra dos Reis RJ, onde explodiu devido a causas ainda desconhecidas, vindo a afundar, definitivamente. (http://www.naufragiosdobrasil.com.br/naufaquidaban.htm) em 07/06/14.

números para cada quadra, anotados em pequenos azulejos depositados de forma cartesiana no leito marinho. Segundo o autor, os artefatos foram coletados, respeitado o quadriculamento[7]. Em seguida foi utilizado o *aqua-lift*[8], para remoção dos sedimentos, dando prosseguimento à coleta dos materiais. Quanto às evidências arqueológicas retiradas, Mello (1998) aponta para uma grande quantidade e diversidade de material, (louça, vidro, artefatos bélicos, equipamentos náuticos, objetos de uso pessoal, entre outros). Segundo o autor, foi retirada uma amostra de cada peça em ferro, para estudo e identificação, sendo as demais deixadas no leito marinho, por não haver naquele momento um plano de conservação para essa quantidade e tipologia de material. Com a análise dos artefatos coletados, juntamente com as pesquisas históricas realizadas, o autor confirma que o naufrágio é do Galeão Santíssimo Sacramento. Essa embarcação naufragou no dia 5 de maio de 1668 ao chocar-se com o banco de areia Santo Antônio, próximo à Baía de Todos os Santos, em Salvador, durante uma forte tempestade. O galeão, proveniente de Portuga,l seguia para Salvador, juntamente com outras 50 embarcações, para a posse do governador João Corrêa.

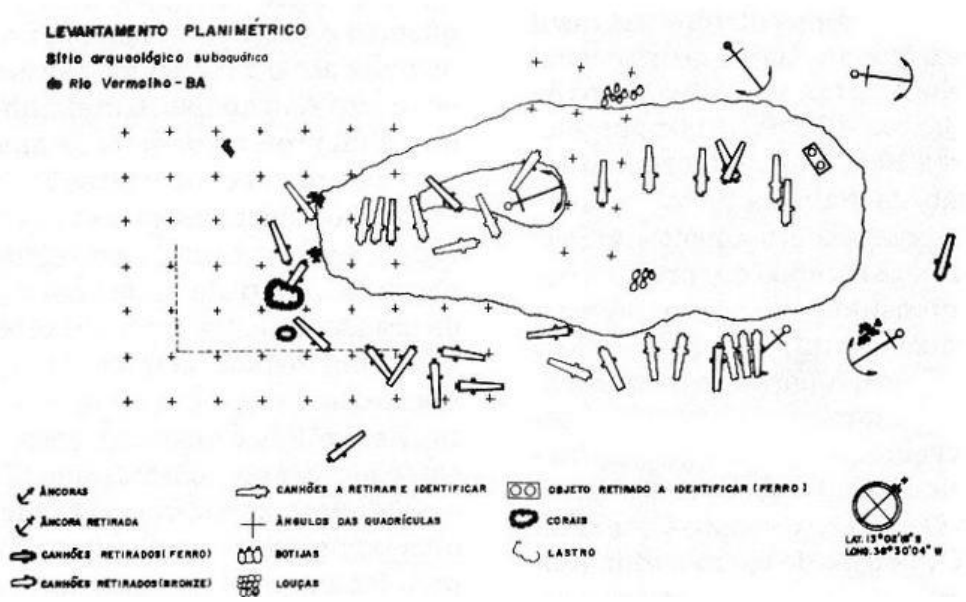


Figura 1: Croqui esquemático do naufrágio Galeão Sacramento.
Fonte: (CUNHA, 1990) retirado do site http://www.naufragios.com.br/sacramento2.htm,acesso em 27/06/2014.

[7] O quadriculamento é um sistema cartesiano composto de linhas e colunas utilizadas para a organização planimétrica do sítio arqueológico submerso ou terrestre e das intervenções realizadas nele.
[8] *Aqua-lift,* é um sistema amplamente utilizado nas intervenções arqueológicas subaquáticas, consiste em um conjunto de tubos e bomba montados de tal forma que possibilita soprar ou sugar os sedimentos depositados no leito marinho.

Outra embarcação investigada nesse período foi o Galeão São Paulo (figura 02), que possuía grandes dimensões, com cerca de 840 toneladas. Assim como o Galeão Sacramento, o Galeão São Paulo também fazia parte da frota da Companhia de Comércio do Brasil, criada por homens de negócios portugueses, em função do crescente domínio comercial dos holandeses em Pernambuco (CUNHA, 2008 p.18). Sobre esse naufrágio, há duas hipóteses: uma é que a embarcação teria sido atacada por navios holandeses, que faziam o patrulhamento da costa e, durante esse episódio, teria ocorrido uma explosão, causando o naufrágio do galeão; a outra é que o galeão teria naufragado por problemas ocasionados na própria embarcação, entre fevereiro e março de 1652, a poucas milhas do atual Porto de Suape, em Pernambuco, após uma explosão ocorrida no paiol de pólvora. Na década de 1970, o naufrágio foi localizado e apenas em 1983 realizou-se o salvamento arqueológico (CUNHA, 2008). Segundo o pesquisador, os trabalhos de salvamento iniciaram com o dimensionamento do sítio arqueológico, facilitado pela grande visibilidade da água. O sítio mede 120 por 40 metros e está a uma profundidade entre 18 e 20 metros. O local foi quadriculado com quadras, medindo quatro metros quadrados cada uma, sendo que apenas quatro delas foram escavadas. Devido à grande dispersão dos materiais, a equipe optou por escavar as quadras onde ocorressem apenas peças de pequeno ou médio porte (CUNHA, 2008).



Figura 2: Croqui esquemático do naufrágio São Paulo.
Fonte: http://www.naufragiosdobrasil.com.br/naufsaopaulo.htm.

Segundo Cunha (2008), foram registrados e plotados no sítio, artefatos de grande porte, sendo retirados cinco canhões, dois de ferro e três de bronze, alguns fragmentos de ossos humanos e muitos outros objetos, entre eles uma espada com bainha, fragmentos cerâmicos, louças, algumas moedas e o sino da embarcação. Todo o material foi encaminhado para o laboratório do Museu Naval e Oceanográfico, no Rio de Janeiro.

Diante desses relatos, percebe-se que os primeiros passos da Arqueologia Subaquática brasileira estão ligados a uma história trágico-marítima e executados em uma dinâmica emergencial. Foi notório o esforço da Marinha do Brasil e de alguns poucos pesquisadores que naquele momento se interessavam pela questão e tiveram coragem de empreender tal tarefa em um contexto técnico, metodológico, político e cultural muito diverso do atual.

Para Bass (1966, p. 20), cabe ao arqueólogo contemporâneo as responsabilidades sobre o patrimônio arqueológico subaquático, que ficou à mercê de amadores, já que o arqueólogo:

> (...) aprendeu a guiar um *jeep*, que pode ser tão difícil e potencialmente tão perigoso como o mergulho. O *aqualung*, inventado há mais de vinte anos, apenas lhe oferece um novo método de atingir os locais de exploração. Deverá, no entanto, lembrar-se de que foi o amador, o mergulhador, e não o arqueólogo profissional, quem ensinou o modo, encontrou os locais, iniciou as escavações e mostrou as promessas do futuro. Somo-lhes devedores de gratidão, não obstante os erros que possa ter cometido.

Assim, considerou-se importante para essa pesquisa iniciar com a contextualização das primeiras investigações subaquáticas realizadas, com amparo da Marinha do Brasil, pois certamente muitas outras foram realizadas sem as devidas comunicações, autorizações e o mínimo amparo científico.

2.2 A PESQUISA ARQUEOLÓGICA SUBAQUÁTICA NA PERSPECTIVA CIENTÍFICA: CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE

A partir da década de 1990, esse panorama mudou e a Arqueologia Subaquática passou a fazer parte do cenário científico nacional, ainda que de forma tímida (RAMBELLI, 2004). Na VII reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira, que ocorreu em 1993, foi organizada uma mesa exclusiva sobre o tema, debatido por Maria Lúcia Pardi, Gilson Rambelli,

Almirante Max Justo Guedes e Maria Cristina Mineiro Scatamacchia. Nessa ocasião, instalou-se o primeiro canal de discussão entre a Academia, a Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB e a Marinha do Brasil sobre os problemas detectados pelos pesquisadores, e o futuro da disciplina no país (SAB, 1994/95).

A partir desse encontro, diversas pesquisas envolvendo a temática do patrimônio arqueológico submerso ou em áreas intertidais[9] passaram a compor dissertações e teses; novos centros de discussão e pesquisas foram criados e o cenário nacional para a Arqueologia Subaquática apresentou-se mais promissor.

A primeira dissertação que discutiu esse tema no Brasil foi a de Rambelli (1998), que desenvolveu sua investigação no Vale Ribeira de Iguape, no âmbito das pesquisas do litoral paulista, inserida no Programa Arqueológico do Baixo Vale do Ribeira[10], que tinha como principal objetivo a produção de conhecimento da planície costeira entre Cananéia e Iguape, desde a pré-história ao período colonial. O trabalho de Rambelli (1998), intitulado "Arqueologia Subaquática e sua aplicação à Arqueologia Brasileira: o exemplo do Baixo Vale do Ribeira de Iguape", teve como principal objetivo ampliar o potencial arqueológico da região para o meio submerso, com a aplicação de técnicas e métodos subaquáticos. Além de ampliar os limites já conhecidos dos sítios pré-históricos, como Sambaqui do Prefeito, sítio de contato Toca do Bugio e do sítio histórico do Porto Grande de Iguape, a investigação apresentou técnicas e metodologias aplicadas nos trabalhos de Arqueologia Subaquática em outras partes do mundo, que poderiam ser então utilizadas para o contexto brasileiro. A pesquisa apontou para o grande potencial arqueológico subaquático nacional, sítios pré-históricos e históricos, submersos por causas naturais ou antrópicas, que estavam sendo destruídos e seus registros, perdidos. Com isso, o autor produziu uma proposta sistematizada para o uso prático da Arqueologia Subaquática no registro e na ampliação do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico.

Alguns anos depois, em 2002, foi criado o CEANS – Centro de Estudos de Arqueologia Náutica e Subaquática, integrado à ONG "Instituto GAIA", com o objetivo de promover levantamento, estudo, divulgação, conscientização, gestão, proteção e preservação do patrimônio cultural náutico e subaquático nacional e internacional.

---

[9] Zona intertidal, também conhecida de área costeira, zona de praia ou zona litorânea caracteriza-se principalmente estar em uma zona entre áreas distintas, no caso entre áreas emersas e submersas.
[10] Pesquisa coordenada por Maria Cristina Mineiro Scatamachia.

Na sequência da criação do CEANS, uma nova dissertação foi defendida por Camargo (2002), que estudou a "Arqueologia das Fortificações Oitocentistas da Planície Costeira Cananéia/Iguape, SP". Foi proposta a realização de um mapeamento e a análise das fortificações da região, uma vez que os trabalhos arqueológicos sobre esse tema eram praticamente inexistentes. A pesquisa teve como objetivo principal aprimorar o conhecimento do sistema defensivo implantado na área inferida e sua comparação com outros do Estado, a fim de elaborar uma história regional com base nos dados arqueológicos (CAMARGO, 2002). Devido à dinâmica marítima da região e à ação da erosão, alguns desses sistemas de defesa estão hoje submersos e, em virtude disso, o pesquisador utilizou metodologias da Arqueologia Subaquática e da Arqueologia Terrestre, realizando prospecções mais amplas, de forma a mapear o subsistema.

Camargo (2002) utiliza tanto fontes históricas quanto arqueológicas. No primeiro caso, o pesquisador usou documentos históricos, como cartas e ofícios da época, fotografias e mapas antigos, que deram conta de responder, juntamente com o levantamento arqueológico, às perguntas propostas pela pesquisa. Enfocou os canhões, que ele considerava "... fragmentos que podem ajudar na montagem do contexto social do qual eles faziam parte" (CAMARGO, 2002; p.47), por isso foram analisados morfológica e iconograficamente, por meio do preenchimento de fichas, que continham, entre outras informações, tamanho, calibre e tipologia.

Finalizando, o autor reforça a ideia dos novos usos para o patrimônio, já que, segundo ele, é importante o esforço no sentido de incorporar os elementos do patrimônio no cotidiano das populações locais, dando a eles outros usos, como o incremento ao turismo subaquático, quando os turistas visitariam o sítio *in loco*, evitando-se dessa maneira, a retirada dos vestígios do meio aquático.

Ainda nesse período, Rambelli (2002) lança o livro "Arqueologia até debaixo d´água", apresentando a arqueologia subaquática como uma especialização da própria arqueologia, em que o emprego de metodologias próprias da Arqueologia Subaquática são fundamentais para a interpretação do sítio em sua totalidade. O pesquisador enfatiza a importância de o arqueólogo mergulhar, pois, segundo ele, se este apenas coordenar os trabalhos em superfície, corre o risco de perder muito do registro arqueológico, da formação do sítio, de aspectos construtivos da embarcação, já que essas atividades são realizadas por técnicos ou mergulhadores sem a formação científica necessária ao desenvolvimento da atividade. No livro, o autor também discute a problemática da Arqueologia Subaquática brasileira e as incongruências causadas por uma legislação aprovada sob a pressão de grupos interessados no comércio do patrimônio,

destaca que a atual legislação "vai na contramão" das convenções e recomendações internacionais e, principalmente, fere os preceitos definidos na própria constituição do Brasil.

Outra publicação, editada nesse período pelo CEANS (2004), foi o "Livro Amarelo: Manifesto pró patrimônio cultural subaquático brasileiro". Nesse manifesto, o CEANS avalia que o patrimônio subaquático brasileiro faz parte da "herança cultural de todos os povos, ou seja, da humanidade e, portanto, não podem ser explorados em benefício de uma minoria" (CEANS, 2004; p. 1). Ele é formado por "todos testemunhos de atividades humanas (cultura material), isolados ou estruturalmente associados, que se encontram submersos, soterrados ou na área de interface dos ambientes marítimos, lagunares, fluviais ou em ambientes outrora submersos" (CEANS, 2004; p. 3).

Nesse mesmo ano, o CEANS passou a fazer parte do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) da Unicamp, onde seus pesquisadores continuaram a desenvolver trabalhos de pesquisa, divulgação e oficinas, além de terem iniciado um processo de formação de novos pesquisadores. Nesse período, Rambelli (2004) defendeu sua tese de doutorado, cujo tema este voltado à organização de uma carta arqueológica do Baixo Vale do Ribeira a partir de uma abordagem da Arqueologia Subaquática. Por meio da organização da carta arqueológica, o pesquisador buscou mapear, estudar e gerenciar os testemunhos humanos submersos entendendo o processo de ocupação da região (RAMBELLI, 2004).

Calippo (2004) defendeu seu mestrado sobre uma pesquisa desenvolvida também na área do Baixo Vale do Ribeira. Seu trabalho, intitulado "Os Sambaquis de Cananéia: Um estudo de caso de Arqueologia Subaquática". Apresenta metodologias da Arqueologia Subaquática, no estudo dos sambaquis nas áreas interditais de Cananéia, no litoral paulista.

O pesquisador destaca os eventos relacionados às movimentações do nível relativo do mar ocorridos no Holoceno, que influenciaram no processo de formação e construção dos sambaquis, distribuídos aleatoriamente em um determinado território, independentemente do nível relativo do mar. Isso implica que nem todos os sambaquis de períodos longevos estão submersos ou destruídos (CALLIPO, 2004). Para o estudo da estratigrafia desses sítios, coleta de sedimentos e testemunhos, o autor utilizou duas técnicas inéditas no estudo destes contextos arqueológicos, como o *Vibracorin*[11], e o coletor a percussão. Tais ferramentas foram importantes na aquisição dos dados de sequências estratigráficas, tanto no meio terrestre, quanto no subaquático (CALIPPO, 2004; p. 70).

[11] Um conjunto de tubos e um motor que funcionam à vibração, utilizado como ferramenta para obtenção de um testemunho do sítio arqueológico, tanto no meio terrestre, quanto subaquático.

Com a pesquisa, foi possível determinar um modelo de predição em uma escala macro para a ocorrência de sambaquis submersos na plataforma continental brasileira, bem como discutir hipóteses relacionadas à dispersão e ocupação destes grupos em nosso litoral (CALIPPO, 2004). O autor aponta que as metodologias empregadas pela Arqueologia Subaquática contribuem para a aquisição de novos dados, fornecendo o entendimento de diferentes aspectos destes tipos de sítios, não tendo apenas o intuito do salvamento de cargas preciosas (CALIPPO, 2004, p. 124).

Rambelli (2006), por meio de uma abordagem náutico-arqueológica, discorre sobre o tráfico marítimo de escravo no Brasil. No artigo "Tráfico e navios negreiros: Contribuição da Arqueologia Náutica e Subaquática", o pesquisador analisa os elementos históricos do naufrágio do Navio Negreiro Camargo, ocorrido em 1852, em Angra dos Reis - RJ. Segundo Rambelli (2006), as pesquisas arqueológicas podem trazer à tona várias informações e questões antes não abordadas pela história, pois os estudos referentes a fatos como estes, ligados à formação do Brasil, se vistos sob um olhar "marítimo", podem fornecer muitas informações acerca dos processos, das construções, das rotas e da vida dos escravos a bordo. O autor traz um panorama histórico da pesquisa e das possibilidades de avanços com o uso da Arqueologia Subaquática.

Rambelli e Funari (2007) contextualizam os problemas envolvendo o patrimônio subaquático no Brasil. Os autores discorrem sobre os conceitos fundamentais a ele relacionados e apresentam um breve histórico das discussões em esfera internacional sobre o tema, principalmente no âmbito da UNESCO. Eles ainda destacam o diferente enquadramento legal/conceitual dado ao patrimônio submerso em relação ao emerso. Para Rambelli e Funari (2007), tal atraso acerca das definições e pesquisas sobre essa temática ocorreu devido à, principalmente, três fatores: a ação de caçadores de tesouros e lobistas, à ditadura militar e à ineficiência do IPHAN. Os autores destacam que apesar da fragilidade da lei brasileira perante as pressões de interessados em tesouros, em detrimento da ciência, várias dissertações de mestrado, doutoramentos e grupos de pesquisa foram iniciados e organizados pelo país, apontando para a maturidade científica acerca das discussões sobre a temática do patrimônio cultural subaquático.

Rios (2007) desenvolveu o projeto: "Identificação arqueológica de um naufrágio localizado no lamarão externo do porto de Recife –PE." A investigação levantou dados para identificar um naufrágio ocorrido no canal sul de acesso ao porto de Recife. A pesquisa se dividiu em levantamentos de campo, com mergulhos investigativos e uso de metodologias aplicadas na Arqueologia Subaquática, bem como, de uma intensa pesquisa bibliográfica, com

o intuito de identificar o nome da embarcação que se encontrava a 12 metros de profundidade na plataforma continental interna (RIOS, 2007). Para isso, foram descritas as particularidades da faina[12] encontrada no local da pesquisa, bem como dos métodos e modelos construtivos dos possíveis tipos de embarcações, que poderiam compor aquele sítio arqueológico.

O autor concluiu, a partir dos vestígios estudados, que o naufrágio ocorreu devido a um incêndio, entre os anos de 1750 e 1850, porém não houve evidências que pudessem comprovar ao certo o nome da embarcação, pois os artefatos arqueológicos, no contexto em que foram encontrados, não garantiam a ligação dos objetos a um naufrágio específico.

Com o objetivo de aproximar o público e discutir sobre os problemas, definições e estado da arte da atual legislação brasileira, que cerca o patrimônio arqueológico subaquático, Rambelli (2008) discorre sobre o tema, e aponta o mar como um elemento simbólico, que dificulta a compreensão e a aproximação das pessoas ao patrimônio a ele ligado, por estar submerso. Segundo o autor, a possibilidade de produção de conhecimento sobre os sítios arqueológicos se depara com séculos de histórias fantásticas, de perigos e tesouros, atraindo, em sua maioria, aventureiros e caçadores de riquezas perdidas. Para Rambelli (2008), os meios de comunicação contribuem para a mistificação do tema, divulgando de forma sensacionalista as pesquisas não científicas e os achados fortuitos. Com isso, o público leigo relaciona a Arqueologia Subaquática ao mergulho, e não a percebe como uma especialidade da Arqueologia. O autor finaliza apresentando os problemas ocasionados pela atual legislação, que permite a exploração comercial do patrimônio, em total discordância com as normativas estabelecidas no cenário internacional, apoiadas pela convenção da UNESCO, de 2001.

Cunha (2008) pesquisou sobre a "Análise dos remanescentes esqueléticos recuperados em naufrágios da costa brasileira – Galeão São Paulo (1652) e sítio PAPI-01-SC[13] (Nau Nossa Senhora Del Pilar – séc. XVIII)". A investigação teve como objetivo central realizar uma avaliação bioarqueológica de dois sítios de naufrágio, ocorridos no contexto colonial brasileiro. A análise dos remanescentes esqueléticos buscou quantificar os indivíduos presentes nos naufrágios pesquisados, bem como apresentar as patologias ou outros sinais de estresse que pudessem indicar novos dados sobre as populações do século XVIII. Nessa pesquisa, não foi o naufrágio o principal foco do trabalho, no entanto, Cunha (2008) descreveu, com detalhes, o processo de salvamento arqueológico dos dois sítios de naufrágios

[12] Faina é qualquer trabalho realizado abordo de uma embarcação e seus objetos relacionados.
[13] No artigo publicado na Revista Navigator n°.10 este sítio é definido como Naufrágio Praia dos Ingleses 01. (NOELLI, F.S.VIANA, A.; MOURA, M.L, 2009)

estudados, principalmente o do Galeão São Paulo, ocorrido em 1652, cuja pesquisa de campo, o autor participou no final da década de 1980. Tais informações são importantes por se tratar de um dos principais naufrágios estudados no contexto inaugural da Arqueologia Subaquática brasileira.

Duran (2008) investigou o contexto insular da ilha de Bom Abrigo, analisando a cultura material, e o processo de formação do que ele chama de "Cultura Marítima", e suas influências na própria formação histórica regional. A pesquisa apresentou um caráter histórico e marítimo e, para tal abordagem, o pesquisador transpassou os limites terrestres para o subaquático e não vê este último como apenas um compartimento geomorfológico e sim, como um *locus social* (DURAN, 2008; p. 106). Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram utilizados métodos da pesquisa histórica, documental e arqueológica, terrestre e subaquática. Tendo clara a forte ligação da cultura material com o contexto marítimo do lugar, a prospecção terrestre respeitou o que o autor chama de um "olhar do mar", observando nos caminhamentos e nas estruturas encontradas, a ideia dos usos e suas relações com o ambiente marinho. Para a parte submersa foram utilizadas metodologias de prospecções geofísicas, com o objetivo de apontar possíveis estruturas no entorno imediato da ilha e, com isso, indicar os pontos para os mergulhos.

O autor finaliza apresentando o mar e a ilha do Bom Abrigo como algo além de um "ambiente natural", apontando para a influência direta deste meio nas escolhas dos grupos que ali viveram, sendo que esses ambientes precisam ser entendidos em um todo natural e cultural.

Rios (2009), em seu artigo "Subsídios para a Arqueologia Subaquática: Fatores Causadores de Naufrágios", teve por objetivo apresentar os estudos referentes aos principais motivos dos naufrágios e sua classificação no contexto das pesquisas arqueológicas, apresentou subsídios para uma interpretação sistematizada na identificação das causas de cascos soçobrados no leito marinho, apontando oito motivos mais recorrentes causadores de naufrágios, são eles: Fator humano – causado por imperícia do comandante ou tripulação; Fator bélico – causado por embates e batalhas; Fator patológico – causado por doença geralmente infectocontagiosas; Fator hidrometereológico – ocorrido devido às mudanças súbitas do tempo; Fator cartográfico – ocorrido por erros de cartografia; Fator logístico – ocorrido geralmente pelo excesso de carga ou erros na disposição das cargas no porão; Fator estrutural – má construção ou falha na manutenção da embarcação; Fator fortuito – ocorrido geralmente por colisão. O autor conclui apontando para a importância da análise das diversas variáveis naturais e culturais, na detecção dos fatores ocasionadores de naufrágios.

Guimarães (2009) também desenvolveu sua pesquisa no Baixo Vale do Ribeira. O trabalho, intitulado "A arqueologia em sítios submersos: estudo do sítio depositário da enseada da praia do Farol da ilha de Bom Abrigo – SP", apresentou dados sobre a formação de sítios depositários e a relação das pessoas do lugar com os objetos deixados, com ou sem intenção, nos pontos pesquisados.

Guimarães (2009) destaca que a região do Bom Abrigo, por ser uma enseada segura, foi sempre local de paragem. Inicialmente ocupada por grupos de pescadores-coletores, construtores de sambaquis, é ainda hoje representada pelos inúmeros sambaquis distribuídos na região, com datas de até 7800 AP. No período colonial, foi utilizada para o fundeio de diversas embarcações (GUIMARÃES, 2009; p. 53). O pesquisador utilizou fontes históricas, como mapas antigos, ilustrações, cartas, documentos e métodos geofísicos, como sonografia e perfilagem sísmica[14], que produziram um aparato de imagens e dados que, associados a metodologias de prospecção subaquática, possibilitaram a escolha dos pontos onde foram realizados mergulhos investigativos. Guimarães (2009) fez, ainda, um estudo das tipologias de âncoras e amarras, tendo como base uma peça encontrada em uma das áreas investigadas. No final da pesquisa, foi avaliada a importância dos sítios depositários e o uso de metodologias e abordagens menos intrusivas, com a preservação do sítio submerso *in loco*.

Outra pesquisa desenvolvida foi a de Camargo (2009), que realizou o mapeamento físico e documental das unidades portuárias da região do Baixo Vale do Ribeira, com o objetivo de organizar um arcabouço de informações que possibilitasse entender os processos e as mudanças econômicas, ocorridas entre 1850 e 1950, naquela sociedade. O autor buscou, também, discutir as relações de poder, expressas naquele momento na forma do poder econômico. Ele discutiu, à luz da Arqueologia Marítima, a espacialização das unidades portuárias, em seus contextos histórico-temporais, mostrando a evolução urbana dentro da dinâmica econômica portuária. Para concluir, Camargo apresentou os novos usos de velhas estruturas, inseridas em uma paisagem, com uma crescente valorização turística.

As pesquisas conduzidas por Carlos Rios e Marcella Valls (2010) resultaram em um estudo intitulado "Carta Arqueológica dos naufrágios do litoral Pernambucano: de 1503 e 1600*".* Tal estudo focou na identificação e no mapeamento de sítios de naufrágios, bem como

[14] A **sonografia** constitui-se em um método geofísico de investigação de áreas submersas e está fundamentada nos princípios de propagação do som na água, tendo como resultado o imagiamento do leito marinho (GUIMARÃES 2009, p.81) A **perfilagem sísmica** também possui como resultado o esperado o imagiamento, porém ao contrário da sonografia são imagiados os estratos de subsuperfície do leito marinho.

de seus fatores causadores. Os autores buscaram informações em bibliografias especializadas, juntamente com as obtidas em conversas informais com pescadores de diversas colônias, escolas de mergulho, caçadores submarinos e empresas de turismo de mergulho recreativo do Estado de Pernambuco (RIOS, VALLS; 2010). Além de apontar para o grande potencial arqueológico subaquático do litoral pernambucano, a pesquisa apresentou, de forma sistematizada, uma série de metodologias aplicáveis no mapeamento e na organização da carta arqueológica.

Calippo (2010), em sua tese de doutorado "Sociedades sambaquieiras: Comunidades marítimas", apresentou os povos dos sambaquis como comunidades marítimas, ou seja, povos que não veem o mar apenas como sustento e sobrevivência, mas sim como um lugar que incorporou sua forma de vida. Sua tese comprovou que as sociedades sambaquieiras são heterogêneas, compostas por três grupos distintos, as análises físicas e químicas realizadas, neste estudo de caso, apontaram fronteiras culturais distintas e claras, para esses grupos, no que diz respeito à alimentação, mobilidade e especialidades.

Silva (2011) produziu uma pesquisa intitulada "Das ostras, só as pérolas. Arqueologia pública e arqueologia subaquática no Brasil". Nela, o pesquisador trata a Arqueologia Subaquática sob um viés político e público, discute as práticas e o retorno das pesquisas para a sociedade, bem como os embates entre mergulhadores e pesquisadores sobre a gestão e o uso do patrimônio submerso. O autor concluiu defendendo uma abordagem mais ampla acerca do patrimônio, na qual a Arqueologia Subaquática não se limita apenas a uma metodologia de retirada de coisas do fundo do mar (SILVA, 2011; p.214).

Guimarães (2011) produziu o artigo "Ações para proteção do Patrimônio Cultural Subaquático Brasileiro: Projeto Atlas dos Naufrágios de interesse Histórico da Costa Brasileira". O projeto teve por finalidade o mapeamento dos naufrágios ocorridos na ZEE – Zona Econômica Exclusiva, na plataforma continental – cerca de 200 quilômetros de distância da costa. Essas pesquisas desenvolveram-se no âmbito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), que tinha a intenção de organizar esse material com os naufrágios de interesse histórico ocorridos na costa brasileira. O projeto Atlas, tem por objetivo plotar em cartas eletrônicas o posicionamento exato ou potencial dos naufrágios de interesse histórico cadastrados. Tais dados cartográficos possuem por finalidade o controle, fiscalização e segurança da navegação e do patrimônio submerso. Segundo Guimarães (2011), essas informações serão destinadas às autoridades marítimas, podendo atender, no futuro, a instituições e universidades engajadas em pesquisas acerca do patrimônio subaquático. Guimarães (2011) adota, como recorte temporal, os naufrágios ocorridos até 1950,

englobando os que aconteceram no período da II Guerra Mundial. O autor ressalta que o projeto não atende a ideia de realizar uma carta arqueológica, pois, segundo ele, isso acarretaria na inclusão de outras categorias de sítios arqueológicos, como sambaquis, ruínas submersas, inscrições rupestres, entre outros.

Com esse breve levantamento das pesquisas de Arqueologia Subaquática desenvolvidas em âmbito nacional, foi possível construir um panorama (Quadro 01) no qual se pode observar que a maioria das dissertações e teses partiram do MAE/USP. Outros centros também formaram pesquisadores que focaram nesta temática, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro; a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal de Minas Gerais. Percebeu-se que o número expressivo de investigadores que concluíram suas pesquisas no MAE/USP ocorreu por essa instituição possuir um projeto de longa duração no Baixo Vale do Ribeira, coordenado por Maria Cristina Mineiro Scatamachia, o que possibilitou a formação de pesquisadores nesse ramo da Arqueologia.

Pesquisador	Ano Publicação	Titulação	Instituição
RAMBELLI	1998	Mestrado	MAE/USP
BAVA DE CAMARGO	2002	Mestrado	MAE/USP
CALIPPO	2004	Mestrado	MAE/USP
RAMBELLI	2004	Doutorado	MAE/USP
RIOS	2007	Mestrado	UFPE
DURAN	2008	Doutorado	MAE/USP
CUNHA	2008	Mestrado	MNRJ
GUIMARÃES	2009	Mestrado	MAE/USP
BAVA DE CAMARGO	2009	Doutorado	MAE/USP
CALIPPO	2010	Doutorado	MAE/USP

Quadro 1:Teses e dissertações sobre Arqueologia Subaquática produzidas a partir da década de 1990.

Em 2013, um novo centro formador, envolvendo os temas relacionados ao patrimônio subaquático, foi implantado na Universidade Federal de Sergipe, a partir da organização do Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos, integrado ao Núcleo de Arqueologia e ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (LAAA /

UFS), sob a coordenação de Gilson Rambelli, com o apoio do IPHAN e da UNESCO. Várias pesquisas estão sendo realizadas no âmbito do programa, novos mestres e doutores estão sendo formados com o objetivo de discutir, pesquisar e ressaltar a temática do patrimônio subaquático brasileiro.

Assim, podemos dizer que a primeira década do século XXI foi muito profícua para a discussão e desenvolvimento de pesquisas arqueológicas em meio submerso no Brasil. Realizou-se o levantamento apenas das ocorrências de pesquisas acadêmicas, no entanto outras investigações no âmbito do licenciamento ambiental foram desenvolvidas por muitos arqueólogos mergulhadores, entre outros, JULIANI; DURAN (2008); FARIAS, DEBLASIS, LEZAMA (2013), FARIAS; DEMATHE; GUIMARÃES; SILVA (2013), fazendo com que as pesquisas em Arqueologia Subaquática passassem a fazer parte do cenário acadêmico e empresarial do Brasil.

2.3 ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA EM SANTA CATARINA: PESQUISA E FRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SUBMERSO

Com aproximadamente 531 quilômetros de extensão e pelo menos 7000 anos de história, o litoral de Santa Catarina possui um grande potencial para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas subaquáticas. No entanto, essa área é pouco explorada. Praticamente inexistem investigações realizadas no litoral catarinense em sítios submersos. Esse fato, no entanto, não reflete a potencialidade da área e sim a falta de experts e centros de investigação interessados no tema na região.

As pesquisas desenvolvidas no litoral de Santa Catarina centraram-se no norte e sul do município de Florianópolis. No norte, foi investigado um naufrágio na Praia dos Ingleses, Ingleses 01 (NOELLI, F.S.VIANA, A.; MOURA, M.L, 2009) e, no sul, as pesquisas ocorreram na Praia de Naufragados, no sítio de naufrágio, Naufragados 01 (FARIAS et al, 2012, 2013). Como em quase todas as pesquisas arqueológicas subaquáticas de naufrágios realizadas no Brasil, o contexto destes achados se deram de forma ocasional e fortuita. No caso do sítio arqueológico Ingleses 01, a descoberta ocorreu após a identificação de artefatos, que remetiam a um naufrágio antigo. Diante disso, um grupo de mergulhadores decidiu

formar uma ONG com o objetivo de pesquisar, salvaguardar e difundir o patrimônio submerso da Ilha de Santa Catarina, uma vez que o sítio investigado vinha sofrendo saques contínuos. Assim, em 2004 se formou a ONG - PAS[15] – Projeto de Arqueologia Subaquática, com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, através da FAPESC (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina), de alguns setores da UFSC e UNIVALI (VIANA et al. 2004; NOELLI et al. 2009).

As campanhas de campo se deram entre os anos de 2004 e 2009, onde vários artefatos no contexto das escavações foram retirados: 11 mil fragmentos de cerâmica, 270 gargalos de botijas cerâmicas, alguns artefatos pré-colombianos líticos e cerâmicos, que indicam a passagem da embarcação à costa noroeste da América Central; um relógio solar em bronze, uma escala para uso marítimo também em bronze, datada de 1683, frascos, tampas metálicas entre outros artefatos que inferem, juntamente com os dados levantados nas pesquisas históricas e documentais, que o naufrágio é parte de uma embarcação espanhola, possivelmente raptada por piratas ingleses na América Central (NOELLI et al, 2011). Além de apresentar novos dados para a história marítima, o projeto apontou para o uso educacional do sítio e dos achados, já que o grupo organizou uma sala de exposições na Praia dos Ingleses, em Florianópolis, com o intuito de apresentar o patrimônio submerso aos moradores, estudantes e turistas.

No extremo sul da ilha de Santa Catarina, em um contexto sociopolítico semelhante ao do projeto do norte da Ilha - ONG PAS, nasce o projeto Barra Sul. Em 2004, mergulhadores encontraram, também de forma fortuita, uma grande âncora de tipologia das produzidas no século XVIII, e do achado surgiu a necessidade de se estudar e mapear os naufrágios ocorridos naquela porção sul da ilha de Santa Catarina, fato que estimulou a organização da ONG Barra Sul[16]. A partir do ano de 2010 firmou-se uma parceria entre o GRUPEP-Arqueologia e a ONG Barra Sul, com o objetivo comum de promover e salvaguardar o patrimônio arqueológico subaquático da região.

---

[15] Organização Não Governamental - Projeto de Arqueologia Subaquática, que possui como coordenador geral o geógrafo mergulhador Marcelo Lebarchon Moura, como coordenador técnico o arquiteto mergulhador Alexandre Viana, e como coordenador científico o arqueólogo Francisco Silva Noelli.

[16] Organização Não Governamental – Projeto Barra Sul foi fundada em 2005 com a missão de Contribuir para a preservação, salvaguarda, recuperação e valorização do Patrimônio subaquático de Santa Catarina de acordo com os termos científicos, legais e éticos. Possui como associados e colaboradores, Humberto César Pfitzer, Flávio Corrêa, Gabriel Corrêa, Nei Mund Filho, Bruno Henrique Germer e Rodrigo Rocha Mentanis (http://projetobarrasul.org.br/) em 16/06/2014.

Nos levantamentos históricos preliminares, constatou-se que muitos naufrágios ocorreram na área da pesquisa, devido, principalmente, à incidência de fortes ventos, correntes e ao terreno acidentado do leito marinho, potencializando os perigos em função da estreita passagem entre o sul da ilha de Florianópolis e a Ponta do Papagaio no continente (FARIAS, et.al. 2012). As pesquisas históricas desenvolveram-se e, com as devidas autorizações da Marinha, iniciou-se o processo de levantamento de campo, prospecções magnéticas e mergulhos pontuais, que foram realizados a fim de mapear alvos de interesse arqueológico.

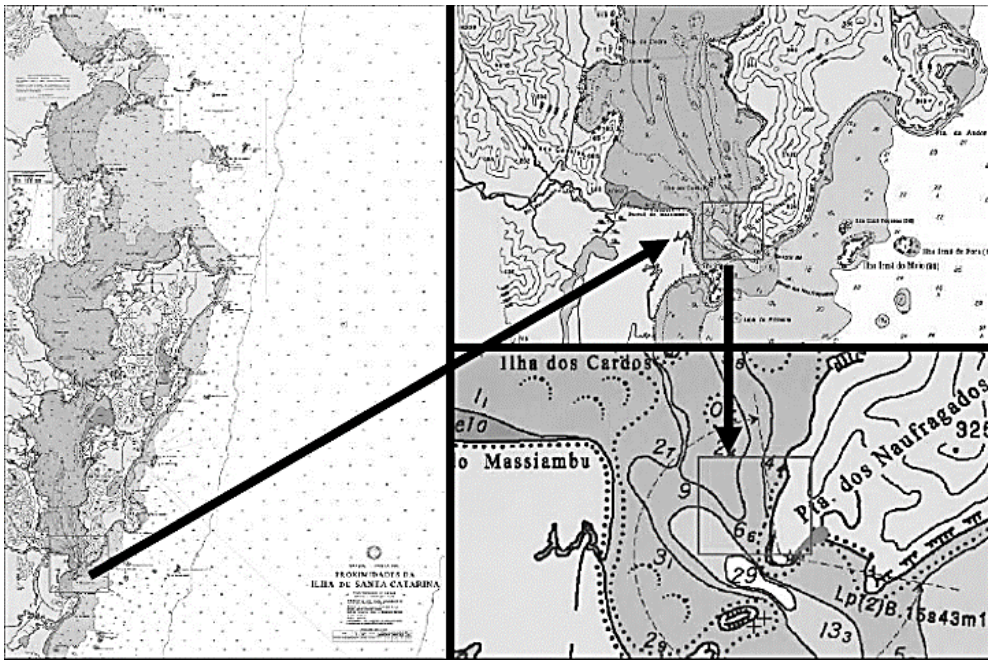


Figura 3: Localização das pesquisas realizadas em Florianópolis. Fonte: (FARIAS et al,2012)

As prospecções magnéticas deram-se com um sonar de varredura lateral, que proporcionou o imagiamento de 2700 quilômetros quadrados do leito marinho de toda a área da pesquisa. Nesse processo foram identificados alguns pontos de interesse arqueológico, onde realizou-se mergulhos pontuais com o objetivo de verificar *in locu* os possíveis vestígios. Dentre os alvos mapeados entre os anos de 2006 e 2011 destaca-se o sítio Naufragados-01, onde foram aplicadas técnicas e metodologias pertinentes à Arqueologia Subaquática.

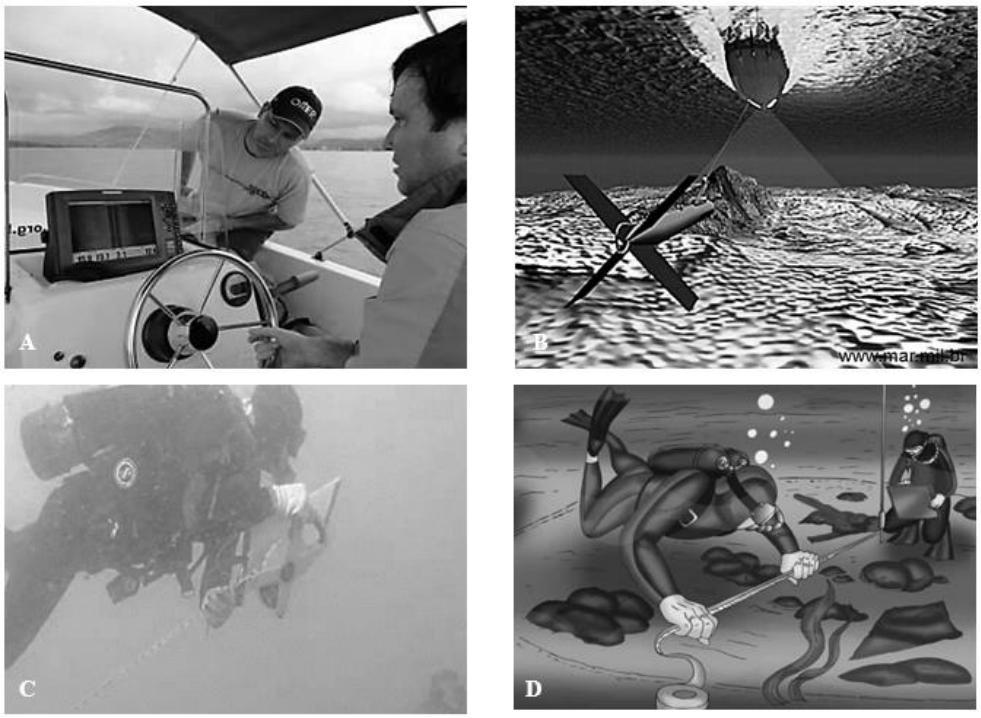


Figura 4: Ilustração da metodologia de campo. No detalhe: A/B- Prospecção eletrônica; C/D- Prospecção circular. Fonte: (FARIAS 2013; DEMATHÉ, 2013)

Após a delimitação do sítio com varredura circular, determinou-se um polígono de 22x30 metros, marcado em seus vértices por bases em concreto fixas que foram georreferenciadas com auxílio de uma estação total, estacionada em terra.

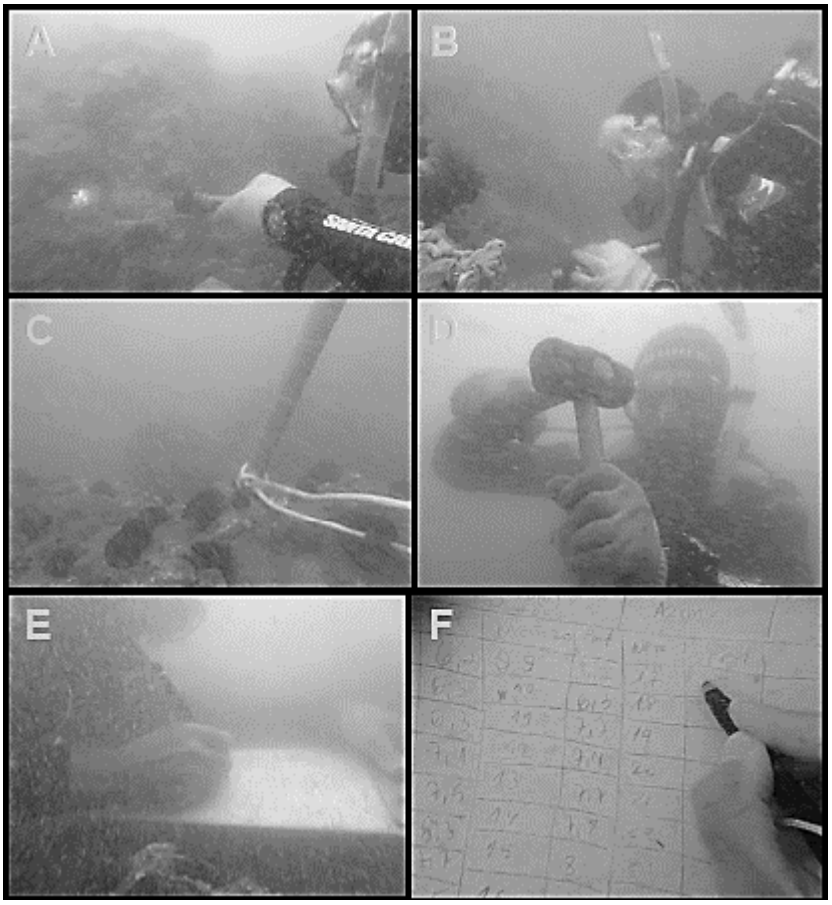


Figura 5: Sequência do mapeamento da estrutura de pedra de lastro. Verificação da extensão da área e verificação da parte mais alta (A e B); fixação do tubo de ferro e amarração do cabo para tomada de medidas (C e D); Medição e documentação da atividade (E e F). Fonte: Farias (2013)

Entre os artefatos arqueológicos encontrados no sítio, podem-se destacar um canhão de bronze, com data de fundição de 1565; uma garrafa em cerâmica; uma lápide em pedra, medindo 98x76, cm com as inscrições do brasão de Leon y Castilla; o emblema português, indicando o período da União Ibérica; e outro marco de formato triangular, medindo em sua base 75 cm e suas laterais 125 cm. Neste último, continha em baixo relevo a seguinte frase "*PHILIPPVS MAXIMVS CATHOLICVS II HISPANIARVMINDIARVM ET REX ANNO 1582*", além de outras duas pedras esféricas e muita pedra de lastro (FARIAS, et.al.2012, p.130).

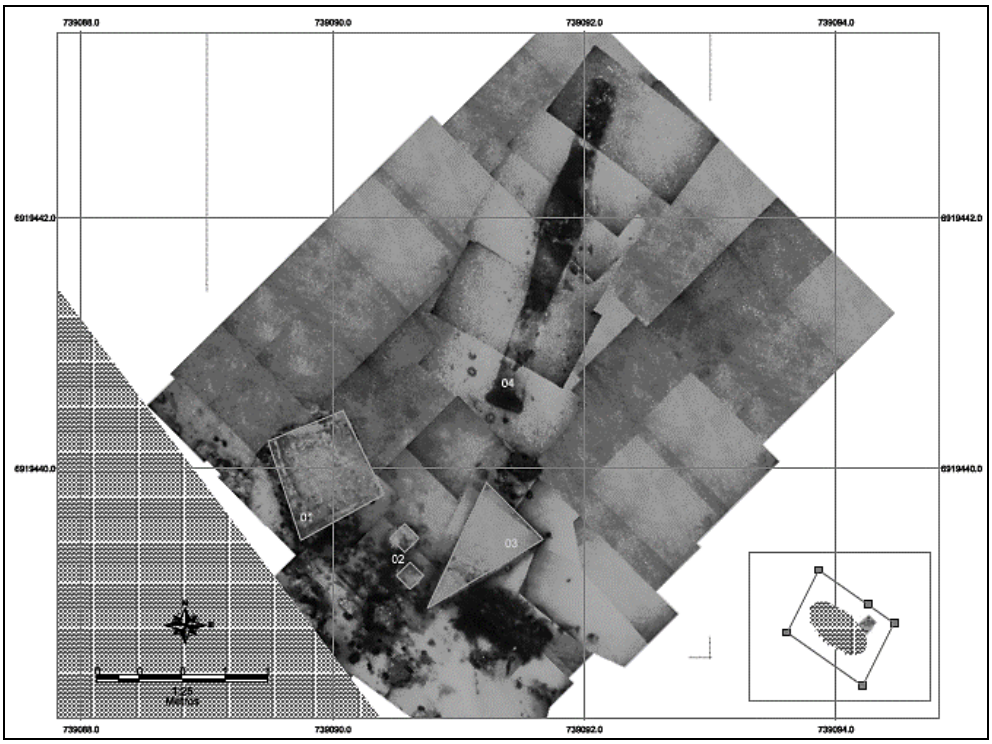


Figura 6: Fotomosaico georeferenciado, com destaque para os artefatos retirados (FARIAS, et.al.2012).

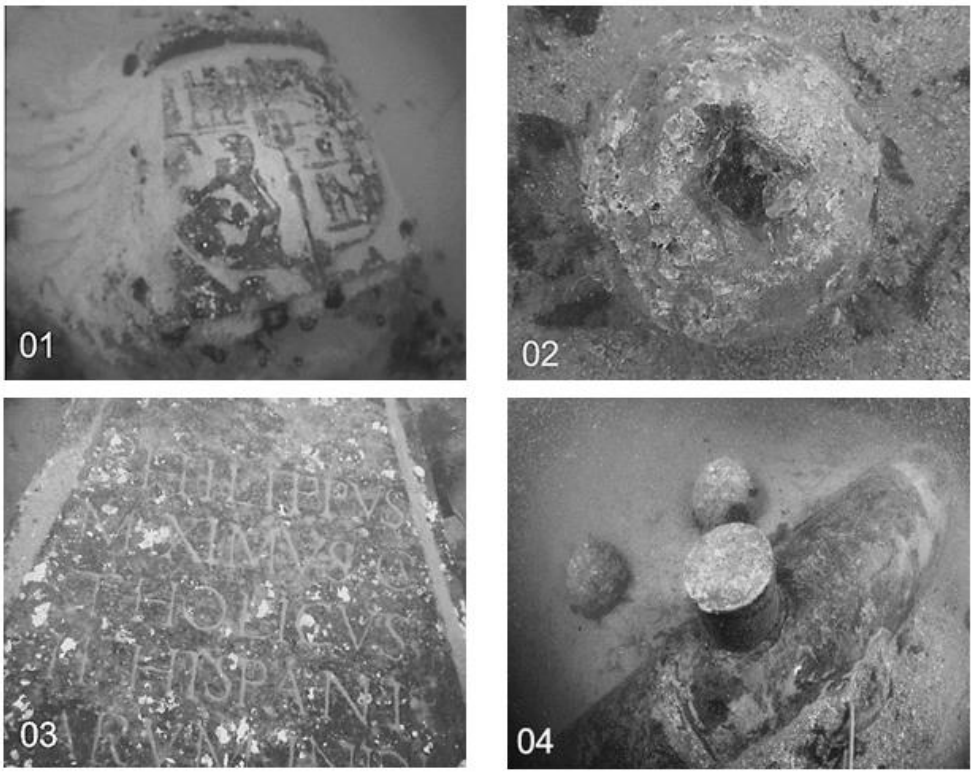


Figura 7: Fotos dos artefatos no sítio Naufragados 01. Na sequência 01-Brasão esculpido em pedra; 02- Esfera em pedra; 03- Lápide triangular em Pedra com inscrição em latim; 04- Canhão em bronze amntido in situ. Fonte: Farias (2013)

Dos artefatos encontrados, foram retirados naquele momento os objetos em pedra, pois existia um laboratório equipado e plano de conservação que pudesse atender aos parâmetros mínimos de estabilização, controle e conservação destes artefatos. Outro motivo, e não menos importante, é que as peças referidas se encontravam depositadas na superfície do leito marinho e suscetíveis a saques, já que o sítio estava sendo constantemente visitado e saqueado por mergulhadores recreativos. (FARIAS, et.al. 2012, p.132). O processo de conservação se deu a partir dos mergulhos, onde avaliou-se in locu as condições gerais dos artefatos. Verificaram-se possíveis rachaduras, trincas e quantidade de fauna marinha aderida aos vestígios, e formas de seu futuro transporte. Tal procedimento foi necessário para diminuir os riscos de quebra dos objetos no processo de flutuação e transporte até o laboratório (FARIAS, et.al. 2012; DEMATHÉ, 2013).

Nessa etapa, as peças foram emersas em tanques com água potável por oito meses e, nesse período, foram rigorosamente controlados seus parâmetros físicos e químicos, bem como realizadas as trocas regulares de água para o processo de dessalinização (FARIAS, et.al. 2012; DEMATHÉ, 2013). Os controles de PH, temperatura e condutividade foram efetuados diariamente, bem como o acompanhamento da proliferação de algas e do processo de descolamento dos crustáceos, conchas e vegetais que estavam atacando a superfície das pedras.

Após a etapa de dessalinização, iniciou-se o processo de limpeza mecânica com o auxílio de água corrente, escovas com cerdas metálicas e de nylon, bisturis, pinças e instrumentos que possibilitassem a retirada das incrustações (FARIAS, et.al. 2012; DEMATHÉ, 2013). Dando seguimento à limpeza mecânica, iniciou-se o processo de limpeza química, quando foram utilizados ácidos e removedores. Antes disso, os produtos químicos foram aplicados em uma pequena pedra de lastro, retirada do mesmo naufrágio, a fim de testar a eficácia do produto sobre o material arqueológico. A partir disso, percebeu-se que com solução ácida HCl – Ácido Clorídrico, entre 10 e 30% dos resultados apresentaram-se satisfatórios e controláveis.

As evidências retiradas foram estabilizadas, higienizadas, analisadas e acondicionadas no GRUPEP-Arqueologia da Unisul de Tubarão, SC, que possui a guarda institucional destes bens.



Figura 8: Equipe realizando conservação dos artefatos arqueológicos em laboratório.
Fonte: (GRUPEP Arqueologia)

A pesquisa documental demonstrou que esse sítio arqueológico apresentou vestígios pertencentes à nau espanhola La Provedora, naufragada no século XVI, integrante da armada comandada por Diego Flores Valdés e Pedro Sarmiento de Gamboa, que seguia para o Estreito de Magalhães com o intuito de construir duas fortificações, que protegeriam a região do ataque dos piratas ingleses.

Além da pesquisa arqueológica propriamente dita, realizada pela equipe, destacam-se as atividades de educação patrimonial realizadas na praia do Sonho (local de acesso ao naufrágio), com pescadores, locais, alunos do ensino fundamental, policiais e turistas, quando ocorreu a distribuição de um folder informativo e a aplicação de formulários de entrevistas com vários segmentos da comunidade. A ação culminou na elaboração de atividades ludo pedagógicas, que enfocaram a temática das grandes navegações e o contato entre o indígena e o colonizador. Essas atividades foram aplicadas em várias escolas do sul de Santa Catarina, bem como no Estado do Rio Grande do Sul, na cidade portuária de Rio Grande. Foi tema central, também, da VIII Semana dos Povos Indígenas, que contou com a participação de,

aproximadamente, 5000 crianças da rede pública e privada dos municípios de Tubarão e região.



Figura 9: Equipe realizando entrevistas com a comunidade. Fonte: (GRUPEP Arqueologia)



Figura 10: Educação Patrimonial. Equipe recebendo escolas de Tubarão SC no laboratório de arqueologia subaquática. Fonte: GRUPEP Arqueologia.



Figura 11: Realização de atividades de Educação Patrimonial inseridas no projeto de pesquisa Naufragados 01.
Fonte: GRUPEP Arqueologia

O projeto Naufragados 01, além de apresentar e desenvolver técnicas dentro dos conceitos e métodos aplicados na Arqueologia Subaquática atual, abordou a importância da difusão dos resultados levantados. Neste projeto ocorreu ampla divulgação, seja pela participação em encontros nacional e internacional, seja por meio de difusão em *mídia web,* ou ainda pela ampla circulação de notícias em jornais especializados e locais. O programa de Educação Patrimonial do projeto Naufragados 01 previa a organização e execução de uma série de atividades diagnósticas e pedagógicas, possibilitando a aproximação das pesquisas acadêmicas com a população local e principalmente com os professores e alunos do ensino fundamental e médio.

Percebe-se com os exemplos citados acima que as pesquisas arqueológicas subaquáticas no Estado de Santa Catarina surgem em um contexto de achados fortuitos, sem a preocupação inicial de entender o sítio com suas diversas relações com o ambiente e com o registro de um dado momento histórico. Nota-se que a preocupação científica vem logo após, com a aproximação destes grupos de mergulhadores aos núcleos de pesquisas e universidades, já que legalmente os financiamentos e autorizações para o início das investigações não estão atrelados à competência técnica científica da equipe ou à presença de um arqueólogo mergulhador.

Atualmente, o Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia – GRUPEP-Arqueologia, vinculado à Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, possui pesquisas arqueológicas em toda a região sul do Estado de Santa Catarina, sendo que nos últimos anos iniciou um processo de formação de novos pesquisadores na área de Arqueologia Subaquática, com parceria técnico-científica firmada com o Instituto Politécnico de Tomar - IPT (Portugal) e Universidade Autónoma de Lisboa – UAL (Portugal). Esse protocolo possibilitou a vinda de pesquisadores de Portugal para a organização de um workshop e minicursos sobre Arqueologia Subaquática e conservação de espólios submersos, culminando com a ida de quatro pesquisadores do GRUPEP-Arqueologia a Portugal, onde realizaram um curso de especialização em Arqueologia Subaquática e um curso de mergulho científico. Atualmente há três especializações e duas pesquisas de mestrado sobre o tema em andamento, envolvendo o PEP/IPHAN e a IPT/UAL – Universidade Autônoma de Lisboa e IPT/UNISUL.

Os dados obtidos com esse levantamento das pesquisas sobre o patrimônio arqueológico submerso, no Brasil e em Santa Catarina, nos deram algumas pistas para a construção da disciplina para a sociedade científica, bem como, apontaram para o crescente interesse pelo tema em seus diversos aspectos e possibilidades.

3 A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO, A DESTRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO

3.1 PATRIMÔNIO: UM CONCEITO A SER (RE) DISCUTIDO

Em sua gênese, a palavra patrimônio está relacionada à propriedade, como algo de valor que pode ser transferido ou herdado. Tal definição possui um caráter individual e tem sua origem no antigo direito romano, onde o filho herda o patrimônio do pai.

> Patrimônio é uma palavra de origem latina, patrimonium, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, pater ou pater famílias, pai de família. (...) A família compreendia tudo que estava sob o domínio do senhor (...), mulher, filhos, (...), escravos, bens móveis, imóveis e animais (FUNARI; PELEGRINI, 2006; p. 11).

A palavra patrimônio nos remete a uma grande diversidade de significados, nos indica a ideia de patrimônio pessoal, financeiro, empresarial, nacional, afetivo, arquitetônico, histórico, cultural, gastronômico, genético, natural (...). Enfim, "é uma das palavras mais repetidas em nosso cotidiano, e parece não ter limite para os usos e qualificações empregadas a ela" (GONÇALVES, 2007; p.129). O patrimônio é tratado como uma "categoria do pensamento vinculada em sua origem ao ato de colecionar", que se revela sob um constante esforço de resguardar, perpetuar e tornar reconhecido um pensamento ou ideia do passado (GONÇALVES, 2007; p.130). Tal ampliação dada ao termo o torna difícil de conceituar, pois trata-se de um terreno movediço e inconstante.

O ato de patrimonializar é uma invenção social e reflete as necessidades de um determinado grupo em um dado momento e espaço. No contexto da modernidade, a escolha "dos patrimônios" é entendida como uma determinação política, destinada à construção do projeto chamado Nação. Para Choay (2006, p.11), o patrimônio está relacionado às "estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço" - uma das bases da formação das tradições e identidades dos Estados Modernos (HOBSBAWM; RANGER, 1997).

As práticas relativas à preservação e valorização de monumentos já eram comuns na Antiguidade Clássica, quando obras de arte, construção de monumentos, estátuas e

edificações à memória eram produzidas. Até a Revolução Francesa não se conheciam relatos de princípios e diretrizes que determinassem a manutenção ou destruição de um monumento, edificação ou obra de arte do passado, aplicados em forma de políticas públicas. As guerras eram a maior prova da ausência destes princípios, bens eram espoliados como símbolos da vitória. Segundo Choay (2006), tanto os antigos gregos quanto os antigos romanos conheceram uma espécie de "mercado da arte", com mercadores, colecionadores, especialistas e até falsários.

Com a Revolução Francesa se instaurou um novo poder, a burguesia passou a exigir que o patrimônio, cuja posse era da antiga nobreza, passasse a ser propriedade de toda a sociedade. Da mesma forma em que o movimento destruiu antigos monumentos, como igrejas, estátuas e símbolos do Antigo Regime, o grupo revolucionário aplicou uma série de medidas a fim de salvaguardar o patrimônio, conservando os traços delineados e escolhidos, tidos naquele momento como fundamentais no processo de criação e coesão da nacionalidade pelos ideais da Revolução, e que de certa forma representassem esse novo tempo da sociedade francesa. Naquele momento, a ideia de proteção, controle e posse deste patrimônio possuía o entendimento de que os bens que antecederam as diversas gerações eram parte de um importante arcabouço cultural da sociedade, no qual a difusão seria a base da formação das identidades culturais e unidades sociais – um projeto chamado Nação.

Com isso, a concepção de patrimônio cultural passou a ser relacionada aos conhecimentos e intervenções de uma sociedade, sendo constituído de um processo relacional dialético, que molda as suas identidades, que são variáveis no tempo e no espaço. Assim, é patrimônio cultural aquilo que, em determinado contexto e época, o Estado define como tal.

As questões acerca do patrimônio na pós-modernidade devem ser (re) discutidas sob a ótica das novas questões identitárias e dos paradigmas sociais e econômicos. Tais ideias nos levam a um universo de patrimônios valorados, de diferentes formas e atribuições, dadas por diversos sujeitos e grupos sociais, em diferentes contextos sociais, ambientais políticos e econômicos. Essa diversidade de conceitos, sujeitos e culturas possibilita novas óticas sobre o que seja patrimônio, identidade e seus temas correlatos. Estes "novos" conceitos se apresentam de forma muito flexível, pois tais definições são construídas a partir do lugar do sujeito que observa e expressa o seu patrimônio, em um dado tempo e espaço.

Os conceitos e entendimentos sobre o patrimônio vêm se modificando de acordo com os momentos e mudanças da sociedade. Essa nova forma como os bens patrimoniais são tratados está repleta de significados e relações inerentes a pós-modernidade (BAUMANN, 2001; CHOAY; 2006, AUGÉ, 2012).

Questões referentes ao patrimônio, identidade e seus temas correlatos estão sendo extensamente discutidas na teoria social[17]. As "velhas identidades" (HALL 2003) e ícones do patrimônio, que por tanto tempo foram alicerces e estabilizaram a sociedade, estão em declínio, fazendo surgir das cinzas desta instabilidade novos patrimônios e identidades, fragmentando a sociedade e o indivíduo até então unificados pelo cimento das tradições. Para Giddens, (1990) as tradições perderam o seu lugar de destaque ampliando o hall de identidades e patrimônios.

3.2 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: INTERLAÇANDO CONCEITOS.

Tratando o patrimônio como um arcabouço cultural, um tesouro difuso, o ato de lembrar vincula-se a sua perpetuação. Para Sant´Anna (2004), o ato de celebrar e preservar suas memórias é uma prática que diz respeito a todas as sociedades humanas.

O ato de preservar a memória é tão remoto quanto a própria vida em sociedade, as pinturas e inscrições rupestres que marcam paredões e grutas em diversas partes do mundo, ou mesmo os rituais de enterramento encontrados em diversos sítios arqueológicos pré-coloniais podem, de certa forma, nos remeter à vontade de preservar ou evocar uma memória. O filósofo grego Platão já definia a memória como sendo um bloco de cera onde eram impressas nossas lembranças. Hoje, a memória é evocada e preservada sob diferentes formas: museus, filmes, monumentos, roupas, estilos, documentários, publicações, entre outros. Segundo Le Goff (2003), a memória é a propriedade que temos em conservar informações. Por termos essa capacidade, a memória contribui para que não esqueçamos completamente do passado, pois ela possibilita atualizar informações passadas fixando e as internalizando na consciência humana. A fixação de fatos e dados durante uma vida social resulta na formação de uma identidade. A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos (...) (LE GOFF, 2003; p. 469). A memória, como fenômeno geralmente íntimo e individual, é tratada

[17] Anderson (2008), Bourdieu (1997), Hall (2003), Guiddens (1990), Bauman (2005), Kumar (2006) e outros.

por Halbwanchs (2006) como fato coletivo e social. Segundo o pesquisador, a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, uma vez que, sendo todas as lembranças constituídas no interior de um grupo, a memória está ligada aos comportamentos e às mentalidades individuais sob a inevitável influência das escolhas coletivas.

A memória coletiva sob a forma da identidade é uma conquista do grupo e do indivíduo, pois neste momento se faz parte de uma coletividade, com regras, costumes, tradições e memórias referentes e pertencentes ao grupo.

> Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo, oral, ou que estão em vias de construir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 2003; p.470)

Os silêncios e os esquecimentos ocasionados pelo processo seletivo da memória, são tão importantes quanto a própria memória, pois sua seleção está sujeita aos interesses individuais ou externos ao próprio grupo detentor dessa memória. Para Le Goff (2003, p. 407), devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

3.3 ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO: AS CARTAS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS EM DEFESA DO PATRIMÔNIO.

O patrimônio cultural instituído pelo Estado é uma construção social que resulta sempre do embate de forças e consensos. O ato da patrimonialização envolve a produção de um discurso, um processo de escolhas e o estabelecimento de regras que determinam e refletem as práticas de preservação num dado momento (SANT'ANNA, 2004).

A escolha do patrimônio pelo Estado envolve práticas que se materializam em diferentes formas, representadas por monumentos, nomes de ruas e praças, conformação urbana, manutenção ou não de edifícios, nas festas oficiais e no reconhecimento de grupos e manifestações culturais. Estas práticas são, em sua maioria, executadas dentro de parâmetros estipulados na legislação nacional e local, bem como nos preceitos básicos apresentados nas

diversas cartas e convenções internacionais. O que se preserva é chancelado pelo Estado a partir de um projeto identitário, em que o passado só tem sentido quando utilizado a serviço do presente, em um projeto de futuro da sociedade.

Por meio desses parâmetros teóricos, iremos discorrer nesse item sobre as principais convenções internacionais[18] que pretendem regulamentar a proteção e pesquisa em patrimônio arqueológico, histórico e cultural, são elas: Carta de Atenas (1931); Carta de Nova Délhi (1956); Carta de Veneza (1964); Carta de Lausanne (1990); Carta de Sófia (1996) e Convenção da UNESCO (2001). Além disso, discutir-se-á também sobre a ação do IPHAN e as leis que regulamentam essas questões em território nacional.

3.3.1 As cartas e convenções internacionais: quando a Arqueologia Subaquática começa a despontar no cenário mundial

Diante da modernização dos Estados Nacionais e da I Guerra Mundial, era iminente o risco de destruição do patrimônio, principalmente o edificado. Diante disso, em 1931, na ocasião da reunião da Sociedade das Nações[19], foi organizada a Carta de Atenas, primeiro documento com recomendações internacionais para a conservação e utilização dos bens culturais. A carta esclarecia sobre o reconhecimento da responsabilidade dos Estados em inventariar seu patrimônio com critérios internacionais, promovendo uma ação interdisciplinar na conservação dos monumentos e bens.

---

[18] Por ser o mar a maior parcela conferida a superfície do planeta terra e sendo ele responsável a centenas de anos pela comunicação e sustento de diversas pessoas do globo, historicamente o mar sempre foi um espaço de indefinições e de constantes conflitos, pois o seu domínio assegurava poder econômico e político. Desde a antiguidade clássica, quando o mar em que os europeus navegavam era o Mediterrâneo, Gregos, fenícios e Cretenses já delineavam os primeiros acordos de uso de precioso bem. Com o início das expedições ultramarinas, e com a eminencia de novas terras e novos domínios se faz necessário novas regulamentações. Em 1455 - Tratado de Tordesilhas, 1605 - *Mare Liberum*, 1924 - Liga das Nações, 1944 - *Res Nullius* (coisa de ninguém), 1945 - Proclamação de Truman sobre a Plataforma Continental, 1958 - I Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de Genebra, 1960 - II Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de Genebra, 1970 – Estabelecimento do Mar Território brasileiro com 200 milhas náuticas, 1973-1982 - III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Nova York e Montego Bay.

[19] Criada na Suíça em 1920, A Sociedade das Nações (SDN), teve por objetivo promover a paz e tentar evitar a deflagração de um novo conflito mundial. Foi percussora da UNESCO e foi dissolvida em 1946 com a fundação da Organização das Nações Unidas – ONU (www.universal.pt/main.php?id=160&art_hom=5687)

A Carta de Atenas, de 1931, discutiu a racionalização de procedimentos em arquitetura e propôs normas e condutas de caráter internacional e universal em relação à preservação e conservação de edificações dentro de um contexto urbanístico, garantindo a perpetuação das características históricas e culturais nos monumentos a serem preservados. Propôs a salvaguarda do patrimônio histórico e das culturas anteriores, bem como a proteção dos testemunhos de todas as civilizações. A Carta de Atenas não menciona diretamente o patrimônio arqueológico, tampouco o arqueológico subaquático, porém, indica para uma política de preservação universal, onde o Estado é responsável pela salvaguarda dos monumentos, cabendo a ele elaborar uma legislação que garanta a preservação do seu patrimônio.

A partir das transformações ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, alguns países começaram a manifestar sua inquietação em relação aos riscos que corria o seu patrimônio arqueológico, por isso, em 1956, a UNESCO adotou a recomendação que define os princípios internacionais, que deveriam ser aplicados às escavações arqueológicas, incluindo o leito ou subsolo de águas interiores dos países membros (ERREGUERENA, 2009; p. 47).

Esse documento foi produzido no âmbito da Conferência Geral da UNESCO, que ocorreu na cidade de Nova Délhi, na Índia. Pela primeira vez foram tratados assuntos referentes às pesquisas e ao patrimônio arqueológico. Nessa reunião foi elaborado um texto que considera que "a história do homem implica no conhecimento das diferentes civilizações; e é preciso, portanto, que todos os vestígios arqueológicos sejam estudados e, eventualmente, preservados e coletados" (CURY, 2004; p.70). A Carta de Nova Délhi define como pesquisa arqueológica todas as investigações realizadas em superfície ou subsuperfície, em terra ou na água, não importando o meio onde se realiza a pesquisa.

Em princípios gerais, o documento recomenda que cada Estado adote medidas práticas no intuito de promover, controlar e definir as boas práticas das investigações arqueológicas. Segundo a recomendação, cada Estado deve, se possível, ter uma administração central amparada por força de lei e capaz de garantir critérios mínimos nas pesquisas praticadas em seu território nacional, bem como promover a colaboração e difusão entre institutos nacionais e internacionais. A Carta de Nova Délhi definiu que os Estados seriam responsáveis pela proteção do seu patrimônio arqueológico, indicou também a criação de coleções com o intuito de contribuir para as futuras pesquisas arqueológicas, bem como determinou a difusão e o empreendimento de ações educativas. O Estado deveria facilitar o acesso ao público tanto às coleções quanto aos sítios arqueológicos. O documento sugeriu a colaboração internacional

nos projetos de pesquisas, sendo que o pesquisador estrangeiro seria regido pelo mesmo regime que o nacional.

Com esse documento, a Arqueologia foi, finalmente, considerada no âmbito governamental internacional, passando a ser tratada como ciência fundamental para o (re)conhecimento de povos e culturas pretéritas, determinando em seu texto os princípios básicos para a prática da Arqueologia, com bases científicas e universais.

Em ocasião da reunião do ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, ocorrida em 1964, na cidade de Veneza, Itália, foi deliberado sobre a necessidade de se organizar um plano internacional de conservação e restauração dos monumentos, tendo em vista a preocupação na funcionalidade e utilidade desse tipo de bem para a sociedade.

Entende-se que os monumentos[20] de todos os povos são "portadores de mensagem espiritual do passado" (ICOMOS/VENEZA, 1964) e no presente são testemunhos sócioculturais de culturas passadas, sendo que a conservação ou restauração do bem leve em consideração não apenas a sua estrutura física, mas também o suporte simbólico de um testemunho histórico (CURY, 2004; p.91 e 92).

No que se refere à restauração, o documento, em seu artigo nono, aponta para a complexidade e para a necessidade da interação e cooperação entre os diversos campos das ciências, alicerçados em suas técnicas e metodologias, destaca a necessidade do acompanhamento arqueológico e histórico no processo de conservação e restauro de um bem.

A Carta de Veneza, além de apontar os eixos norteadores, no que concerne à prática da conservação e do restauro, apresenta o bem como um suporte imbuído de significados e histórias, sendo então necessária uma participação multidisciplinar em seu processo de conservação, restauro e redefinições de uso.

Após a discussão em Veneza, muito tempo se passou até que novos problemas em relação aos bens patrimoniais entrassem na pauta das preocupações dos órgãos governamentais, incluindo o patrimônio arqueológico subaquático. Com a invenção do equipamento scuba ou aqua lung[21], o fundo do mar ficou mais acessível a caçadores de

[20]O Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos define em seu artigo primeiro que "A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só as grandes criações, mas também as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural".(CURY, 2004, p. 92).

[21] Aqua Lung foi o primeiro nome dado ao aparelho de respiração autônoma, que possibilitou o acesso que milhares de pessoas em um meio antes desconhecido. Foi criado na França entre os anos de 1942 e 1943, pelo engenheiro Émile Gagnan e o mundialmente conhecido Tenente Naval Jacques Cousteau.

tesouros e aventureiros em busca de dinheiro e fama. Para inibir essa situação, foi organizado, dentro do ICOMOS o ICUCH[22] – Comitê Internacional do ICOMOS para a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático. Entre as primeiras tarefas desse comitê estava a elaboração de uma carta que serviria de guia para os países e pessoas interessadas na preservação do patrimônio subaquático e no combate aos caçadores de tesouro. Essa premissa foi discutida seis anos depois, na Carta de Sófia (1996) (ERREGUERENA, 2009; RAMBELLI, 2002).

A carta para proteção do patrimônio arqueológico produzida em Lausanne, em 1990, foi organizada pelo Comitê Internacional para Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM) e adotada pela 9ª Assembleia Geral do ICOMOS. Esse documento definiu os princípios básicos a serem utilizados nas práticas das pesquisas arqueológicas, das obrigações do poder público e legislativo, bem como da difusão e conservação do patrimônio.

A Carta definiu patrimônio arqueológico, em seu primeiro capítulo, como sendo:

> (...) a parte do nosso patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana e diz respeito aos locais onde foram exercidas quaisquer atividades humanas, às estruturas e aos vestígios abandonados de todos os tipos, à superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como aos materiais que lhes estejam associados (ICOMOS/ICAHM-LAUSANNE, 1990).

Tal definição contempla todos os vestígios referentes à construção e constituição humana, não importando o meio em que estes vestígios sejam encontrados, ou seja, toda a cultura material que se encontra hoje emersa ou submersa, a qual com o emprego das pesquisas arqueológicas podem fornecer informações acerca de povos, técnicas e culturas passadas, deve ser entendida como patrimônio arqueológico.

A Carta apresentou o patrimônio arqueológico como um recurso cultural não renovável. Assim, todas as obras estruturais ou que, de alguma forma possam destruir ou pôr em risco o patrimônio, devem levar em consideração a possibilidade de reduzir ao máximo os danos causados por estas intervenções. Sendo assim, as políticas de proteção e gestão do patrimônio arqueológico devem ser consideradas pelos gestores locais, regionais e nacionais, com a participação da população nos processos de escolha e gestão.

Cada Estado deveria garantir a proteção dos bens arqueológicos com uma legislação forte e ampla, que impedisse a destruição, degradação ou alteração do monumento e promovesse a sua preservação, preferencialmente in situ.

---

[22]International Committe e on the Underwater Cultural Heritage.

> A legislação deve assentar na ideia de que o patrimônio arqueológico é uma herança de toda a humanidade e de grupos humanos, e não de pessoas individuais ou de nações em particular (ICOMOS/ICAHM-LAUSANNE, 1990).

A Carta de Lausanne (1990) foi criada com o intuito de se tornar um marco norteador para o patrimônio arqueológico mundial, a exemplo da Carta de Veneza (1964) para com o patrimônio arquitetônico. As recomendações de Lausanne vão além dos conceitos e das diretrizes universais, o documento definiu patrimônio arqueológico, bem como orientou os governos para a necessidade da gestão e da difusão deste patrimônio integrado à população local, indicou também que grandes obras de infraestrutura deviam levar em consideração o patrimônio arqueológico e, pela primeira vez, entrou na discussão o patrimônio subaquático. O documento definiu Arqueologia Subaquática como um ramo da Arqueologia, e entendeu que o patrimônio submerso estaria sujeito às mesmas leis que o terrestre.

Em 1996, durante a 11ª Assembleia Geral do ICOMOS, em Sófia, Bulgária, a Carta Internacional do ICOMOS foi adotada e ratificada sobre a Proteção e Gestão do Patrimônio Cultural Subaquático. A Carta de Sófia (ICOMOS/SÓFIA, 1996) foi a primeira que discutiu diretamente sobre a proteção e gestão do patrimônio arqueológico subaquático, dando continuidade às recomendações da carta de Lausanne (ICOMOS/ICAHM-LAUSANNE 1990), quanto às definições e importância da preservação desse patrimônio para a humanidade. Esse documento aprimora tais definições em um contexto cultural subaquático (ICOMOS/SÓFIA, 1996), traz as recomendações sobre as atividades envolvidas na pesquisa arqueológica subaquática, como prospecções, e ainda, ressalta a importância da conservação, difusão e destinação do patrimônio arqueológico submerso. O documento alerta para as ameaças causadas por obras e construções realizadas no mar, rios ou lagos ou que alterem de forma direta ou indireta estes meios, onde está parte do patrimônio da humanidade.

A Carta de Sófia (ICOMOS/SÓFIA, 1996) recomenda o uso cada vez maior de técnicas não intrusivas que deem conta de responder aos objetivos propostos para a pesquisa arqueológica subaquática, dando prioridade à conservação deste patrimônio in situ, promovendo, quando possível, um programa de gestão e conservação do sítio arqueológico, com acesso facilitado ao público e a integração das investigações com as comunidades do entorno, tendo como fim a disseminação das pesquisas para que o público pudesse auxiliar na proteção dos bens arqueológicos submersos. (ICOMOS/SÓFIA, 1996).

A Carta de Sófia aconselha a prática de uma Arqueologia Subaquática pautada em parâmetros científicos, com projetos claros e executáveis, coordenados por corpo técnico

qualificado, que considere a conservação e a destinação final do patrimônio, bem como a difusão dos resultados para a comunidade em geral.

Na esteira das discussões ocorridas em 1996, foi aprovada em Paris, no dia 02/11/2001, durante a 31ª Reunião da Conferência Geral da UNESCO, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático. Tal documento definiu e apresentou esse patrimônio de forma detalhada, como as pesquisas arqueológicas subaquáticas deviam ser conduzidas.

> Todos os vestígios da existência do Homem, de caráter cultural, histórico ou arqueológico, que se encontram, parcial ou totalmente, periódica ou continuamente, submersos, há, pelo menos, 100 anos, nomeadamente: i) sítios, estruturas, edifícios, artefatos e restos humanos, bem como o respectivo contexto arqueológico e natural; ii) navios, aeronaves e outros veículos, ou parte deles, a respectiva carga ou outro conteúdo, bem como o respectivo contexto arqueológico e natural; iii) artefatos de caráter pré-histórico (UNESCO, 2001-2).

Com algumas alterações, os conceitos estabelecidos na Carta do ICUCH/ICOMOS(1996) passaram a fazer parte da Convenção da UNESCO sob a denominação de "Regras Relativas a intervenções sobre o Patrimônio Cultural Subaquático". Essas normas foram divididas em catorze tópicos: Princípios Gerais; Plano do Projeto; Trabalhos Preliminares; Objetivos, Metodologias e técnicas do Projeto; Financiamento; Duração do projeto – cronograma; Competência e qualificações; Preservação e gestão do sítio; Documentação; Segurança; Meio Ambiente; Relatórios; Conservação dos arquivos do Projeto e Divulgação.

Segundo a Convenção da UNESCO (2001), o patrimônio cultural é um importante testemunho da história da humanidade, que reflete traços da cultura das civilizações passadas. O patrimônio subaquático, em especial, nos informa sobre modos de vida no mar, de trabalho, rotas comerciais e guerras. Um naufrágio, assim como uma ruína submersa é uma cápsula do tempo esperando para ser revelada (UNESCO, 2001; BASS, 1966; MUCKELROY, 1978; RAMBELLI, 2002). A pesquisa nesses sítios arqueológicos contribui para incorporar à Memória Nacional conhecimento efetivo sobre o processo de ocupação territorial pré-colonial e colonial nas diversas partes do mundo, a partir do estudo dos vestígios materiais, representantes da cultura, dos que ali habitaram.

O documento, além de reconhecer e recomendar o uso social dos resultados das investigações e do próprio patrimônio, incentivou a difusão e facilitação ao acesso às pesquisas e aos sítios. A Convenção da UNESCO sugeriu que o plano de gestão do patrimônio arqueológico subaquático levasse em consideração a permanência e a conservação

do patrimônio in situ, retirando apenas objetos que corram risco de degradação ou pilhagem. O documento aponta para um novo consenso internacional, com novas práticas científicas e éticas sobre o patrimônio cultural. Ele sugere uma pesquisa com o mínimo de intervenção nos sítios, no qual os usos de novas tecnologias contribuam e tirem o máximo de conhecimento e informações, favorecendo a permanência dos materiais submersos in situ. Essas ações reforçam o compromisso na preservação do suporte para futuros pesquisadores, bem como possibilitam estabelecer novas categorias de análise para se pensar nos novos usos e formas para difusão do patrimônio.

O patrimônio arqueológico discutido na Carta de Lausanne, de 1990, compreende a parcela do patrimônio material no qual os métodos da arqueologia fornecem conhecimentos primários. A Carta parte do princípio de que todos os indícios da atividade humana são importantes, independentemente do local onde são encontrados, na superfície, no subsolo ou sob as águas. Do ponto de vista puramente técnico, o patrimônio arqueológico é a parte do patrimônio histórico que pode ser estudado com a metodologia arqueológica (PREZ-JUEZ, 2006; p. 33).

Inspirado e orientado pelas cartas e convenções que definem e determinam as diretrizes básicas para a proteção e gestão do patrimônio, principalmente o arqueológico submerso, parte-se da premissa de que os sítios de naufrágios não representam apenas uma história trágico-marítima, mas também um momento da história social. Esses vestígios nos contam histórias de pessoas, de rotas marítimas, de sociedades ligadas ao mar, de processos e ciclos econômicos. Os objetos que permanecem no tempo transmitem, direta ou indiretamente para as pessoas, sensações que são do passado (BALLART, 1997). Os sítios de naufrágio são vestígios arqueológicos, pois são indícios complexos, que indicam a presença ou atividade humana em um determinado tempo e espaço. Estes vestígios da cultura material refletem e reportam a processos e contextos sociais e ambientais de um dado momento da história, sendo fundamental sua preservação. Para Rambelli (2008, p.50), o patrimônio cultural submerso está sempre em desvantagem em relação ao patrimônio emerso, a percepção do patrimônio é construída social e culturalmente e a presença do ambiente aquático dificulta o acesso e interfere consideravelmente no processo de construção dessa percepção resultando na menor importância dada pelas pessoas. Seguindo esta ideia, o meio subaquático dificulta o processo de percepção pela comunidade, contribuindo também para a ausência de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis. Embora os sítios de naufrágio representem uma das categorias mais cobiçadas dos sítios submersos e mais susceptíveis à destruição e pilhagem, ela não representa a única tipologia de sítio arqueológico subaquático em risco, inúmeros são os registros do

passado humano depositados atualmente sob as águas, entre outros, sambaquis, inscrições rupestres, sítios rituais, antigos portos e edificações.

3.4 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E AS INCONGRUÊNCIAS QUE AFETAM O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO.

Nesse item serão discutidos os aspectos legais inerentes ao Patrimônio Cultural Subaquático brasileiro, bem como também irá se refletir sobre o problema da elitização do patrimônio cultural[23], com enfoque no patrimônio submerso.

O patrimônio arqueológico brasileiro tem sido tema de debate desde a primeira metade do Século XX, quando o país, em plena ditadura do Estado Novo, cria mecanismos legais para garantir a proteção e a preservação do patrimônio cultural brasileiro. A partir de 1936 o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, solicita a Mario de Andrade a organização de um ante projeto de lei para a proteção e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº 378, é criado o SPHAN no governo de Getúlio Vargas. Em 1937, com ajuda de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, foi promulgado o Decreto-lei nº 25/37, que teve como principal objetivo construir sistematicamente a ideia de preservação e valorização do patrimônio cultural nacional, bem como ser o órgão responsável pelas ações relativas à proteção, à preservação e à valorização do patrimônio cultural, aí incluído o patrimônio arqueológico nacional (FARIAS; LACERDA, 2014).

Esse marco legal impulsionou a organização de novas diretrizes que preveem a preservação e valorização do patrimônio. Leis, decretos, portarias e resoluções foram criadas, ampliando a proteção para todo tipo de patrimônio cultural no Brasil (Quadro 02).

[23]Funari, Pelegrini; Rambelli (2009); Rambelli (2009); Machado (2009). Mori et al (2006).

Tipo	Número	Data de promulgação	Dispositivos
Decreto-Lei	3.365	21.07.1941	Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública
Decreto-Lei	3.866	29.11.1941	Dispõe sobre o cancelamento do tombamento de bens do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O cancelamento do tombamento, também designado de destombamento, só pode ser realizado por ato do Presidente da República, fundamentado no interesse público
Lei	3924	26 de julho de 1961	Dispõe sobre a proteção dos sítios arqueológicos, em todo o território nacional, com ênfase nos sambaquis
Lei	4717	29.06.1965	Regula a Ação Popular
Lei	6.292	15.12.1975	Dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A homologação do tombamento é realizada pelo Ministro de Estado de Educação e Cultura
Resolução	Conselho Consultivo do IPHAN nº 13	13.08.1985	Autoriza a averbação, à margem da inscrição nos Livros de Tombo, dos acervos dos diversos monumentos religiosos tombados pelo IPHAN. Esta Resolução foi publicada no DOU, em 20.04.1986, após ser homologada pelo Ministro de Estado de Cultura.
Portaria IPHAN	07	01/12/1988	Regulamenta os pedidos de permissão e autorização e a comunicação prévia quando do desenvolvimento de pesquisa de campo e escavação arqueológica.
Decreto-Lei	3551	04/08/2000	Instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial
Portaria	419	26/10/2011	Regulamenta a atuação dos órgãos e

Interminis_ terial	entidades da Administração Pública Federal envolvidos no Licenciamento ambiental, de que trata o art.14 da Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007.

Quadro 2: Leis e Decretos que dispõe sobre a preservação do patrimônio Arqueológico

Dentre as diversas leis e normativas estabelecidas em território nacional, aprofundar-se-á a discussão em algumas delas. A primeira lei a enfocar o patrimônio arqueológico foi a Lei Federal 3924 de 1961, promulgada após longa luta de Luiz de Castro Faria e Paulo Duarte, que dispõe diretamente sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. O Artigo 2º define os monumentos:

Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

> as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente (Lei nº 3924/61, Cap. I: Art.2º).

O Art. 3º diz que:

> São proibidos em todo território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou semambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados das alíneas b, c e d do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas(Lei nº 3924/61, Cap. I: Art.3º).

Os artigos seguintes tratam especificamente das sanções legais, caso haja desrespeito à lei. O Art. 4º declara que toda pessoa que estiver explorando uma jazida arqueológica deverá comunicar a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, num prazo de 60 dias, sob pena de multa, com objetivo de examinar, registrar, fiscalizar e salvaguardar o que restasse e fosse de interesse científico. O Art. 5º afirma que a destruição ou mutilação dos monumentos arqueológicos, será punida por lei. Outro fator importante do artigo 27, dessa mesma lei, é a preocupação em manter um cadastro dos monumentos arqueológicos do país. No Capítulo IV, Art. 17, a lei trata da posse e salvaguarda dos bens arqueológicos, cujo direito fica determinado pelo Estado. Há no Artigo 18 a afirmação de que qualquer descoberta

fortuita deve ser comunicada ao IPHAN, e a responsabilidade pela conservação provisória do material "fica por conta do proprietário ou ocupante do imóvel onde se tiver verificado o achado." As Disposições Gerais encontradas no Capítulo VI, Art. 22 em diante ressaltam a integração entre IPHAN e DNPM, na disponibilização de locais para exploração, esclarecendo que, "uma vez concluída a sua exploração científica, mediante parecer favorável da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou do órgão oficial autorizado", poderá acontecer o aproveitamento econômico das jazidas. Para que estas não sejam totalmente destruídas, este artigo contém Parágrafo Único que ressalta a importância de se preservar ao menos uma parte, como blocos testemunhos para posterior pesquisa. O Artigo 24 diz que o DNPM[24] não pode autorizar nenhuma "pesquisa ou lavra para jazida de calcário ou de concha, que possua as características de monumentos arqueológicos ou pré-históricos" sem a prévia audiência do IPHAN.

Cabe destacar que, neste período, a incessante destruição dos sítios arqueológicos e o aproveitamento econômico dos sambaquis vinham se processando em todo o Brasil. A lei existia, no entanto, não era cumprida com rigor.

> Mas enquanto não veio a lei e enquanto ela não seja integralmente cumprida, Santos, Cubatão, Itanhaem, Iguape, Cananéia, em S. Paulo; Matinhos, Paranaguá, Ararapira, no Paraná; Tubarão, Laguna e outros pontos de Santa Catarina e muitos do norte do Brasil, ficarão na História como marcos horrorosos da indiferença cultural ou da boçalidade política (DUARTE, 1968, p.49 apud FARIAS, 2000, p. 110).

A atitude de Paulo Duarte, Loureiro Fernandes e Luiz de Castro Farias foi de fundamental importância para que essa lei fosse promulgada. Duarte acreditava que "todo o esforço daqueles que lutam nesse campo científico deve estar muito mais dirigido para a defesa das jazidas do que para a pesquisa científica" (DUARTE, 1968, p.61 apud FARIAS, 2000, p.111).

A Lei 3924/61, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, não é a única que protege os sítios arqueológicos. Várias leis foram promulgadas depois dessa, com a intenção de amenizar a destruição dos monumentos arqueológicos. A Lei Federal nº 4.771/65 do Código Florestal, especialmente o artigo nº 3, esclarece a respeito da vegetação que protege o patrimônio arqueológico.

---

[24] DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral.

Há, ainda, a Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre o que deve ser preservado:

> Artigo 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I – as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico e científico" (Constituição Federal de 1988).

A Constituição Federal de 1988 define, ainda, no Inciso 1º, que, juntamente com a comunidade, o poder público "promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro". Tal ação deverá acontecer por meio dos inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, além de outras formas de preservação. A princípio, a lei estabeleceu incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Além disso, o IPHAN promulgou portarias como a n° 07 de 1988 e a n° 230 de 2001. A primeira define parâmetros gerais para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas em território nacional; enquanto a segunda estabelece normas e compatibiliza as ações do IPHAN com alguns aspectos do licenciamento ambiental.

No caso específico do patrimônio arqueológico submerso são várias as incongruências acerca das posições adotadas pelo Estado brasileiro em relação ao cenário internacional, e também em relação a Constituição Federal. Machado[25] (2009), discorre sobre o patrimônio arqueológico subaquático brasileiro como sendo uma "nota dissonante" (MACHADO, 2009; p. 142). A dissonância tratada pela autora se refere a não ratificação por parte do Brasil da Convenção para a Proteção do Patrimônio Subaquático proposta pela UNESCO, em 2001. Segundo a autora, esta é a única convenção acerca dos temas relacionados ao patrimônio e à cultura que o Brasil não ratificou. A pesquisadora avalia que estes sítios deveriam possuir os mesmos critérios de preservação e valorização que os sítios em terra, sendo a pesquisa prioritariamente voltada para uma perspectiva científica, histórica e cultural. No entanto, estas expressões da cultura material hoje submersas são motivo de "Complexas questões jurídicas, técnicas, políticas, além de interesses econômicos" (MACHADO, 2009; p. 142).

[25] Jurema Machado é atualmente diretora do Nacional do IPHAN

Além da dissonância citada por Machado (2009), podemos apontar a discrepância e a inconstitucionalidade da atual legislação brasileira, que dita as regras sobre o patrimônio subaquático nacional. A dissonância continua no entendimento sobre as definições e responsabilidades acerca da cultura material no Brasil, é no mínimo estranho que marcas da cultura humana emersas tenham um tratamento diferenciado dessas mesmas marcas quando submersas. O patrimônio subaquático, mesmo que citado e discutido em várias convenções internacionais, no Brasil não é contemplado em nenhum tipo de legislação vinculada ao Ministério da Cultura, apenas à Marinha do Brasil.

A Portaria 07, de 1988, regulamenta os pedidos de permissão e autorização, dos pedidos de autorização prévia quanto ao desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas, objetivando resguardar os vestígios arqueológicos das pesquisas propostas. Esse documento organiza a forma de apresentação dos projetos de pesquisa arqueológica em território nacional e, nesse caso, destaca-se o artigo 5º, que prevê:

> Os pedidos de permissão e autorização, assim como a comunicação prévia, devem ser dirigidos ao Secretário da SPHAN acompanhados das seguintes informações: I – Indicação do nome, endereço, nacionalidade e currículo com cópia das publicações científicas que comprove a idoneidade técnico-científica do arqueólogo responsável e da equipe técnica; II – Delimitação da área abrangida pelo projeto; III – Relação, quando for o caso, dos sítios a serem pesquisados com indicação exata de sua localização; IV – plano de trabalho científico que contenha: Definição dos objetivos; Conceituação e metodologia; Sequência das operações a serem realizadas no sítio; Cronograma de execução; Proposta preliminar da utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais; Meios de divulgação das informações científicas obtidas; V – Prova da idoneidade financeira do projeto; VI – Cópia dos atos constitutivos ou lei instituidora, se pessoa jurídica; VII – Indicação, se for o caso, da instituição científica que apoiará o projeto com respectiva declaração de endosso institucional. Parágrafo 1º - serão liminarmente rejeitados os projetos que não apresentarem garantia quanto a sua execução e quanto à guarda do material recolhido. Parágrafo 2º - Os projetos em cooperação técnica com instituições internacionais devem ser acompanhados de carta de aceitação da instituição científica brasileira corresponsável indicando a natureza dos compromissos assumidos pelas [SIC], tanto técnicos quanto financeiros.

Toda pesquisa arqueológica exercida em território brasileiro deve, portanto, seguir as especificações dessa portaria, pois, segundo a Lei Federal Nº 3924/61, em seu artigo 5º: "Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o art. 2º desta lei, será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais". Bem como qualquer ato que importe em dano, mutilação ou destruição a sítio arqueológico, de acordo com a previsão legal, acima listada, é

considerado crime ambiental, conforme estabelecido nos artigos 62, 63 e 64 da Lei Federal Nº no 9.605/98.

A Constituição Federal de 1988, bem como a Portaria 07/88, não citam o patrimônio submerso, porém apresentam o patrimônio arqueológico de forma abrangente, não especificando o meio em que este se encontra e, com isso, compreende-se que todo o patrimônio arqueológico se insere nesse contexto legal, inclusive o subaquático. Em atenção à legislação citada, qualquer pesquisa arqueológica que não seguir o que determina a portaria 07/88, com os devidos protocolos e autorizações dadas pelo IPHAN, está sujeita ao código penal brasileiro.

O tratamento diferenciado dado ao patrimônio, em função do meio que ele se encontra, é no mínimo controverso. Dessa forma, as marcas da cultura material que se encontram submersas em águas nacionais ficam sujeitas a exploração com objetivos não muito claros, ou pior, com objetivos que pouco tem a ver com os preceitos científicos, históricos e culturais. Com este tratamento diferenciado, empresas ficam livres para empreender grandes investimentos com o objetivo único do lucro econômico.

No entanto, tem-se aí um impasse legal, envolvendo a Marinha do Brasil, pois, no caso dos vestígios arqueológicos submersos, é a Marinha do Brasil quem regulamenta a pesquisa e exploração nos ambientes aquáticos, tanto para empresas de caráter comercial, quanto para pesquisa com fins puramente científicos. A NORMAM 10[26] tem como propósito "estabelecer normas e procedimentos para autorização de pesquisa, remoção, demolição ou exploração de bens soçobrados pertencentes a terceiros ou à União, e do turismo subaquático em sítios arqueológicos incorporados ao domínio da União." Dentro dessa perspectiva são definidos os conceitos de pesquisa; remoção, demolição, exploração, reflutuação, assistência e salvamento, unidade de conservação e águas jurisdicionais brasileiras. No caso do conceito de pesquisa,

[26] (...) **d) Dos Bens Resgatados e da Partilha**; 1) Das coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico, cultural ou Arqueológico Os bens resgatados permanecerão sob a guarda e responsabilidade de seu explorador, designado fiel depositário de bens da União. Findos os trabalhos, as peças serão submetidas a uma Comissão de Peritos, que selecionará e designará as coisas ou bens quanto ao valor artístico, de interesse histórico, cultural ou arqueológico e para atribuição dos seus valores, para efeito de incorporação ao Patrimônio da União. Esta Comissão de Peritos será designada por Portaria do CEMA e será composta por três representantes da MB indicados pela DPHDM e três membros indicados pelo Ministério da Cultura, com conhecimento nas áreas de arqueologia, história da arte, museologia ou similares. A Presidência da Comissão caberá a um dos representantes da MB. Na hipótese de não haver consenso entre os membros da Comissão, a decisão será tomada por votação. Em caso de empate na votação, caberá ao Presidente da Comissão a decisão final sobre o assunto. A partilha ou a recompensa pela remoção dos bens serão feitas na forma do contrato ou ato de autorização.2) Das demais coisas ou bens A partilha desses bens ou a recompensa pela remoção desses bens serão feitas na forma do contrato ou ato de autorização. (MARINHA DO BRASIL DIRETORIA DOS PORTOS E COSTA, 2003).

ressalta-se a ideia de exploração econômica, contida no texto, que induz à comercialização de vestígios arqueológicos, algo impensável quando se refere ao patrimônio arqueológico terrestre.

Com o objetivo de compatibilizar as ações entre o Ministério de Estado da Cultura e da Marinha, aprova-se a Portaria Interministerial n.º 69, de 23 de janeiro de 1989, a qual:

> Aprova normas comuns sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou de bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob a jurisdição nacional, em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar (IPHAN, 1989).

Tal portaria foi um passo avante, porém, percebe-se em seu texto, a discrepância entre os poderes nos pontos decisórios ou conflituosos. A própria linguagem utilizada não acompanha o pensamento de pesquisadores e das instituições que tratam do assunto. Cabe ao Ministério da Marinha a proteção, a concessão de autorização e a regulamentação. Em seu artigo quarto, que discorre sobre a exploração científica, cabe ao Ministério da Marinha o ato de autorização para a exploração científica do bem afundado. Sendo o bem de interesse histórico, artístico ou arqueológico, a autoridade do Ministério da Cultura, no caso o IPHAN, poderá ser ouvida. Tratando de exploração científica, caberá a uma Comissão Interministerial a definição das peças de interesse artístico, histórico ou arqueológico. Cabe ressaltar que a Comissão é formada por três membros indicados pelo Ministério da Marinha e três membros indicados pelo Ministério da Cultura, sendo que a presidência da Comissão será sempre do Ministério da Marinha. As decisões serão tomadas sempre por consenso e em caso de empate a decisão será da presidência da comissão.

A separação dada ao bem arqueológico, em função do local em que o mesmo foi encontrado, ocasionou uma série de problemas conceituais, dando espaço à criação de portarias e leis que suscitaram uma série de críticas de pesquisadores e arqueólogos. O sítio arqueológico, se encontrado em meio terrestre, fica atrelado à legislação específica oriunda, principalmente do Ministério da Cultura – IPHAN; se encontrado submerso, em águas de controle nacional, fica sob a judicie do Ministério da Marinha. Para a arqueologia, a cultura material é o mote dos estudos em sítios arqueológicos, independentemente se são encontrados em meio terrestre ou sob as águas.

> As diferenças impostas pelo ambiente aquático não caracterizam outra disciplina, nem descaracterizam o patrimônio cultural! Não estamos falando de outra Arqueologia, nem de algo que deixa de ser patrimônio cultural por estar submerso! (RAMBELLI, 2009; p.61).

No Brasil, a equiparação científica e metodológica não se repete no que concerne às leis de proteção ao patrimônio, pois com o vigor da Lei Federal 10.166/00, que se sobrepõe a Lei Federal 7542/86, que estabelece valor de mercado ao patrimônio subaquático, possibilita-se a comercialização de bens retirados de embarcações por empresas de cunho comercial, nacionais e estrangeiras.

> A aprovação da Lei n° 10.166/00 não só contraria os preceitos éticos e científicos dos arqueólogos, mas fere a própria Constituição Federal em seu artigo 216, além da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar[27], da qual o Brasil é signatário (CEANS, 2004).

Neste momento está se aguardando a tramitação do Projeto de Lei da Câmara - PLC 45/08, um esforço em conjunto entre a Marinha, academia e IPHAN, no sentido de estabelecer parâmetros para as pesquisas e proteção dos sítios arqueológicos subaquáticos no Brasil. O projeto dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e revoga os artigos 20 e 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000. Decreta em seu artigo primeiro que:

> (...) constitui patrimônio cultural subaquático brasileiro todos os vestígios da existência do homem de caráter cultural, histórico ou arqueológico submersos em águas sob a jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, estando parcialmente ou totalmente debaixo de água por mais de 50 anos.

Tal Projeto de Lei visa aproximar-se das diretrizes estabelecidas pela UNESCO, diferenciando em alguns aspectos, como, por exemplo, o tempo definido para que um naufrágio se torne um sítio arqueológico. A convenção da UNESCO de 2001 determina em seu Artigo Primeiro e Parágrafo 1, que:

---

[27]A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), frequentemente referida pelo acrónimo em inglêsUNCLOS (de *United Nations Conventiononthe Law oftheSea*), é um tratado multilateral celebrado sob os auspícios da ONUem Montego Bay, Jamaica, a 10 de Dezembro de 1982, que define e codifica conceitos herdados do direito internacional referentes a assuntos marítimos, como mar territorial, zona econômica exclusiva, plataforma continental e outros, e estabelece os princípios gerais da exploração dos recursos naturais do mar, como os recursos vivos, os do solo e os do subsolo. (http://www.itamaraty.gov.br)

> Patrimônio Cultural subaquático significa todos os vestígios da existência do homem de caráter cultural, histórico ou arqueológico total ou parcialmente, periódica ou continuamente submersos há mais de 100 anos (UNESCO, 2001).

A Projeto de Lei da Câmara - PLC 45/08 determina 50 anos, englobando todos os naufrágios relacionados com as grandes guerras mundiais. Atualmente, a PLC 45/08 está em análise no Senado Federal.

Esse contexto demonstra a evolução das leis e normativas, bem como o novo entendimento referenciado pelos órgãos fiscalizadores ao patrimônio arqueológico submerso. Essa dinâmica envolve a memória e a identidade do país que, impulsionado pelas mudanças socioeconômicas e culturais, produz uma nova forma de se relacionar com o seu patrimônio, seja ele terrestre ou subaquático.

4 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E AMBIENTAL DA ÁREA DA PESQUISA

Neste capítulo apresentar-se-á a área da pesquisa (figura 12) sob os aspectos da ocupação territorial e ambiental da perspectiva da arqueologia marítima, apresentando o espaço terrestre, lacustre e marinho como *locus social*, percebido e assimilado pelas sociedades que de certa forma interagiram com esse ambiente e ali deixaram as marcas da cultura material. Sociedades que, ao longo da história, exploraram e utilizaram o ambiente marinho como meio de sustento e de desenvolvimento, elaboraram uma série de modos de apropriação social desse ambiente; economia, cultura e usos simbólicos, mudaram no decorrer da história, porém o mar ou o ambiente marinho, por muito tempo, apresentaram-se como elementos fundamentais na construção destas relações.

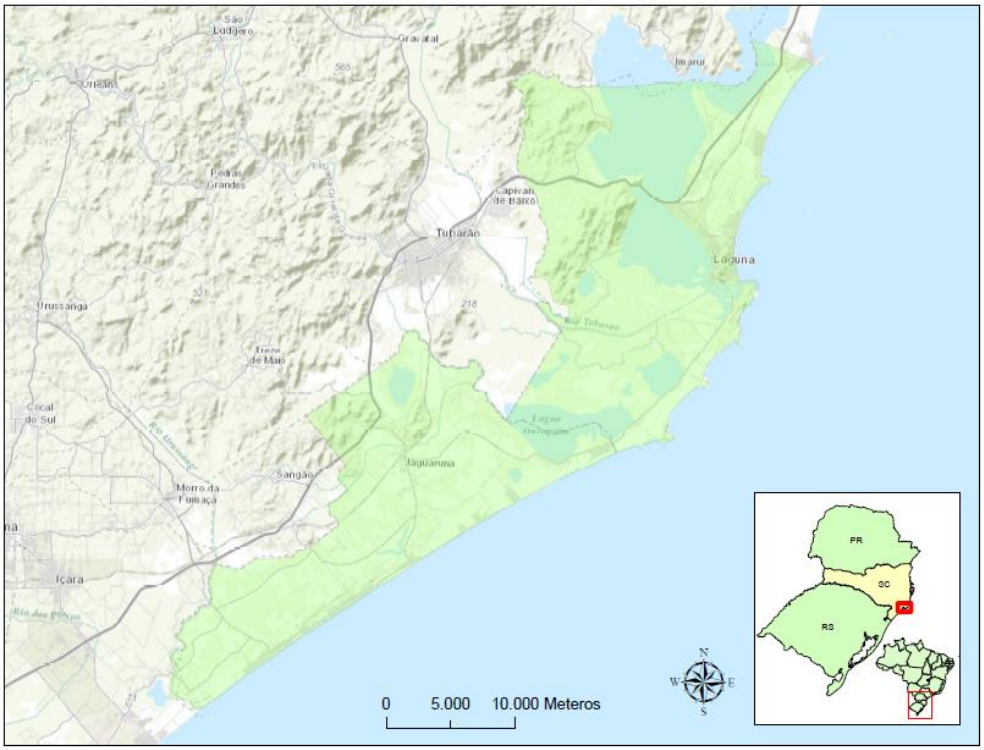


Figura 12: Área da Pesquisa. Municípios de Jaguaruna e Laguna, sul de Santa Catarina.
Autor: Alexandro Demathé

No que concerne à ocupação territorial, discorrer-se-á, aqui, sobre as pesquisas realizadas acerca das sociedades pré-coloniais na região, os principais grupos que ali viveram, e sua distribuição neste espaço. Tratar-se-á também da ocupação colonial dos grupos que ali

se instalaram, sua economia, história e principalmente das relações destes grupos com o ambiente marinho.

Nos aspectos ambientais e geomorfológicos, apresentaremos a região em sua dinâmica geomorfológica e ambiental no processo de formação do complexo lagunar, o ambiente marinho/lacustre e sua relação com a ocupação pré-colonial regional. Trataremos da geomorfologia da costa da área da pesquisa e sua aptidão as atividades marítimas e ao próprio sinistro marinho.

4.1 PARQUE ARQUEOLÓGICO DO SUL – LAGUNA – CABO DE SANTA MARTA.

O Parque Arqueológico do Sul de Santa Catarina é um tema que permeia os corredores do IPHAN do Estado de Santa Catarina desde o início dos anos 2000 e, de lá para cá, muito pouco se avançou para sua concretização. Alguns trabalhos científicos foram realizados na área, entretanto, no momento, o parque não passa de ideias e vontades individuais, que deverão ainda percorrer um longo caminho até que se crie de fato o Parque Arqueológico do Sul de Santa Catarina. Acerca das pesquisas desenvolvidas, destacam-se dois trabalhos realizados no litoral sul de Santa Catarina a pedido do próprio IPHAN. Em 2003, a Scientia Ambiental[28] produziu o "Parecer Técnico acerca do valor do Patrimônio Cultural e Natural da Região situada entre a Barra de Laguna, município de Laguna, e a Barra do Rio Araranguá, município de Araranguá, para fins de tombamento e de criação de uma unidade de conservação". Em 2009, o GRUPEP/UNISUL[29] – Arqueologia apresentou um relatório sobre a "Preservação e Proteção do Parque Arqueológico do Sul".

O parecer técnico produzido pela Scientia Ambiental, em 2003, apresenta a ideia da criação de uma unidade de conservação mais ampla, considerando tantos os aspectos naturais,

[28] Scientia Consultoria Científica é uma empresa de prestação de serviços na área de meio ambiente, especializada na realização de pesquisas, elaboração de relatórios e execução de programas relativos ao meio antrópico e ao patrimônio cultural.

[29] GRUPEP – Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia – UNISUL campus de Tubarão. Atua a mais de uma década em pesquisas arqueológicas e históricas na região do complexo lagunar e sul de Santa Catariana. UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina. Os estudos realizados foram organizados e coordenados por FARIAS e DEBLASIS.

quanto ambientais e culturais da região (SCIENTIA, 2003). O mesmo parecer determina, sob orientação do IPHAN, uma poligonal a ser protegida entre a Barra da Laguna e a Barra do Rio Araranguá, totalizando 78km de costa, com 1km de largura, a partir da linha da praia, totalizando 86,69 quilômetros quadrados (figura 13).

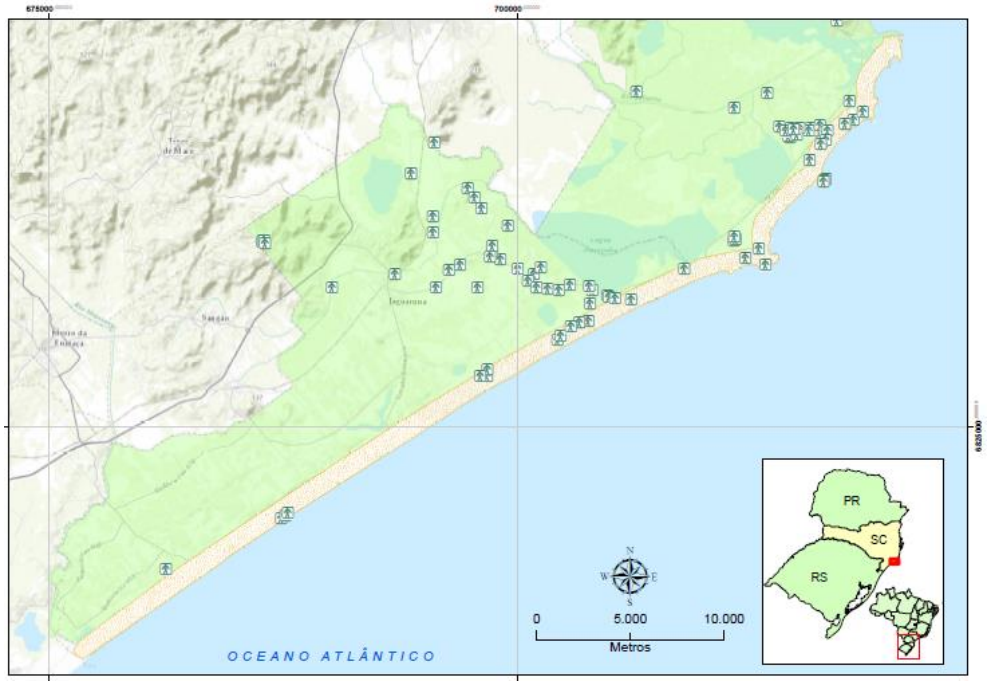


Figura 13: Delimitação da área de pesquisa (em laranja) segundo os estudos de Scientia (2003).
Autor: Alexandro Demathé

Já em 2009, o relatório do GRUPEP – Arqueologia - UNISUL, além de contemplar os aspectos naturais e culturais da região, promoveu um inventário bastante preciso dos sítios arqueológicos existentes na área da pesquisa. Realizou uma série de vistorias, levantamento topográfico em 37 sambaquis, recadastramentos dos remanescentes arqueológicos da região e entrevistas com a comunidade. Neste relatório, fortaleceu-se a ideia de que estes bens arqueológicos estão em eminente risco de destruição devido a uma diversidade de fatores antrópicos. Entre eles, o movimento desenvolvimentista, presente na área da pesquisa, devido à duplicação da BR 101 e do asfaltamento da principal via de acesso entre as praias de Laguna e Jaguaruna. Nesse caso, a especulação imobiliária ocasiona uma curva crescente no número de empreendimentos sem um planejamento que integre o desenvolvimento e a proteção destes sítios arqueológicos e do meio que estes estão inseridos. Tal levantamento apresentou um

polígono de proteção maior do que o anterior, proposto pela Scientia (2003). A atual área de proteção leva em conta a área da APA da Baleia Franca[30] (apêndice D), ampliando a proteção para as áreas de lagoas, extrapolando a antiga proteção que se limitava a uma estreita faixa de terra de um quilômetro para o mar. Com a ampliação da área proposta para criação do Parque Arqueológico do Sul de Santa Catarina, o polígono de proteção passa para 1.025,81 quilômetros quadrados. Figura (14).

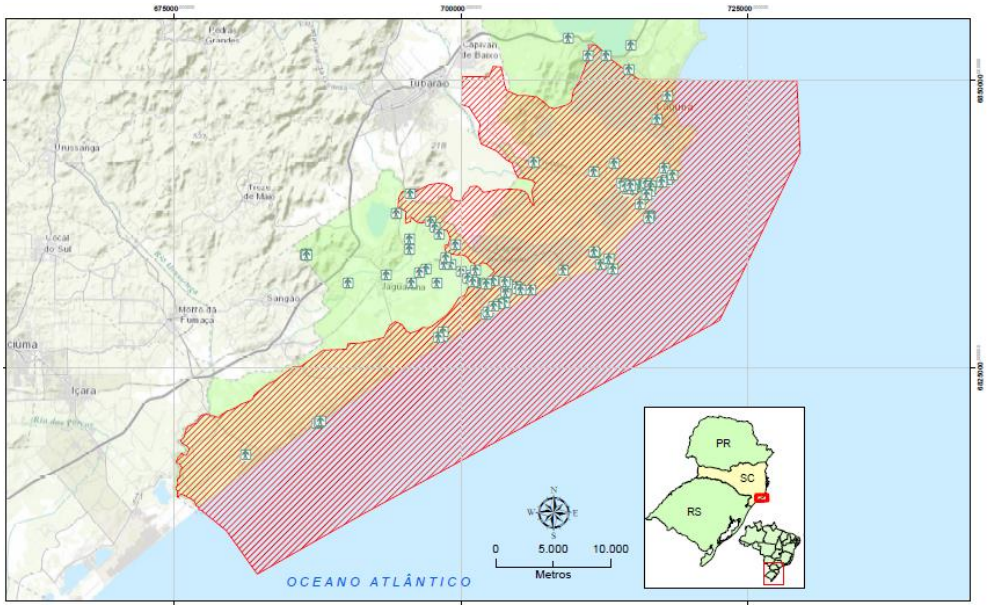


Figura 14: Delimitação da área do Parque Arqueológico do Sul de Santa Catarina segundo os estudos do GRUPEP (2009). Autor: Alexandro Demathé

Além destes trabalhos, que estão diretamente ligados à temática de criação de um Parque Arqueológico, outras pesquisas relacionadas direta ou indiretamente com a gestão do patrimônio arqueológico da região também foram produzidas (GUIMARÃES, 2012; SCOFANO, 2011; LINHEIRA, 2010; CITTADIN, 2010 e CAMPOS, 2010).

A área da pesquisa apresenta-se com grande diversidade ambiental e cultural, permeada por uma longa pré-história que remonta cerca de oito mil anos e continua ao longo do período

[30] APA da Baleia Franca – Área de proteção Ambiental definida pelo IBAMA (Decreto Lei s/nº de 14/09/2000) Está situada entre os municípios de Florianópolis e Içara (atualmente Balneário Rincão). Ocupa uma área de 154.866,27 hectares do litoral sul de Santa Catarina. Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (Artigo 15 da Lei 9.985). (www.baleiafranca.org.br)

histórico (FARIAS; DEBLASIS, 2009), trazendo à tona a ocupação do território, notadamente marcada pela investida dos europeus, que firmaram contatos com as populações nativas formando núcleos de povoamento (CARUSO; CARUSO, 2000).

Essa história, mesmo que remota, se perpetua até os nossos tempos através dos vestígios da cultura material evidenciada - os diversos tipos de sítios arqueológicos pré-coloniais, sítios coloniais, como os naufrágios e edificações; além disso, a área é marcada por elementos da cultura imaterial, onde se apresentam de forma evidente traços culturais que remetem a diversas camadas de tempo de nossa história, aqui representadas pela cultura indígena e colonial, principalmente açoriana, com suas particularidades e misturas peculiares. "A influência Guarani está presente em todos os níveis, desde a alimentação até a toponímia regional" (FARIAS; DEBLASIS, 2009).

4.2 ASPECTOS AMBIENTAIS

A área em questão é um local único sob diversos aspectos; trata-se da região com o maior delta interno do país, fazendo parte da bacia hidrográfica do rio Tubarão (RH-09) e de um importante complexo ambiental (figura 15). Os principais rios desta região hidrográfica são os rios Tubarão e D´Una que, juntos com seus afluentes, cobrem 19 municípios em um total de 5.640 km2, tendo o seu principal rio, o Tubarão, percorrido aproximadamente 120km desde a sua nascente a sua foz, na lagoa de Santo Antônio (SANTA CATARINA, 1997). Devido à singularidade de seu complexo lagunar, a área apresenta um conjunto de características que não se encontra em qualquer outro trecho do litoral catarinense. Sob o aspecto ambiental, engloba um diversificado patrimônio sedimentológico, já que aí se encontra um dos mais complexos e singulares exemplos de interação entre formações costeiras quaternárias[31] no Brasil (GIANNINI, 1993 apud. FARIAS; DEBLASIS, 2009).

[31] O Quaternário um período marcado por quatro grandes eras glaciais que produziram os mais variados efeitos nas taxas de deposição, na pedogênese, nos regimes fluviais, etc. Sendo assim, a análise geomorfológica dos ambientes atuais constitui a base para a compreensão da sequência evolutiva da paisagem do passado geológico recente. O Quaternário é a última divisão do tempo geológico e considera-se que o mesmo tenha tido início há 2 milhões de anos estendendo-se até o presente. Divide-se em duas épocas: Pleistoceno e Holoceno.

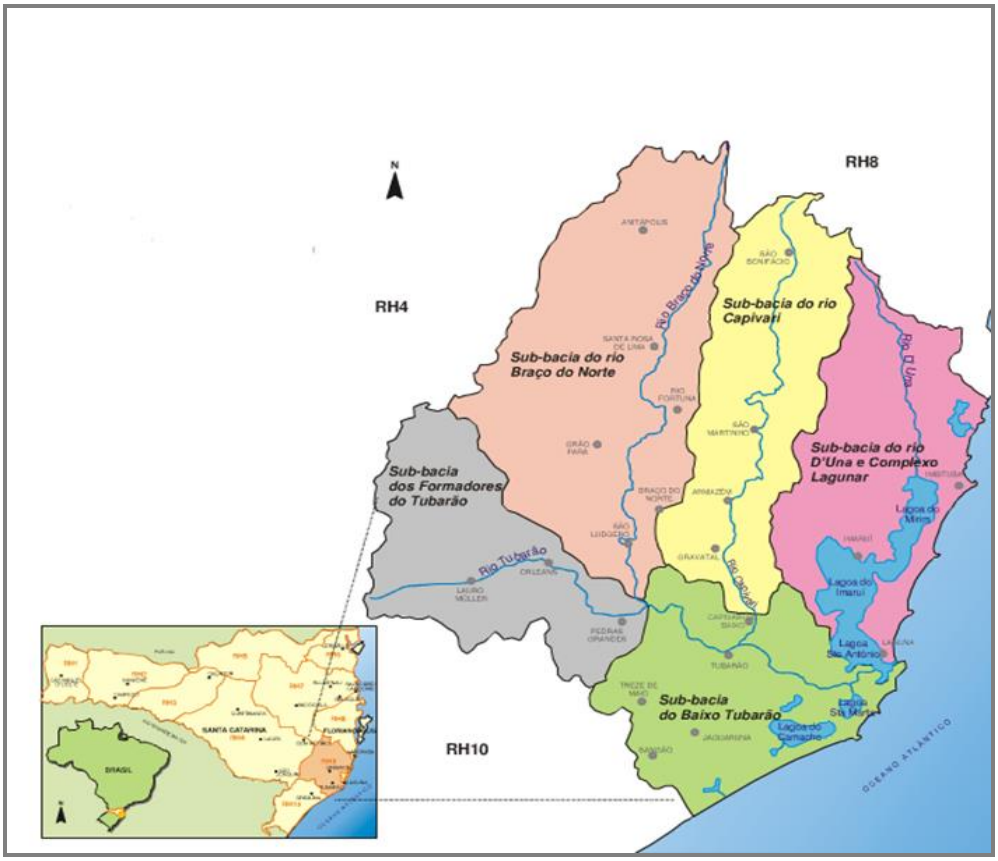


Figura 15: Bacia hidrográfica do Rio Tubarão (RH 09). Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão.

Este complexo sedimentar se apresenta basicamente organizado em quatro tipos de sistemas deposicionais: lagunar, barra barreira, planície costeira e eólico. O sistema lagunar inclui um complexo conjunto de lagoas alimentadas pela bacia do Rio Tubarão.

O sistema eólico abrange exemplos raros de dunas quaternárias de diferentes gerações, empoleiradas sobre obstáculos rochosos (GIANNINI, 1993 apud. FARIAS; DEBLASIS, 2009), além de extensos campos de dunas ainda ativos. Barra-barreira é um sistema descrito como depósitos de sedimentos sob a ação das ondas marinhas, pelo contínuo trabalho e pela redistribuição local ou ao longo da costa (caráter de barra), ou, formando na face oposta ao da costa, um ou mais corpos lagunares (GIANINI 1993, p. 82). O sistema de planície costeira é um sistema de deposição progressivo, devido ao transporte de sedimentos por correntes de deriva litorânea logitudinal (FISHER 1983 *apud* GIANINI 1993, p.83). Todo esse ambiente se moldou durantes milhares de anos sob diversas influências, dando origem a todo esse

complexo de lagoas, pequenos rios e canais, possibilitando, de certa forma, a ocupação humana desde o seu período mais remoto.

De acordo com a classificação de Koeppen, o clima da região é subtropical tipo Cfa (mesotérmico úmido com verão quente), com precipitações distribuídas durante todo o ano, sem períodos longos de secas e com uma temperatura média anual em torno de 18°C, com máximas que podem ultrapassar os 40°C e mínimas que podem ficar próximas ao 0°C.

Como em quase todo o território nacional, a vegetação original é praticamente inexistente, restando apenas algumas pequenas manchas com Floresta Ambrófila Densa, denominadas na região de Floresta Tropical Atlântica ou apenas Mata Atlântica. Em sua passagem por Laguna, em 1820, Saint-Hilaire[32] descreve a localidade como sendo "as terras distritais cobertas de florestas exuberante (ULYSSÉIA, 2004, p.36)". Mesmo com a acentuada intervenção humana, pode-se, ainda, encontrar na região diversos bolsões verdes com espécies típicas da Floresta Ombrófila Densa, tais como: canela-preta (*Ocothea catharinensis*), peroba vermelha (*Aspidosperma olivaceum*), a canela-fogo (*Cryptocarya aschersoniana*) e o óleo ou pau-óleo (*Copaifera trapezifolia),* o tapiá-guaçú (*Alchornea triplinervia*), a laranjeira-do-mato (*Sloanea guianensis*), a bicuíba (*Virola oleífera*), o baguaçú (*Talaúma ovata*) e o aguaí (*Crysophyllum viride*) (SANTA CATARINA, 1986: 35). Encontram-se ainda, nos locais de mata, um número representativo de *bromeliáceas, orquidáceas, pteridófitas, lianas* e diversas epífitas características da Mata Atlântica. Muitas das espécies citadas acima foram utilizadas por muito tempo na construção de casas, engenhos de farinha, ferramentas, carros de boi e também na carpintaria naval, para a construção de pequenas embarcações para mar aberto e para as típicas canoas monóxilas.

Além dos remanescentes de Floresta de Mata Atlântica, encontra-se vegetação típica de restinga, que se distribui em pequenas manchas em praticamente toda a faixa da planície litorânea, este tipo de vegetação apresenta-se sob diferentes formas e tamanhos, desde as formações herbáceas rasteiras, passando por formações arbustivas (abertas ou fechadas), chegando a florestas que podem atingir até os 20m de altura. Segundo o relatório da Geoambiente (2008), pouco mais de 20% do território de Laguna é formado por restinga. Cittadin (2010) aponta que essa formação é localizada na parte norte do município, próximo aos limites com o município de Imbituba e ao sul entre a praia do Ipoã e a lagoa de Santa

[32] Viajante Francês, naturalista, August de Saint-Hilaire visitou a vila de Laguna em 1820 e deixou relatos preciosos sobre diversos aspectos naturais e culturais da região.

Marta, bem como nas dunas da praia da Galheta, Farol de Santa Marta e Cigana, além da região entre os cursos de água que ligam a lagoa do Santo Antonio e a lagoa de Santa Marta.

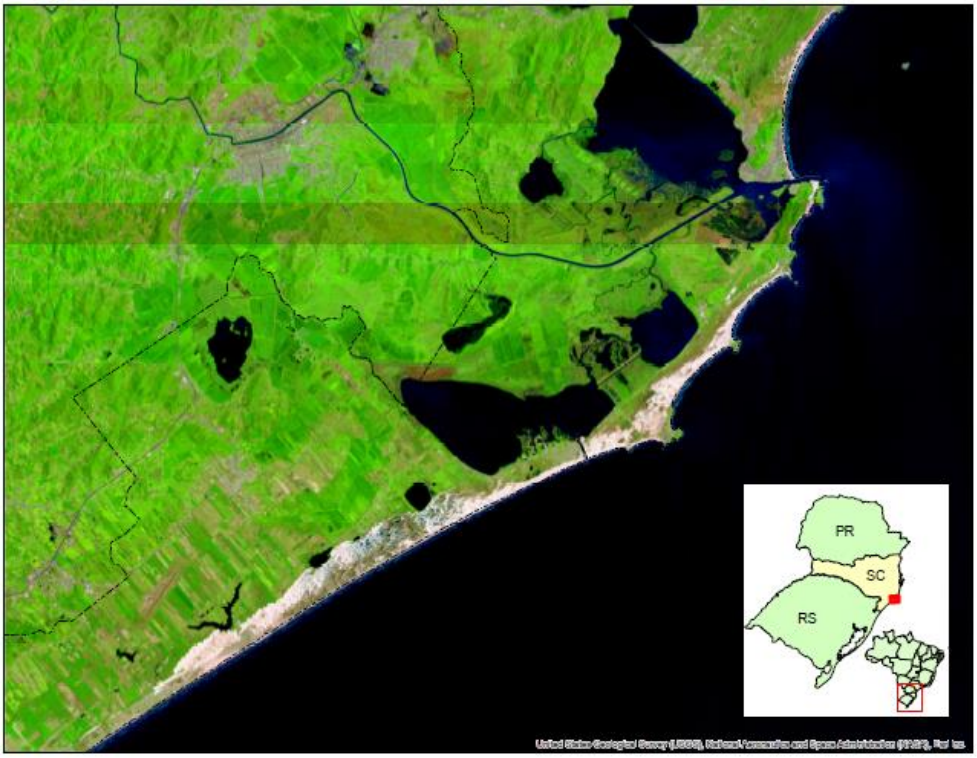


Figura 16: Visão geral dos aspectos naturais da área da pesquisa. Autor: Alexandro Demathé

A área da pesquisa situa-se em meio a este complexo conjunto natural, matas, lagoas, dunas e restingas, morros e pequenos promontórios, permeada por uma intensa presença humana através da história. Tal presença se deu respeitando e acompanhando a modelagem sempre dinâmica da paisagem local. Nos períodos mais remotos de ocupação, grupos se assentaram nas bordas da paleolagoa e nas paleoilhas acompanhando os movimentos e conformações naturais do ambiente[33]. Já no período colonial, essas mesmas terras foram ocupadas pelo colonizador europeu que ali se assentou e formou vilas e cidades, nas mesmas bordas das lagoas, nas áreas protegidas para a prática portuária, ou seguindo para o interior acompanhando o curso dos grandes rios.

[33] O artigo *Sambaquis e Paisagens* (DE BLASIS et al, 2007) apresenta um modelo de ocupação regional para as sociedades sambaquieiras na área designada de Paleolaguna de Santa Marta. Analisam tal ocupação humana em sua dinâmica geoambiental no período entre 6000 e 1500 anos AP. Relacionam a ocupação destas sociedades ao processo de transgressão e regressão marinha, que no decorrer deste período modificou muito a conformação geomorfológica e ambiental da região.

4.3 AS PRIMEIRAS SOCIEDADES: O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO PRÉ-COLONIAL

O Estado de Santa Catarina foi densamente ocupado em seu período pré-colonial. Realizando um breve levantamento sobre as pesquisas arqueológicas na região, observa-se que os sambaquis foram os mais pesquisados, principalmente nos municípios de Florianópolis, Laguna, Jaguaruna e Baía da Babitonga. Nas décadas de 1950 e 60, esses monumentos foram estudados de forma mais sistematizada por João Alfredo Rohr, Wesley R. Hurt e Luis de Castro Faria[34], já na década de 1970, os pesquisadores que se dedicaram ao estudo dos monumentos foram Anamaria Beck e Walter F. Piazza.

As pesquisas realizadas no litoral sul de Santa Catarina possibilitaram a sistematização de muitas informações referentes à ocupação do litoral catarinense no período pré-colonial (BECK, 1971, p. 69 apud FARIAS, 2000). Atualmente, essa região comporta uma importante pesquisa acadêmica de longa duração, que envolve universidades reconhecidas nacionalmente como a USP, UFRJ e a UNISUL. O projeto "Sambaquis e Paisagem"[35] é desenvolvido desde 1997 e é o responsável por grandes mudanças em conceitos e teorias que circulavam sobre os sambaquis desde o final do século XIX.

Distribuídos por esse ambiente complexo, encontram-se diversos tipos de sítios arqueológicos e de evidências culturais atribuídas aos diferentes grupos pertencentes a contextos ambientais específicos (apêndice B). Tais sítios são bem conhecidos pela comunidade científica e pelos moradores de seus arredores, o que permite fazer, com certa segurança, uma breve descrição de suas formas e tipologias.

---

[34]Luis de Castro Faria (1913 – 2004), Professor Emérito do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense, desempenhou um influente e decisivo papel na Arqueologia brasileira. Foi responsável pela construção do anteprojeto que resultou na Lei nº 3.924 de 1961de proteção de sítios arqueológicos (LIMA, 2014). No Campo acadêmico, Castro Faria teve uma participação importante para a consolidação da Arqueologia brasileira, participando de diversos encontros, fazendo estudos em museus de outros países e convidando arqueólogos estrangeiros para ministrar cursos no Brasil, além de ter sido o primeiro (por volta de 1950) a escavar com metodologia científica um sambaqui – Cabeçuda – Laguna SC.

[35] Esse projeto é coordenado pelos arqueólogos Paulo DeBlasis (MAE/USP) e Maria Dulce Gaspar (MN/UFRJ) e Deisi Scunderlick Eloy de Farias (GRUPEP-Arqueologia/UNISUL).

4.3.1 Os Sambaquis: A materialidade de uma sociedade do mar.

Os sambaquis, também conhecidos como concheiros, são os sítios arqueológicos que chamam mais a atenção, ou por se tratar dos sítios mais explorados comercialmente pelas sociedades modernas, ou pela sua quantidade e imponência na paisagem costeira. De origem Tupi[36], a palavra sambaqui significa "monte de conchas". São encontrados em toda a costa brasileira, principalmente em áreas de transição ecológica, entre os ambientes lagunares, lacustres e fluviais, com o ambiente marinho. Enseadas, lagoas e áreas estuarinas fazem parte do ambiente favorável à ocorrência destes tipos de sítios arqueológicos. Na paisagem, se apresentam, em sua maioria, de forma monticular, compostos basicamente por conchas, areia e substratos escuros, resultado da queima e de matéria orgânica e, em alguns casos, de sepultamentos.

> Em geral, exibem uma sucessão estratigráfica de composição diferenciada: camadas de conchas mais ou menos espessas intercaladas por numerosos estratos finos e escuros, ricos em materiais orgânicos, com muitas estruturas distribuídas em áreas específicas. (FARIAS, DE BLASIS; 2009, p. 15)

Suas dimensões variam entre pequenos amontoados de conchas a verdadeiras montanhas, com até 70 metros de altura, e ocupando áreas próximas de 10 hectares, atualmente poucos são os sítios com mais de 20 metros de altura, restando apenas os registros dos antigos pesquisadores, viajantes e antigas fotografias dos grandes sambaquis.

[36] Apesar da origem da palavra ser do tronco linguístico Tupi, os traços culturais que marcam este tipo de sítio não são relacionados aos grupos (Tupi) que os define.



Figura 17: Vista aérea do Sambaqui Garopaba do Sul, município de Jaguruna. Foto: Alexandro Demathé.

Os vestígios da ocupação nos sambaquis revelam que a sociedade sambaquieira estabelecia uma estreita relação com o ambiente, demonstrando uma lógica regional de ocupação e construção do espaço, além das datações que apontam ocupações contínuas no mesmo espaço, que podem ultrapassar os 1000 anos[37]. Os estudos e escavações arqueológicas mostram uma grande quantidade de sepultamentos, o que indica tratar-se de sociedades com complexidade organizacional, ou pelos adornos associados aos enterramentos, ou pelos padrões de sepultamentos apresentados (GASPAR, 2000). Restos faunísticos são abundantemente encontrados nos sítios, demostrando uma íntima relação com o habitat lagunar, revelando suas habilidades na pesca e, possivelmente, na navegação.

Quanto aos objetos utilizados pelas sociedades sambaquieiras, encontra-se uma grande diversidade voltada aos diferentes usos cotidianos. "As populações do litoral utilizavam todos os tipos de matérias-primas oferecidas pelo ambiente em que habitavam, como rochas (basalto, quartzo), conchas, ossos e dentes de animais, além de outros materiais orgânicos que não são facilmente preservados" (FARIAS, 2000; p.04).

[37] As datações obtidas no sambaqui Jabuticabeira I referentes ao topo e a base deste sítio muito destruído, porem com indicadores que tratava-se de um grande sambaqui, apontam para uma ocupação de dois mil anos (DE BLASIS et al, 2007).



Figura 18: Artefatos líticos dos povos dos sambaquis. No detalhe, peso de rede e afiador. Acervo GRUPEP Arqueologia. Foto: Alexandro Demathé.

Pontas ósseas, pequenos arpões serrilhados, anzóis compostos, perfuradores e adornos eram, em sua maioria, fabricados em ossos de aves, mamíferos terrestres e aquáticos, além de espinhas, dentes e esporões de peixes. Além dos artefatos utensiliares, encontra-se uma diversidade de adornos feitos em dentes de tubarão, de porco do mato, de jacaré, além de conchas e outros tipos de ossos.

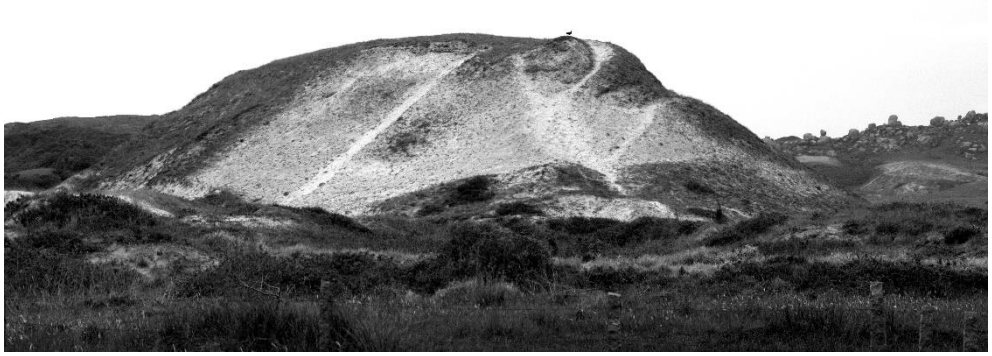


Figura 19: Vista geral do Sambaqui do Ipuã. Laguna SC. Foto: Alexandro Demathé.

Além dos artefatos utensiliares encontrados com bastante frequência nos sambaquis, pode-se afirmar que a existência dos zoólitos[38] em alguns sítios aponta para uma requintada habilidade, complexidade e para uma forte ligação destas comunidades ao seu ambiente, principalmente com a fauna. Os usos atribuídos aos zoólitos ou os propósitos que levaram tais populações a fabricarem esses objetos, de grande cura artística e simbólica, ainda são um mistério, possivelmente foram utilizados em festas, rituais e momentos especiais.



Figura 20: Zoólito, possivelmente utilizados em rituais pelos povos sambaquianos.
Acervo GRUPEP Arqueologia. Foto: Alexandro Demathé.

Já na década de 1960, Beck apontava para uma grande complexidade na sociedade sambaquieira, seus estudos de doutoramento mostraram particularidades tecnológicas, bem como variações significativas nos padrões funerários, quando comparadas as coleções da região norte e sul do estado de Santa Catarina. As pesquisas de longa duração, realizadas no sul do estado de Santa Catarina, possibilitaram uma grande quantidade de dados, novos sítios mapeados, várias datações que apontam para uma intensa atividade social entre 1500 e 5000

[38] A habilidade dos sambaquieiros ficou registrada nas esculturas de pedra e osso conhecidas como zoólitos (zoo = animal, lito = pedra); são objetos que impressionam pela beleza e pelo equilíbrio de formas". (GASPAR, 2000). Apesar do nome, as formas representadas iam além de animais, também foram encontradas representações antropomorfas e geométricas.

anos AP, além de diversas nuances no processo construtivo dos sítios, no padrão de ocupação do ambiente lagunar, em aspectos relacionados à alimentação e padrões comportamentais ligados aos sepultamentos (GASPAR; DEBLASIS, 1992; DEBLASIS et al., 1998, 2004; VILLAGRÀN, 2010; KLÖKLER, 2011).



Figura 21: Sepultamento composto. Dois indivíduos com pernas e mãos entrelaçadas. Sambaqui Cabeçuda, Laguna SC. Acervo GRUPEP Arqueologia. Foto: Alexandro Demathé.

4.3.2 Os Ceramistas: Tradição Tupiguarani e Taquara/Tararé

A chegada dos primeiros europeus nas costas do sul do estado de Santa Catarina, no século XVI, foi marcada pelo contato com grupos indígenas que dominavam toda a região. Eles pertenciam ao Tronco Linguístico Tupi-guarani, provenientes do sudoeste da Amazônia. Segundo relatos de cronistas espanhóis e portugueses, os Guaranis receberam diversas denominações, entre elas, Carijós e Cariós, Tapes e Arachãs (SCHIAVETTO, 2003).

Sua dispersão ocorreu por volta de 5000 AP, seguindo o curso dos grandes rios, chegando à costa brasileira poucos séculos antes do colonizador (BROCHADO, 1984).

As pesquisas confirmam o intenso movimento migratório vivido pelo grupo, denominado por Brochado (1984) de “chameamento”, este processo fez com que o grupo se movimentasse por praticamente todo o território brasileiro e se deparasse com ambientes diversificados e possivelmente entrando em contato com grupos caçadores-coletores.

O guarani, aqui definido como agricultor-coletor , vai escolher um ambiente com alto índice de pluviosidade, estação seca reduzida e temperaturas médias elevadas, além de solos apropriados para a agricultura de coivara. A agricultura praticada pelo grupo é de escala limitada, necessitando sempre de novas terras para o plantio. Em Santa Catarina, ocuparam todo o litoral e parte do planalto nas margens dos rios Uruguai e Iguaçú. Habitavam as proximidades dos grandes corpos d´água, e escolhiam terras férteis e facilmente agricultáveis.

Muitos são os pesquisadores que se ocuparam do assunto no litoral sul de Santa Catarina, encampando investigações acadêmicas e principalmente no âmbito da arqueologia de contrato, entre eles Rohr (1984), Lavina (1999, 2000), Farias (2004, 2004b, 2006, 2007, 2012, 2014) Milheira (2010).

Os sítios da Tradição Tupi-guarani não são os únicos sítios ceramistas a serem encontrados na área da pesquisa - região sul do litoral de Santa Catarina, outro sítio ceramista é também recorrente, denominados portadores da Tradição Taquara/itararé (Jê), porém em menor número quando comparados com o Guarani.

Os sítios arqueológicos das Tradições Tupi-guarani e Taquara/Itararé são resultado do povoamento de populações ceramistas e horticultoras, possuem como características a presença de fragmentos de artefatos cerâmicos e, em alguns casos, grandes quantidades com vasilhames ainda inteiros. Os fragmentos cerâmicos, juntamente com outros artefatos, geralmente em material lítico, são encontrados normalmente associados às manchas escuras no solo, resultado de anos de queima, sendo, em alguns casos, facilmente visíveis em superfície. Algumas manchas, muito marcadas no solo, continuam sendo visíveis mesmo após anos de cultivo da terra com máquinas agrícolas. A cerâmica típica destes grupos se difere principalmente pela forma, espessura e queima.

No caso da Tupi-guarani, apresenta-se na forma roletada ou modelada[39], finalizada com a secagem e a queima, que podem ser em fornos abertos ou fechados. A decoração presente nessas vasilhas é bastante variada, dependendo dos usos e de sua forma, normalmente encontram-se a corrugada, ungulada, escovada, corrugada-ungulada, lisa e pintada. São encontradas em diferentes formas e tamanhos, com diversos usos, entre muitos, para o

[39] A técnica de *roletes* ou como também é conhecida de *acordelamento*, é a técnica mais recorrente nos sítios da região. Trata-se da sobreposição de rolinhos de argila fresca formando uma parede que receberá posteriormente o alisamento e outras decorações. A *modelagem* é uma técnica mais recorrente na confecção de pequenas peças, trata-se da modelagem do utensílio com as mãos a partir de um bloco inteiro de argila (MILHEIRA; 2014, p. 174).

cozimento, armazenamento, alimentação, transporte, rituais e enterramentos (FARIAS e KNEIP, 2010; MILHEIRA, 2014).



Figura 22: Pote cerâmico atribuído a cultura Guaraní. Acervo GRUPEP Arqueologia. Foto: Alexandro Demathé.

Ao contrário das cerâmicas Guarani, as cerâmicas Jê – Taquara/Itararé dificilmente são pintadas e apresentam-se com paredes geralmente finas de coloração muito escura. Quando decoradas, possuem marcas muito peculiares, como o ponteado, ungulado, pinçado e o marcado com cestarias. Esta cultura material geralmente é associada a sítios com estruturas escavadas e pequenos montículos. Atualmente se discute a ocupação Jê no contexto do litoral[40], associados a sítios com presença de conchas e terra escura, muita fauna de peixe, mamíferos e aves, sepultamentos, além da cerâmica e material lítico. (FARIAS e KNEIP, 2010; FERNANDES et al, 2011; DEBLASIS et al, 2014; CARDOSO et al, 2014).

Todas essas marcas estão presentes na região sul de Santa Catarina, que foi ocupada há pelo menos 8.000 anos por estes diferentes grupos humanos, que legaram parte de sua história através dos vestígios materiais – líticos, cerâmicos, restos alimentares e sepultamentos.

[40] No caso do Sítio Arqueológico Galheta IV, situado na área da pesquisa a cerca de 50 metros acima do nível do mar, este foi datado entre 1200 e 600 AP. As escavações se deram entre os anos de 2005 e 2007 e foram efetuadas pelo GRUPEP Arqueologia – UNISUL e MAE – USP. Devido a aproximação dos sambaquis Galheta I e II, Farias e DeBlasis, (2007) sugerem que o sítio Galheta IV esteja geograficamente e historicamente envolvido com a cultura sambaquieira.

Esses sítios são alvo de depredação desde o início da colonização europeia, em que utilizavam as conchas provenientes dos sambaquis para a pavimentação das primeiras estradas e na construção civil, pequenas roças, principalmente de mandioca, ainda são cultivadas sobre pequenos promontórios onde ali assentavam-se índios que marcaram a terra com seus sítios cerâmicos e líticos. Segundo Ulisséa (2004), de acordo com os relatos do viajante Saint-Hilaire "[...] as ruas eram estreitas, mas direitas e pavimentadas com uma mistura de areia, terra preta e cascalho, bem batida, de tal sorte que, nos dias de chuva, pouca lama se formava no seu leito. Tinham as casas boa aparência e eram em geral, de alvenaria". As marcas do uso dos sítios arqueológicos na pavimentação e na construção civil relatada pelo viajante são ainda visíveis nas paredes e nas ruas (hoje pavimentadas com pedras) do centro histórico de Laguna. Possivelmente a atual diversidade e quantidade de sítios encontrados hoje represente apenas uma pequena parcela do que seria a real ocupação no período pré-colonial na região.

Com grande apelo cênico, a área se apresenta como uma das regiões mais belas do litoral sul do Brasil, com praias, dunas, restingas, lagoas e pequenas montanhas. Tal diversidade natural possibilitou e atraiu a ocupação de diversos grupos durante diversos períodos da história.

4.4 OCUPAÇÃO COLONIAL: AGRICULTORES, PESCADORES, COMERCIANTES E NAVEGADORES.

O município de Laguna está localizado na região sul do estado de Santa Catarina, na latitude 28º28' sul e longitude 48º46' oeste. Hoje possui uma população de cerca de cinquenta mil habitantes, distribuídos em uma área de aproximadamente de 445 quilômetros quadrados. No fim do século XVIII era o terceiro município mais populoso da província, ficando atrás de Nossa Senhora do Desterro – Capital, e de Itajaí. Segundo Dall'Alba (1979), em 1880, do vasto território antigamente ocupado pelo município, as principais freguesias eram Vila Nova, Senhor Bom Jesus da Pescaria Brava ou Bom Jesus do Socorro, São João Batista do Imaruí e Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá. Hoje correspondem, respectivamente, aos municípios de Imbituba, Pescaria Brava, Imaruí, Araranguá.

A região, com importante tradição marítima e pesqueira, abarcou um intenso movimento marítimo em sua costa e lagoas. Laguna ou "Laguna de los Patos" aparece em alguns relatos de navegadores como *porto de aguada* às embarcações que transitavam a caminho da bacia da Prata (ULISSÉA, 2004). Existem muitas notícias de investidas de navegantes europeus em terras de Laguna (PIAZZA, 1987, CADORIN; CADORIN, 2013; CARUSO; CARUSO, *2000*), já no ano de 1502 o cabo de Santa Marta foi citado no Mapa do italiano Alberto Cantino (figura 23), que seguiram outras cartas náuticas produzidas pelos muitos navegadores e cartógrafos que visitaram estas costas (CADORIN; CADORIN, 2013).

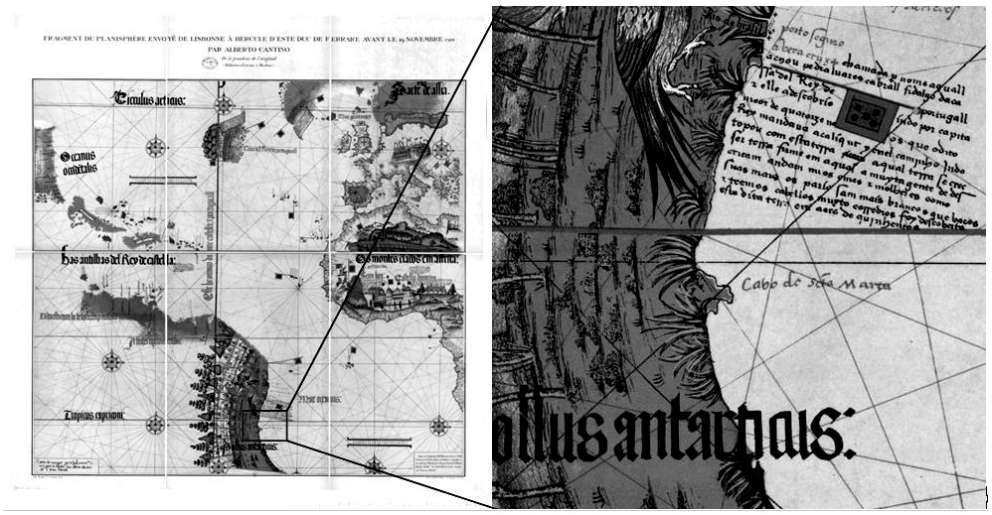


Figura 23: Planisfério de Cantino de 1502
Fonte: http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b5970559x/f1.item.r=CANTINO.langPT acesso em 16/10/2013.

Inserida em um contexto da empresa colonial portuguesa e como resultado das expedições apresadoras de índios pelos bandeirantes paulistas, em meados do século XVII, tem-se a fundação dos primeiros povoados do Estado de Santa Catarina, entre eles Laguna. Todos situados no litoral do Estado, tal escolha se deu pelo conhecimento do litoral sul brasileiro e pela fácil comunicação com a Coroa por vias marítimas. Ao norte do Estado, por volta de 1658, foi fundada São Francisco do Sul. Em 1672, o bandeirante Francisco Dias Velho funda o povoado de Nossa Senhora do Desterro, atualmente Florianópolis.

Movida pela necessidade de povoar e proteger as terras meridionais portuguesas, oficialmente o início da ocupação colonial do atual município de Laguna foi por volta de 1684, com a fundação da Vila de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, pelo vicentista Domingos de Brito Peixoto. A escolha das terras da Laguna se deu por diversos fatores, entre outros, a abundância de água doce, porto natural, por ser um ponto de inflexão de correntes

marinhas e ventos, por possuir águas abrigadas e por tratar-se do limite meridional do território de Portugal, esboçado pela linha imaginária do Tratado de Tordesilhas[41] (SIMON, 2000, *apud*. LINHEIRA 2010).



Figura 24: Marco de Tordesilhas. Laguna SC: No detalhe os brasões de Portugal e Espanha.
Foto e tratamento de Alexandro Demathé

A garantia da posse do território foi baseada no povoamento. Laguna, devido a sua localização estratégica e facilidade de comunicar-se via mar e terra, tornou-se rapidamente polo irradiador dos núcleos de povoamento para o sul do Brasil. (ULISSÉA, 2004; PIAZZA, 1982). A necessidade de povoar e de fixar a sua gente ao território remete ao conturbado contexto do Tratado de Tordesilhas.

> Na Europa como um todo, e em particular nas Cortes Ibéricas, a notícia da penetração de embarcações no interior do continente (americano) em sua vertente Atlântica, ocasionou movimentação diplomática, acompanhada de mútua espionagem entre Portugal e Espanha (PIAZZA, 1982, p.29)

[41] Já no fim do século XV é iniciada a ocupação das terras meridionais do Brasil, primeiramente no Rio Grande do Sul pela Bacia do Prata seguindo ao norte e chegando ao atual território de Laguna. A assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494 ocasionou uma disputa entre as duas forças coloniais da época. Tratar-se de uma região limítrofe entre o domínio Português e Espanhol e a ocupação era uma questão de assegurar o domínio dessa região.

Segundo Cadorin e Cadorin (2013), as terras de Laguna já estavam povoadas por espanhóis pelo menos cem anos antes da data considerada como marco oficial da sua fundação. Juan de Salazar Espinosa, capitão de uma expedição espanhola com destino a Assunção no Paraguai, naufraga em 25 de novembro de 1549, em Florianópolis, onde é socorrido por um bergatin[42], uma embarcação de menor porte da mesma esquadra. Devido às constantes disputas de território entre Espanha e Portugal, os espanhóis foram forçados a partir de Florianópolis, pois a ilha de Santa Catarina já era de domínio português. Então, seguiram ao sul em busca de um lugar para se instalar e reparar sua embarcação, pois o seu destino final era Assunção. Poucos quilômetros ao sul encontraram a entrada da barra de Laguna, onde um novo naufrágio recai sobre os navegadores, restando a eles apenas a roupa do corpo.

> "(...) chegamos nessa ilha e nos afundou a nau sem haver nenhum remédio e ficamos somente com o bergatin que sobrava (...) e com um maior número de pessoas fomos buscar um sítio onde pudesse assentar e remediar a mim e a esta gente a umas vinte léguas desta ilha, pouco mais ou menos, ao redor de uma laguna (lagoa) por onde entra o mar e entrando pela barra perdemos o bergatin (...) e por Nosso Senhor salvamos as vidas e não outra coisa. Com estes índios temos feito um lugarejo onde estamos fazendo um bergatin pequeno para que leve estas cartas a São Vicente (...) Mui poderosos Senhores, beijo os pés e as mãos de Vossas Senhorias. O Capitão Juan Salazar - Laguna Embiaça, 1º de Janeiro de 1552." Carta de Juan Salazar a Capitania de São Vicente – Tradução livre de Cadorin (CADORIN; CADORIN, 2013; p. 102)

Para Cadorin e Cadorin (2013), fica evidente que além dos indígenas já havia algum vilarejo com outros europeus. Segundo os autores, não seria possível construir um barco sem as ferramentas mínimas necessárias e muito menos escrever uma carta com papel e caneta tinteiro. *"*Este fato denota que a Laguna Del Embiaça não era apenas uma aldeia de índios carijós, mas um embrião espanhol da vila que mais de um século depois receberia o impulso de organização dos bandeirantes vicentistas*."* (CADORIN; CADORIN, 2013; p. 103).

Entre os primeiros anos do século XVI e o fim do século XVII, momento em que o povoamento vicentista já está bem estabelecido, a região de Laguna é ponto de parada para o

[42] Bergantim é uma embarcação do tipo da galé, de um a dois mastros e velas redondas ou vela latina. Levava trinta remos e era utilizado como elemento de ligação, exploração, como auxiliar de armadas ou em outros serviços do género. Era um navio escolhido pelos reis, e grandes senhores, para sua utilização em cerimónias. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Bergantim).

abastecimento de navios, local de passagem das missões religiosas e de caçadores de escravos indígenas. (CITADIN, 2010).

Nos primeiros anos de colonização vicentista, Laguna serviu como base de apoio a operações militares que se deslocavam ao sul com o intuito de defender o território da ameaça espanhola, além de servir como centro de expansão para as terras do sul e a oeste (ULISSÉA, 2004). Nesse período houve apenas uma pequena urbanização na área com a construção de uma igreja e do paço municipal (DALL'ALBA, 1979).

Por volta do século XVIII, a economia de Laguna passa por um surto desenvolvimentista, devido principalmente ao fechamento comercial da Lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul, na época Província de São Pedro do Rio Grande. Com o controle espanhol na principal via de comunicação e de escoamento da produção da província de São Pedro, o porto de Laguna apresentou-se como via alternativa de comunicação das províncias do Sul com a Capital do Império na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Ulisséa (2004), a movimentação portuária estimulou o comércio e outros setores da economia lagunense.

> "(...) a vila vai enriquecendo pela exportação de peixe seco, pelo comércio de trigo e da cochonilha cultivados pelos açorianos de Vila Nova, da carne salgada, de couros e de queijos providos de Viamão ou da Serra, cujo o transporte para o exterior é praticado, geralmente, em navios pertencentes a própria praça" (ULISSÉA, 2004; p.32).

Já no século XIX, a região foi local de intenso movimento social, com importância para a história do Brasil; a proclamação da República Juliana. Em 22 de julho de 1839, a armada farroupilha, sob o comando de David Canabarro, vinda de Porto Alegre, "capturou" a cidade de Laguna e proclamou a República Juliana. A nova República se manteve até o dia 15 de novembro do mesmo ano e, após muitas batalhas por terra e mar, um acordo foi assinado entre os revoltosos e o Império, voltando Laguna a compor o antigo regime (ULISSÈA, 2004). Muitas histórias e lendas perduraram dessa mistura de sentimentos ocasionadas pela passagem dos farroupilhas (raptores e heróis) em Laguna. Entre muitos fatos que são descritos por cronistas da época, destaca-se o naufrágio do Rio Pardo.

> Garibaldi estava no alto do mastro da vela de proa quando a onda chegou. Um segundo depois, o comandante da Rio Pardo era apenas mais um entre trinta náufragos lançados ao mar (MARKUN, 2003, p. 125).

Esses fatos ainda estão muito vivos no imaginário da população de Laguna e região, onde a memória de Anita e Giuseppe Garibaldi continuam sendo celebradas, materializada no nome de praças, ruas, museu, locais de memória e festas.

Já no final do século XIX, junto com a colonização italiana dada no interior da região, seguindo pelos vales férteis da bacia do rio Tubarão e dos açorianos no litoral, Laguna apresentava-se como um importante porto[43] de carga e passageiros que conectava o interior da província, como os outros centros do Brasil e vice e versa. Praticava comércio de gêneros alimentícios, como farinha de mandioca e arroz, de manufaturas vindas da capital e do transporte de pessoas para a cidade de Desterro e para a Capital, Rio de Janeiro. O excedente da produção era vendido aos centros urbanos do sudeste do Brasil, por meio da navegação de cabotagem (NEU, 2011). Segundo Ulisséa (2004), apesar da limitação de calado devido à barra estreita, é incontestável a importância que teve o porto no desenvolvimento de Laguna.

A ocupação açoriana foi dada a partir da metade do século XVIII, primeiramente formaram pequenos povoados no interior da cidade de Laguna, nas bordas das lagoas do Mirim, de Santo Antônio e do Imaruí. Com eles, trouxeram a experiência de um povo agricultor, e principalmente as técnicas e construção, cultivo e beneficiamento do engenho. Construíram vários engenhos na região, de cana de açúcar e de farinha, movidos à tração animal. A produção de farinha, açúcar, feijão, abóbora, amendoim, entre outros gêneros agrícolas, impulsionaram o comércio regional, fazendo crescer o transporte fluvial e lagunar, movimentando o porto de Laguna. A agricultura, a pesca artesanal, a tecelagem, a pequena indústria carpinteira naval fizeram parte da colonização açoriana na região de Laguna, sendo seus traços ainda visíveis no cotidiano da atual população da cidade.

Quanto à colonização italiana e alemã, o porto de Laguna funcionou como um entreposto, no qual foram recebidos e logo transferidos para as novas colônias no interior da região. Seguiam com pequenas embarcações pelas águas rasas das lagoas e pelos rios rumo às atuais cidades de Tubarão, Gravatal, Pedras Grandes, Orleans e São Martinho, entre outras. Neste momento, estes rios, canais e lagoas presenciaram um grande tráfego de canoas e pequenas embarcações. Subindo o vale do Rio Tubarão e Capivari, era possível observar portos fluviais bem estruturados nos centros comerciais destes embriões urbanos. Tudo era transportado por barcos: carne, gêneros agrícolas, tecidos, bebidas, açúcar, etc. Com a

[43]"Não há na província município em que a navegação direta com a praça do Rio de Janeiro seja tão contínua e freqüente. O porto é vasto e abrigado. É um espetáculo magnífico quando no porto se acham 20 navios da praça e os iates em número superior a 40" (DALL'ALBA, 1979, p. 31).

construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, no fim do século XIX, o trem começou a substituir o transporte fluvial, principalmente entre Tubarão e Laguna. Nesse momento, as colônias do interior transportavam por via fluvial seus excedentes até a estação ferroviária de Tubarão, onde as mercadorias eram encaminhadas sobre os trilhos até o porto de Laguna que, dali, abasteciam o forte comércio da cidade e alcançavam, através do porto de Laguna, outras regiões do país.



Figura 25: Embarcação utilizada para o transporte da produção agrícola do interior para o porto de Laguna (Acervo IPHAN).

Outro fator que impulsionou o desenvolvimento econômico de Laguna foi o carvão mineral, que era abundante na região e começou a ser utilizado como combustível para os vapores que aportavam em Laguna. O mineral era transportado ao porto, vindo diretamente das minas da região carbonífera de Criciúma pela ferrovia Dona Tereza Cristina (LINHEIRA, 2012; MORAES, s.d.).



Figura 26: Porto de Laguna. No detalhe, os vapores que interligava Laguna ao Rio de Janeiro - Década de 1910 (Acervo IPHAN).



Figura 27: Porto de Laguna – No detalhe, o intenso movimento de embarcações na área portuária de Laguna - Década de 1910 (Acervo IPHAN).



Figura 28: Ferrovia e região portuária - Década de 1920 (Acervo IPHAN).



Figura 29: Embarcações a vela adornadas para a festa de Nossa Senhora dos Navegantes (acervo IPHAN)

Com o expressivo aumento da necessidade de transporte e com a modernização e renovação da frota marítima, o porto de Laguna ficou obsoleto para os grandes navios de transporte de cargas e de pessoas.

> "O terceiro porto é o da Laguna, cuja barra é estreita, e não tem mais de três braças e meia de fundo; banco de areia (...) muito perigosa, e somente navegável para

> pequenas sumacas[44]; desde a barra até a vila há uma légua, e aqui é o ancoradouro, que não tem mais de quatro braças de fundo" (BRITO, 1819, apud MORAES, s.d.)

O contínuo assoreamento, os intermináveis bancos de areia, a boca estreita da barra e os perigos para a sua passagem indicavam a necessidade de obras públicas[45] na entrada da barra, ou o porto estaria fadado ao esquecimento, já que o porto de Imbituba[46] se apresentava como uma alternativa para a expansão do transporte marítimo regional.

> "A barra do porto, situada a um quarto de légua da cidade, não só não permite a entrada de navios de alto bordo, como também sua entrada é difícil e arriscada. Admite navios de calado de três metros, de 10 a 12 palmos" (DALL'ALBA, 1979, p. 31)

Devido à necessidade de obras urgentes para funcionamento e modernização do porto de Laguna, em 1903 foram iniciadas as obras de aprofundamento da barra, de 2 para 6 metros e tiveram início as obras de construção do molhe da Barra, com uma extensão de aproximadamente um quilômetro, tendo por objetivo a contenção das ondas do mar, permitindo a entrada, em segurança, de embarcações de pequeno e médio porte ao porto de Laguna. (MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1924, apud MORAES s.d.).



Figura 30: Obras de construção na barra - s/data (Acervo IPHAN)

[44]Embarcação de origem Holandesa, foi bastante utilizada entre os séculos 16 e 17 na costa norte da Alemanha e nos Mares Bálticos. Seu desenho espalhou-se por todos os países, adquirido características específicas. Embarcação de uma vela transportava de 20 a 100 toneladas de carga. (www.brasilmergulho.com.br)

[45] Sr. Charles Van Lede, escritor: "Enfim a Laguna é o último porto ao sul do litoral desta Província. Sua entrada obstruída por um banco de areia mui duro, a torna muito perigosa para navios que tem mais de dois metros de calado" (DALL'ALBA, 1979, p. 31).

[46]"Examinamos, sondamos e estudamos e julgamos ser possível melhorar e dar-lhe mais de dez metros d'água. Mas para isto seria preciso adotar outra disposição na lagoa, na qual seria necessário sacrificar todas as correntes. É trabalho mui considerável, de que trataremos mais tarde, em que, em todo caso, não pode ser objeto de uma memória especial. Existe a baia de Imbituba. É pouco conhecida, pouco frequentada. Deu abrigo há anos, a uma pequena esquadra brasileira que auxiliava ao exército imperial fora do cerco da Vila de Laguna, da qual os revoltosos do Rio Grande se apoderaram*"* (DALL'ALBA, 1979)

Anos mais tarde, o Porto de Imbituba (figura 31) se firmou como um dos principais portos do Sul do País em detrimento do porto de Laguna (figura 32).



Figura 31: Foto aérea do atual porto de Imbituba, SC.
http://www.cdiport.com.br/images/porto/fotos/NovoCais24.JPG



Figura 32: Cais no centro de Laguna, local onde funcionou um dos mais importantes portos do país.
Foto de Alexandro Demathé

A pesca artesanal sempre foi parte importante na economia e na formação da identidade de Laguna. As sociedades que ali viveram ou apenas passaram se instalaram sob bases formadas nas relações com o mar e com o ambiente lacustre. Por muitos anos, diversos caminhos foram abertos por água ou por terra, todos em direção ao porto de Laguna que, na época, era um importantíssimo local de escoamento e comércio do sul do Brasil. Pequenos

agricultores do interior utilizavam os estreitos canais, rios e a lagoa como modo de se comunicar com a cidade e de vender sua produção. Da serra e do planalto desciam as tropas com o charque, couro e o gado vivo em direção a Laguna, do Rio de Janeiro vinham os tecidos, artefatos em ferro, e outros manufaturados que abasteciam toda a região. De Laguna, pescadores artesanais, aproveitando da lagoa e do litoral muito piscoso, abasteciam a região com o peixe fresco e enviavam tanto para o sul quanto para o norte do país uma grande quantidade de peixe seco.



Figura 33: Cenas do cotidiano. Estrada de terra que está dando espaço a asfalto.
Foto: Alexandro Demathé.



Figura 34: Cenas do cotidiano. A pesca artesanal com tarrafas faz parte das principais atividades da região. Foto: Alexandro Demathé.

Segundo CARUSO (2007), o litoral catarinense teve, em seu processo econômico, um elemento fundamental na formação da identidade açoriana catarinense, pois fez com que esses colonos se voltassem muito mais para o mar do que para a agricultura, que era o principal meio de subsistência nas Ilhas dos Açores. Esses colonos viraram exímios pescadores e conhecedores do mar, desenvolveram técnicas para a pesca, para a construção naval e para a navegação.

4.5 O CABO DE SANTA MARTA

O Cabo de Santa Marta apresenta-se com um importantíssimo marco paisagístico na costa brasileira, sendo apontado em diversas cartas marítimas, desde o início do século XVI (apêndice I). Tal importância se deu devido a sua imponência visual, que se destaca na paisagem plana de dunas e pequenas elevações, onde navegadores de muitas épocas utilizaram este cabo como ponto de referência em suas viagens pela costa brasileira. Outro motivo, não menos importante, ao marco visual representado pelo Cabo, foi que a região

mostra-se como um dos últimos portos naturais abrigados nas pequenas enseadas e na própria barra da Lagoa de Santo Antônio, que dá acesso ao porto de Laguna. Embarcações que navegavam no sentido sul, rumo à Bacia do Prata, após a passagem do Cabo de Santa Marta, encontravam outro porto abrigado e seguro apenas a cerca de 1000 quilômetros ao sul do Cabo. Entre eles, uma longa faixa de areia sem reentrância e nenhum grande rio que possibilitasse acesso e aporto seguro de embarcações.

Geograficamente, o Cabo de Santa Marta Grande é o ponto de divisão de duas feições do litoral, a costa granítica do sudeste (ao norte do Cabo de Santa Marta) e a Costa Quartenária ao sul (no sul do Cabo de Santa Marta) (EKAU, KNOPPERS; 1999 apud CITADIN, 2010, pg 64).



Figura 35: Vista aérea do Cabo de Santa Marta Grande. Fonte Google Earth (Tratamento Alexandro Demathé)

A ocupação humana no Cabo inicia da mesma forma que em toda a região, primeiramente grupos pescadores-coletores, construtores dos sambaquis que ocuparam a área há pelo menos 4 anos AP e grupos ceramistas – mais recentes que os sambaquieiros também são encontrados na região. A partir dos séculos XVII e XVIII, com a investida do projeto colonial para a região, 40 famílias provenientes do arquipélago de Açores se instalaram no entorno do Cabo. Segundo Martins (1997), como se tratava de uma comunidade com forte aptidão à produção agrícola, encontraram na região poucos atrativos, a terra não era muito propícia ao cultivo, áreas alagadas, poucas árvores para a retirada de madeiras para a construção de suas casas, entre outros fatores impossibilitaram a fixação destas famílias na

área. Pouco tempo depois as famílias deixaram a região e foram fundar outras colônias no entorno da lagoa de Santo Antônio e do Imaruí.

O final do século XIX e início do XX foram marcados pelo incremento da navegação no oceano Atlântico, e os sinistros marítimos não eram raros. O acidente geográfico do Cabo de Santa Marta Grande era muito temido pelos navegadores, tido como uma espécie de esquina, onde afunilava o trânsito de embarcações de várias bandeiras (MARTINS, 1997). Devido à insegurança e à intensa navegação, em 1880, a Marinha do Brasil iniciou um projeto para iluminar a costa brasileira, com a instalação de diversos faróis ao longo de toda a linha costeira, com o maior objetivo de sinalizar e assegurar a navegação em seus mais de 8 mil km de orla. Após muitos anos de negociação e pressões políticas e convencimentos, em 1890 iniciou-se a construção do farol de Santa Marta.

O farol é erguido sob paredes muito grossas, utilizando matéria-prima da região (pedras, areia e barro, óleo de baleia e cochas dos sambaquis). Em 1891, o farol é inaugurado, construção imponente com cerca de 30 metros de altura, assentado em uma parte elevada do cabo, a aproximadamente 50 metros ao nível do mar. Sua luz branca alcançaria com tempo limpo cerca de 23 milhas (aproximadamente de 37km), sinalizando os navegadores e principalmente protegendo-os da pedra de Campo Bom, ou também, como é conhecida, a Laje da Jaguaruna[47]. O farol de Santa Marta ainda hoje emite uma luz vermelha com um alcance de 46 milhas, indicando o perigo desta laje que já causou muitos acidentes e naufrágios.

[47] Localizada a pouco mais de 5 quilômetros da costa e cerca de 22 quilômetros a sudoeste do Farol de Santa Marta, a Laje de Jaguaruna é um pouco maior do que um campo de futebol, sendo que a parte mais rasa mede 1.5 metros de profundidade podendo eventualmente ser avistada fora da água, um grande obstáculo para a navegação (Departamento de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil).



Figura 36: Farol de Santa Marta. Foto: Alexandro Demathé.

Na segunda metade do século XIX, a maior parte do complexo lagunar já tinha sido ocupada, pequenas roças, criação de gado, engenhos, pequenas carpintarias navais, algumas poucas estradas já eram realidade, enquanto o Cabo de Santa Marta continuava intocado. A ocupação contínua se deu com a decisão de se construir um farol no Cabo. Mesmo assim nesse período tudo ainda era muito precário, apenas o faroleiro habitava lá em barracos improvisados.

Os anos de dedicação à construção do farol possibilitaram a seu Elizário Patrício[48] a observação e o reconhecimento das riquezas do lugar. Observava atentamente a movimentação dos cardumes, a quantidade e tipos de peixes que passavam por aquela costa, estudava as correntes marinhas e ventos e como poderia chegar até aqueles peixes.

Anos mais tarde, seu Elizário Patrício e mais três homens chegaram em uma canoa para tentar a sorte. Segundo ele, aquele cabo era um tesouro, "Esse tesouro estava aqui, escondido no fundo do mar. Me trouxeram para eu trabalhar nas obras do Farol de Santa Marta. Trabalhei, então descobri o tesouro" (MARTINS, 1997, p.33). A chegada de seu Elizário marca a fundação da comunidade do Farol, no primeiro dia do mês de maio de 1909. Porém,

[48] Seu Elizário Patrício juntamente com seu amigo Malaquias Valério foram recrutados como operários para a construção do Farol, sob o comando do mecânico francês Victor Alinquant e o construtor José Gomes Cerpa (MARTINS, 1997).

nos primeiros anos, foi ocupada apenas na época da pesca da tainha. Poucos anos mais tarde famílias iniciaram a fixação e formaram uma pequena vila de pescadores.

Do início do povoamento até a década de 1970, quando o local passa a ser um disputado lugar de veranistas, o cabo de Santa Marta era descrito em crônicas e relatos de viajantes como sendo um lugar ruim, os sentimentos despertados por essas pessoas que por algum motivo passaram por lá, ou por terra ou por água, eram de medo e de temor. Adjetivos como "marinha inóspita, pouco amorosa", "mal afamado cemitério de navios", "causam temor dos navegantes", correntes que jogam a embarcação nos rochedos do cabo, tormentoso cabo, temeroso aos navegantes, "praia tristonha e deserta" (MARTINS, 1997, p.71 e 72). Estas palavras compiladas por Celso Martins (1997) são de viajantes que passaram pelo cabo entre o final do século XIX e a metade do século XX. Até da década de 1970 poucas famílias se fixaram no Cabo de Santa Marta, a pesca era única forma de sustento. Era comum ver mulheres tecendo as redes e os homens nos barracões com seus barcos ajeitando a tralha[49] para o outro dia.



Figura 37: Comunidade do Farol de Santa Marta na década de 1970.
Fonte: http://postsabeiramar.blogspot.com.br/2013/06/o-cabo-da-santa-marta-e-o-maior-farol.html

[49] Tralha, é nome que se dá a todo o material utilizado para a pesca, como: redes, linhas, caniços, anzóis, boias, etc.

Hoje, com o desenvolvimento do turismo, o cabo sofre com a pressão do progresso, a abertura de estradas, o asfaltamento do principal acesso, o crescimento desordenado, a explosão demográfica, etc. Entre os meses do verão, essas são apenas algumas das principais tensões vividas na comunidade do Farol.



Figura 38: Comunidade do Farol de Santa Marta ano de 2014. Foto: Alexandro Demathé.



Figura 39: Esgoto a céu aberto na prainha do Farol. Fonte: SOS Farol (http://sosfaroldesantamarta.blogspot.com.br/, acesso em 24/11/2014)

5 O POTENCIAL ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO NO PARQUE ARQUEOLÓGICO DO SUL DE SANTA CATARINA

Devido à ausência de pesquisas acerca do patrimônio arqueológico submerso na área destinada à criação do parque arqueológico, optou-se por uma pesquisa bibliográfica/documental e qualitativa. No primeiro caso, buscaram-se informações em *sites* especializados, jornais de época e bibliografia específica sobre o assunto. No caso da pesquisa qualitativa, optou-se por realizar entrevistas com os antigos moradores, mergulhadores e pescadores da região, conhecedores do litoral de Laguna e Jaguaruna. A fim de identificar os diversos naufrágios ocorridos no litoral da área pesquisada, optou-se por buscar, no arquivo público local, documentos que remetessem a essas informações. Foram selecionados relatórios, pareceres técnicos, jornais do início do século XX, referências em bancos de dados da Marinha do Brasil e das Capitanias dos Portos, *sites* especializados, IPHAN e universidades da região.

A revisão de literatura é condição essencial para qualquer tipo de pesquisa nas Ciências Sociais. A pesquisa bibliográfica é feita a partir de material já produzido e possibilita respaldar os novos esforços na discussão de temas anteriormente debatidos. Esse tipo de pesquisa possui um aspecto positivo, que se refere à economia de tempo e de recursos utilizados para ir a campo para procurar informações que já foram sistematizadas. No entanto, corre-se o risco de nos depararmos com fontes de dados duvidosos ou dados produzidos a partir de enfoques diferenciados de pesquisa (GIL, 2007; RAUEN, 1999).

A pesquisa documental muito se assemelha à bibliográfica, contudo, enquanto esta trabalha com fontes já analisadas, trabalhadas, a pesquisa documental investiga materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que ainda possam ser reelaborados a partir de outros enfoques. (GIL, 2007, p.45).

Documento é, pois, qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais etc., contida em um suporte material (papel, madeira, tecido, pedra), fixado por técnicas especiais, como impressão, gravação, pintura, incrustação etc. Quaisquer informações orais (diálogo, exposições, aula, reportagens faladas), tornam-se documentos quando transcritas em suportes materiais. (CHIZZOTTI, 2000, p.109).

Iniciar-se-á esse capítulo expondo a pesquisa bibliográfica e documental e, posteriormente, serão apresentados os dados produzidos a partir das entrevistas realizadas com os pescadores e mergulhadores da região.

5.1 ANTECEDENTES DOCUMENTAIS DOS NAUFRÁGIOS DE LAGUNA

A pesquisa bibliográfica e documental se desenvolveu a partir de análises de jornais, bibliografias, publicações digitais e índices de naufrágios. Com esses dados, foi possível gerar informações referentes ao ambiente geográfico e cultural da região, além dos naufrágios ocorridos na área da pesquisa.

Partiu-se da leitura de bibliografias sobre textos dissertando acerca dos diversos naufrágios ou pistas de sua ocorrência na região da pesquisa, além de questões relacionadas à prática do mergulho, do mergulho em naufrágios e dos sinistros marítimos ocorridos na costa. (ULISSEA, 1943; MARTINS, 1997; ULISSEA, 2004; MELLO, 2005; GUEDES, 2010; CADORIN, CADORIN, 2013; SILVARES, 2010; PALAZZO, 2012).

Foram consultados jornais, fotografias e registros em arquivos públicos. O ponto de partida na investigação documental foi a Marinha do Brasil, por meio de contato realizado com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM). Nesse meio, apresentou-se o interesse pela consulta e os objetivos acadêmicos da pesquisa, e solicitaram-se informações acerca dos naufrágios registrados na área da investigação. Justificada a razão da consulta, prontamente foi disponibilizada uma lista contendo os naufrágios registrados pela Marinha do Brasil e pesquisados pelo DPHDM.

Foi consultado, ainda no arquivo público de Laguna, nos mais de 700 números ainda existentes do jornal "O Albor[50]", entre os anos 1900 e 1950, os vários incidentes marítimos ocorridos nessa costa, além da intensa movimentação portuária de Laguna.

Outra fonte importantíssima foi a consulta aos diversos *sites* da internet, especializados na divulgação da prática do mergulho em naufrágios e na história do sinistro marítimo, além dos catálogos digitais que tratam de aspectos técnicos das embarcações. Vale ressaltar que em consulta às coleções fotográficas de acervos pessoais, destaca-se o acervo dos Srs. Salvador Peixoto e do Gentil Reynaldo[51]. Por fim, realizou-se entrevista com pescadores locais, moradores e mergulhadores que vivem ou frequentam a área investigada.

---

[50] O Jornal Albor de circulação semanal, foi um dos principais meios de comunicação do sul de Santa Catarina do início do século XX. De propriedade do Jornalista Antônio Bessa, a edição do jornal funcionou entre os anos de 1900 e 1963 retratando a sociedade de Laguna e região. (http://jornaloalbor.blogspot.com.br/)

[51] O fotógrafo Gentil Antônio Reynaldo (*1922, +2013), foi responsável de pela formação de um grande acervo fotográfico da história cotidiana da região. Em seu acervo possui uma grande quantidade de fotografias das

5.2 AS FONTES ORAIS.

Com o objetivo de identificar as áreas onde ocorreram naufrágios, buscaram-se informações junto a fontes orais. A zona de interesse foi definida entre Laguna e Jaguaruna. Para isso, foram realizadas entrevistas com pescadores, moradores e mergulhadores, que além de informarem os pontos onde são encontrados vestígios de embarcações soçobradas, deram pistas também sobre a sua relação com o mar e com o patrimônio cultural material e imaterial, presentes nas falas dos interlocutores locais.

Realizaram-se entrevistas qualitativas, semiestruturadas, que duraram entre 30 e 90 minutos. A maioria dos informantes foram pescadores, cujas informações possibilitaram a complementação e o aporte de dados sobre os naufrágios identificados nas fontes documentais, interessantes para a investigação.

A História Oral é uma metodologia de coleta de dados que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre fatos da contemporaneidade. Trabalha diretamente com a memória, em seu caráter seletivo, e traz, à luz da história, experiências que geralmente não são tratadas pela historiografia oficial.

A fonte dada pela história oral possibilita acrescentar uma nova dimensão (a memória) à própria história, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois a variedade de fontes de um mesmo tema amplia a sua discussão e entendimento (SOARES, 2007; DELGADO, 2010).

Para Delgado (2010, p17), a memória revelada nas entrevistas é um "terreno fértil e movediço", sendo ela seletiva, induzida e, muitas vezes, imposta. Cabe ao entrevistador formular as estratégias para capturar algo que está guardado e nem sempre facilmente acessível. As entrevistas possuem valor documental, e a interpretação das mesmas tem a função de descobrir o que documentam. (ALBERTI, 2004, p.19).

A História Oral se apresenta como uma opção voltada para um olhar totalizador frente à fragmentação dos documentos escritos. Isto ocorre porque seu enfoque está no indivíduo (ALBERTI, 2004, p.21). Delgado (2010, p.16) caracteriza a História Oral como uma área que se move em terreno interdisciplinar, uma vez que utiliza a música, a literatura, as lembranças,

---

festas, eventos e do dia a dia da cidade. Destaque para os retratos de navios que naufragaram e encalharam nas parais de Jaguaruna e Laguna da década de 1940. Atualmente o acervo não está disponível para consulta, devido a problemas de acondicionamento e espaço apropriado, para este trabalho a família disponibilizou apenas as imagens que estão referenciadas no texto.

as fontes iconográficas, os documentos escritos, entre outros meios, para estimular ou recordar a memória.

O uso da história oral nessa pesquisa não buscou um aprofundamento nas histórias de vida ou do cotidiano das pessoas, o objetivo principal foi a complementação da investigação bibliográfica e documental. Não sendo o objetivo principal do trabalho, as entrevistas indicaram pontos importantes acerca do cotidiano das pessoas entrevistadas, que poderão (e devem) ser abordadas de forma mais sistemática e profunda em trabalhos futuros.

Os dados foram processados com base na eleição de categorias que davam conta de atender ao objetivo dessa pesquisa: identificar os locais de ocorrência dos naufrágios na área do Parque Arqueológico do Sul.

As entrevistas tiveram uma condução aberta, variando de entrevista semiestruturada a entrevista informal, deixando o entrevistado muito à vontade no discorrimento de suas lembranças, porém sempre tentando conduzir para os planos pré-estabelecidos (apêndice Q), adaptando as questões para as experiências individuais.

Foram entrevistados 04 pescadores habitantes no Cabo de Santa Marta, um carpinteiro naval, que mora na Passagem da Barra e um mergulhador desportista, que vive em Tubarão. As entrevistas foram produtivas, pois os interlocutores habitavam a região há muitos anos e possuíam conhecimento detalhado da área, já que o oficio que escolheram implica em um vínculo rotineiro e diário com o mar, onde passam muitas horas, inclusive embarcados.

Com o objetivo de entrar na colônia de pescadores e entrevistar pessoas-chaves para a pesquisa, primeiramente estabeleceu-se como estratégia contatar apenas um pescador conhecido, que seria a ponte entre o pesquisador e os pescadores mais antigos e tradicionais da colônia do Farol de Santa Marta.

5.2.1 “**Pequeno” – O jovem pescador.**

O nosso primeiro contato foi com o jovem pescador de nome Rangel[52], conhecido na colônia como “Pequeno”. Rangel ou Pequeno, como é popularmente conhecido, é o único dos entrevistados que não é natural do Cabo de Santa Marta, e que não herdou a pescaria como uma tradição de família. Nascido em Tubarão, cerca de 30 quilômetros do Farol, quando era criança foi morar no interior do Estado do Paraná, acompanhando sua família. Seu pai trabalhava como técnico de manutenção em uma importante indústria cerâmica daquele Estado. Adulto, retornou a Tubarão, onde iniciou um contato mais próximo com o Cabo de Santa Marta, principalmente por ser um praticante do surf.

Após algum tempo trabalhando em Tubarão, resolveu virar pescador, passando a morar na comunidade do Farol de Santa Marta, onde em alguns meses se engajou a um dos barracões de pesca. Hoje casado com uma local, tem um filho e mora na comunidade há quase 10 anos.

A sua prática diária fez com que “Pequeno” soubesse da existência de muitos naufrágios no entorno do Cabo. Segundo ele, por ali existem cerca de 5 ou 6, todos muito próximos à praia. Seu conhecimento se limita a estes dados, pois como ele mesmo disse “eu não sou daqui e não me criei com os mais velhos contando as histórias dos naufrágios, eu sei só aquilo que eu vejo todos os dias, pois estes lugares que nós pescamos de linha e pegamos os melhores peixes [...]” Para o jovem Pequeno, os naufrágios não significam muita coisa, “é como se fosse um parcel, uma pedra no fundo”, em que se deve evitar jogar as redes e onde moram os melhores peixes. Pequeno, neste caso, não entende esses naufrágios como patrimônio cultural, no entanto é contrário às práticas de alguns mergulhadores que, eventualmente, vão até os naufrágios para retirar ferro para a venda de sucata.

[52] A primeira dificuldade encontrada foi localizar o pescador Rangel, já que na colônia ninguém se conhece pelos nomes de batismo, todos os pescadores possuem um apelido.

5.2.2 Temóteo - O Pescador

Rangel nos levou até a colônia e nos apresentou ao pescador mais antigo em atividade daqueles barracões, e Sr. Temóteo, bisneto do primeiro pescador artesanal do Cabo de Santa Marta, que nasceu em 1943 e sempre morou na comunidade, pesca desde os três anos e atualmente é um dos mais respeitados pescadores do local. Temóteo lembra que a localidade do Farol nem estrada tinha, era tudo feito a carroça, se perdia um dia inteiro para ir a Laguna fazer compras. A comunidade mais próxima era a da Passagem da Barra, onde morava sua avó. "A energia elétrica veio só na década de 1980, quando eu comprei a primeira geladeira da comunidade".



Figura 40: Entrevista com o Sr. Temóteo. Vista do galpão para a praia.
Foto de Guilherme Machado, tratamento Alexandro Demathé.

Sobre a navegação e as dificuldades encontradas no cotidiano da pesca, Temóteo conta que antes se navegava com a "cabeça", ele destaca a importância da observação diária das correntes e dos ventos, pois eles sempre pescaram muito longe da praia, a 2 ou 3 horas de barco, sendo que o conhecimento das correntes era fundamental para se manter o rumo, principalmente quando se tinha que recuperar as redes ou retornar em tempo de muita serração. No inverno, em dia de muita serração e vento, Temóteo conta que as redes chegavam a ficar até 15 dias na água, sem ninguém conseguir encontrá-las, pois suas

referências não eram avistadas, e quando chegavam lá os peixes já estavam todos mortos e, geralmente, podres. Segundo ele, hoje qualquer embarcação, grande ou pequena, tem um GPS, que ajuda nesses dias com pouca visibilidade. Até hoje se utiliza a técnica do cruzamento e triangulação para a localização das redes no mar. Segundo Temóteo, conta-se "a hora de relógio", o tempo de navegação até o ponto onde se deseja colocar a rede, se faz uma linha imaginária da ponta do farol com a montanha que se encontra na mesma visada (figura 40). A relação entre esses dados dará a posição desejada, garantindo o retorno ao mesmo ponto.

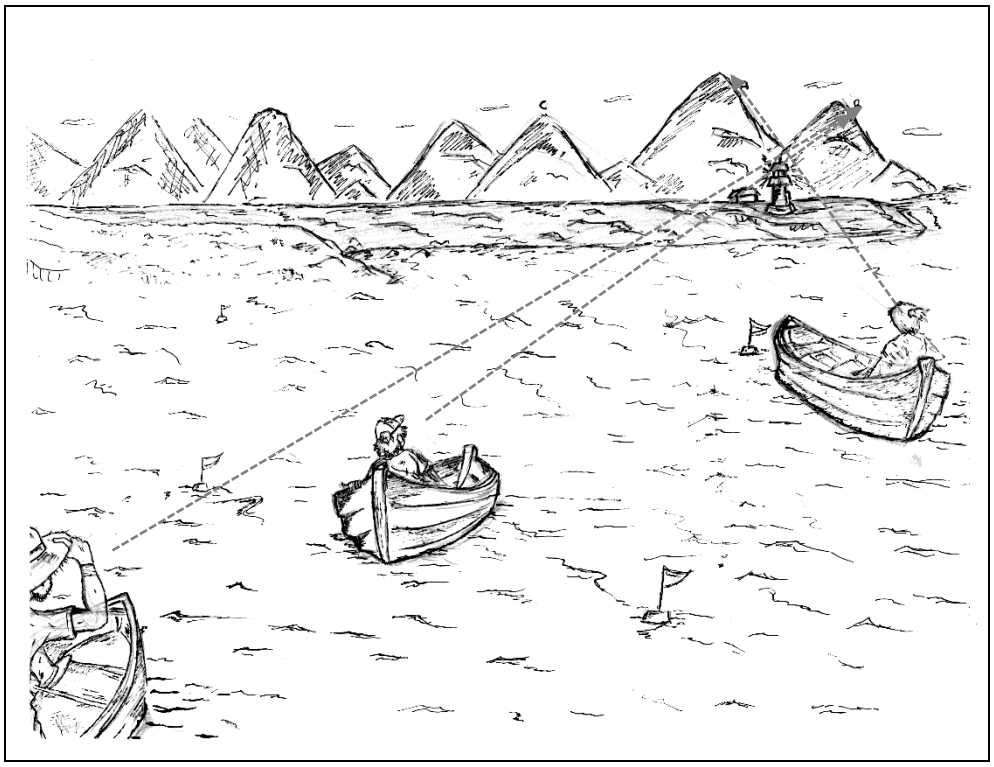


Figura 41: Pescadores utilizando o farol e as montanhas para orientação quanto a sua posição e a de suas redes no mar. Desenho de Pedro Ferreira.

Temóteo relata que, muitas vezes, quando não havia o GPS ou, como eles chamam, navegador, quando se davam conta o desvio já era muito grande, "se colocava o rumo do farol, mas o vento e a corrente roubavam do rumo, quando a gente percebia parava lá na barra de Laguna", os ventos sempre muito fortes e as correntes constantes, ora de norte, ora de sul, eram as principais dificuldades encontradas. Segundo Temóteo, hoje a maior dificuldade é encontrar o peixe, devido à grande quantidade de barcos de pesca, pois "não podemos mais nem deixar as redes muito tempo lá fora, senão o pessoal chega e rouba o peixe e a rede", como ele mesmo disse, as dificuldades mudam, mas a pesca sempre será uma atividade difícil.



Figura 42: Barcos de Pesca de maior porte, dividindo o espaço com as pequenas embarcações do Cabo. Foto: Alexandro Demathé.

Em seu barracão, ele mostra com orgulho sua baleeira[53], uma embarcação tradicional do litoral de Santa Catarina. Na colônia de Santa Marta, existem apenas duas baleeiras restantes, pois a antiga embarcação está sendo gradativamente substituída pelos botes[54] de maior capacidade de carga e menor custo construtivo, além de não existir mais os carpinteiros que as construam.

[53]A Baleeira é um tipo de embarcação típica do Estado de Santa Catarina, descende dos barcos ingleses, mais tarde utilizados pelos norte americanos e pelos emigrantes açorianos na caça da baleia. A base de sua construção é a quilha, geralmente de peroba ou canela, as vigas da quilha são emendadas com as rodas de proa e de popa, possuem o casco curvo e hidrodinâmico o que garantem agilidade e uma silhueta característica. O costado geralmente é intrincado (em escamas), podendo raramente ser com tábuas paralelas (http://www.museunacionaldomar.com.br/).

[54]O Bote se Santa Catarina derivou das baleeiras, podemos afirmar que eles são resultantes da simplificação construtiva das baleeiras, que aos poucos veio substituindo a onerosa e sofisticada baleeira amplamente utilizadas no Estado. Os botes ou bateiras como são também conhecidos, caracterizam pela dupla proa (herança das baleeiras), em alguns exemplares a uma elevação curva na popa e proa conferindo a embarcação uma silhueta curva e hidrodinâmica. Os botes podem ser de fundo chato e em "V", com as estruturas das cavernas simplificadas. O costado é comporto por tábuas largas e paralelos conferindo uma aparência lisa (http://www.museunacionaldomar.com.br/).



Figura 43: O interior do galpão de pesca, no detalhe a baleeira e as redes.
Foto Guilherme Machado, tratamento Alexandro Demathé.

Sobre os naufrágios ocorridos na região, Temóteo apontou o Porto Alegre e o Catalão, que estão soçobrados na praia do Cardoso; Lord Paraguai, que encalhou, mas conseguiu retornar ao mar; o Buenos Aires, que partiu ao meio, em Jaguaruna; lembra do Guaratinga, que estava carregado de madeira. Relata que a praia ficou repleta de tábuas, e que até hoje possui algumas delas no assoalho do seu galpão. Apesar de não se recordar do nome, falou do Aldabi, disse que nesse naufrágio muita gente já desceu para pegar resto de ferro, chumbo, bronze para vender. Temóteo citou pessoas de Laguna que fazem isso com certa frequência e que em suas casas ainda podem existir muitos objetos desses naufrágios.

Sobre os perigos em pescar próximo a estas embarcações submersas, relatou que os cascos soçobrados estão em locais que não são utilizados por eles para a pesca com rede, então não atrapalha. Os que, por ventura, podem atrapalhar estão marcados no GPS do barco. Relatou ainda que há um ano a sonda de sua baleeira acusou alguma coisa ao lado da laje do Campo Bom, desceram a âncora e engalharam em uma tubulação de cobre com uns 5 metros de comprimento, parte de uma embarcação a vapor. Relata que já foi procurado por alguns caçadores de sucata submarina, mas não passou a marcação do local.

Após quase uma hora de conversa, Temóteo aponta em um mapa a posição de alguns dos naufrágios da região, cada um tinha uma história diferente, contada por seu pai e avô. Segundo Temóteo, os mais novos não dão nenhum valor a esses naufrágios, vale apenas o peso em sucata, “eles não passaram por isso, não alcançaram nenhum desses naufrágios, eu

que vi alguns, não gosto que os outros tirem ferro para vender, tem gente que morreu ali (...) eles não atrapalham em nada, ainda ajudam, por serem parada de peixe bom".



Figura 44: Entrevista com Sr. Temóteo. Foto Guilherme Machado, tratamento Alexandro Demathé.

5.2.3 Luiz e Quinino – Pescadores

Quando iniciamos a entrevista, éramos eu e o Sr. Temóteo e algumas crianças, logo outros pescadores foram chegando, pegando confiança e participando da conversa. Chegaram o Quinino e o Luiz, nascidos no Farol, pescadores de famílias tradicionais da comunidade. Luiz, com pouco mais de 40 anos, e Quinino, com quase 50 anos, pescam desde muito pequenos, como quase todos os que moram lá. Quinino trabalha no barracão ao lado, em um bote de pelo menos 7 metros, Luiz, de poucas palavras trabalha na baleeira do Temóteo.



Figura 45: Entrevista com pescadores. Da esquerda para a direita, Luiz, Temóteo e Quinino. Foto de Guilherme Machado, tratamento Alexandro Demathé.

"A pescaria é diária, na época da tainha, não se para nem no domingo, agora que já encerrou o tempo da tainha, no domingo o trabalho é um pouco menor". Quinino fala que às cinco da manhã já estão descendo o morro em direção ao barracão, pois às seis horas já estão embarcados, colocando a rede no mar. Retornam ao barracão e realizam algum trabalho ali mesmo: reparos de redes, na embarcação, limpeza e arrumação de toda a tralha. Próximo ao meio-dia retornam para o mar para buscar as redes e, se der sorte, o peixe, se o dia estiver bom para a pesca, retornam no período da tarde com a rede ou com a pesca de linha próximo ao costão ou nas bordas dos naufrágios, caso contrário, ficam no barracão se ocupando de outros afazeres.



Figura 46: Cenas do cotidiano. Pescadores retornando da pesca no mar. Foto de Alexandro Demathé.

Quinino relata que já mergulhou em alguns desses naufrágios para pescar com arpão, o último foi no Porto Alegre, onde desceu para pegar uma caranha (*Lutjanus cyanopterus*), que tinha sido vista ali por outro pescador, como ele mesmo disse "sorte dela", pois já tinha ido embora dali. Segundo ele, o Porto Alegre está praticamente todo enterrado, parte da casaria ainda pode ser vista, o convés e a proa pouco se vê. No Aldabi, mergulhou quando era mais jovem, disse que o casco partiu ao meio, a popa está para fora do ilhote e a proa para dentro. Segundo ele, pouca coisa se vê, muito ferro com muita vida marinha e, por ser um local próximo aos rochedos, a água é muito mexida e a visibilidade é ruim. Quinino afirma que muitos objetos desse naufrágio estão espalhados em algumas casas do Farol (figura 46) e outras cidades, falou de um copo com o nome Aldabi gravado, além de outras partes retiradas da embarcação.



Figura 47: Vigia retirada do naufrágio Aldabi de 1935. Acervo não identificado.
Foto de Alexandro Demathé.

5.2.4 Sr. Salvador - O Carpinteiro

Da comunidade do Farol de Santa Marta partiu-se até a Passagem da Barra, a poucos quilômetros ao norte do Cabo, em direção à Laguna, onde vive o Sr. Salvador, carpinteiro naval de profissão e que tem a pesca como segunda atividade. Ele é neto do Sr. Eleziário, fundador da comunidade do Farol da Santa Marta e, por isso, e por sua vida dedicada às atividades no mar, possui muita história para contar. Salvador João Peixoto nasceu em 1925, ali mesmo onde hoje vive, na comunidade da Passagem da Barra, o primeiro núcleo colonial açoriano da região. Desde o seu nascimento, ficou entre a Passagem da Barra e o Farol de Santa Marta, onde seu avô tinha casa e rancho de pesca. Com três anos de idade já pescava e embarcava na canoa do avô, canoa que guarda ainda hoje (figura 47). A canoa de Eleziário é uma embarcação monóxila, feita em um único tronco de canela preta escavado, mede em torno de 8 a 9 metros de comprimento e possui uma bordadura que se abre, dando um amplo espaço de boca, as cavernas são próximas e muito reforçadas, a popa em "V" confere uma silhueta muito elegante à embarcação (figura 48)



Figura 48: Entrevista com Sr. Salvador. Foto de Pedro Ferreira, tratamento Alexandro Demathé.

Naquela manhã, Sr. Salvador estava à beira da lagoa retirando as folhas secas de dentro da canoa e, segundo ele, aquela é a canoa que marca a fundação da comunidade do Farol de Santa Marta[55]. A história da comunidade do Cabo de Santa Marta se confunde com a história do Sr. Eleziário José da Silva que, no início do século XX, iniciou as atividades pesqueiras na região, desenvolvendo a pesca de arrasto no período da tainha, possibilitando assim que as primeiras famílias se fixassem, impulsionando a ocupação daquela comunidade.

No discurso do Sr. Salvador, percebe-se a forte ligação que ele tinha com o seu avô, e a importância dele na sua educação e nas suas escolhas de vida. Enquanto retirava as folhas do convés, Salvador contava a história da canoa, sendo ele um carpinteiro, diz que "cada embarcação tem a sua história (...) tem a mão de quem fez, de quem pescou, de quem remou."

[55] Ver páginas de 101 a 105.



Figura 49: Canoa de Eliziário, segundo Salvador, utilizada na primeira pesca de arrasto do Cabo de Santa Marta no início dos anos de 1990. Foto de Pedro Ferreira, tratamento Alexandro Demathé.

Conforme Salvador, quando Eleziário retornou da construção do farol, voltou com a ideia de montar uma pescaria, e então começou a procurar uma sociedade e uma canoa para iniciar o negócio. Um senhor "preto velho", conhecido de Eleziário, disse: "o senhor vai comprar a canoa que foi do avô do meu senhor". Segundo Salvador, quando Eleziário comprou a canoa, ela já era muito velha e necessitava de muitos reparos, "essa canoa era de levar batizado, casamento e defunto para Laguna, o nome dela era Dona Branca", diz o preto velho (...). Eleziário comprou a canoa, consertou e montou a desejada pescaria no Farol.

Aos treze anos, Salvador foi aprender um ofício junto à oficina "Co.Brasil" de carpintaria naval, em Laguna, onde se dedicou até sua formação. Ele aposentou como Carpinteiro Naval na mesma empresa que entrou como aprendiz e hoje seu filho continua o ofício em um pequeno estaleiro em sua casa.

Sr. Salvador, aos 89 anos, é um profundo conhecedor das embarcações que transitavam por essa região, prestou serviço também à Marinha e ajudou a desenvolver vários projetos de novas embarcações.



Figura 50: Entrevista com Sr. Salvador. Vista geral se sua área de trabalho. Foto Pedro Ferreira, tratamento Alexandro Demathé.

No galpão, havia um bote em construção com mais de sete metros, faltando ainda algumas partes, entre elas, algumas cavernas e todo o costado. Salvador fez questão de mostrar todas as partes do bote, a forma de se construir, as madeiras empregadas, os detalhes de construção e um conhecimento que, segundo ele, não existe em planta nenhuma. Ainda no galpão, mostrou as antigas ferramentas utilizadas na construção e manutenção das baleeiras, como o alefriz[56], a plaina e as diversas serras utilizadas em sua vida de dedicação à carpintaria naval.

[56] Alefriz é uma ferramenta utilizada para se fazer o encaixe das tábuas no costado da embarcação, dando a ela o aspecto escamado.

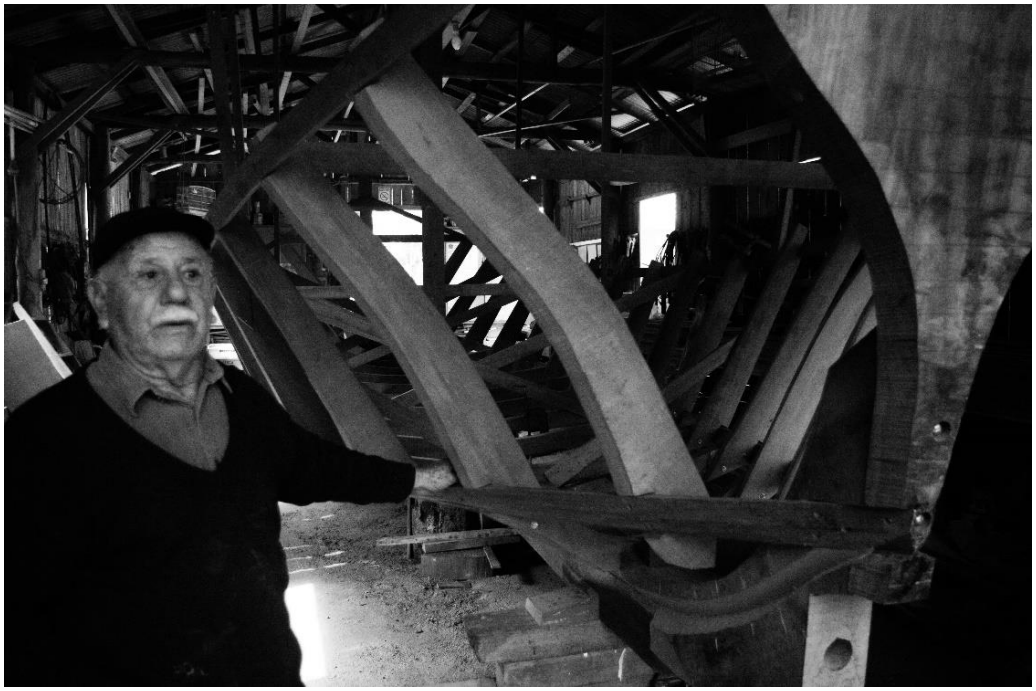


Figura 51: Galpão de carpintaria naval do Sr. Salvador. Bote em madeira em fase de construção. Foto de Alexandro Demathé.

.



Figura 52: Ferramentas que foram por muitos anos utilizadas por Salvador. Plaina e Alefriz. Foto de Alexandro Demathé

Eleziário, avô de Salvador, mantinha um caderno com anotações sobre o cotidiano do farol, sobre a pesca, as pessoas que chegavam, as embarcações e sobre os naufrágios ocorridos na região. Algumas destas páginas ainda sobrevivem e estão de posse de Salvador

que, com emoção, lê alguns trechos. Entre eles o primeiro naufrágio ocorrido com pescadores locais na comunidade do Cabo de Santa Marta, era 27 de julho de 1927, quando os parceiros de pesca Álvaro Saturnino e de Antônio Eusébio saem para pescar e, por algum motivo, a canoa vira, colocando ao mar os dois homens. Ambos não sobrevivem ao frio e ao mar agitado e a canoa aparece no outro dia na praia.

Entre os registros feitos pelo seu avô estão o naufrágio do Aldabi, em 1937; o encalhe do Mira mar, em 1942; o Vaquillona, que naufragou em 1943; das mantas de peixe que se aproximavam da costa e da inusitada passagem do Zeppelin, em 28 de junho de 1934.



Figura 53: Salvador lendo as anotações de seu avô, ao fundo fotos e memórias de família.
Foto de Alexandro Demathé.

Quanto aos naufrágios ocorridos na região, Salvador desconhece se ocorreu algum incidente com embarcações vindas do norte para o sul, apenas em sentido contrário. Segundo Salvador, quando as embarcações passam pelo Cabo de Santa Marta, elas devem executar uma importante mudança de rumo e, dependendo da intensidade e da direção do vento e das correntes, tal manobra pode ser muito difícil e perigosa, ocasionando, eventualmente, alguns encalhes e naufrágios.

Salvador aponta diversos naufrágios em uma carta náutica, entre eles: o Vapor Laguna, ocorrido na barra de Laguna; o encalhe do Itaquatiá, de propriedade do Dr. Henrique Lage, o qual lembra que a canoa de seu avô por muitas vezes levou Dr. Henrique Lage até seu iate, que ancorava fora da costa; o Guaratinga; o Lloyd Paraguai; o Catalão; Santos Porto, entre

outros. Sr. Salvador se apresentou como um grande conhecedor e amante da história naval da região, lembra com orgulho e emoção do avô e do tempo em que existia uma grande movimentação no porto de Laguna, recorda, nas antigas fotos, o entra-e-sai dos veleiros, paquetes e vapores do porto.

5.2.5 Adriano – Mergulhador

Adriano Zarbato é engenheiro civil, natural de Tubarão, e muito novo foi morar em Jaguaruna, devido à enchente ocorrida em sua cidade natal, em 1974. Com 43 anos de idade, frequenta a região desde o seu nascimento. Ele se define como “caranguejo”, está sempre no litoral. Desde muito cedo pratica atividades na água, primeiro o surf, depois o mergulho livre, a pesca submarina e, atualmente, o mergulho autônomo. Iniciou a prática do mergulho há mais de 25 anos o faz com cilindro há pelo menos 14 anos. Sempre mergulhou nos naufrágios da região por curiosidade ou para a pesca com arpão e, atualmente, tem interesse em fotografia sub.

Quanto aos naufrágios, citou o Buenos Aires, no Campo Bom, o Copa 70 e o Guaratinga, na praia da Figueirinha, todos mergulhados inúmeras vezes por ele. Alguns estão completamente soterrados, com poucos vestígios no leiro marinho. Segundo Adriano, o naufrágio do Copa 70 é o nome dado pelos pescadores da região, não tendo certeza do seu verdadeiro nome. Completa dizendo que na Praia de Campo Bom, além do Buenos Aires, existem pelo menos quatro naufrágios naquele ponto, mas não sabe nada sobre eles. Quanto aos riscos e aos usos dados a esses naufrágios, Adriano coloca que é comum o saque de peças do fundo, além da retirada de metais para serem vendidos como sucata. Fala da dificuldade em se mergulhar nestes naufrágios, devido principalmente a sua localização em meio à arrebentação, impossibilitando a visibilidade para um eventual mergulho turístico ou de observação. Apenas se arrisca nesses naufrágios quem realmente é da região e conhece bem os perigos que envolvem esse tipo de mergulho.



Figura 54: Adriano mergulhando. Foto de Adriano Zarbato.

Para ele, os naufrágios deveriam ser protegidos por lei, com limitações e restrições quanto ao seu uso, tendo na sua gestão o envolvimento da Universidade, do IPHAN, de associações científicas e de toda a sociedade organizada. “O mergulho em um naufrágio é motivo de muita emoção, muitas histórias naufragaram junto com essas embarcações, pessoas que trabalharam, que viviam daquilo ali, (...) as formas, materiais construtivos, tudo isso me interessa” .

As entrevistas foram fundamentais para o cruzamento dos dados obtidos nas diversas fontes, pois os pescadores em geral conhecem a localização dos naufrágios e em alguns casos sabem de sua história, de seu nome e outras características, pois alguns deles foram vivenciados por seus pais, avós ou por eles mesmos.

5.3 OS DADOS OBTIDOS.

As informações obtidas nas diversas fontes foram sistematizadas em uma base de dados na plataforma Excel, com as seguintes entradas: Número; Ano; Data; Nome; Bandeira; Embarcação; Características; Localidade; Observações; Fonte, na qual foram realizadas

diversas análises e cruzamento de dados, a fim de corrigir algumas divergências como, localização, nome e outras características citadas nas diferentes fontes. A partir desses dados, foi possível montar um quadro (Quadro 05) com os principais naufrágios localizados entre Laguna e Jaguaruna.

5.3.1 Naufrágios do Século XVI

5.3.1.1 Bergatim de Juan de Salazar – 1549

Esse naufrágio foi verificado apenas no livro de Cadorin e Cadorin (2013), não sendo indicado em nenhuma outra fonte bibliográfica.

O naufrágio do Bergatin[57] de Juan de Salazar, ocorrido em 1549 na entrada da barra de Laguna, inaugurou uma série de outros ocorridos na costa sul de Santa Catarina, que serão relatados no decorrer do texto.

Esse naufrágio, ocorrido no sul de Santa Catarina, é apenas um dos diversos fatos trágicos da viagem da esquadra de Diego de Sanabria, da Espanha, rumo a Assunção no Paraguai pela Bacia do Prata que, ainda na fase de planejamento, já foi marcada por problemas e pela morte de Juan de Sanabria.

Apesar de parte do Estado de Santa Catarina ser teoricamente de domínio português, a Espanha possuía iniciativas de ocupação destas terras, principalmente após a fundação de Buenos Aires (1536) e de Assunção (1536), que passaram a ser governadas por Cabeza de Vaca. No contexto de dominação da América Meridional, as terras de Santa Catarina, entre elas Imbiaça ou Imbeaçã-pe, atual Laguna, se apresentavam como pontos estratégicos por possibilitarem um caminho por terra mais curto para as duas capitais de domínio espanhol.

Devido a problemas de possíveis desvios de tributos do governo espanhol, se instaurou um processo contra o governo de Cabeza de Vaca que resultou em sua deposição, prisão e retorno para a Espanha, assim, foi nomeado como novo governador do Prata, Juan de Salabria, que durante a organização de sua viagem para a América morre, sendo então nomeado para ocupar o cargo, seu filho, o jovem de apenas 18 anos, Diego de Salabria.

---

[57] Bergantim é uma embarcação do tipo da galé, de um a dois mastros e velas redondas ou vela latina. Levava trinta remos e era utilizado como elemento de ligação, exploração, como auxiliar de armadas ou em outros serviços do género. Era um navio escolhido pelos reis, e grandes senhores, para sua utilização em cerimónias. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Bergantim).

Em função de sua experiência, Juan de Salazar foi nomeado chefe da expedição, pois já havia realizado uma viagem ao Prata, onde fundou Assunção, em 1536.

A esquadra partiu da Espanha, composta por uma nau[58] e três bargatins e, após inúmeros problemas durante a viagem e o desvio na rota de uma das embarcações e outra que nunca chegou ao destino, a frota[59] chegou à ilha de Santa Catarina, onde rapidamente procurou um lugar para aportar e abastecer com água e alguns alimentos.(http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/EncReg/EncSC/MegaHSC/SCcolonial/91sc0069.htm). Após realizarem as provisões, água e alimentos, a nau provavelmente sobrecarregada e com avarias da viagem transatlântica naufraga ainda no porto da ilha de Santa Catarina, onde a principal embarcação se perde. O grupo ficou na ilha por praticamente dois anos, onde passou por todo o tipo de sorte, como descreve Hans Staden relatando o encontro, em 1550, com Juan Fernando, um dos náufragos que fazia parte da esquadra de Juan Salazar.

> Ficamos dois anos na selva sobrepujando muitos perigos, tivemos que comer lagartos e ratos do campo e outros animais desconhecidos que conseguíamos apanhar, também animais de carapaça que se agarravam às pedras nas águas e outros alimentos estranhos (...) não tínhamos vontade de ficar e perecer ali, decidimos que a maioria de nós deveria atingir por terra a província de Asunción (...) o resto deveria chegar até lá, com o navio remanescente (STADEN, 1999, p.48).

Após todos os problemas da viagem, e os dois anos na ilha de Santa Catarina, seguiram em direção ao sul, até o grau 28,5, onde buscaram abrigo no porto de Imbeaçã-pe ou Imbiaça (Laguna).

---

[58] As naus eram embarcações de grande porte, destinadas principalmente para o transporte de cargas, porém poderiam ser carregadas com canhões para garantir a proteção de sua tripulação e mercadorias contra piratas e outros inimigos. Possuíam grande capacidade de transporte, em média 300 a 500 toneis, sendo que a partir do século XVI devido ao aumento das necessidades de transporte algumas poderiam ultrapassar os 1000 tonéis. (www.cabral.art.br)

[59] Quanto a frota, existe um desencontro em várias informações, quanto ao número de embarcações e principalmente a sua tipologia. Alguns autores descrevem o uso de nau, patacho e caravela, outros apenas nau e caravelas e outros nau e bergatins. Percebe-se que o assunto necessita estudos mais aprofundados, no qual que não foi o objeto deste trabalho.

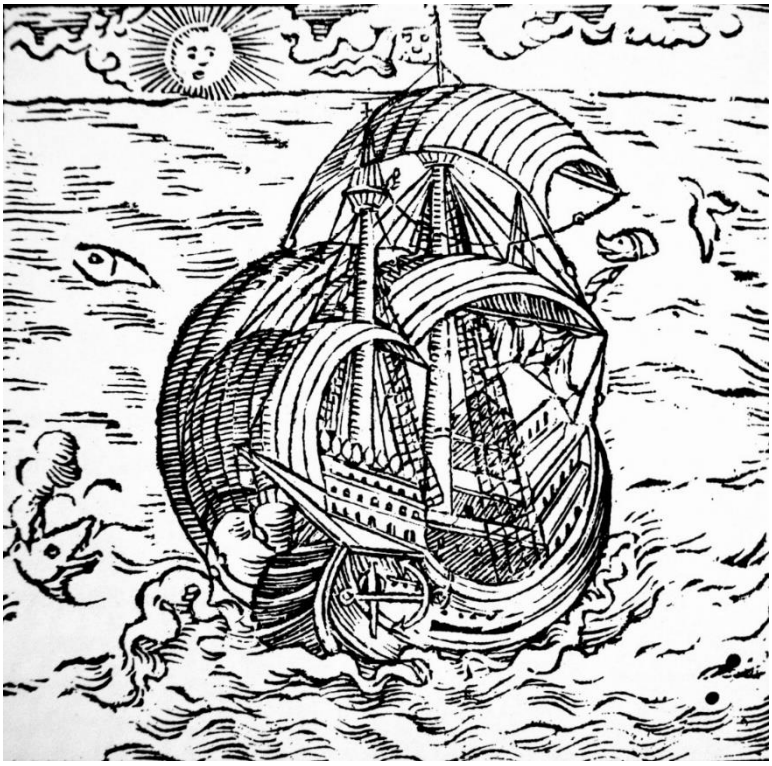


Figura 55: Ilustração de um Bergatin. Fonte Hans Staden (1999)

Ao adentrar na barra de Laguna, o bergatin, muito carregado não aguentou as fortes ondas e as rajadas de vento e veio a naufragar, sobrando apenas as roupas do corpo e a maioria das vidas (CADORIN, CADORIN; 2013, p.100)

5.3.2 Naufrágios do Século XVIII

5.3.2.1 Nau Santa Marta – 1735

Obtivemos informações sobre essa embarcação em Martins (1997), que registrou notícia publicada no jornal "O Albor" de 1947[60] (MARTINS, 1997). Segundo o autor, a nau espanhola Santa Marta seguia para o norte, quando por motivos desconhecidos veio em direção à praia e encalhou. O encalhe provavelmente foi proposital, devido a desobediência e

[60] Quando fizemos a pesquisa no arquivo municipal de Laguna, buscamos esses números do jornal "O Albor", no entanto fomos informados que muitos números, incluindo esses, não estavam de posse do arquivo.

brigas a bordo. Do naufrágio todos os 200 tripulantes foram salvos e acolhidos por João da Távora, um nobre residente em Laguna.

Sendo uma nau espanhola, proveniente da Bacia do Prata para a Espanha, era provável que em sua carga estivessem também ouro e prata, o que logo suscitou muitas histórias e uma lenda que perdura até hoje.

A versão dessa lenda narrada em crônica por Saul Ulyssea, no jornal "O Albor", diz que, não tendo como transportar a grande quantidade de ouro e prata, a tripulação as enterrou no desabitado Cabo de Santa Marta, no intuito de retornarem e recuperarem a valiosa carga em um futuro próximo. Após serem acolhidos em Laguna, seguiram para Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, onde foram pedir ajuda. Ao retornarem, por terra, de Desterro, acompanhados dos cargueiros, foram atacados por índios, morrendo todos os homens da expedição para a recuperação do ouro e da prata enterrados no Cabo de Santa Marta. Assim, conta a lenda, que até hoje existe uma grande riqueza enterrada naquele cabo, não sendo incomum, ainda procurarem por esse tesouro (MARTINS, 1997).

5.3.3 Naufrágios do Século XIX

5.3.3.1 Lanchão Rio Pardo – 1839

São inúmeras as fontes que tratam desse naufrágio, como um dos importantes fatos que marcaram a Revolução Farroupilha. Para essa pesquisa e seu tema proposto, obtiveram-se informações desse naufrágio em Martins (1997), Markun, (2003), Scirocco (2005) e nos *sites* http://www.naufragiosdobrasil.com.br/, mardasgarrafas.blogspot.com.br e http://www.brasilmergulho.com.br. Entre as narrativas acerca do naufrágio e do épico caminho até Laguna, havia informação de que a embarcação fora construída juntamente com a lancha Seival, no estaleiro de Camacuã, no Rio Grande do Sul a serviço da nascente Marinha republicana. A lancha-capitânia Rio Pardo ou Farroupilha, com mais de 18 metros de comprimento, seguiu rumo a Laguna junto com o Seival. Parte do caminho foi realizado por terra em função do domínio imperial na saída do Rio Grande, impossibilitando assim a saída por água. Colocados sob rodas de madeira, os dois barcos foram puxados por cerca de 50 juntas de bois até a foz do Rio Tramandaí, onde seguiram por água até Laguna.

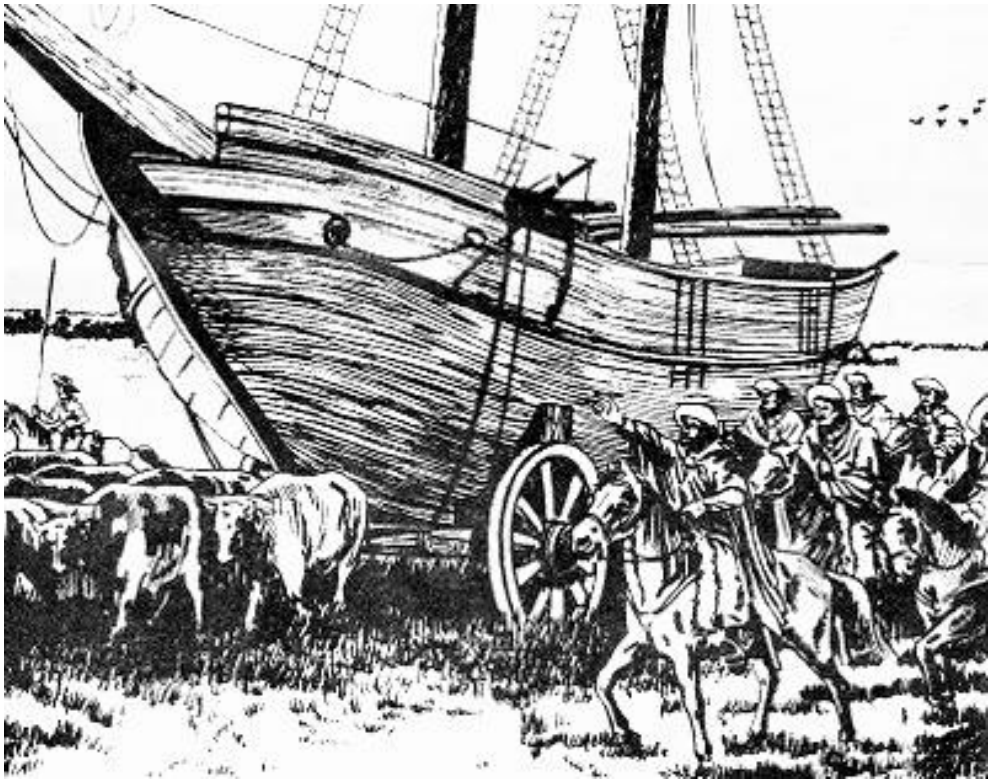


Figura 56: Pictogravura do transporte do Lanchão Rio Pardo.
Fonte: mardasgarrafas.blogspot.com.br/2010_04_01_archive.html

A partir da barra do Rio Araranguá a tempestade não dava trégua, os ventos sopravam na direção sudeste, aumentando o tamanho e a força das ondas. Diante disso, o Farroupilha, sobrecarregado, não suportou e virou, naufragando com cerca de 30 tripulantes, sendo que os poucos que se salvaram nadaram até a praia de Campo Bom, em Jaguaruna.



Figura 57: Pictogravura do naufrágio de Rio Pardo no litoral catarinense.
Fonte: http://www.paginadogaucho.com.br/bibli/anita-06.htm

O naufrágio ocorreu em 14 de julho de 1839, nas proximidades do parcel de Campo Bom[61], ao sul do cabo de Santa Marta, mas nunca foi encontrado.

5.3.3.2 Escuna Itaparica – 1839

Encontraram-se informações sobre esse naufrágio nos *sites* www.naufragiosdobrasil.com.br/, www.naviosbrasileiros.com.br/ngb/I/I066/I066.htm, bem como no livro de Silvares (2010). Nele havia informação de que a escuna Itaparica fazia parte da esquadra imperial brasileira, medindo 18 metros de comprimento com 6,09 de boca e 2,13 metros de pontal. Tinha como armamento 1 colubrina[62] de calibre 9 e 4 caronadas[63] de calibre 12. A Itaparica, construída em 1825, no Estado da Bahia, foi incorporada na esquadra imperial no mesmo ano, sendo a primeira a receber este nome.

[61] A indicações de que o naufrágio possa ter ocorrido na foz do rio Araranguá a pelo menos 30 quilômetros mais ao sul (SCIROCCO, 2005; p.56)
[62] Colubrina semelhante a um canhão é parte da artilharia naval utilizada para tiros de longa distância.
[63] Caronada, como a colubrina é muito semelhante a um canhão foi amplamente utilizada como peça da artilharia naval e teria como função os tiros a curta distância.

Concebido para a batalha, em 1826, sai do Rio de Janeiro com destino ao Rio da Prata, com o objetivo de bloquear Buenos Aires, juntamente com o Brigue Caboclo e a Escuna Alcântara, que fora utilizada na batalha do Monte Santiago, na Guerra da Cisplatina[64]. Foi apreendida no dia 22 de julho de 1839 pelos revolucionários da Revolução Farroupilha, sob o comando de Giuseppe Garibaldi, sendo que no combate de retomada de Laguna a escuna foi incendiada pelas forças navais, em 15 de novembro do mesmo ano.

5.3.3.3 Navio Pernambucana – 1853

Esse naufrágio é referenciado em Martins (1997), Silvares (2010) e em três sites da internet: http://www.naufragios.com.br; http://www.naufragiosdobrasil.com.br e http://www.brasilmergulho.com.br. Essas fontes apresentam algumas incongruências quanto ao nome da embarcação e local onde ocorreu o sinistro, conforme demonstrado no Quadro 03.

Fonte	**Nome**	**Local do naufrágio**
http://www.naufragios.com.br	Pernambuco	Cabo de Santa Marta
http://www.brasilmergulho.com.br	Pernambuco	Campo Bom
http://www.naufragiosdobrasil.com.br	Pernambucana	Arroio da Cruz
Martins (1997)	Pernambucana	Cabo de Santa Marta (parte sul)
Silvares (2010)	Pernambuco	Cabo de Santa Marta (parte sul)

Quadro 3: Incongruências verificadas nas fontes da internet para o naufrágio do Pernambucana.

Sabe-se que era um grande vapor de passageiros que, no dia 19 de outubro do ano de 1853, não suportou as intempéries do litoral sul catarinense, no qual os fortes ventos, vindos do quadrante sul, associados a uma corrente marinha contrária, fizeram com que ocorresse o sinistro. Esse naufrágio, narrado pelo historiador Saul Ulyssea, nas crônicas do jornal "O

[64] A Guerra da Cisplatina foi um conflito ocorrido entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, no período de 1825 a1828, pela posse da Província Cisplatina, a região da atual República Oriental do Uruguai (DONATO, 1987).

Albor" de 1947[65], foi a história sobre a coragem, destrezas e habilidades de um marinheiro proveniente de Cabo Verde, conhecido como Simão, que além de tudo era corajoso e exímio nadador. Foi o primeiro a chegar em terra e prontamente pegou um cabo ligando a embarcação à terra, facilitando o resgate dos 82 tripulantes. No dia seguinte, Simão retornou à embarcação e salvou uma senhora com seus cinco filhos. Nem todos tiveram a mesma sorte, pois 42 pessoas sucumbiram. O jovem marinheiro foi recepcionado em Laguna como herói e recebeu uma boa quantia em dinheiro, fruto da arrecadação feita pelos comerciantes e moradores de Laguna. Meses mais tarde, ele foi condecorado pelo Governo Imperial Brasileiro com uma medalha.

5.3.3.4 Vapor Proteção – 1878

Esse naufrágio é citado em três fontes, em dois livros: de Silvares (2010) e Martins (1997) e no *site* http://www.naufragiosdobrasil.com.br/. Os relatos afirmam que, no dia 19 de julho de 1878 um forte vento sudeste, associado a uma corrente marinha norte, dificultava o deslocamento da embarcação, que a cada metro era empurrada pelo vento em direção à praia. Devido à força exagerada exercida pela máquina a vapor, uma das rodas de propulsão se quebrou e o Proteção, que partira de Florianópolis com destino a Montevidéu, terminou sua viagem nas proximidades do Cabo de Santa Marta, encalhando próximo à praia.

Amália Bainha, filha de Alexandre Bainha, um idoso comandante mercante, salvou o pai, nadando junto a ele até a praia, retornou à embarcação e da mesma forma salvou o velho Nascimento, maquinista do vapor. Este naufrágio ficou marcado pela coragem da jovem Amália e pela morte de alguns dos tripulantes.

5.3.3.5 Navio Slieglind - 1893

Há referências desse naufrágio em três *site*: http://www.naufragios.com.br; http://www.naufragiosdobrasil.com.br/ e http://www.brasilmergulho.com.br, no livro de Silvares (2010) e no documento disponibilizado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e

[65] Conforme relatado na nota 5, esses números do jornal "O Albor", não estavam de posse do arquivo.

Documentação da Marinha (DPHDM). O Slieglind era um navio de grande porte movido a vapor, pertencente a uma empresa de transporte alemã. Em virtude de fortes correntes associadas a ventos de sudeste e leste, o navio encalhou e naufragou a poucos metros da praia ao sul do Cabo de Santa Marta, na praia de Campo Bom. Há relatos[66] de que até a década de 1950 era possível ver a grande caldeira na praia, onde pessoas que passavam por ali descansavam, faziam comida e até passavam a noite, sendo que, em 1957, o que restava do naufrágio foi pilhado e vendido como sucata em um ferro velho.

5.3.4 Naufrágios do Século XX

5.3.4.1 Iate Constância – 1904

Esse naufrágio é referendado pelo *site* http://www.naufragiosdobrasil.com.br, pelo Jornal "O Albor", de novembro de 1904, e pelo livro de Silvares (2010). O Albor traz a notícia desse sinistro, informando que o ocorrido foi resultado de um terrível temporal com fortes ventos de leste. O iate, de propriedade dos negociantes de Laguna Manoel Pinho & Filho, vinha de Joinville quando naufragou na praia do Mar Grosso, em Laguna. Segundo "O Albor" (1904), o Constância já tinha transposto o banco quando rasgou-se completamente a vela principal, desgovernando a embarcação, que foi lançada pelas ondas até a praia, onde encalhou e naufragou. Pediram por socorro, mas não puderam ser atendidos, pois a catraia (pequena embarcação) da praticagem prestava socorro naquele momento ao iate Flora, que se encontrava em perigo eminente de naufrágio.

5.3.4.2 Navio Catalão – 1908

As pesquisas realizadas nas fontes documentais, bibliográficas e orais indicaram o naufrágio do Navio Catalão no Cabo de Santa Marta, próximo ao Ilhote do Cardoso. Obtiveram-se informações no documento disponibilizado pela Marinha do Brasil, DPHDM;

[66] Egídio João de Farias Neto em entrevista concedida ao jornal Vanguarda de 15 de janeiro de 2004 (versão on line).

no livro de Silvares (2010); no *site* http://www.naufragiosdobrasil.com.br/, www.wrecksite.eu/wreck.aspx?152927 e no jornal "O Albor", de 1911, bem como em documentos fotográficos e fontes orais. O naufrágio do navio Catalão aconteceu em uma noite do ano de 1908. Segundo o comandante da embarcação, o acidente ocorreu devido à forte correnteza e a uma serração intransponível. O Catalão encalhou e naufragou ao sul do Cabo de Santa Marta, próximo ao ilhote do Cardoso, ainda é possível, com água clara, ver o que resta desse vapor.

De nacionalidade brasileira, destinado para o transporte, tinha o peso total de 3261 toneladas, com 100,6 metros de comprimento e 12,6 de largura, construído pelo estaleiro inglês Stephenson Robert & Co. Hebbum –On- Tyne, em 1889. Antes de portar bandeira brasileira, foi de propriedade espanhola e inglesa.

O naufrágio do Catalão foi assunto em Laguna por muito tempo. Em 1911, "O Albor" divulgou a notícia dos rumores que corriam na cidade sobre a carga de contrabando que era transportada pelo navio, além dos maus tratos do proprietário aos marinheiros.

Consta no "O Albor" (1911) que a população de Laguna ficou enfurecida pelas declarações do proprietário do Catalão, que acusara a população de Laguna de ser "ladra e saqueadora", em virtude da invasão dada pela comissão da alfândega, composta por 40 pessoas que teriam invadido o vapor, consumido as conservas e abatido grande número de animais. Os boatos do contrabando renderam investigação do fisco que confirmou a carga ilegal e conferiu ao proprietário do navio as devidas sanções.

O jornal "O Albor" publicava, nas semanas seguintes ao naufrágio, que, em função das denúncias de contrabando, toda a mercadoria recuperada do naufrágio seguiria, duas semanas após o sinistro, a bordo do vapor Oceano, juntamente com o escriturário da Alfândega e um guarda, para o Rio de Janeiro.



Figura 58: Vista aérea do vapor Catalão. Foto José Saulo de Souza e Sandro Henrique Rosa. Tratamento Alexandro Demathé.

Esse naufrágio também foi referendado nas entrevistas feitas com os pescadores e moradores da região do Farol de Santa Marta. Os entrevistados informaram a localização aproximada do navio naufragado.

5.3.4.3 Navio Laguna – 1921

Esse naufrágio foi identificado em quatro tipos de fontes. Duas em meio virtual, nos *sites* www.naufragiosdobrasil.com.br e http://www.wrecksite.eu/wreck.aspx?152896; e

bibliográfica, no livro de Silvares (2010) e, ainda, nos relatos orais, bem como em documentos fotográficos. Essas fontes apresentam o navio com o nome de Laguna[67], antigo Alexandria que, após ter sido comprado pela Lloyd Brasileira, passou a ser denominado Laguna. Era um vapor de médio porte, com 49,8 metros de comprimento, 8,6 de largura e um peso de 525 toneladas, fabricado pelo estaleiro inglês Seath T. B.& Co. Em 1890, foi incorporado na frota da *Empreza Esperanza Marítima*, de bandeira brasileira, e sediado na cidade do Rio de Janeiro, que o batizou de Alexandria. Em 1920, foi vendido para a Lloyd Brasileira, que o utilizou na linha entre o Rio de Janeiro e Laguna. O navio aportava semanalmente em Laguna, trazendo mercadorias e pessoas.



Figura 59: Vapor Laguna ancorado no antigo Porto de Laguna. Detalhe aos trilhos que transportavam carvão aos navios. Acervo IPHAN

Em 1908, o jornal "O Albor" noticia a entrada do vapor Alexandria na barra de Laguna, pois a mesma estava assoreada e há várias semanas não recebia nenhuma embarcação de maior porte, colocando em crise os negócios locais.

[67] A fonte http://www.wrecksite.eu/wreck.aspx?152896 traz com o nome Laguna com o número II entre parênteses, porém trata-se de outra embarcação (Laguna II) comprada pela Herm Stoltz & Cia., em 1926 (Albor, 1926).

Após as obras de recuperação da entrada da barra, por muitas outras vezes, o vapor Laguna entrou e saiu pela barra. Muitas são as notas[68] no O Albor que tratam da movimentação desse navio no porto de Laguna.

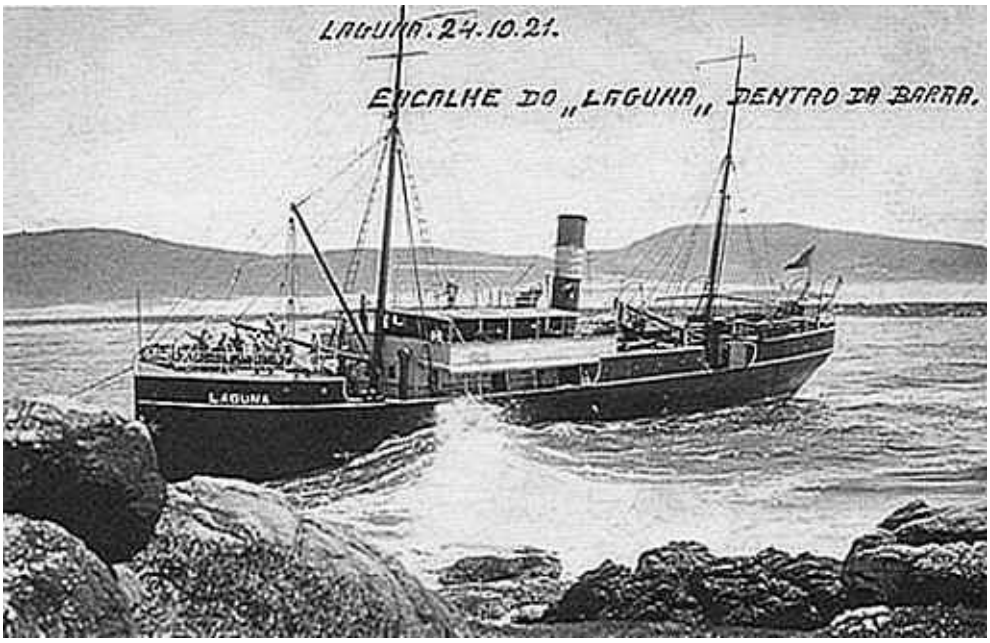


Figura 60: Encalhe do vapor Laguna antes das obras de melhoria da barra de Laguna. Fonte: http://www.solariseditora.com.br/nav_portos/vit122.htm

Não se tem notícias dos motivos que levaram ao encalhe e ao naufrágio do vapor Laguna, pois esse caminho era muito conhecido pela experiente tripulação. Provavelmente um novo banco de areia não informado e o mar agitado levou o Laguna ao fundo. Segundo moradores, até a década de 1960, era possível ver a caldeira do vapor próximo à prainha dos molhes da barra de Laguna.

5.3.4.4 Navio Una – 1936

Verificaram-se dados desse navio nos livros de Martins (1997) e Silvares (2010), no documento disponibilizado pelo DPHDM e nos *sites* http://www.naufragios.com.br, http://www.naufragiosdobrasil.com.br e http://www.wrecksite.eu/wreck.aspx?152927. As

[68] "O Albor" (1908, 1916, 1919, 1921a e 1921b)

fontes pesquisadas apresentaram divergência com relação ao nome do navio, que variou de Una e Uma.

Fonte	Nome
http://www.naufragiosdobrasil.com.br	Una
http:// www.wrecksite.eu/wreck.aspx?152927	Una
Martins (1997)	Una
http://www.naufragios.com.br	Uma
Silvares (2010);	Uma
DPHDM	Uma

Quadro 4: Incongruências com o nome do Vapor Una ou Uma.

O vapor, de médio porte, foi construído em 1906, pelo estaleiro Dublin Dockyard Co. Media 67,7 metros de comprimento e 10,4 de largura, possuía e 1036 toneladas de peso. Foi comprado primeiramente pela Wandsworth, Wimbleton & Epsom District Gas Co., de Londres e passou por outras duas companhias de bandeira inglesa, antes de ser vendido para a Lloyd Brasileira, em 1925. Esse navio, que tinha como destino o porto de Itajaí, naufragou na madrugada do dia 26 de outubro de 1936, quando, provavelmente, bateu em um outro naufrágio, conforme informações do comandante Mário Tinoco. A batida ocasionou uma grande abertura no casco e, em poucas horas, a água invadiu toda a casa de máquinas. Salvaram-se todos os 36 tripulantes, os quais seguiram com os barcos salva-vidas para Laguna. O capitão foi condenado por irregularidade e omissão de navegação, tendo que pagar uma boa quantia em dinheiro como multa.

.



Figura 61: Publicidade da Lloyd Brasileira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro. Fonte www.wrecksite.eu (acesso em 22 julho de 2014).

5.3.4.5 Navio Aldabi – 1937

Esse naufrágio foi identificado em seis tipos de fontes pesquisadas, no documento do DPHDM, no livro de Silvares (2010), em alguns números do jornal O Albor, no *site* http://www.naufragiosdobrasil.com.br/, em documentos fotográficos e nos relatos orais. As informações obtidas em todos esses documentos indicam que o navio naufragou no dia 9 de dezembro de 1937, em virtude de uma forte serração que cobria a costa. Dificultando a localização por terra, o grande vapor, proveniente de Buenos Aires e Montevidéu, com quase 120 metros de comprimento e pesando 9000 toneladas, bateu na pequena laje, localizada na ponta do cabo de Santa Marta, vindo a naufragar junto ao ilhote do mesmo cabo, a poucos metros dos barracões dos pescadores.



Figura 62: Navio Aldabi, naufragado em 1937. Acervo de Salvador Peixoto. Tratamento do Autor.

A tripulação, composta por 34 pessoas, oriundas da Holanda e China, com apenas dois passageiros a bordo, após alguns dias de espera, foram transportados pelo vapor Itajiba, que passava por ali e seguiu para o porto de Santos. Não houve nenhuma morte nesse incidente.

Transportava cerca de 3000 toneladas de mercadorias diversas para portos mais ao norte. O casco estava assegurado pela Companhia Lloyds de Londres, que já havia enviado um representante para apurar o ocorrido e a carga estava assegurada por uma companhia de Buenos Aires. O naufrágio ocorreu de forma lenta, pois vários dias depois do encalhe o porão de ré, bem como a sala de máquinas ainda estavam intactos, sem água.

Por se tratar de um naufrágio muito próximo à costa e à colônia de pescadores do Farol de Santa Marta, ele foi muito citado nas conversas com os locais, que informaram que muitos mergulhadores retiraram muitos objetos do interior desse naufrágio, vigia, utensílios,

vidros, copos, garrafas, pratos. Um dos mergulhadores mais antigos que se tem notícia na região era o Luiz das Vestes (Figura 62), que utilizava um escafandro para penetrar nos naufrágios e retirar o que fosse possível. Atualmente, mergulhadores com equipamentos autônomos e em apneia retiram ferro, chumbo e bronze.





Figura 63: Mergulhador Luiz das Vestes se preparando para mergulhar no Aldabi. Acervo de Salvador Peixoto. Tratamento Alexandro Demathé.

Em entrevista realizada com o Sr. Salvador Peixoto, ele informou que no ano do naufrágio tinha 12 anos e recorda que o seu avô, Sr. Eliziário, ajudou no transporte da tripulação e das mercadorias. Na figura 60 pode-se ver uma pequena embarcação ao lado do navio e na figura 62 a mesma embarcação com o avô de Salvador. Salvador relata que, contrariamente ao que foi escrito no Albor, naquela noite não havia serração, a madrugada era estrelada e o mar era calmo, derrubando a versão da serração e da difícil visibilidade. A notícia da serração deve ter circulado em função do seguro do casco e da carga. Sr. Salvador também recorda das conversas que ouvia do possível carregamento de contrabando de armas.



Figura 64: Embarcação utilizada para o resgate do Navio Aldabi. Acervo de Salvador Paixoto. Tratamento Alexandro Demathé.

5.3.4.6 Escuna Mira Mar – 1942

Esse naufrágio foi citado em seis fontes pesquisadas. No documento fornecido pela Marinha do Brasil, DPHDM; no livro de Salvares (2010); nos *sites* http://www.naufragiosdobrasil.com.br/ e http://www.wrecksite.eu, e, por fim, em documento fotográfico e nas entrevistas realizadas na região da pesquisa. Percebe-se alguma incongruência nas fontes, quando se refere ao tipo de propulsão da embarcação. Martins (1997) diz que o Mira Mar era um navio movido a vapor. Já a ficha técnica trazida pelo *site*

http://www.wrecksite.eu traz essa embarcação como sendo uma escuna movida a vela e a um motor a diesel.

De nacionalidade argentina, a escuna, movida à vela e a motor de combustão, Mira Mar ou Miramar foi construída em 1918, pelo estaleiro holandês Bodewe G.&H., Martenshoek para a companhia também holandesa SV Kwiek, em 1920. Em 1933, passa a fazer parte da frota da Fonda H.&Ranucci, de Buenos Aires, sendo que antes havia passado pela propriedade de uma empresa inglesa e outra argentina. Essa embarcação era destinada ao transporte de carga, tinha 214 toneladas, media 41,22 metros de comprimento por 7,55 de largura e 3,5 de altura, era movimentada por grandes velas sustentadas por três mastros e um motor a diesel.

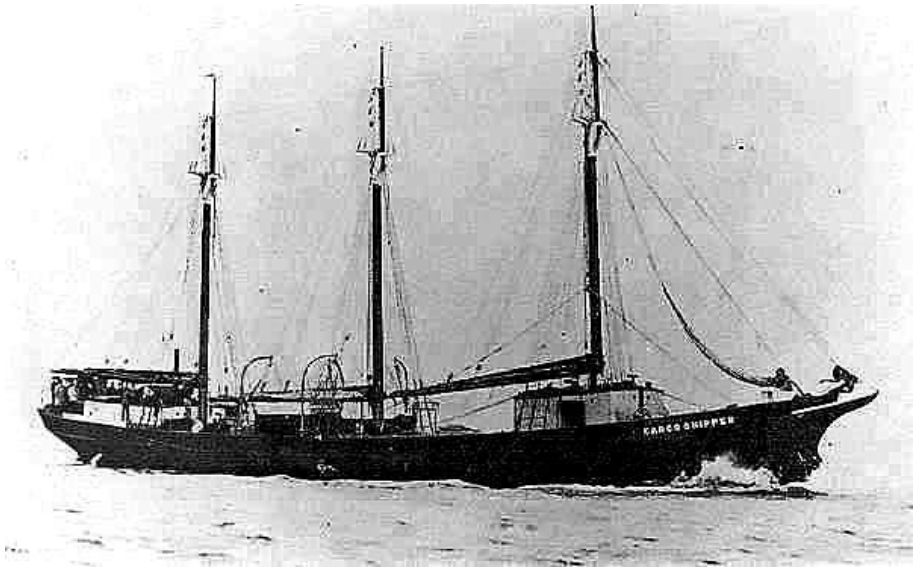


Figura 65: Escuna com mesmas características da escuna Mira mar. Fonte www.wrecksite.eu.

A escuna Mira Mar seguia de Buenos Aires para Antonina no litoral do Paraná, carregada de trigo quando, na madrugada do dia 22 de agosto de 1942, perdeu o comando e veio a encalhar e naufragar próximo ao Cabo de Santa Marta. Na ocasião, morreu o cozinheiro espanhol de nome Gil.

Navio Santos Porto – 1942

O naufrágio do Santos foi encontrado em quatro das fontes pesquisadas: http://www.naufragiosdobrasil.com.br, http://www.naviosbrasileiros.com.br, em documento fotográfico e em entrevista com pescadores. Na primeira fonte, ele é tratado como um faroleiro com casco de aço e, na segunda fonte, também como um faroleiro, porém com casco de madeira.

O Santos Porto foi um navio faroleiro a serviço da Marinha do Brasil, obteve esse nome em homenagem ao Capitão de Corveta José Augusto dos Santos, vítima, em 1906, da explosão no Encouraçado Aquibatã. Realizou serviço na região transportando material para o farol de Santa Marta e prestando apoio na construção dos faroletes da ilha das Galés, próximo a Florianópolis e Ilha das Araras, nas proximidades de Imbituba. Tudo indica que após o seu encalhe, a embarcação foi resgatada, retornando a sua atividade.



Figura 66; Encalhe da Embarcação Santos Porto. Foto Gentil Reynaldo.

5.3.4.7 Navio Vaquillona – 1943

Esse naufrágio foi citado em sete fontes pesquisadas: no documento fornecido pela Marinha do Brasil, DPHDM; no livro de Salvares (2010); nos *sites* http://www.naufragiosdobrasil.com.br/; http://www.naufragiosdobrasil.com.br; http://www.brasilmergulho.com.br e http://www.wrecksite.eu, e, por fim, nas entrevistas realizadas na região da pesquisa. O Vapor Vaquillona tinha 61 metros de comprimento por 9,8 de largura e 3 metros de altura. Ele foi construído em 1902, pela renomada companhia inglesa Goole Shipbuilding &Co. (figura 66), com o objetivo de transporte de mercadorias.



Figura 67: Canteiro Naval da Goole Shipbuilding & Repairing Company, onde foi construído o Vaquillona em 1902. Fonte: www.wrecksite.eu/imgBrowser.aspx?19880

O navio foi engajado na frota da empresa sueca Rederi A/B Nike, com o nome de Bia. Em 1905, foi vendido para a empresa brasileira Da Silva J. & Fresteiro Co., sendo rebatizado de Campeiro. Cinco anos depois foi vendido para a Empresa de Navegação Rio Grandense, sediada no Rio de Janeiro, que manteve o mesmo nome até o ano de 1931. O nome Vaquillona foi dado quando a propriedade do navio passou para a Compañia Argentina de

Navegação, que navegou sob bandeira argentina de 1931 até a data de seu naufrágio, em 1943.

Carregado de trigo em grãos, partiu de Buenos Aires com destino ao porto de Santos, onde, no dia 20 de outubro de 1943, encalhou a 7 milhas náuticas ao sul do cabo de Santa Marta, nas proximidades da praia da Figueirinha, em Jaguaruna (Santa Catarina).

5.3.4.8 Navio Buenos Aires – 1946

O naufrágio do Buenos Aires foi citado em nove fontes pesquisadas: no documento fornecido pela Marinha do Brasil, DPHDM; nos livros de Silvares (2010) e Martins (1997); nos *sites* http://www.brasilmergulho.com.br; http://www.naufragiosdobrasil.com.br/; http://www.naufragios.com.br e http://www.wrecksite.eu, e, por fim, nas entrevistas realizadas na região, bem como em documentos fotográficos.

O Buenos Aires é um dos naufrágios que mais desperta interesse pelas pessoas da região, por ser relativamente recente, ou pela ampla cobertura[69] fotográfica e pela imprensa escrita da época. Quando se pergunta sobre naufrágios, o primeiro a vir na mente das pessoas locais é o Buenos Aires, as imagens de seu casco rachado muito próximo à praia impactou muito a vida pacata da região, que vivia da pesca e da pequena agricultura.

[69] O naufrágio foi notícia em vários jornais da região e do país, tendo o seu trágico desfecho acompanhado por centenas de pessoas na praia pelos vários dias que envolveram o incidente. O fotógrafo da Cidade de Jaguaruna, Sr. Gentil Reynaldo (Foto Regina), registrou vários momentos do naufrágio e hoje suas fotos estão espalhadas nas casas, e principalmente em diversos comércios por toda a região principalmente na cidade de Jaguaruna.



Figura 68: Naufrágio do Buenos Aires. Detalhe da movimentação de pessoas na praia. Foto de Gentil Reynaldo.

O navio de bandeira argentina foi construído em 1896 pelo estaleiro inglês Sir. Raylton Dixon & Co. Ltda. para a empresa Alemã Hamburg – Sudamerikanische, batizado na ocasião com o nome de Taquary. Em 1904, foi vendido para uma companhia argentina com o nome Camarones. Após 42 anos, foi comprado pela Cia Navegação Austral Eugenides Eugen, que rebatizou-o com o nome de Buenos Aires. Um grande navio de carga, com 2788 toneladas e mais de 90 metros de comprimento por 12,6 metros de largura e 7,2 de altura, movido por um grande motor a vapor. (http://www.wrecksite.eu/wreck.aspx?31888).

Era uma madrugada de inverno, com pouca visibilidade, o vento era forte, com rajadas que sopravam do leste e sudeste, forçando o capitão a corrigir em continuidade o rumo. Próximo à saída da barra do Camacho, o navio bateu contra um parcel, o que resultou na quebra da quilha e na avaria do leme, dificultando o controle de direção. Sem comando, o navio ficou à vontade das correntes e dos ventos que o empurraram contra a praia, local em que encalhou. O seu casco, feito em aço, não suportou o peso do navio e rachou ao meio, fazendo-o naufragar próximo à praia da Figueirinha, ao sul do Cabo de Santa Marta.



Figura 69: Naufrágio do Buenos Aires. Detalhe do casco rachado ao meio. Foto de Gentil Reynaldo.

O navio havia partido da Argentina e seguia para a África do Sul, transportando, além dos 44 tripulantes e 5 passageiros, uma carga diversa, composta de laticínios, couro, lã, chocolate e outros. Uma parte mínima da carga foi recuperada e saqueada, sendo que boa parte dela ficou sob as águas, juntamente com o casco do Buenos Aires. Com exceção do maquinista, um argentino, que foi enterrado no cemitério de Jaguaruna, todos os tripulantes e passageiros se salvaram (ALBOR, 1946; MARTINS, 1997; VANGUARDA, 2004).

Hoje é possível ainda ver essas fotografias espalhadas em casas de comércio, postos de gasolina e restaurantes da região, muitos objetos com o nome no navio gravado foram retirados, pratos, talheres, copos, alguns foram vendidos, outros perdidos, e outros estão bem guardados, mas nenhum deles ficou para se contar uma história à sociedade em geral.

5.3.4.9 Navio Guaratinga – 1954

Esse naufrágio foi citado em sete fontes pesquisadas: no documento fornecido pela Marinha do Brasil, DPHDM; nos livros de Silvares (2010) e Martins (1997); nos *sites* http://www.naufragiosdobrasil.com.br/; http://www.brasilmergulho.com.br e http://www.naufragios.com.br, e, por fim, nas entrevistas realizadas na região, bem como em documentos fotográficos. O grande cargueiro, de nome Guaratinga, seguia seu rumo para o norte, no dia 21 de junho de 1924, quando os ventos de sudeste fizeram com que perdesse o rumo e viesse a encalhar ao sul do cabo de Santa Marta, próximo à praia do Arroio, em Jaguaruna. Fabricado em 1944, pelo estaleiro norte americano Dravo Corporation, era

operado pela armadora brasileira Empresa Internacional de Transportes, possuía 94,20 metros de comprimento e um peso de 2902 toneladas, estava carregado de madeiras de pinho e banha de porco. O navio incendiou e a carga que restava no interior da embarcação foi completamente destruída. Segundo moradores, a praia ficou repleta de tábuas de pinho e muitas foram carregadas. Em alguns barracões de pesca pode-se ainda encontrar algumas dessas tábuas.



Figura 70: Encalhe do Guaratinga. Foto de Gentil Reynaldo.

5.3.4.10 Navio Malteza – 1979

O naufrágio Malteza foi citado[70] em oito fontes pesquisadas: no documento fornecido pela Marinha do Brasil, DPHDM; nos livros de Silvares (2010) e GUEDES (2010); nos *sites* http://www.naufragiosdobrasil.com.br/; http://www.brasilmergulho.com.br e http://www.naufragios.com.br, além da farta documentação fotográfica e nas entrevistas.

[70] Devido a grande cobertura e desdobramentos ocorrido com este fato, a notícia é recorrente em várias outras fontes que não foram mencionadas comentam ou citam esse naufrágio, como: jornais, revistas, gravações de rádio e TV, sítios de internet e blogs.

De bandeira grega, foi construído em 1955, pelo estaleiro Sueco Eriskbergs, tendo o seu primeiro nome Vasahom, fazia parte da esquadra de uma empresa de navegação sueca e apenas em 1975 foi vendido para a empresa de navegação Malteza Mar Co., de nacionalidade grega. Possuía 146,9 metros de comprimento por 18,98 de largura e 8,21 de altura e, com um grande motor a diesel, movimentava suas 5868 toneladas (http://www.wrecksite.eu/wreck.aspx?111786).

Com um grande vazamento em seu casco, o comandante verificou sua posição nas cartas náuticas, lançando o primeiro pedido de SOS, na ocasião o Malteza se encontrava próximo ao Cabo de Santa Marta. O comandante continuou o seu rumo para o norte, porém muito próximo à praia. Devido ao excesso de água nos porões, o casco já navegava adernado, o comandante ainda tinha esperanças de salvar o navio, mas a quantidade de água que as bombas jogavam para fora era inferiores as que entravam nos porões. Após várias tentativas, o grande navio, que chamava a atenção dos moradores de Laguna, pela proximidade da praia, seguiu rumo ao norte na praia do Gy, onde encalhou (figura 70).

Felizmente não houve perdas humanas. No momento do incidente, todos os 29 tripulantes se salvaram, porém o naufrágio deu início a uma série de problemas. Além da grande quantidade de milho e de óleo jogados no mar, vários episódios marcaram todo o processo pós-encalhe do Malteza, incluindo mortes.



Figura 71: Navio Malteza encalhado na praia do Gy. Acervo de Gentil Reynaldo.

Um mês depois da tragédia, técnicos que instalavam uma bomba de sucção de óleo tiveram um incidente com o equipamento e um deles teve escoriações e fratura de uma perna. Um advogado, que fazia uma inspeção, escorregou e quase caiu no mar revolto, escapou com poucos ferimentos leves. Três meses depois do encalhe, iniciou-se a retirada manual do milho, que já estava fermentado nos porões, quando, na primeira passada, saiu um gás mortífero que rapidamente matou 4 operários, entre 16 e 31 anos, todos de Laguna. Sete meses após o acidente, um avião monomotor, de Tubarão, em um vôo rasante, bateu no cabo que estava estendido do navio até a praia, em uma altura de aproximadamente 15 metros. Nesse acidente morreram o piloto e um acompanhante (GUEDES, 2010). Muito ainda se fala do Malteza, até hoje não foram completamente esclarecidas as causas do encalhe, se proposital ou mais um acidente que aconteceu na costa.

Além dos naufrágios brevemente descritos acima, muitos outros não foram detalhados, principalmente pela falta de informação disponível sobre eles (Quadro 05). Outros navios tiveram a sorte de ser rebocados após o encalhe e retornarem à água, como é o caso do Navio Rio Parnaíba (figura 71), encalhado em 1955 ao sul do cabo de Santa Marta, próximo à praia da Figueirinha; o Lorde Paraguai (figuras 72, 73 e 74), carregado de arroz a granel e peixes em conservas, encalhado em 1953, também próximo à praia da Figueirinha; e o petroleiro Gravataí (figura 75), que encalhou em 1972, na praia do Arroio da Cruz, ao sul do Cabo de Santa Marta.



Figura 72: Navio Rio Parnaíba, encalhado na praia da Figueirinha em Jaguaruna.
Acervo Gentil Reynaldo.



Figura 73: Lorde Paraguai, encalhado nas proximidades da praia da Figueirinha, em Jaguaruna. Acervo Gentil Reynaldo.

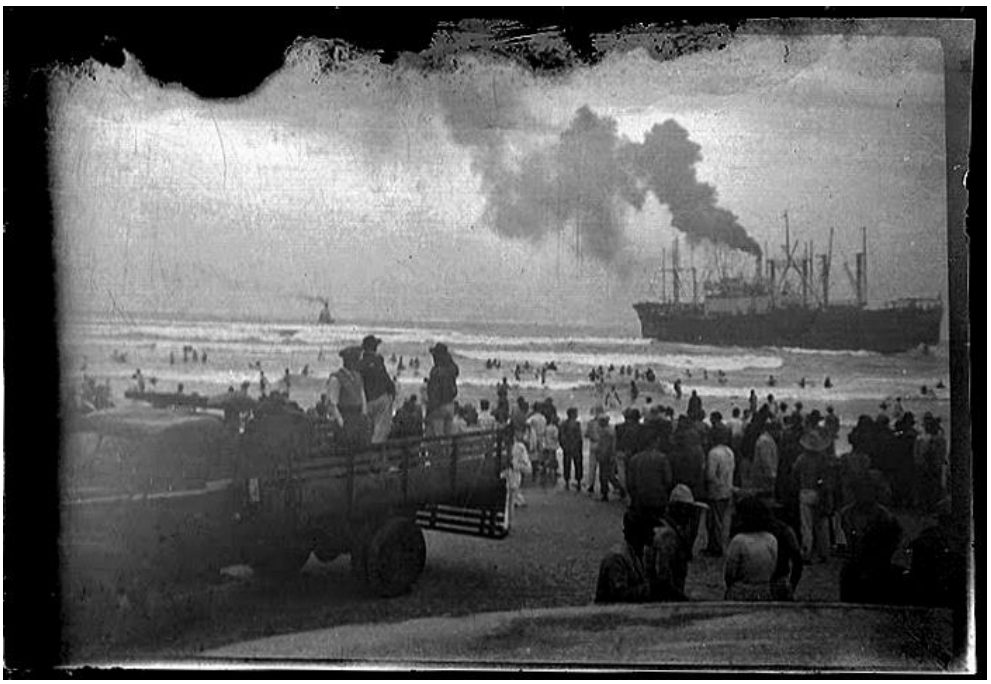


Figura 74: O encalhe do Lorde Paraguai atraiu uma grande quantidade de pessoas à praia. Acervo Gentil Reynaldo.



Figura 75: O Lorde Paraguai foi atração de centenas de pessoas por alguns dias. Acervo Gentil Reynaldo.



Figura 76: Gravataí, um petroleiro que encalhou na praia da Esplanada. Acervo Gentil Reynaldo.

Além destes encalhes mais recentes, teve o caso emblemático do Vapor Itaquatiá que, em 1929, encalhou no ilhote do Ipuã, a poucas milhas ao norte do Cabo de Santa Marta. Esse episódio ficou conhecido pela promessa feita por seu proprietário, Dr. Henrique Lage, que

construiria uma igreja caso o seu vapor desencalhasse em segurança. Poucos anos depois, a igreja foi erguida.

Nome	Ano	Tipo	Local	Fonte
Aldabi	1937	Vapor	Cabo de Santa Marta	1, 2, 4, 9, 11, 13
Angra dos Reis	1893		Laguna	2 e 4
Anne Marie	1888		Laguna	2, 3 e 4
Araranguá	1878		Laguna	3 e 4
Betsie	1957		Laguna	2 e 4
Bornéo	1870	Vapor	Cabo de Santa Marta	1,2,3 e 4
Buenos Aires	1946	Mercante	Campo Bom	1,2,3, 4, 5, 7, 9, 11, 13
C.S. Marta I			Cabo de Santa Marta	2 e 4
C.S. Marta II			Cabo de Santa Marta	2 e 4
Cabderbanck	1885		Laguna	1 e 4
Camamú	1918	Vapor	Ao sul do Cabo de Santa Marta	1,2, 4, 9
Camarones	1943		Cabo de Santa Marta	1,2 e 4
Campo Bom			Campo Bom	2 e 4
Cardiff	1891		Laguna	2 e 4
Carolina	1873	Escuna	Camacho	1,2,3,4 e 5
Catalão	1908	Vapor	Ao sul do Cabo de Santa Marta	1,2, 4, 9, 11, 13
Cecília Catarinense	1872	Iate	Cabo de Santa Marta	1,2 e 4
Chato	1878		Laguna	4
Círio	1893		Laguna	2 e 4
Constança	1904	Iate	Laguna	2,4 e 6
Corumbá	1865	Brigue	Cabo de Santa Marta	1,2 e 4
Dente de Coelho	1917	Iate	Laguna	2, 3,4 e 5
Dom Matheus	2008		Ao sul do Cabo de Santa Marta	5
D. P. de Alcântara	1866		Laguna	2 e 4
Edward	1861		Cabo de Santa Marta	1,2, 3 e 4
Elena	1891		Laguna / Praia do Gy	2,3 e 4
Fiel Amigo	1890		Laguna	2,3 e 4
Flor do Porto	1885		Laguna	2,3 e 4
General Salsa	1918		Itacolomy	2,4 e 5
Gravataí*	1972		Arroio da Cruz	5, 9, 13

Gravataí*	1970		Jaguaruna	4
Guaratinga	1954		Ao sul do Cabo de Santa Marta	2,3,4, 5, 9, 13
Guipuscoa*	1740		Cabo de Santa Marta	2,3 e 4
Guipuscoa*	1891	Nau	Cabo de Santa Marta	1
Hero	1867		Laguna	3
Iate	1857		Figueira	2 e 4
Indeterminado	1878		Laguna	2
Itaparica	1839		Barra de Laguna	2, 4, 12
Jaguaribe	1833		Cabo de Santa Marta	1,2,3 e 4
José São Romão	1921		Laguna	2,3 e 4
Josefina	1866		Laguna	4
Laguna	1921		Laguna	2, 4, 9, 11, 13
Lanchão		Lancha	Cabo de Santa Marta	9
Leda / Lola*	1918	Lancha	Cabo de Santa Marta	1,2,3,4 e 5
Libertina	1826		Laguna	3
Lola*	1917	Lancha	Cabo de Santa Marta	3
Lord Paraguaí	1953		Figueirinha	2,4, 5, 9, 13
Malteza S	1979		Laguna	1,2, 4, 9, 10, 11, 13
Maria	1860		Figueirinha	2,3,4 e 5
Maria Ramos	1984		Laguna	3
Mira mar	1942		Cabo de Santa Marta	1, 2 , 4, 9, 11, 13
Norte	1955		Cabo de Santa Marta	2 e 4
Oswaldo	1931		Laguna	2,3 e 4
Pensamento Feliz	1827		Cabo de Santa Marta	1,2 e 4
Pernambuco	1853	Vapor	Campo Bom	3, 4 e 5
Porto Alegre*	1905	Paquete	Cabo de Santa Maria	1,2, 3, 4, 9, 11
Porto Alegre*	1906	Vapor	Cabo de Santa Marta	5
Portugal*	1912		Laguna	3
Portugal*	1913	Iate	Barra da Laguna	5
Proteção	1878		Campo Bom	2 e 4
RioPardo/Farroupilh	1839	Lanchão	Laguna	3, 5, 13, 14
Rio Parnaíba	1955		Figueirinha	2,4 e 5
De Juan de Salazar	1549	Bergatin	Barra de Laguna	8
Salvato	1886		Laguna	2,3 e 4
Santa Marta	1735	Nau	Cabo de Santa Marta	7

Santos Porto	1942		Garopaba do Sul	4, 9, 12, 13
São José	1859		Laguna	2,3 e 4
São Manoel	1864		Laguna	2,3 e 4
S. P. de Alcântara	1866		Laguna	3
São Romão	1869	Vapor	Barra da Laguna	2,3,4 e 5
Seival	1839	Lanchão	Laguna	2, 4, 13
Sieglind	1893	Vapor	Praia do Campo Bom	1,2,3,4 e 5
Três Irmãos	1876		Laguna	2,3 e 4
Uma/Uma	1936	Vapor	Cabo de Santa Marta	1,2,3,4, 7 e 11
Valio II	2004		Laguna	2 e 4
Vaquillona	1843	Vapor	Figueirinha / Cabo de Santa Marta	1, 2, 3, 4, 5, 9, 11
Victoria II	1938	Iate	Cabo de Santa Marta	1
Vila Nova	1896		Laguna	2, 3 e 4

Quadro 5: Relação dos naufrágios e fontes pesquisadas.

Nº	**Tipo**	**Nome**
1	Documento	Dir. do Pat. Hist. e Doc. da Marinha (DPHDM)
2	Livro	SILVARES (2010)
3	Sitio Internet	http://www.naufragios.com.br
4	Sitio Internet	http://www.naufragiosdobrasil.com.br
5	Sítio Internet	http://www.brasilmergulho.com.br
6	Jornal	Albor (1900-1950)
7	Livro	MARTINS (1997)
8	Livro	CADORIN, CADORIN (2013)
9	Documento	Declaração Oral
10	Livro	GUEDES (2010).
11	Sítio Internet	http://www.wrecksite.eu
12	Sítio Internet	http://www.naviosbrasileiros.com.br
13	Documento	Fotografia/gravura
14	Livro	SCIROCCO (2005)

Quadro 6: Relação das fontes pesquisadas.

Esse levantamento possibilitou o reconhecimento da quantidade (gráfico 1) e tipos de naufrágios (gráfico 2) verificados na área da pesquisa.

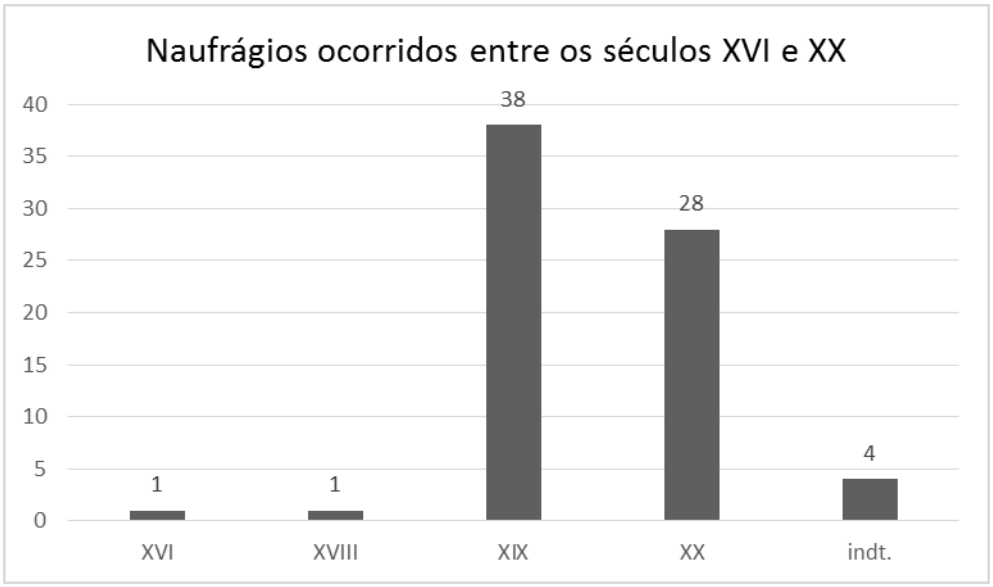


Gráfico 1: Relação dos naufrágios com o período dos acidentes.

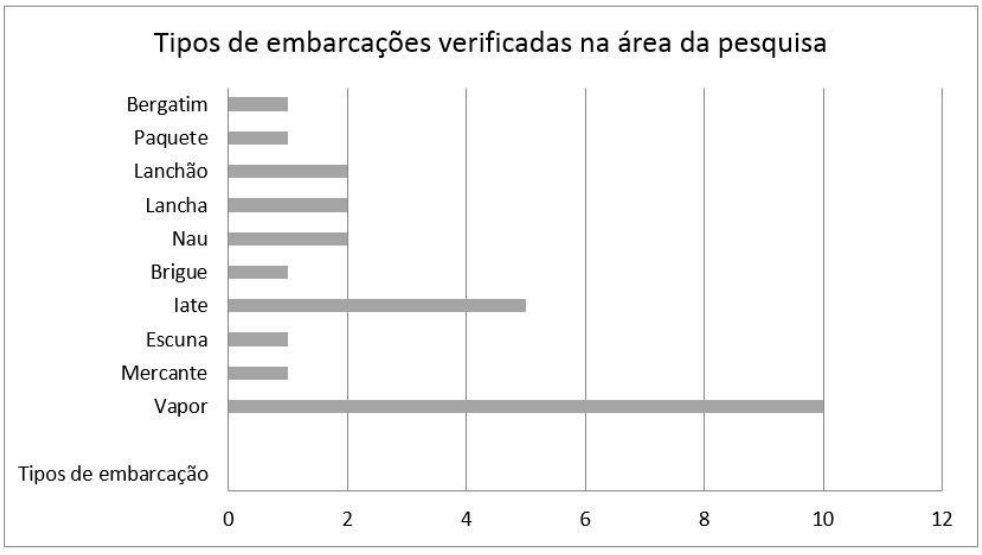


Gráfico 2: Tipos de embarcações verificadas na área da pesquisa.

O gráfico 01 indica um número reduzido de naufrágios entre os séculos XVI e XVII, sendo que no século XVII não existe nenhuma ocorrência de naufrágio. É notória a movimentação marítima na costa nesse período. As indicações da região em diversas cartas

náuticas de importância mundial para as navegações comprovam isso. Nesse período, o Cabo se apresentava como um dos importantes entrepostos entre a Europa e a Bacia do Prata, favorecendo os naufrágios na região. A reduzida quantidade de naufrágios apresentada no gráfico 01, mais do que representarem a pouca quantidade destes sinistros no período entre os séculos XVI e XVIII, reflete a falta de registros nas fontes pesquisadas.

O século XIX apresentou o maior número de naufrágios registrados, em um total de 38 sinistros, demostrando a importância da região nas rotas marítimas mercantis da época, bem como o incremento no transporte devido à modernização das embarcações e ao aumento de produção e consumo. Cabe ressaltar que nesse período o litoral ainda era desguarnecido de um farol, sendo ainda muito comum os acidentes ocorridos no parcel de Campo Bom e no próprio Cabo de Santa Marta. No século XX, a movimentação marítima no Brasil é muito grande, os principais portos passam por um processo de modernização (NEU, 2011) visando atender ao aumento da demanda. Com a instalação do farol, no Cabo de Santa Marta, houve uma significativa redução nos acidentes, a partir do funcionamento do farol, os acidentes se deram por imperícia ou por problemas mecânicos (MARTINS,1997).

Praticamente todos os naufrágios que se tem notícia na região ocorreram quando as embarcações navegavam do sul rumo ao norte, geralmente no inverno, no período da madrugada, quando se acentuava a serração. O inverno, no cabo de Santa Marta, é sinônimo de ventos fortes de sul e sudeste, conhecidos também pelos pescadores como "vento carpinteiro da praia", responsável pela maioria dos naufrágios e encalhes registrados no sul do Brasil. As correntes de norte, juntamente aos fortes ventos de sudeste, sempre ofereceram muitos perigos aos que navegavam por essa costa, muitos passaram e outros não conseguiram chegar a seu destino, naufragaram e agora fazem parte da história dessa região.

Diante dos dados apresentados, entende-se que os naufrágios ocorridos na costa Sul de Santa Catarina devem ser entendidos à luz das convenções internacionais, onde os testemunhos da cultura humana são passíveis de serem estudados e patrimonializados. Segundo a convenção da UNESCO (2001), o patrimônio cultural é um importante testemunho da história da humanidade e reflete traços da cultura das civilizações passadas.

Navios de diferentes bandeiras, destinos e cargas naufragaram em nossa costa e, com eles, muitas histórias individuais de chineses, argentinos, finlandeses, holandeses, portugueses, espanhóis, brasileiros, ingleses, franceses, entre outros. A pesquisa desses sítios arqueológicos contribui imensamente para o conhecimento histórico e social da humanidade. O patrimônio subaquático, em especial, informa sobre modos de vida no mar, de trabalho, rotas comerciais e guerras (UNESCO, 2001). No entendimento da Carta de Lousanne, de

1990, compreende a parcela do patrimônio material a qual os métodos da arqueologia fornecem conhecimentos primários. Parte do princípio de que todos os indícios da atividade humana são importantes, não importando onde são encontrados – na superfície, no subsolo ou sob as águas.

Mesmo considerando o patrimônio submerso como elemento importante para o entendimento social, a pesquisa conduzida no contexto desse mestrado não teve como objetivo contar todas essas histórias ou estabelecer rotas comerciais ou momentos históricos, e sim trazer à "superfície" uma nova possibilidade e uma nova ótica de entendimento, mostrando o grande potencial de estudo da região sul, bem como ressaltar a importância desses patrimônios submersos para a construção da história regional e do Brasil.

Um dos resultados da pesquisa bibliográfica e documental foi a organização de tabelas de dados, que possibilitou a confecção de cartas temáticas sobre a distribuição do patrimônio terrestre e subaquático na área da pesquisa. O trabalho não teve a pretensão de organizar um SIG[71] com todas suas possibilidades, variáveis e atributos, no entanto, os dados foram organizados com o objetivo de viabilizar a continuidade na alimentação e inserção de novos dados, possibilitando, em pesquisas futuras, análises mais aprofundadas sobre o patrimônio e sua gestão, indo ao encontro da organização de um SIG do Patrimônio Regional.

Devido à variedade de dados, quanto a sua procedência e confiabilidade, optou-se por caracterizar os dados quanto à confiabilidade do próprio dado, criou-se quatro categorias básicas de classificação:

Confirmados

Consiste em dados em que se confirmou a localização com alta confiabilidade, ou por verificação *in locu*, ou por verificação remota, por imagens de satélites ou aerofotografias. Estes naufrágios foram confirmados *in situ* ou analisando imagens de satélites. (apêndices K, L e O)

[71] SIG - Os Sistemas de Informação Geográfica são tecnologias de geoprocessamento com capacidade de armazenar e combinar grande volume de variáveis georeferenciáveis e de mostrar o resultado da sua integração. São ferramentas que apoiam na gestão e tomada de decisão quanto as coisas no espaço (tradução minha) (ARANOFF, 1989).

	Nome	x	Y
1	Aldabi	712929	6833210
2	Catalão	710656	6832985
3	Lanchão	710133	6832942
4	Porto Alegre	712098	6833327
5	Malteza	719464	6850521

Quadro 7: Sítios de Naufrágios Confirmados

Comunicados

São todos os dados que foram comunicados por terceiros, ou outras fontes, com precisão e confiabilidade média. Estes naufrágios foram visitados por pescadores e mergulhadores, ou foram avistados em dias de água clara, alguns deles foram acompanhados pelos entrevistados. Todas as indicações foram dadas pelos próprios agentes, assinalando o ponto do sítio em cartas náuticas ou em imagens de satélite.

	Nome	x	Y
1	Vapor Laguna	698098	6845760
2	Itacolomy	724125	6849985
3	Camumu	709895	6831105
4	Mira mar	706198	6830776
5	Guaratinga	694225	6823880
6	Buenos Aires	706951	6831044
7	Vapor Hoepeck	698824	6820618
8	Vaquillona	701292	6827772
9	Copa 70	691677	6822177
10	Don Mateus	717039	6805675
11	Desconhecido	720996	6845653
12	Desconhecido	719377	6840766

Quadro 8: Sítios de Naufrágios Comunicados

Presumidos

Consistem nos dados consultados ou comunicados cuja as informações são genéricas, resultando em um dado com baixíssima confiabilidade.

	Nome	**Local**
1	Campo Bom	Campo Bom - Jaguaruna
2	Proteção	Campo Bom - Jaguaruna
3	Siegling	Campo Bom - Jaguaruna
4	Farroupilha	Campo Bom - Jaguaruna
5	Iate	Figueirinha - Jaguaruna
6	Maria	Figueirinha - Jaguaruna
7	Carolina	Barra do Camacho – Jaguaruna
8	Guispuscoa	Barra do Camacho – Jaguaruna
9	Uma	Cabo de Santa Marta – Laguna
10	Norte	Cabo de Santa Marta – Laguna
11	Edward	Cabo de Santa Marta – Laguna
12	Camarones	Cabo de Santa Marta – Laguna
13	Jaguaribe	Cabo de Santa Marta – Laguna
14	Bornéo	Cabo de Santa Marta – Laguna
15	Penzamento Feiz	Cabo de Santa Marta – Laguna
16	Santa Marta I	Cabo de Santa Marta – Laguna
17	Santa Marta II	Cabo de Santa Marta – Laguna
18	Santa Marta	Cabo de Santa Marta – Laguna
19	Corumbá	Cabo de Santa Marta – Laguna
20	Victória II	Cabo de Santa Marta – Laguna
21	CecíliaCatarinense	Cabo de Santa Marta – Laguna
22	São Romão	Barra da Laguna – Laguna
23	Portugal	Barra da Laguna – Laguna
24	Itaparica	Barra da Laguna – Laguna
25	De Juan Salazar	Barra da Laguna – Laguna
26	Flor do Porto	Laguna
27	Fiel Amigo	Laguna
28	José Romão	Laguna
29	Hero	Laguna

30	Cardiff	Laguna
31	Indeterminado (1878)	Laguna
32	Anne Marie Salvato	Laguna
33	São José	Laguna
34	Maria Ramos	Laguna
35	São Manoel	Laguna
36	Válio II	Laguna
37	Araranguá	Laguna
38	Josefine	Laguna
39	Btsie	Laguna
40	Libertina	Laguna
41	Chato	Laguna
42	Três Irmãos	Laguna
43	Dente de Coelho	Laguna
44	Elena	Laguna
45	Cabderbanck	Laguna
46	Vila Nova	Laguna
47	Cirio	Laguna
48	Oswaldo	Laguna
49	General	Laguna
50	D. Pedro de Alcantra	Laguna

Quadro 9: Sítios de Naufrágios Presumidos.

Salvos

Trata-se de navios que não chegaram a naufragar, apenas encalharam, foram rebocados e continuaram sua trajetória.

	Nome	**Local**
1	Gravataí	Esplanada – Jaguaruna
2	Lord Paraguai	Arroio Corrente - Jaguaruna
3	Rio Parnaíba	Arroio Corrente - Jaguaruna
4	Santos Porto	Figueirinha – Jaguaruna

5	Itaguatiá	Ilhote Ipuã – Laguna

Quadro 10: Navios que encalharam e não naufragaram - Salvados.

Os dados foram plotados em cartas temáticas (apêndice L), com legenda apropriada, distinguindo o patrimônio arqueológico subaquático de acordo com a confiabilidade do dado. A carta temática deu conta de apresentar o patrimônio arqueológico subaquático quanto a sua quantidade e espacialidade na área da pesquisa, apresentando o alto potencial acerca do patrimônio cultural da região, seja ele terrestre ou subaquático.

Os registros apresentados não são absolutos, seguramente a pesquisa não deu conta de esgotar todas as fontes possíveis, além de que, muitos registros se perderam e outros naufrágios nunca foram registrados, principalmente entre os séculos XVI e XVIII.

Diante disso, verifica-se o alto potencial arqueológico da área dessa pesquisa. A implantação de um parque, que tenha a tutela do IPHAN, coadunado com os mais diversos agentes sociais (universidades, ONGs, fundações estaduais e municipais de meio ambiente, IBAMA, ICMBio), deve ser a premissa fundamental para a valorização e preservação desse local, com ampla diversidade cultural e ambiental. Deve ser privilegiada a conservação e pesquisa dos diversos patrimônios verificados na área, desde sítios arqueológicos de tradições longevas, como os sambaquis, passando pelos sítios pré-coloniais de grupos ceramistas Jê e Tupi-Guarani, até chegar ao contato com o europeu, refletido nos naufrágios, sítios históricos e nos elementos etnográficos das comunidades tradicionais que ainda hoje teimam em manter suas tradições na pesca, construção de embarcações e nas demais relações sócio-culturais. Para parte dessas comunidades, os naufrágios são elementos da sua vida e vivência com o mar, integrando saberes plurais, que coadunam séculos de conhecimento passados de geração em geração.

É necessário, pois, criar esse elo com o órgão responsável pela fiscalização e preservação desses patrimônios. Os naufrágios eram, até aqui, os patrimônios menos visíveis, talvez pelo fato de estarem embaixo d´água, mas também pelo fato do Brasil ainda não ter uma legislação clara em relação a esse patrimônio, não se integrar totalmente às cartas internacionais, das quais não é signatário da convenção da UNESCO (2001). Enfim, falta, dentro do próprio IPHAN, uma discussão mais clara e abrangente com a pequena comunidade de arqueólogos brasileiros que produzem pesquisa subaquática, bem como com a Marinha do Brasil, que possui meios e competências específicas no sentido de proteger os bens submersos

e, principalmente, com as comunidades, que são diretamente impactadas por essas memórias e convivem com os diversos e, às vezes, antagônicos sentimentos para com esses naufrágios. Somente com esse diálogo entre o IPHAN, arqueólogos, Marinha e comunidade, entende-se que será possível construir leis robustas que, de fato, gerem novos parâmetros e integrem o patrimônio submerso no contexto da preservação.

6 CONCLUSÃO

Da mesma forma que em vários países do mundo, os naufrágios da região sul de Santa Catarina podem ser considerados patrimônios e podem fazer parte do *hall* das coisas patrioniáveis da região, protegidas por lei e, por sua vez, de responsabilidade da União.

O potencial arqueológico desta pesquisa é indicado pela quantidade e diversidade de elementos culturais depositados em uma dada área. Esses elementos representam as expressões de uma sociedade que se materializa também em seus objetos, que por sua vez indicam um modo de vida passado pertencente a um extrato do tempo.

A criação do Parque Arqueológico do Sul possui como principal objetivo a proteção e difusão dos sítios arqueológicos da região (sambaquis, sítios cerâmicos e oficinas líticas), que há centenas de anos compartilham (nem sempre de forma harmoniosa) o mesmo espaço com comunidades tradicionais de pequenos agricultores e pescadores artesanais e, atualmente, com os novos moradores e turistas. Apesar dos problemas quanto a sua proteção, são considerados patrimônios consagrados, pois, desde 1961, são protegidos por Lei Federal específica.

Os municípios compreendidos na área dessa pesquisa, Laguna e Jaguaruna, possuem pouco mais de 100 sítios arqueológicos terrestres registrados, entre eles, os sambaquis, sítios ceramistas e sítios históricos, distribuídos em uma área que a cada dia perde espaço para os empreendimentos imobiliários, estradas, acessos e grandes projetos de parques eólicos. O sambaqui de Garopaba do Sul, em Jaguaruna, por exemplo, possuía, no fim dos anos 1990, cerca de 30 metros de altura, hoje não passa dos 25 metros, devido, principalmente, à ação depredatória e erosiva de motociclistas, jipeiros e outros atos de vandalismo. Sítios menores foram destruídos completamente, demostrando que, mesmo para esse patrimônio consagrado, é necessário um plano de gestão integrada com a urbanização local, que dê conta de conciliar a proteção e difusão desse patrimônio com o atual grau desenvolvimentista local.

Esses sítios são, notoriamente, marcas da cultura humana, traços de sociedades que passaram ou viveram nessa região, utilizando, se adaptando e gerenciando o ambiente ali existente. Estas sociedades passaram a ser parte desse lugar e deixaram seus traços culturais marcados no tempo e pelo tempo. Formas, tecnologias, momentos e contextos são, em sua complexidade, muito diversos, porém são todos frutos da cultura humana. Sendo assim, o estudo desses vestígios culturais pode nos remeter às memórias, aos elementos que constituem e formam as identidades e fazem parte do patrimônio local.

Percebemos, nessa pesquisa, que a região de Laguna e seu entorno nasce e se desenvolve com os olhos voltados para o mar, o mar como provedor do sustento, facilitador

do transporte e da comunicação, o mar que possibilitou a fixação humana há mais de 7000 anos e também trouxe o colonizador. Durante esse longo período de ocupação, esse ambiente marinho e lacustre se apresentou como elemento fundamental na formação da cultura dessa região, sendo que a ligação destas pessoas com esse ambiente materializou-se em suas canoas, redes, barcos, no porto, na conformação urbana e nos traços identitários produzidos a partir dessa ligação.

Parte desse patrimônio cultural é visível nas diversas formas já citadas acima, outra parte está soterrada sobre as dunas e promontórios ou submersa na costa e nas lagoas. Novos sítios arqueológicos coloniais ou pré-coloniais estão sendo encontrados, mapeados e estudados constantemente na região, porém, ocorrem marcas da cultura humana, que representam momentos importantes da história que estão submersos e não são tratados da mesma forma que o patrimônio terrestre, por isso estes são, em sua maioria, "desconhecidos".

Entendemos que o patrimônio arqueológico submerso vai muito além de sítios de naufrágios, fazem parte dessa categoria de patrimônio as antigas construções, estruturas coloniais ou pré-coloniais que, por algum motivo cultural ou natural, se encontram no momento sob as águas abertas ou de interior e que empregadas às metodologias pertinentes, a arqueologia subaquática poderá contribuir para a construção da história dessas sociedades.

Na porção submersa da área pesquisada, encontramos um valioso e complexo conjunto de sítios de naufrágios de várias bandeiras, tipologias e épocas que, da mesma forma que os sítios terrestres, retratam um momento da história da região e do Brasil.

Foram mapeados 72 sinistros, divididos em três categorias: **confirmados, comunicados, presumidos.** Desses, cinco não chegaram a naufragar, apenas encalharam em bancos de areia e, depois de rebocados, continuaram sua viagem. Nesses casos, estabelecemos a categoria de **salvos.**

Os primeiros foram confirmados por meio de imagens de satélites, fotos aéreas e verificação *in situ*, sem necessidade de mergulho. Nessa categoria estão cinco embarcações: Aldabi, Porto Alegre, Catalão, Malteza e Lanchão. A segunda categoria indica dez sinistros que foram mencionados por pescadores e mergulhadores, que apontaram a localização nas cartas náuticas durante as entrevistas, como é o caso do Vapor Laguna, Itacolomy, Camumu, Mira Mar, Guaratinga, Buenos Aires, Vapor Hoepeck, Vaquillona, Don Mateus e Copa 70, que devem ser visitados em pesquisas futuras para a confirmação de suas posições. A terceira categoria elencou 52 naufrágios, que possuíam informações muito genéricas dos locais de ocorrência de seus sinistros, indicando a necessidade de pesquisas futuras com técnicas de

prospecção eletrônica e com mais entrevistas com os pescadores e mergulhadores locais, acompanhadas de mergulhos investigativos e outras pesquisas documentais.

Por fim, a quarta categoria apontou cinco embarcações: Itaguatiá, Lorde Paraguai, Rio Parnaíba, Gravataí e Santos Porto, todos ficaram vários dias encalhados, mas não naufragaram, no entanto, estão presentes nos documentos oficiais como naufrágios. Alguns desses sinistros foram documentados em fotos, desenhos e estão presentes no imaginário e memória da população local.

Ao pesquisar-se sobre a legislação que protege o patrimônio arqueológico, verificou-se que as leis vigentes não integram o patrimônio arqueológico submerso ao universo palpável do patrimônio terrestre. Há incongruências legais e problemas de gerenciamento por parte do IPHAN e da Marinha do Brasil, uma vez que não se estabeleceram diretrizes básicas para saber onde inicia e termina a responsabilidade dos dois órgãos.

Atualmente, o Brasil conta com diversos dispositivos legais de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. No entanto, a única lei federal que efetivamente estabelece critérios de pesquisa e conservação do patrimônio arqueológico é a Lei nº 3924, de 26 de julho de 1961, que, por ter sido promulgada em um contexto de intensa destruição dos sambaquis, não considera os sítios arqueológicos históricos e subaquáticos com clareza, englobando-os genericamente no Artigo 7, que diz: "As jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza, não manifestadas e registradas na forma dos artigos. 4º e 6º desta lei, são consideradas, para todos os efeitos bens patrimoniais da União."

A questão da arqueologia subaquática, na perspectiva legal, torna-se mais complexa, uma vez que há incongruências no relacionamento entre Marinha e IPHAN. O IPHAN não se integra à legislação estabelecida pelas normas das autoridades marítimas para a pesquisa de bens submersos, não possuindo atribuições claras quanto ao seu papel na pesquisa, exploração e remoção do patrimônio submerso.

Percebe-se que a legislação atual não confere ao bem submerso o mesmo status conferido aos bens emersos, desconsiderando que os atributos contidos nesse patrimônio sejam capazes de contar uma história, de remeter a memórias ou de representar fatos e momentos da sociedade e principalmente, das pessoas que, imbuídas de suas histórias individuais, possam contribuir para uma história e para a formação de identidades regionais ou de ordem nacional.

Sendo notório o potencial arqueológico terrestre da região, pretendeu-se, com essa pesquisa, apresentar e discutir a existência de um patrimônio, que, apesar de submerso, ainda está vivo na memória coletiva das comunidades locais, um patrimônio que remete às muitas

histórias e lembranças, que juntamente com o patrimônio consagrado (emerso) ajuda a contar e valorizar, como um todo, o patrimônio cultural regional. A atuação da comunidade, juntamente com a presença das instituições, no que tange à valorização e preservação desses sítios, é fundamental no objetivo comum e final de se preservar o patrimônio cultural, não importando onde ele está depositado, em terra ou sob as águas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir e contar**. Revista Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004

ALBOR, **O. 1900-1950**. (Coleção de Jornal). Arquivo público de Laguna.

ALBOR. **O jornal Albor**. Disponível em: <http://jornaloalbor.blogspot.com.br/>. Acesso em: 01 out.2014.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSUNÇÃO, Danilo. **Sambaquis da Paleolaguna de Santa Marta:** em busca do contexto regional do litoral sul de Santa Catarina. Sao Paulo, 2010. Dissertação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: Ed. da UNESP: Ed. da UFAL, 2010. 109 p.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Papirus, 2012

BALEIA FRANCA. **Área de proteção ambiental**. Disponível em: http://www.baleiafranca.org.br/. Acesso em: 01 out.2014.

BALLART, J. **El Patrimonio historico y arqueologico**. Valo y uso. Barcelona: Ariel, 1997.

BASS, George Fletcher. **Arqueologia subaquática**. Lisboa: Verbo, 1971. 237 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. 258 p.

BAUMAN, Zygmunt**. Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Zahar, 2005.

BERGANTIM. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Bergantim&oldid=34785897>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BIANCHINI, Gina Faraco. **Fogo e paisagem:** evidências de práticas rituais e construção do ambiente a partir da análise antracológica de um sambaqui no litoral sul de Santa Catarina. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BINFORD, Lewis R. **Archaeology as Anthropology**. Contemporary Archaeology: Southern Illinois Press, 1973. p.93-101.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: **A miséria do mundo**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

BRASIL MERGULHOS. **Naufrágios**. Disponível em:<http://www.brasilmergulho.com/port/index2.shtml>. Acesso em: 14 jun. 2014.

BRASIL. DECRETO Nº 3.555, DE 8 DE AGOSTO DE 2000. **Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3555.htm>. Acesso em: 16 abr. 2014.

BRASIL. Lei n° 4.717 de 29 junho de 1965. **Regula a ação popular**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4717.htm>. Acesso em: 15 abr. 2014

BRASIL. Lei n° 6.292 de 15 de dezembro de 1975. **Dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art83. Acesso em: 20 abr. 2014.

BRASIL. LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa**. Disponível em: IPHAN).<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6292.htm> . Acesso em: 20 abr. de 2014.

BRASIL. LEI No 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961. **Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em: 14 abr. 2014.

BRASIL. Resolução do Conselho Consultivo do IPHAN nº 13 de 13 de agosto de 1985. **Referente ao Processo Administrativo** nº 13/85/SPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1356>. Acesso em: 15 abr. 2014.

BROCHADO, J. P. An ecological model to the spread of pottery and agriculture into Eastern South America. Tese de doutorado. Urbana-Champaign, University of Illinois, 1984.

CADORIN, Adilcio. **Anita a guerreira das repúblicas.** Disponível em: <http://www.paginadogaucho.com.br/bibli/anita.htm>. Acesso em: 15 ago. 2014.

CADORIN, Adilcio; CADORIN, Lucas. **Laguna Terra Mater** - Dos sambaquis à Republica Catarinense - Cronologia Histórica. Blumenau: Nova Letra. 2013.

CALIPPO, F. R. **Os sambaquis submersos de Cananéia**, SP. Um estudo de caso de Arqueologia subaquática. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) . Sao Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

CALIPPO, F. R. **Os sambaquis submersos de Cananéia**, SP. Um estudo de caso de Arqueologia subaquática. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CAMARGO, P. F. **Arqueologia das Fortificações Oitocentistas da Planície Costeira de Cananéia/Iguape.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo . São Paulo, 2002.

CAMARGO, Paulo Fernando Bava de. **Arqueologia de uma cidade portuária:** Cananéia, séculos XIX-XX. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2009

CAMPOS, J. B. (2010). **O uso da terra e as ameaças ao patrimônio arqueológico na região dos municípios de Araranguá e Içara, sul de Santa Catarina**. Criciúma: UNESC.

CARDOSO, Jessica M. et al. **Zooarqueologia do Sítio GALHETA IV**: Um enfoque nos vestígios do Pinguim-de-Magalhães. 2014.

ZOCCHE, Jairo José; CAMPOS, Juliano Bitencourt; ALMEIDA, Nelson José Oliveira de; RICKEN, Claudio (Org.). **Arqueofauna e paisagem. Erechim, RS:** Habilis, 2014. 282 p. ISBN 9788560967612 (broch.)

CARUSO, Mariléa M. Leal, Raimundo C. Caruso. **Índios, baleeiros e imigrantes:** a aventura histórica catarinense. Tubarão: Ed. Unisul, 2000.

CARUSO, Mariléa Martins Leal; CARUSO, Raimundo C. **Imigrantes, 1748-1900:** viagens que descobriram Santa Catarina. Tubarão: Ed. da Unisul, 2007. 295 p

CARVALHO, David Luna de. **O mar das garrafas.** Disponível em: <http://mardasgarrafas.blogspot.com.br/2010_04_01_archive >. Acesso em: 18 jun. 2014

CDI PORT Porto de Imbituba. **Imagem**. Disponível: < <http://www.cdiport.com.br/images/porto/fotos/NovoCais24.JPG>. Acesso em: 16 jun.2014.

CEANS. (2004). **Centro de Estudos de Arqueologia Náutica e Subaquática**: Disponível em: <http://www.arqueologiasubaquatica.org.br/index.html>. Acesso em: 15 abr. 2013

CHILD, Gordon V. **A Evolução Cultural do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. 229 p

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000. 164p.

CHOAY, F.. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP/Estação Liberdade. 2006.

CITTADIN, Ana Paula. **Laguna, paisagem e preservação:** O patrimônio cultural e natural do município. Florianópolis: UFSC. 2010.

CUNHA, L. F. de C. "**De volta ao passado, mergulhando sobre o Galeão Sacramento".**Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 110, n. 4/5, 1990.

CUNHA, Luiz O. de Castro. **Análise dos Remanescentes esqueléticos recuperados em naufrágios da costa brasileira:** Galeão São Paulo (1652) e sítio PAPI-01-SC (Nau NS del Pilar – séc. XVIII) Dissertação de Mestrado Rio de Janeiro:UFRJ/MN, 2008

CURY, Isabelle (org.) **Cartas patrimoniais.** Rio de Janeiro: IPHAN; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2004.

DALL'ALBA, J. l. (1979). **Laguna Antes de 1880** Documentário. Florianópolis: Lunardelli/UDESC.

DE BLASIS, Paulo. A. D et al. **Sambaquis e Paisagem. Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral sul do Brasil. Arqueologia Sul-Americana**. v. 3. nº 1, jan. 2007.

DEBLASIS et al. **Processos formativos nos sambaquis do Camacho, SC:** padrões funerários e atividades cotidianas. Relatório final à FAPESP (processo 03/02059-0). 2004.

DEBLASIS, Paulo. **Os Sambaquis vistos através de um Sambaqui.** Tese de Livre-Docência, MAE-USP. São Paulo, 2005.

DEBLASIS, Paulo; Suzanne K. FISH; Maria Dulce GASPAR; Paul R. FISH. **Some references for the discussion of complexity among the sambaqui mound builders from the southern sho-res of Brasil.** Revista de Arqueologia Americana 15:75-105, Mexico, Instituto Panamericano de Geografia e Historia. 1998.

DEBLASIS, Paulo. FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. KNEIP, Andreas, de. **Velhas tradições e gente nova no pedaço: perspectivas longevas de arquitetura funerária na paisagem do litoral sul catarinense**. no prelo, 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. 2 ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2010.

DEMATHE, Alexandro. **Sonar:** O uso de equipamentos eletrônicos na prospecção indireta . Uma ferramenta importante para o Arqueólogo Subaquático (Poster). IPT/UAL 2013.
DONATO, Hernâni. Dicionário das Batalhas Brasileiras. São Paulo: Editora Ibrasa, 1987.

DURAN, L. D. **Arqueologia marítima de um Bom Abrigo**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo . São Paulo, 2008.

ERREGUERENA, Luana P. **A importância do anexo da convenção da Unesco sobre a proteção do patrimônio cultural subaquático para produção do conhecimento arqueológico**. FUNARI, P.P., PELEGRINI, S.C.A., RAMBELLI, G. (Org.). Patrimônio Cultural e Ambiental. Questões legais e conceituais. São Paulo, Annablume, 2009. p. 47-57.

FARIAS, D. S. **Projeto Resgate Barra Sul** - PROSPECÇÃO E PESQUISA ARQUEOLÓGICA SUB-AQUÁTICA. Baía sul de Florianópolis – Naufragados. Tubarão: GRUPEP/UNISUL, 2013.

FARIAS, D. S., DEMATHÉ, A., GUIMARÃES, G. M., CORREA, F., & CORREA, G. (2012). **Projeto Resgate Barra Sul:** pesquisa arqueológica subaquática no sul de Florianóplois - SC. Navigator , 122-137.

FARIAS, D. S., DEMATHÉ, A., GUIMARÃES; SILVA K.K. (2013). **Arqueologia Subaquática em Santa Catarina – Um estudo de caso - SC**. SABXVII no prelo.

FARIAS, Deisi S. Eloy de, DEBLASIS, P., LEZAMA, Antônio. **Programa de prospecção arqueológica pré-histórica e subaquática na ponta do coral, Florianópolis – SC**. Relatório Final, (2013).

FARIAS, Deisi S. Eloy de, DEBLASIS, P. **Pesquisa Arqueológica no Sítio Galheta IV:** Campanha 2007. Tubarão: Relatório Técnico Científico (GRUPEP-Arqueologia/UNISUL e MAE/USP), 2007.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de Farias. **Arqueologia e Educação:** uma proposta de preservação para os sambaquis do Sul de Santa Catarina (Jaguaruna, Laguna e Tubarão). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2000.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **Salvamento e Monitoramento Arqueológico na área de implantação da Pousada Vida, Sol e Mar – Praia do Rosa, Imbituba – SC.** Tubarão. Relatório Parcial, 2004b.

FARIAS, Deisi Scunderçlick Eloy de. LACERDA, Nelson Soares. **Potencialidades e limitações na preservação do patrimônio cultural brasileiro**. no prelo, 2014.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **Salvamento e Monitoramento Arqueológico na área de implantação de empreendimento imobiliário na localidade de Araçatuba – Imbituba – SC**. Tubarão. Relatório Parcial, 2004

_____; DEBLASIS, P. **A Campanha de 2006 no sítio Galheta IV**. Tubarão, Relatório Tecno-científico, 2006.

_____; DEBLASIS, P. **A Campanha de 2007 no sítio Galheta IV**. Tubarão, Relatório Tecno-científico, 2007.

_____; KNEIP, **A. Panorama Arqueológico de Santa Catarina.** Florianópolis. Editora da UNISUL, 2010.

_____; DEBLASIS, P. **Parque arqueológico do sul: Preservação patrimonial e ambiental em Santa Catarina.** Relatório técnico cientifico, Tubarão, 2009

FERNANDES, Fabrícia Machado. **Arqueologia no município de laguna Litoral Sul de Santa Catarina**: Ênfase no Sítio Galheta IV. Monografia apresentada ao curso de história da UNISUL, 2011.

FERRARI, Marcelo de. **O Galeão Sacramento.** Disponível em: <http://www.naufragios.com.br/sacramento.htm>. Acesso em: 27 jun. 2014

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2006

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003. 125 p.

GASPAR, Maria Dulce. **Sambaquis**. Arqueologia do litoral. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2000.

GASPAR, Maria Dulce; DEBLASIS, Paulo. **Construção de sambaquis.** Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira 2:811-820, Rio de Janeiro. 1992.

GEOAMBIENTE. **Mapeamento Temático Geral do Estado de Santa Catarina**. Relatório Técnico. Ago. 2008.

GIANNINI, Paulo César Fonseca. **Complexo Lagunar Centro-Sul Catarinense**: Valioso patrimônio sedimentológico, arqueológico e histórico. SIGEP 75. 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Jose Reginaldo. A**ntropologia dos objetos – museus, coleções e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007

GUEDES, Valmir Junior. **A última viagem do Malteza S:** Encalhe, ameaça ecológica, burocracia e mortes, 2010.
GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991. 177 p. (Biblioteca básica (Ed. UNESP)) ISBN 85-7139-022-3.

GUIMARÃES, G. M. **Turismo e arqueologia:** Desenvolvimento, valorização e preservação do patrimônio arqueológico do município de Laguna - SC . Balneário Camboriú: UNIVALE, 2012.

GUIMARÃES, R. d. **A Arqueologia em Sítios Submersos:** Estudo do Sítio Depositário da enseada da Praia do Farol da Ilha do Bom Abrigo - SP. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

GUIMARÃES, Ricardo dos Santos, **Ações para proteção do Patrimônio Cultural Subaquático Brasileiro:** Projeto Atlas dos Naufrágios de interesse Histórico da Costa Brasileira. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

GUIMARAENS, Ceça. (Org.). **Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades. Rio de Janeiro:** Museu Histórico Nacional, 2004, v. 1, p. 153-172.

HALBWACHS, **Maurice. A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006. 222 p

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. São Paulo (SP): Paz e Terra (1997).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 102 p

ICOMOS; ICAHM. **Carta para proteção e gestão do patrimônio arqueológico**. Lausanne, 1990. 7p. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Lausanne_1990.pdf > Acesso em: 15 ago. de 2014.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios.** Carta de Veneza. Veneza, 1964. 4. Disponível em: <phttp://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236> . Acesso em: 10 jun. 2014.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **Carta de Atenas**, 1931. 38p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233. Acesso em: 10 jun. 2014.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **Carta Nova Délhi**, 1956. 9p. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4674>. Acesso em: 11 jun. 2014.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **Declaração de Sofia**, 1996. 2 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=267>. Acesso em: 12 jun.2014.

ITAMARATY. **Difusão Cultural**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/difusao-cultural>. Acesso em: 18 jun.2014.

JULIANI, L.M.J.O.; DURAN, L.D. **Contextualização de achado fortuito realizado durante etapa de monitoramento de instalação de cabos de travessia submarina da LT Biguaçu-Desterro (Sistema de reforço eletroenergético à ilha de Santa Catarina) município de Palhoça, SC.** São Paulo. Relatório final, 2008.

MACHADO, Jurema. **A unesco e o Brasil:** Trajetória de convergências na proteção do patrimônio cultural. FUNARI, P.P., PELEGRINI, S.C.A., RAMBELLI, G. (Org.). Patrimônio Cultural e Ambiental. Questões legais e conceituais. São Paulo, Annablume, 2009. p. 131-144.

KLOKLER, Daniela Magalhães. **Food for bodyand soul:** mortuary ritual in shellmounds (Laguna - Brazil). 2008. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universityof Arizona, Tucson, 2008.

_____ Daniela. M. **"Construindo ou Deixando um Sambaqui?**Análise de sedimentos de um sambaqui do litoral meridional brasileiro – processos formativos. Região de Laguna-SC". Dissertação de Mestrado. FFLCH, Universidade de São Paulo. 2001.

KNEIP, Andréas. **O povo da lagoa**: uso do SIG para modelamento e simulação na área arqueológica do Camacho. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2004.

KUMAR, K. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.

LAVINA, Rodrigo e CALDARELLI, Solange B. **Relatório Final do Projeto de Salvamento Arqueológico da ZPE Imbituba, SC.** Criciúma: UNESC, 1999, 192 p.

LAVINA, Rodrigo. **Relatório Final do Projeto de Salvamento Arqueológico Rodovia Interpraias (trecho Morro dos Conventos – Lagoa dos Esteves)**. Criciúma: UNESC, 2000, 128 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. 541 p

LIMA, Tania Andrade Lima. LUIZ DE CASTRO FARIA, **Também um arqueólogo.** Memórias da C&T – Série Produção Científica Brasileira. http://centrodememoria.cnpq.br/publicacoes3.html; Acesso em: 09/08/2014.

LINHEIRA, G. (2010). **Planejamento urbano e conservação de sítios arqueológicos pré-históricos no município de Laguna - SC**. Florianópolis: UFSC.

MARINHA DO BRASIL DIRETORIA DOS PORTOS E COSTAS. **Normas da autoridade marítima para pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens afundados, submersos, encalhados e perdidos**. NORMAM - 10/DPC. 2003.

MARKUN, Paulo. **Anita Garibaldi:** uma heroína brasileira. 5. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

MARTINS, Celso. **Farol de Santa Marta:** a esquina do Atlântico. Editora Garapuvu, 1997.

MILHEIRA, R. G. **Arqueologia Guarani na laguna dos Patos e serra dos Sudeste**. Pelotas, UFPEL, 2014.

MILHEIRA, R. G. **Arqueologia Guarani no litoral sul-catarinense:** história e território. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo USP. 224 p. 2010.

MELLO NETO, U. P. **"O Galeão Sacramento (1668):** um naufrágio do século XVII e os resultadosde uma pesquisa de Arqueologia Subaquática na Bahia (Brasil)". Rio de Janeiro: Revista Navigator – Subsídios para a História Marítima do Brasil, 1998.

MELLO, A.D. **Expedições e crônicas das origens – Santa Catarina na era dos descobrimentos geográficos**. Florianópolis: Expressão, 2005.

MORAES, F. F. (s.d.). **A disputa entre Laguna e Imbituba. s.d. SC: UNESC.**

MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (Org.). **IPHAN – Patrimônio:** Atualizando o Debate. 9. ed. São Paulo: SR/IPHAN, 2006.

MUCKELROY, K. **Maritime archaeology.** Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

MUSEU NACIONAL DO MAR. **Museu**. Disponível:< http://www.museunacionaldomar.com.br/>. Acesso em: 16 ago. 2014.

NAUFRÁGIOS DO BRASIL. Disponível em: <http://www.naufragiosdobrasil.com.br/naufaquidaban.htm>. Acesso em: 07 jun. 2014

NAUFRÁGIOS DO BRASIL. São Paulo. Disponível em: <http://www.naufragiosdobrasil.com.br/saopaulo.htm>. Acesso em: 07 jul.2014.

NAUFRÁGIOS. **Naufrágios do Brasil**. Disponível em: <http://www.naufragios.com.br/>. Acesso em: 20 set. 2014.

NAUTICAL. **Underwater Archaeology**. The NAS Guide to Principles and Practice. Blackwell Publishing. 2009.

NAVIOS BRASILEIROS. **Portal do histórico dos navios brasileiros**. Disponível em: <http://www.naviosbrasileiros.com.br/>. Acesso em: 15 ago. 2014.

NEU, M. F. A organização espacial dos portos catarinenses e suas cidades. In: A**. Mamigonian, Santa Catarina, Estudos de geografia economicae social**. (p. 474). Florianópolis: UFSC. 2011.

NISHIDA, Paula. **A coisa ficou preta: estudo do processo de formação da terra preta do Sítio Arqueológico Jabuticabeira II. 2007**. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NOELLI, F. S. et al. **Arqueologia Subaquática no sítio do naufrágio da Praia dos Ingleses 1, Ilha de Santa Catarina:** contribuição à História Marítima do Brasi.l. Navigator , 93-107. 2009.

NOELLI, F. S.; VIANA, A. e MOURA, M. L. (2009) – **"Praia dos Ingleses 1:Arqueologia subaquática na Ilha de Santa Catarina Brasil (2004-2005-2009)".** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo. 19.

NOELLI, F.S.; MONTEIRO, P.C.; VIANA, **A. Praia dos Ingleses 1:** Arqueologia subaquática na Ilha de Santa Catarina, Brasil (Parte 2). ***R. Museu Arq. Etn.***, São Paulo, n. 21, p. 293-314, 2011.

NUFRÁGIOS DO BRASIL. **Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.naufragiosdobrasil.com.br/naufragios.htm>. Acesso em: 20 ago. 2014.

PALAZZO, José Truda J. **Naufrágios e Pontos de Mergulho de São Paulo**, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Espírito Santo. Cultura Sub, 2012.

PIAZZA, Walter F.(Walter Fernando). **A Pesquisa histórica em Santa Catarina.** Revista de Ciências Humanas (Florianópolis), n.1 , p. 102-112, jan. 1982.

PIAZZA, Walter F.; MELO, Osvaldo Ferreira de; **Conselho Estadual de Cultura (SC).** A epopéia açoriana: (1748/1756). Florianópolis: Conselho Estadual de Cultura, 1987. 38 p.

PIETRO, F. J. **Introducción a la arquelogia subacuática**. Barcelona: CYMYS, 1984.

PREZ-JUEZ, A. G. **Gestion del patrimonio arqueologico**. Barcelona: Ariel, 2006.

PROJETO BARRA SUL. **Arqueologia subaquática no mundo**. Disponível em: <http://projetobarrasul.org.br/. Acesso em: 16 jun.2014.

RAMBELLI, G. **Arqueologia até debaixo d'água**. São Paulo: Maranta, 2002.

RAMBELLI, G. **Entre o uso social e o abuso comercial: as percepções do patrimônio cultural subaquático no Brasil. História,** 2008, v.27 , 49-74.

RAMBELLI, G. **Os desafios da Arqueologia Subaquática no Brasil**. Revista Eletrônica História e - História. Disponível em www.historiaehistoria.com.br. 2004

RAMBELLI, Gilson. **"A Arqueologia Subaquática e sua aplicação à Arqueologia Brasileira: o exemplo do Baixo Ribeira de Iguape".** Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Arqueologia / SP, 1998.

RAMBELLI, Gilson. **Tráfico e navios negreiros:** Contribuição da Arqueologia Náutica e Subaquática. Navigator, V2, N.4, Rio de Janeiro 2006.

RAMBELLI, Gilson; FUNARI, Pedro Paulo. **Patrimônio Cultural Subaquático no Brasil Algumas Ponderaçõe**s. Revista Praxis Archaeologica 2, 2007, p97-106. Issn 1646-1983.

RAMBELLI, G. **Patrimônio Cultural Subaquático no Brasil**: discrepâncias conceituais, incongruência legal. In: FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra & RAMBELLI, Gilson. (Org.). Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais . 1 ed. São Paulo: Annablume, v. 1, p. 59-76, 2009a

RAUEN, Fábio José. **Elementos de iniciação à pesquisa.** Rio do Sul Nova Era 1999 146 p.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Arqueología, teorias, métodos y practica**. 4ª ed. Madrid: Akal, 2007.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA – **Anais da VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. [SAB]**. (1994/95) Vol. 8, nº2.)

RIOS, C. **Subsídios para a Arqueologia Subaquática:** Fatores Causadores de Naufrágios. Navigator, 2009, p. 118, 124.

RIOS, C., & VALLS, M. **Carta Arqueológica dos naufrágios do Litoral de Pernambuco**: de 1503 a 1600. Navigator, 2010, p. 90-104.

RIOS, C. **Identificação arqueológica de um naufrágio localizado no lamarão externo do porto do Recife, PE, Brasil**. Dissertação de Mestrado, Recife, 2007, 147p.

ROHR, João Alfredo. **Sítios arqueológicos de Santa Catarina. Florianópolis**, Anais do Museu de Antropologia da UFSC,1984.

SANTA CATARINA. **Legislação sobre recursos hídricos /Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente**. Florianópolis. Governo do Estado. 1997.

SANTA CATARINA. **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: Gaplan, 1986.

SANT'ANNA, Marcia. A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Ceça. (org). **Livro do seminário internacional museus e cidades**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004, v.1, p.153-172.

SCIROCCO, Alfonso. Giuseppe Garibaldi. **Protagonisti dela Stória**, Volume 1. Corriere dela Sera, 2005, p.377.

SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. **A arqueologia Guarani:** construção e desconstrução da identidade indígena. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

SCIENTIA, Parecer Técnico acerca do valor do Patrimônio Cultural e Natural da Região situada entre a Barra de Laguna, município de Laguna, e a Barra do Rio Araranguá, município de Araranguá, para fins de tombamento e de criação de uma unidade de conservação, 2003.

SCOFANO, G. B. **A elaboração de planos de gestão da paisagem cultural brasileira como subsídio à proteção do patrimônio arqueológico:** O caso da ilha de Laguna "- SC. Florianópolis: IPHAN/PEP, 2011.

SILVA, Bruno S. Ranzani da. **Das Pérolas, só as ostras: Arqueologia pública e arqueologia subaquática no Brasil.** Dissertação de Mestrado (UFMG), Belo Horizonte 2011.

SILVARES, J. C. **Naufrágios do Brasil - Uma Cultura Submersa**. São Paulo: Cultura Sub, 2010.

SOARES, André Luiz Ramos; SPIAZZI, Daiane Tonato; OLIVEIRA, Fabiana de; DIAS, Guilherme. As relações de exclusão na preservação e manutenção dos patrimônios brasileiros. In: CEOM. Cedernos do CEOM: **Educação Patrimonial**. Chapecó: Unochapecó, 2007. p.19-53.

SOLARIS. **Nau Brasilis**. Disponível em: <http://www.solariseditora.com.br/nau-brasilis-a-historia-a-trajetoria-e-a-retomada-da-construcao-naval-brasileira.htm>. Acesso em: 15 set.2014.

STADEN. Hans. **Viagens e aventuras no Brasil,** Luiz Antônio Aguiar, Ed. Melhoramentos, 2ª. ed., 1999, 110 p.

ULISSÉA, R. **Laguna Memória Histórica.** Brasília: Letra Ativa, 2004.

ULISSÉA, S. **A Laguna de 1880**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1943.

UNESCO. **Manual de la UNESCO para actividades dirigidas al Patrimonio Cultural Subacuático**. (B. E. Dr. Ulrike Guèrin, Ed.) Paris, Fança, 2001.

UNESCO - Organização das nações unidas para a Educação e Ciência e a Cultura**. Patrimônio Cultural Subaquático.** Disponível em:

http://www.unesco.org/new/pt/culture/themes/underwater-cultural-heritage/about-the-heritage/protection/underwater-archaeology/. Acesso em: 2014.

VANGUARDA, **Jornal. Jaguaruna**: Cemitério de navios. http://www.jvanguarda.com.br/site2012/2004/01/15/jaguaruna-um-cemiterio-de-navios/. Acesso em 16/06/2014

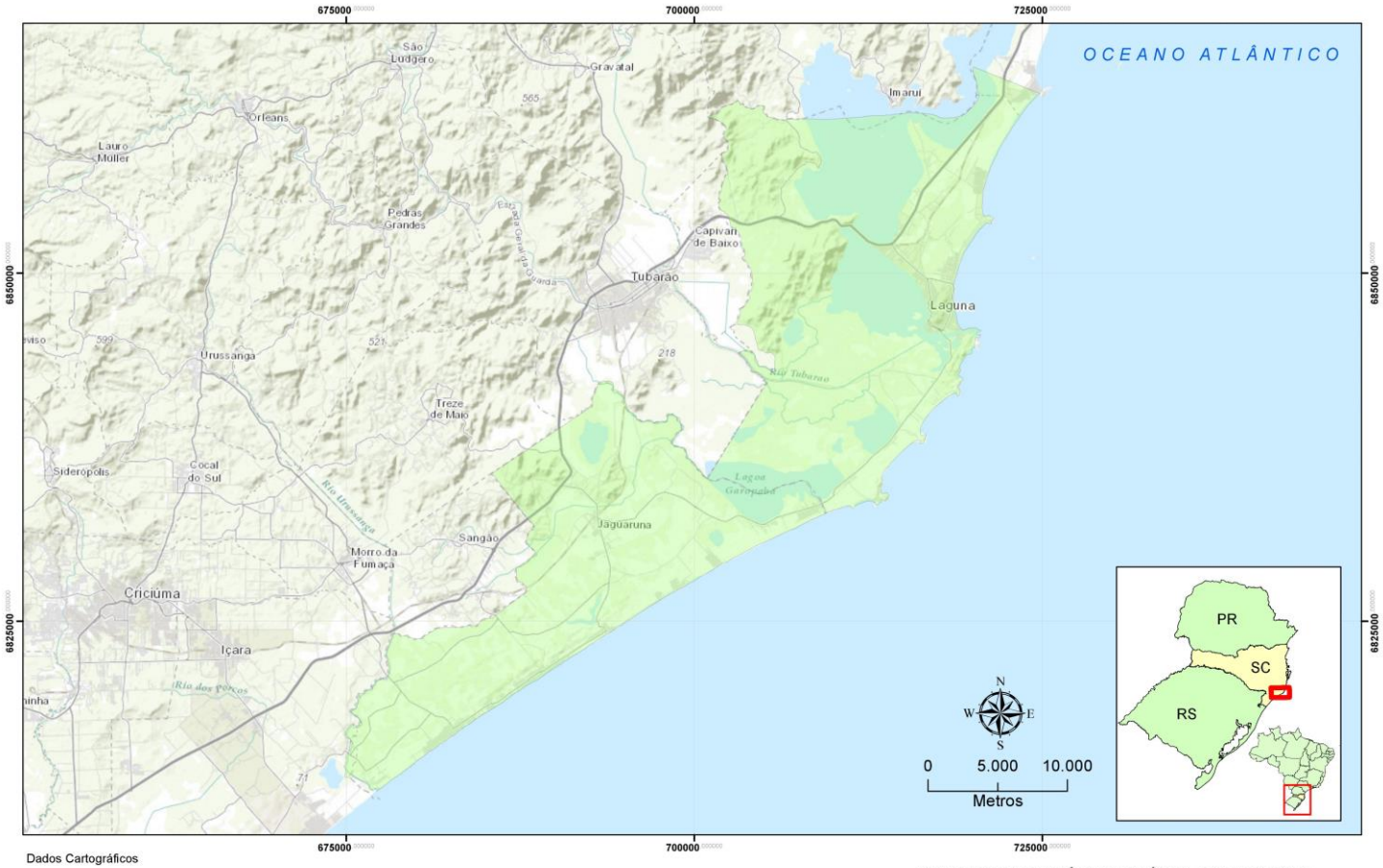
VIANA, A.; CORREA, N. S. e MOURA, M. L. – **"Projeto Arqueologia Subaquática: o Patrimônio cultural marinho do Estado de Santa Catarina"**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 2004. 14: 387-391.

VILLAGRAN, Ximena S. **Estratigrafias que falam:** geoarqueologia de um sambaqui monumental. Annablume, 2010.

WRECK SITE. **Naufrágios**. Disponível em:< http://www.wrecksite.eu/>. Acesso em: 16 jun.2014.

APÊNDICES

Apêndice A - Mapa 01: Área da pesquisa



Dados Cartográficos

Elaborado por:
Alexandro Demathé

Fonte:
Mapoteca Digital EPAGRI_CIRAM/IBGE 1:50000
Imagem de Satélite: World Topographic Map - ArcMap
Sistema de Projeção UTM - Fuso 22J - WGS 84

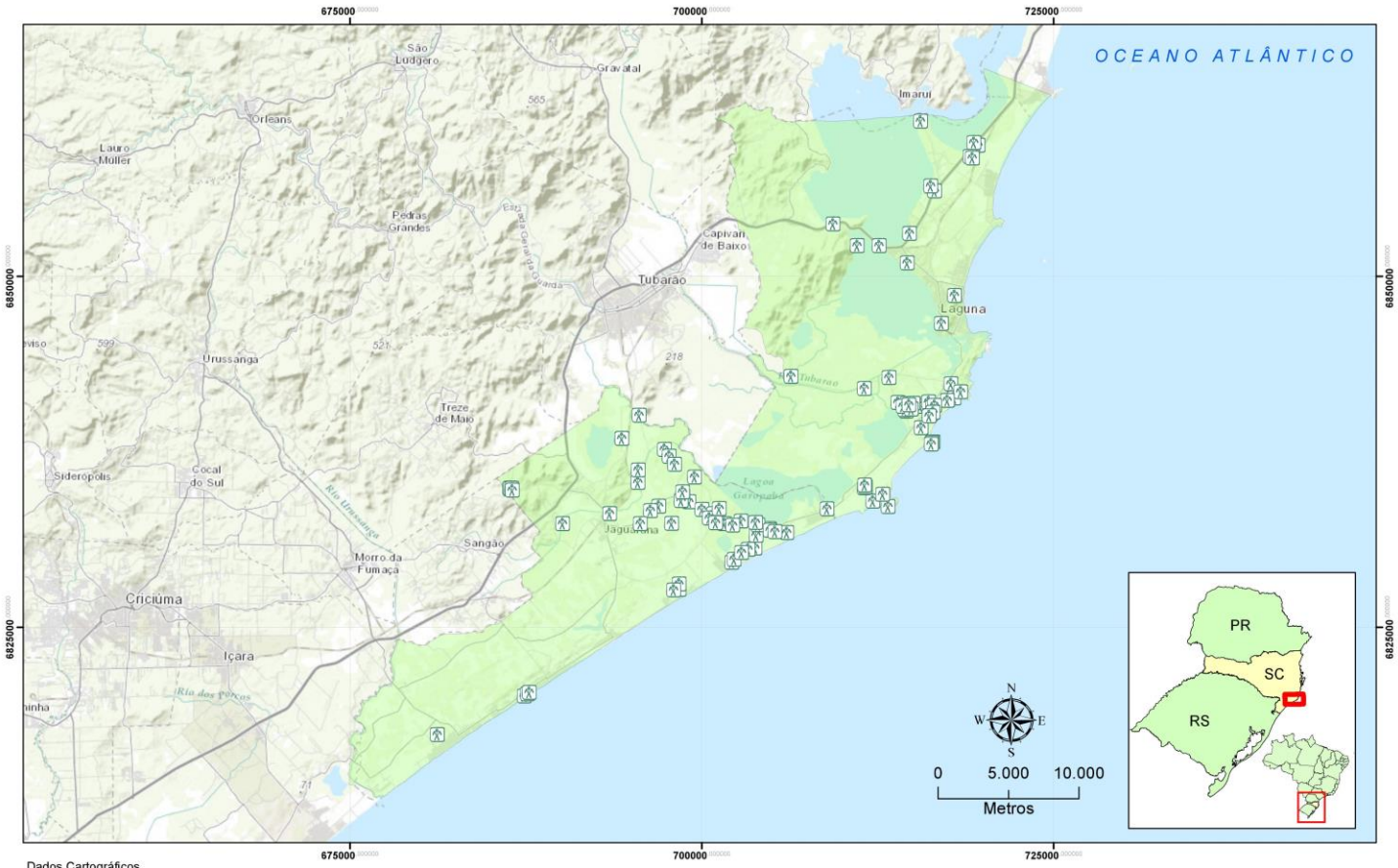
Legenda

Municípios Pesquisados

MAPA DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA PESQUISA
JAGUARUNA E LAGUNA - SC

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
| CURSO INTERDISCIPLINAR |

Apêndice B - Mapa 02: Sítios Arqueológicos terrestres da área da pesquisa



Dados Cartográficos

Elaborado por:
Alexandro Demathé

Fonte:
Mapoteca Digital EPAGRI_CIRAM/IBGE 1:50000
Imagem de Satélite: World Topographic Map - ArcMap
Sistema de Projeção UTM - Fuso 22J - WGS 84

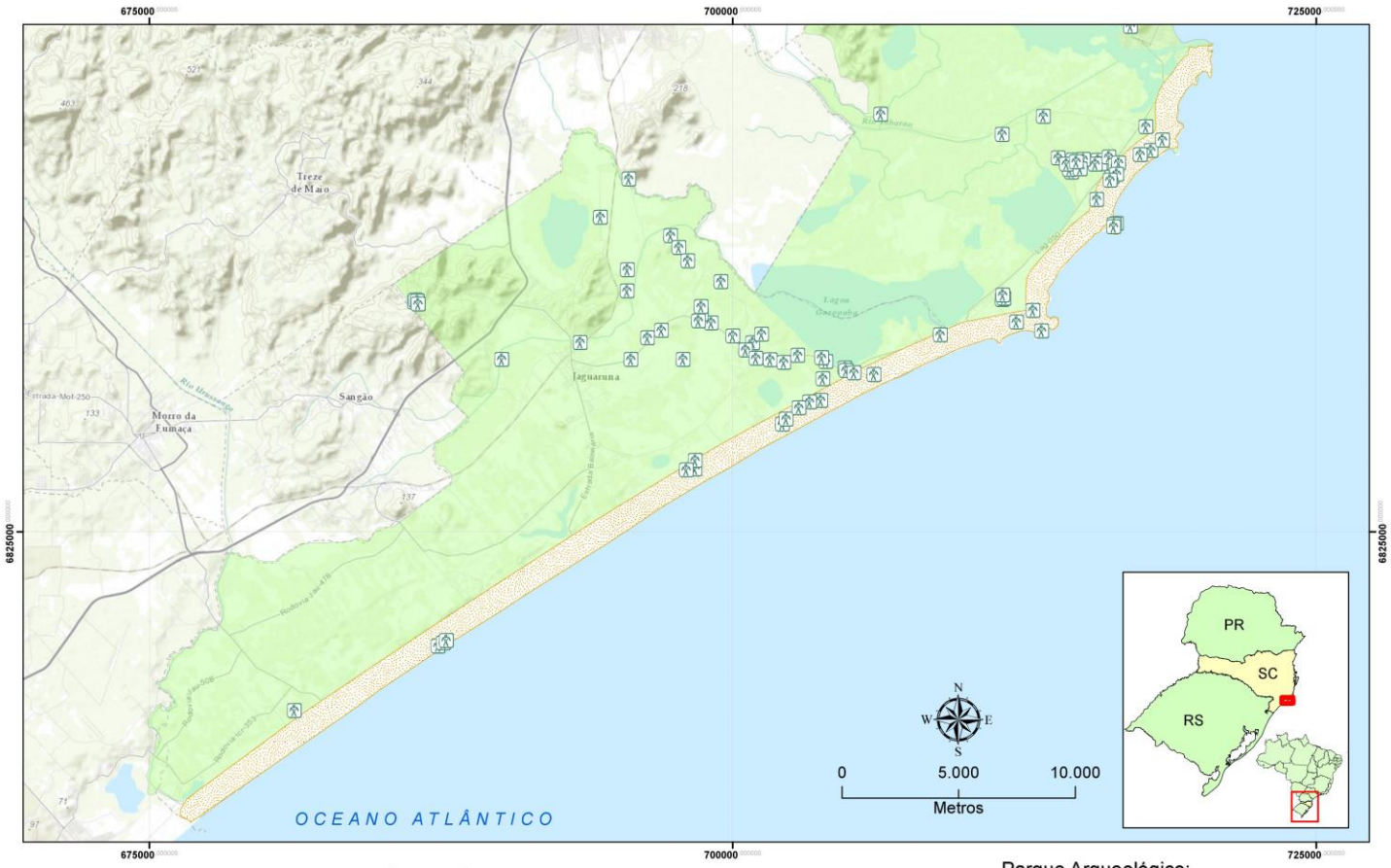
Legenda

- Municípios Pesquisados
- Sítios Arqueológicos

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EMERSOS NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA PESQUISA JAGUARUNA E LAGUNA - SC

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
| CURSO INTERDISCIPLINAR |

Apêndice C - Mapa 03: Área de estudo da Scientia Ambiental em 2003



Dados Cartográficos

Elaborado por:
Alexandro Demathé

Fonte:
Mapoteca Digital EPAGRI_CIRAM/IBGE 1:50000
Imagem de Satélite: World Topographic Map - ArcMap
Sistema de Projeção UTM - Fuso 22J - WGS 84

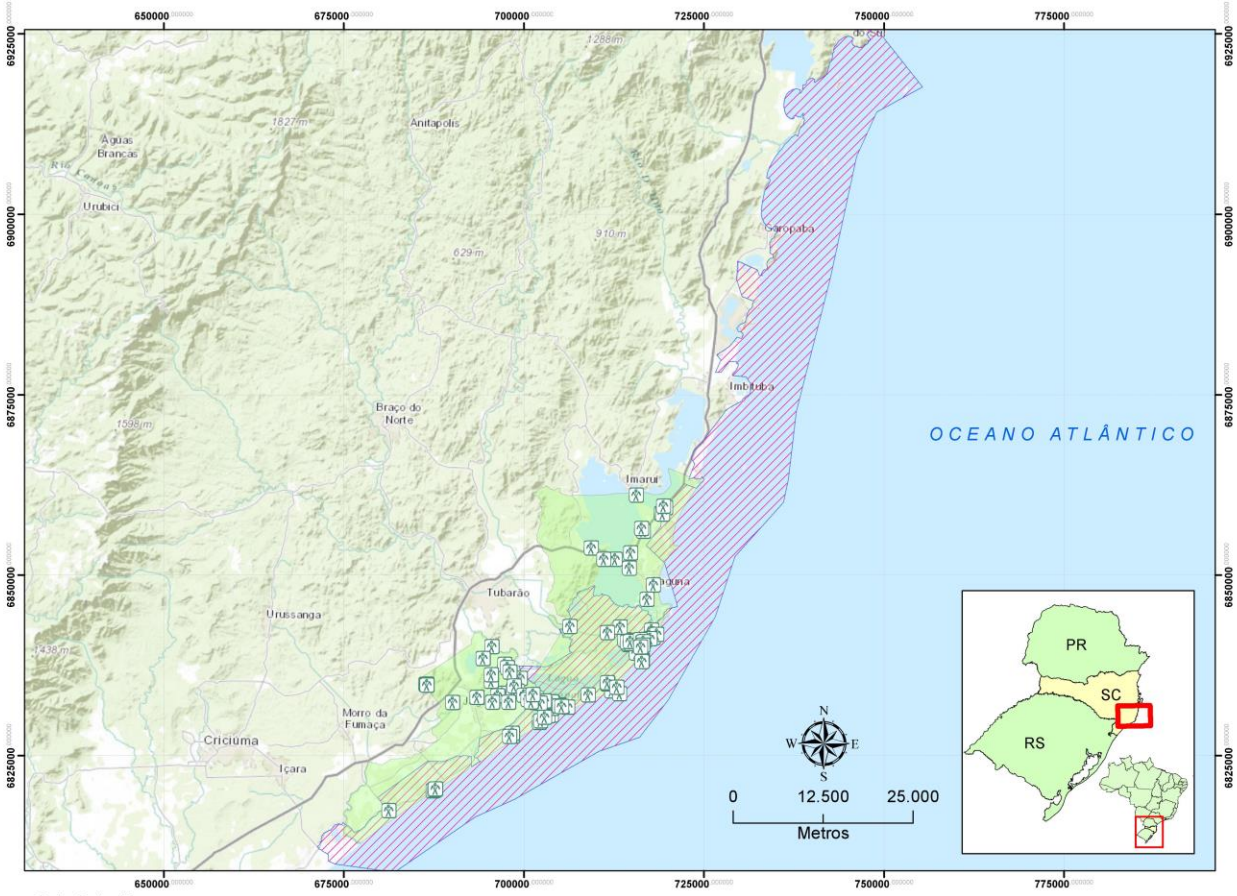
Legenda

- Municípios Pesquisados
- Área definida no estudo da Scientia Ambiental (2003)
- Sítios Arqueológicos

Parque Arqueológico:
MAPA DA ÁREA PESQUISADA
PELA SCIENTIA AMBIENTAL (2003)

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
| CURSO INTERDISCIPLINAR |

Apêndice D - Mapa 04: Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca



Dados Cartográficos

Elaborado por:
Alexandro Demathé

Fonte:
GRUPEP Arqueologia/IPHAN/APA da Baleia Franca
Mapoteca Digital EPAGRI_CIRAM/IBGE 1:50000
Imagem de Satélite: World Topographic Map - ArcMap
Sistema de Projeção UTM - Fuso 22J - WGS 84

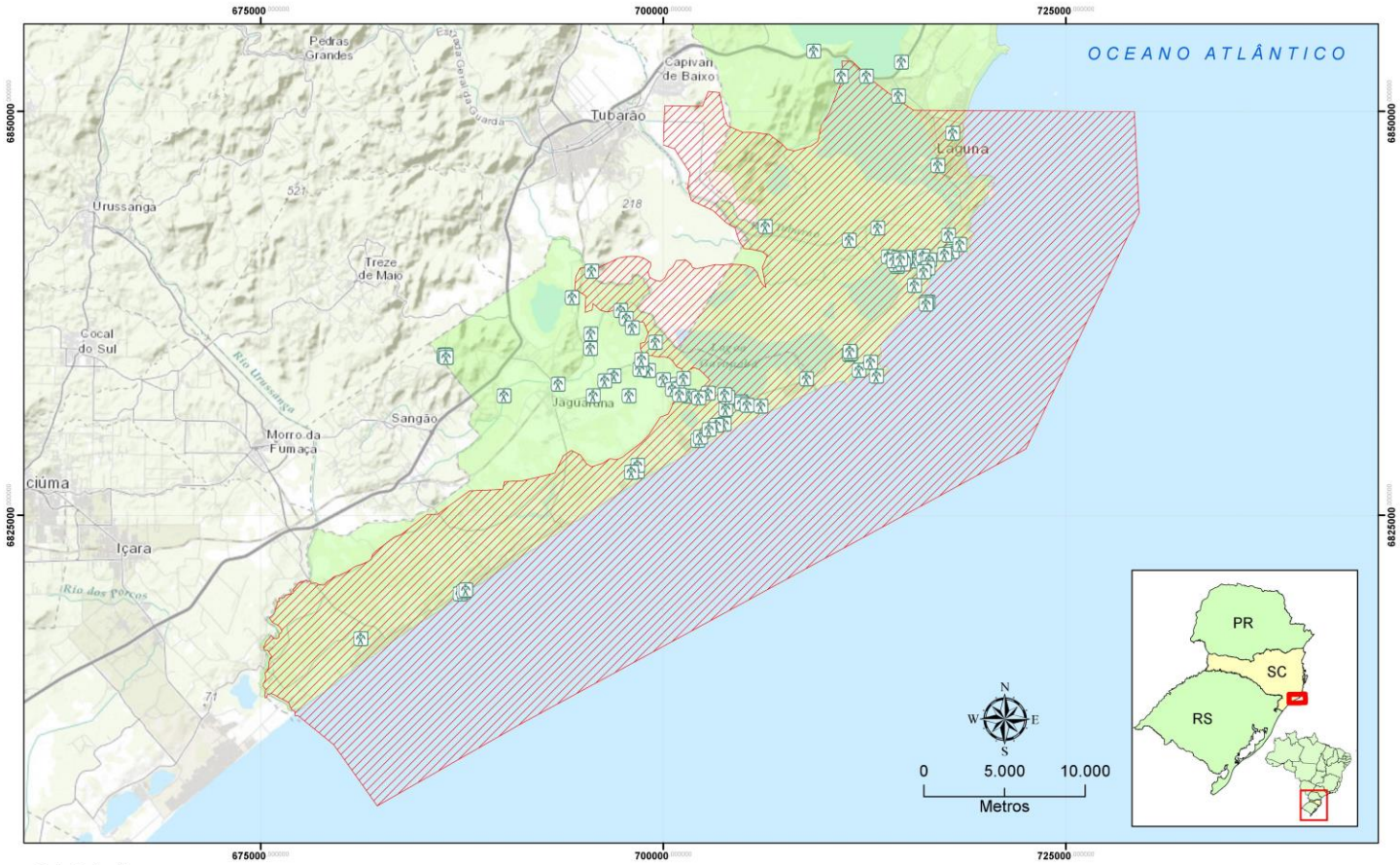
Legenda

- Municípios Pesquisados
- Sítios Arqueológicos
- Área da APA da BaleiaFranca

ÁREA DA APA DA BALEIA FRANCA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
| CURSO INTERDISCIPLINAR |

Apêndice E - Mapa 05: Área de estudo do GRUPEP Arqueologia em 2010



Dados Cartográficos

Elaborado por:
Alexandro Demathé

Fonte:
GRUPEP Arqueologia/IPHAN/APA da Baleia Franca
Mapoteca Digital EPAGRI_CIRAM/IBGE 1:50000
Imagem de Satélite: World Topographic Map - ArcMap
Sistema de Projeção UTM - Fuso 22J - WGS 84

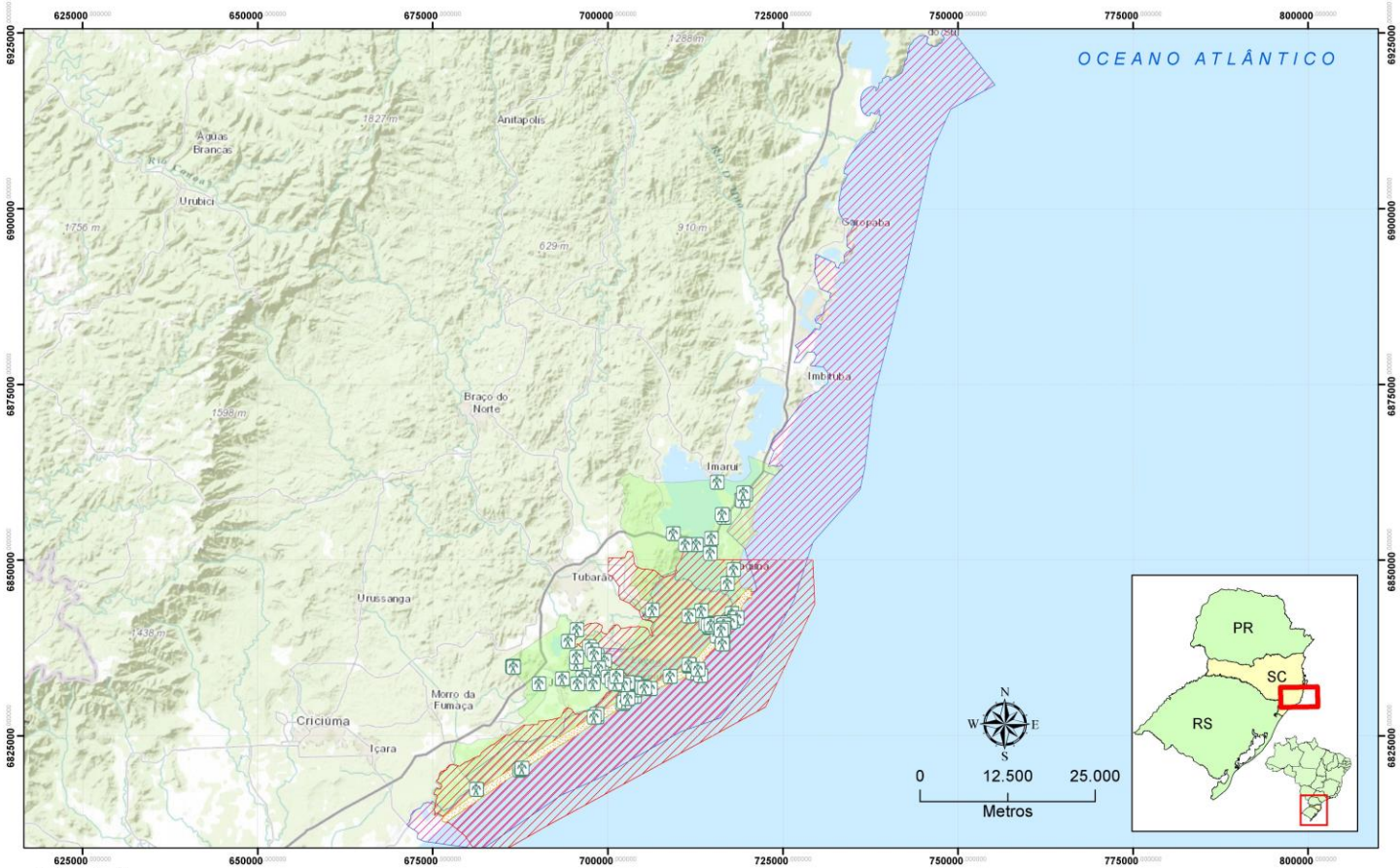
Legenda

- Municípios Pesquisados
- Sítios Arqueológicos
- Área definida no estudo GRUPEP Arqueologia (2010)

Parque Arqueológico:
AREA DE ESTUDO DO GRUPEP ARQUEOLOGIA (2010)

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
| CURSO INTERDISCIPLINAR |

Apêndice F - Mapa 06: Sobreposição da APA da Baleia Franca com as áreas estudadas em 2003 e 2010



Dados Cartográficos

Elaborado por:
Alexandro Demathé

Fonte:
GRUPEP Arqueologia/IPHAN/APA da Baleia Franca
Mapoteca Digital EPAGRI_CIRAM/IBGE 1:50000
Imagem de Satélite: World Topographic Map - ArcMap
Sistema de Projeção UTM - Fuso 22J - WGS 84

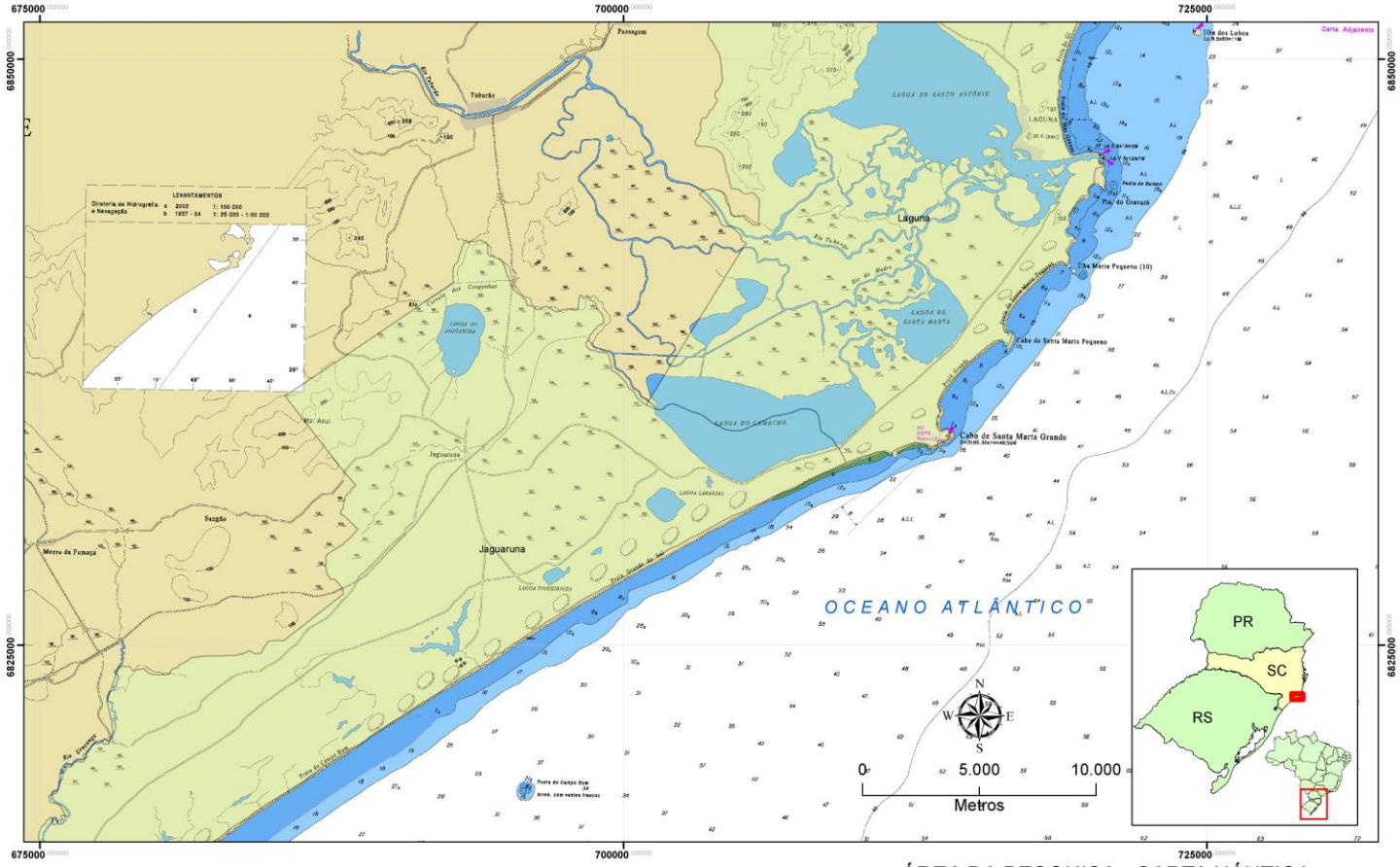
Legenda

- Municípios Pesquisados
- Sítios Arqueológicos
- Área da APA da BaleiaFranca
- Área definida no estudo GRUPEP Arqueologia (2010)
- Área definida no estudo da Scientia Ambiental (2003)

Parque Arqueológico e APA da Baleia Franca: ÁREAS PROPOSTAS PARA PROTEÇÃO ARQUEOLÓGICA E APA DA BALEIA FRANCA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
| CURSO INTERDISCIPLINAR |

Apêndice G - Mapa 07: Carta Náutica – área da pesquisa



Dados Cartográficos

Elaborado por:
Alexandro Demathé

Fonte:
Diretoria de Hidrografia e Navegação
Mapoteca Digital EPAGRI_CIRAM/IBGE 1:50000
Imagem de Satélite: World Topographic Map - ArcMap
Sistema de Projeção UTM - Fuso 22J - WGS 84

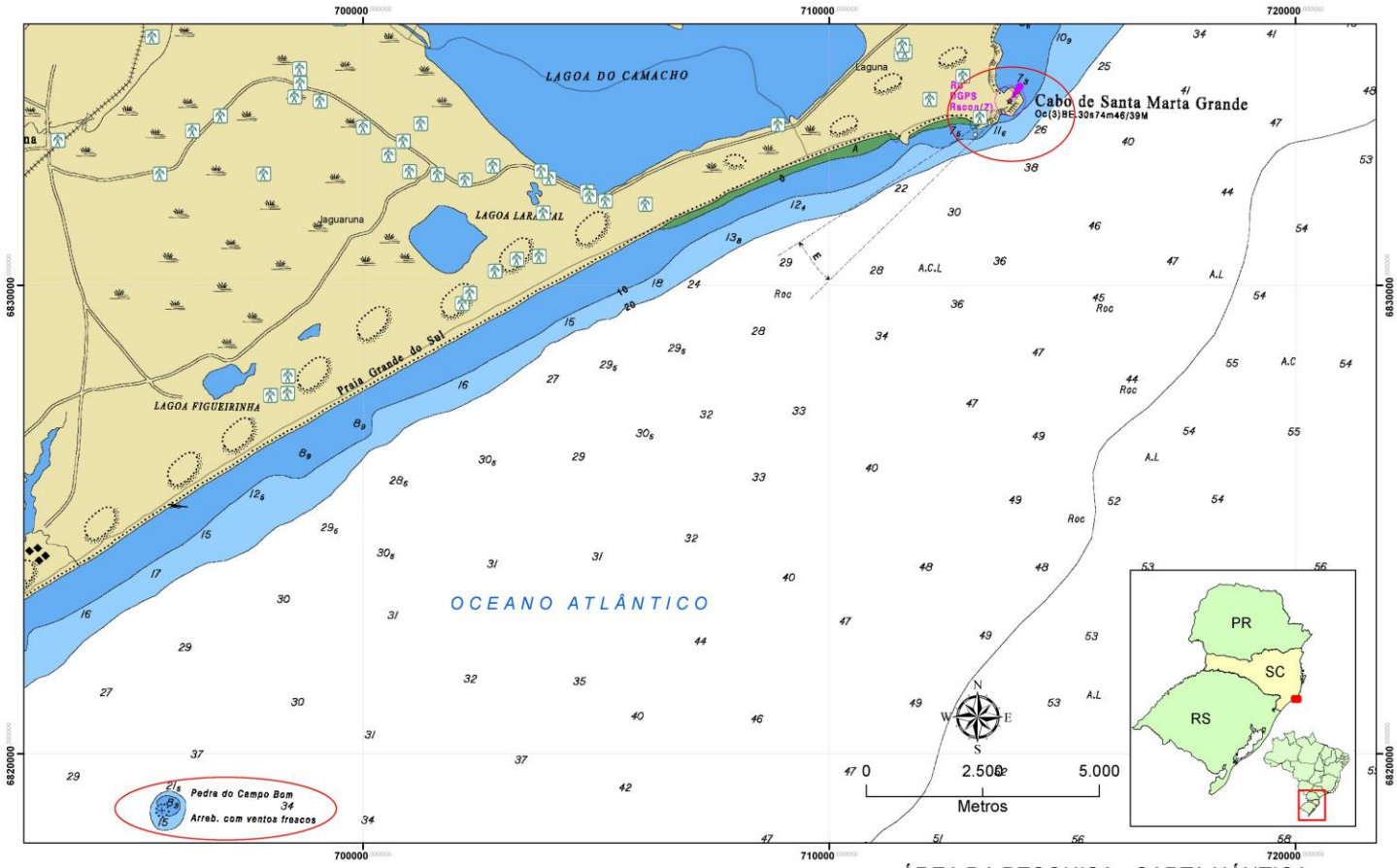
Legenda

Municípios Pesquisados

ÁREA DA PESQUISA - CARTA NÁUTICA
Do Cabo de Santa Marta Grande a Araranguá
DHN - Diretoria de Hidrografia e Navegação

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
| CURSO INTERDISCIPLINAR |

Apêndice H - Mapa 08: Cabo de Santa Marta Grande e Lage de Campo Bom



Dados Cartográficos

Elaborado por:
Alexandro Demathé

Fonte:
Diretoria de Hidrografia e Navegação
Mapoteca Digital EPAGRI_CIRAM/IBGE 1:50000
Imagem de Satélite: World Topographic Map - ArcMap
Sistema de Projeção UTM - Fuso 22J - WGS 84

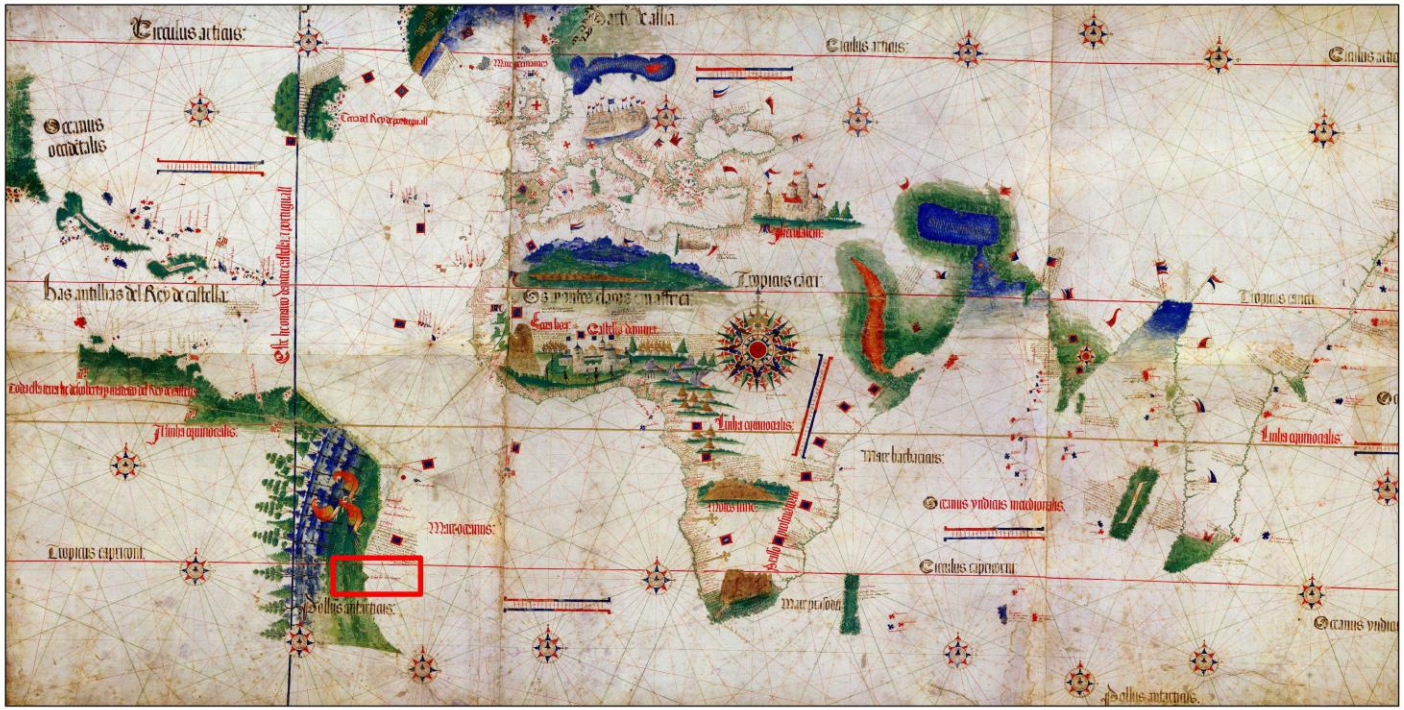
Legenda

- Municípios Pesquisados
- Sítios Arqueológicos

ÁREA DA PESQUISA - CARTA NÁUTICA
Detalhe da Pedra do Campo Bom e Cabo de Santa Marta
DHN - Diretoria de Hidrografia e Navegação

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
| CURSO INTERDISCIPLINAR |

Apêndice I - Mapa 09: Planisfério de Cantino (1502)



Dados Cartográficos

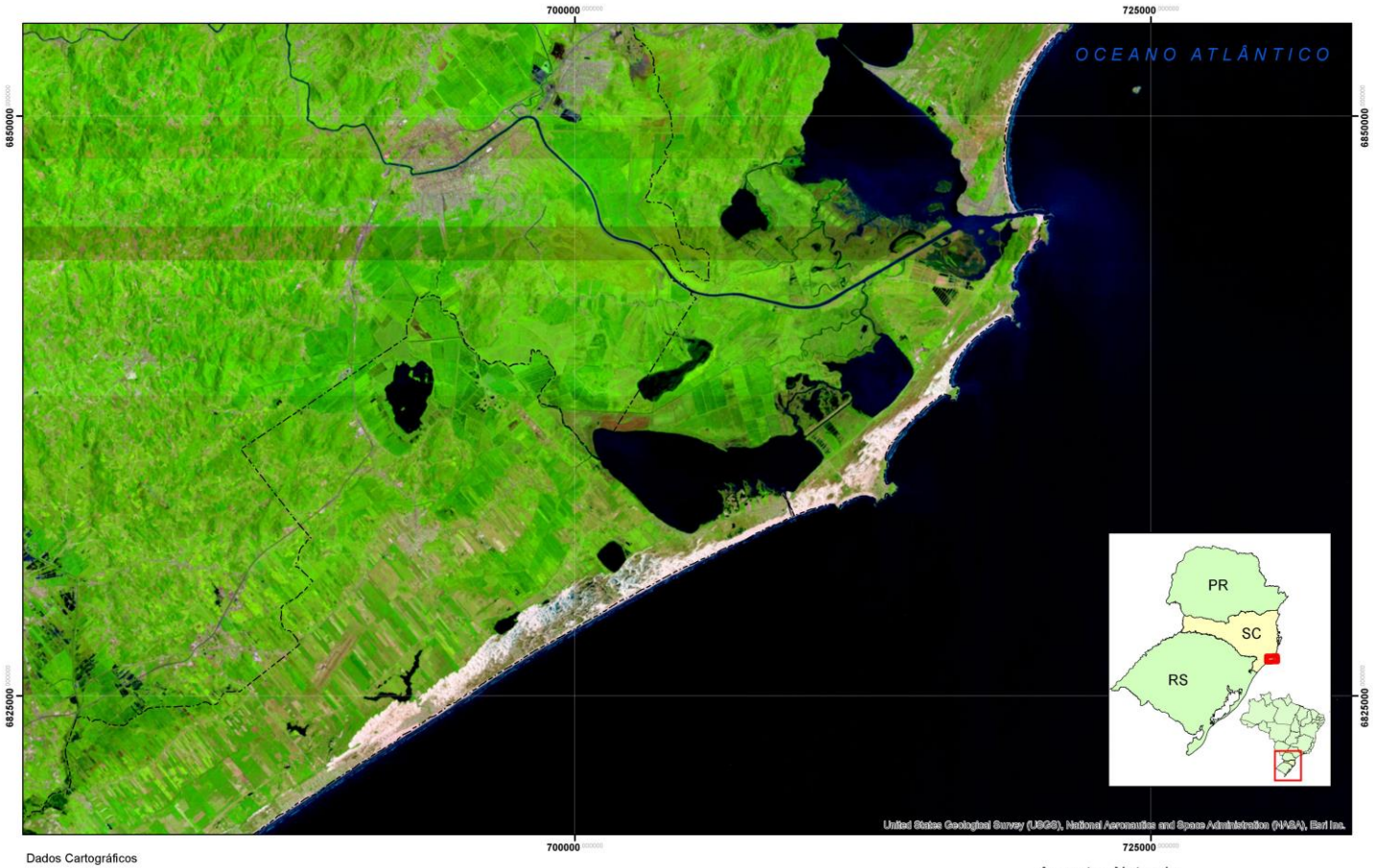
Elaborado por:
Alexandro Demathé

Fonte:http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9c/Cantino_planisphere_%281502%29.jpg

PLANISFÉRIO DE CANTINO - 1502
Detalhe o Cabo de Santa Marta

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
| CURSO INTERDISCIPLINAR |

Apêndice J - Mapa 10: Aspectos naturais da área da pesquisa



Dados Cartográficos

Elaborado por:
Alexandro Demathé

Fonte:
Mapoteca Digital EPAGRI_CIRAM/IBGE 1:50000
Imagem de Satélite: World Topographic Map - ArcMap
Vegetation Analysis (553) - Arc Map
Sistema de Projeção UTM - Fuso 22J - WGS 84

Legenda

Municípios Pesquisados

N W E S

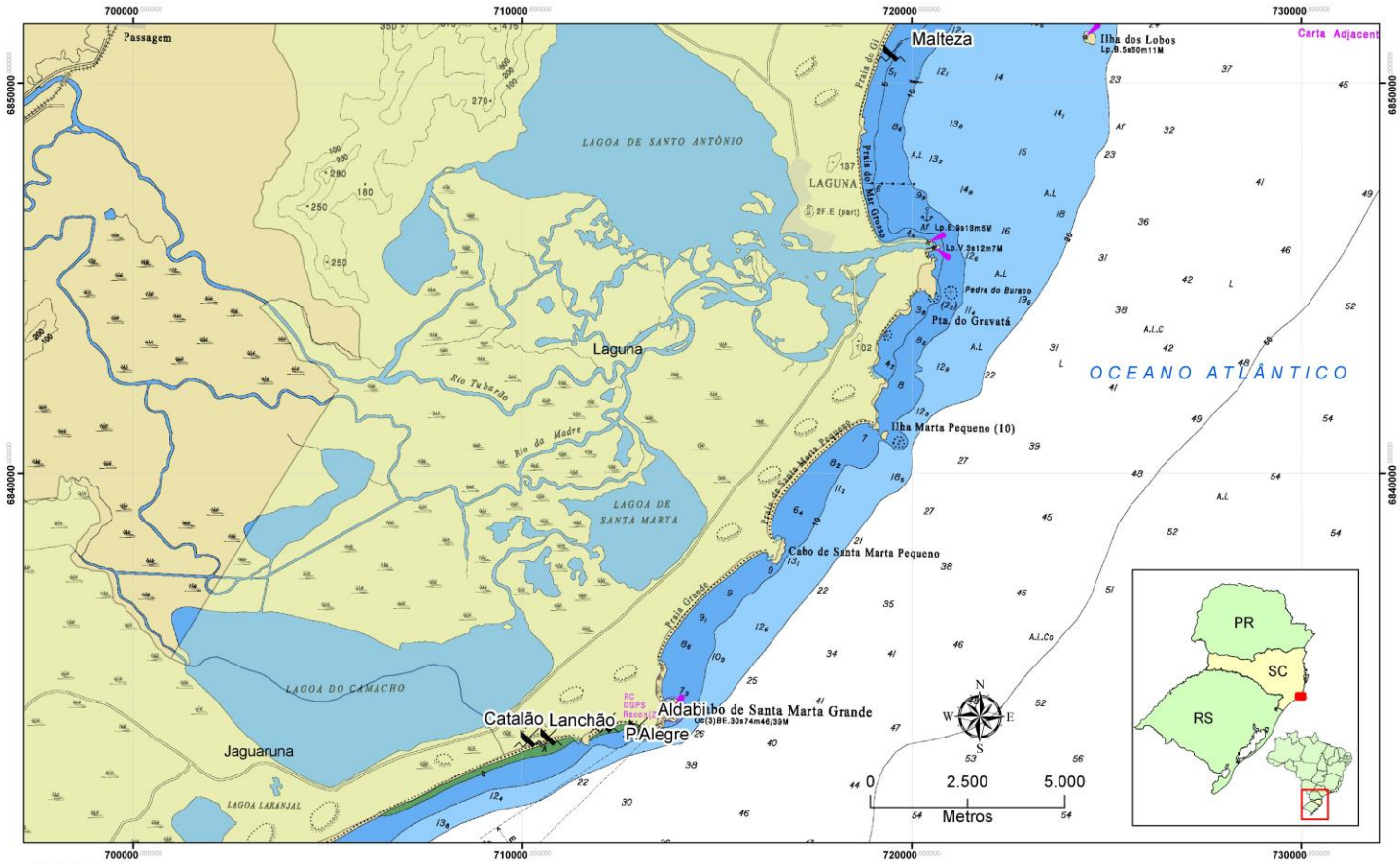
0 3.250 6.500

Metros

Aspectos Naturais
MAPA DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA PESQUISA
JAGUARUNA E LAGUNA - SC

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
| CURSO INTERDISCIPLINAR |

Apêndice K - Mapa 11: Naufrágios com posições confirmadas



Dados Cartográficos

Elaborado por:
Alexandro Demathé

Fonte:
Diretoria de Hidrografia e Navegação
Mapoteca Digital EPAGRI_CIRAM/IBGE 1:50000
Imagem de Satélite: World Topographic Map - ArcMap
Sistema de Projeção UTM - Fuso 22J - WGS 84

Legenda

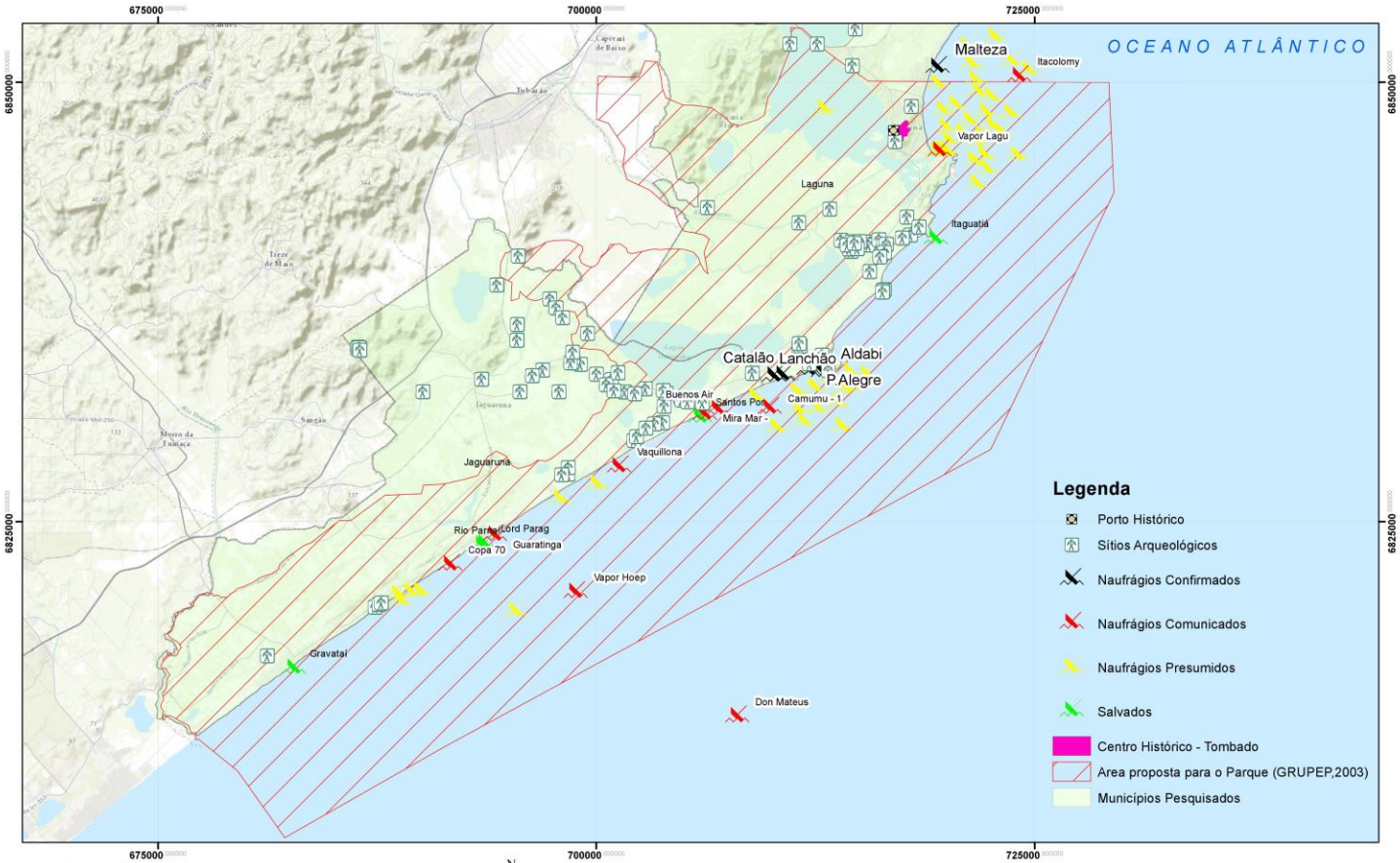
Municípios Pesquisados

Sítios de Naufrágios Confirmados

NAUFRÁGIOS CONFIRMADOS
Do Cabo de Santa Marta Grande

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
| CURSO INTERDISCIPLINAR |

Apêndice L - Mapa 12: Naufrágios da Área da pesquisa



Dados Cartográficos

Elaborado por:
Alexandro Demathé

Fonte:
Diretoria de Hidrografia e Navegação
Mapoteca Digital EPAGRI_CIRAM/IBGE 1:50000
Imagem de Satélite: World Topographic Map - ArcMap
Sistema de Projeção UTM - Fuso 22J - WGS 84

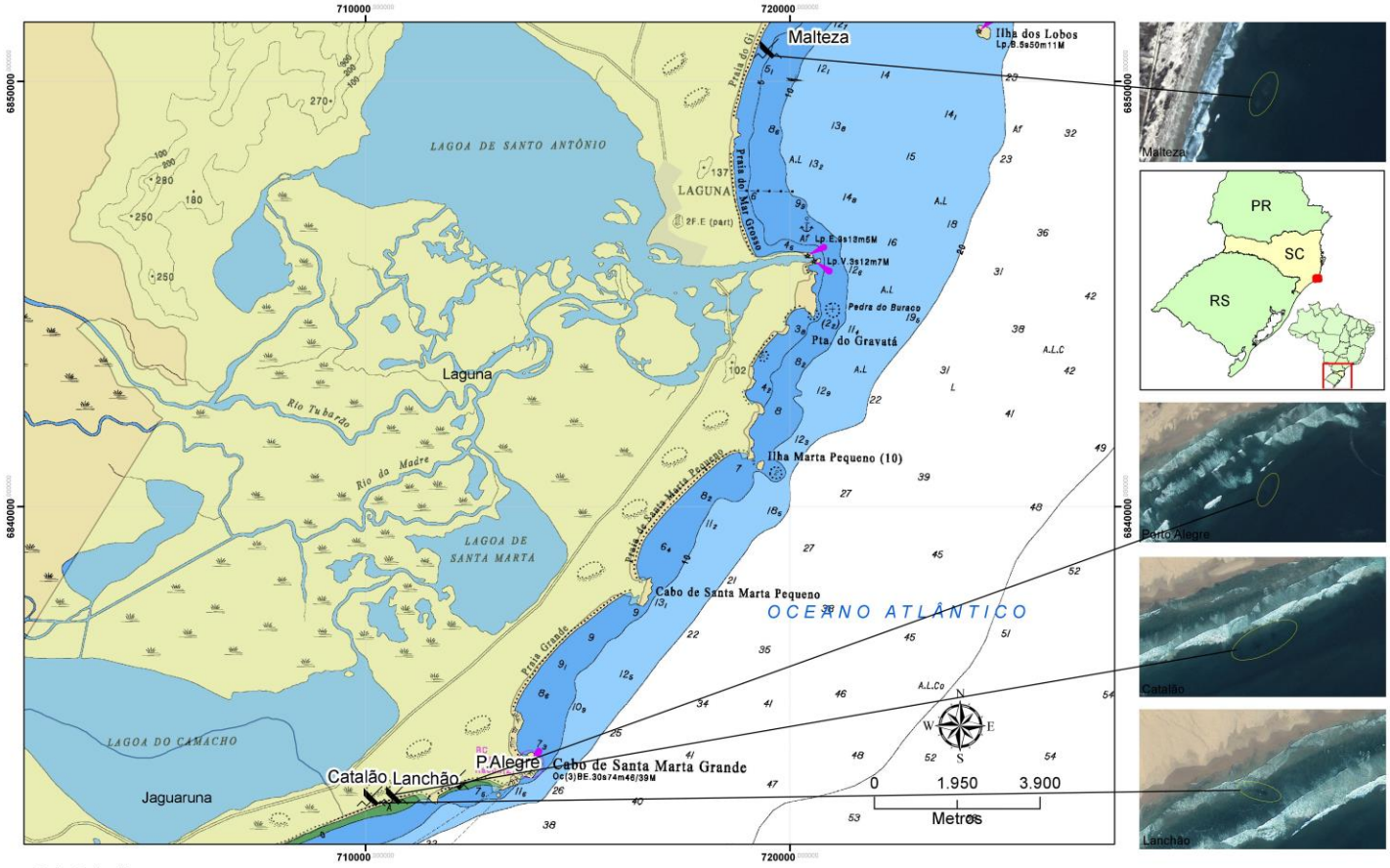
N
W E
S

0 5.000 10.000
Metros

CARTA ARQUEOLÓGICA
Sítios Terrestres - Sítios de Naufrágios

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
| CURSO INTERDISCIPLINAR |

Apêndice M - Mapa 13: Carta Arqueológica do Parque Arqueológico do Sul de Santa Catarina



Dados Cartográficos

Elaborado por:
Alexandro Demathé

Fonte:
Diretoria de Hidrografia e Navegação
Mapoteca Digital EPAGRI_CIRAM/IBGE 1:50000
Imagem de Satélite: World Topographic Map - ArcMap
Sistema de Projeção UTM - Fuso 22J - WGS 84

Legenda

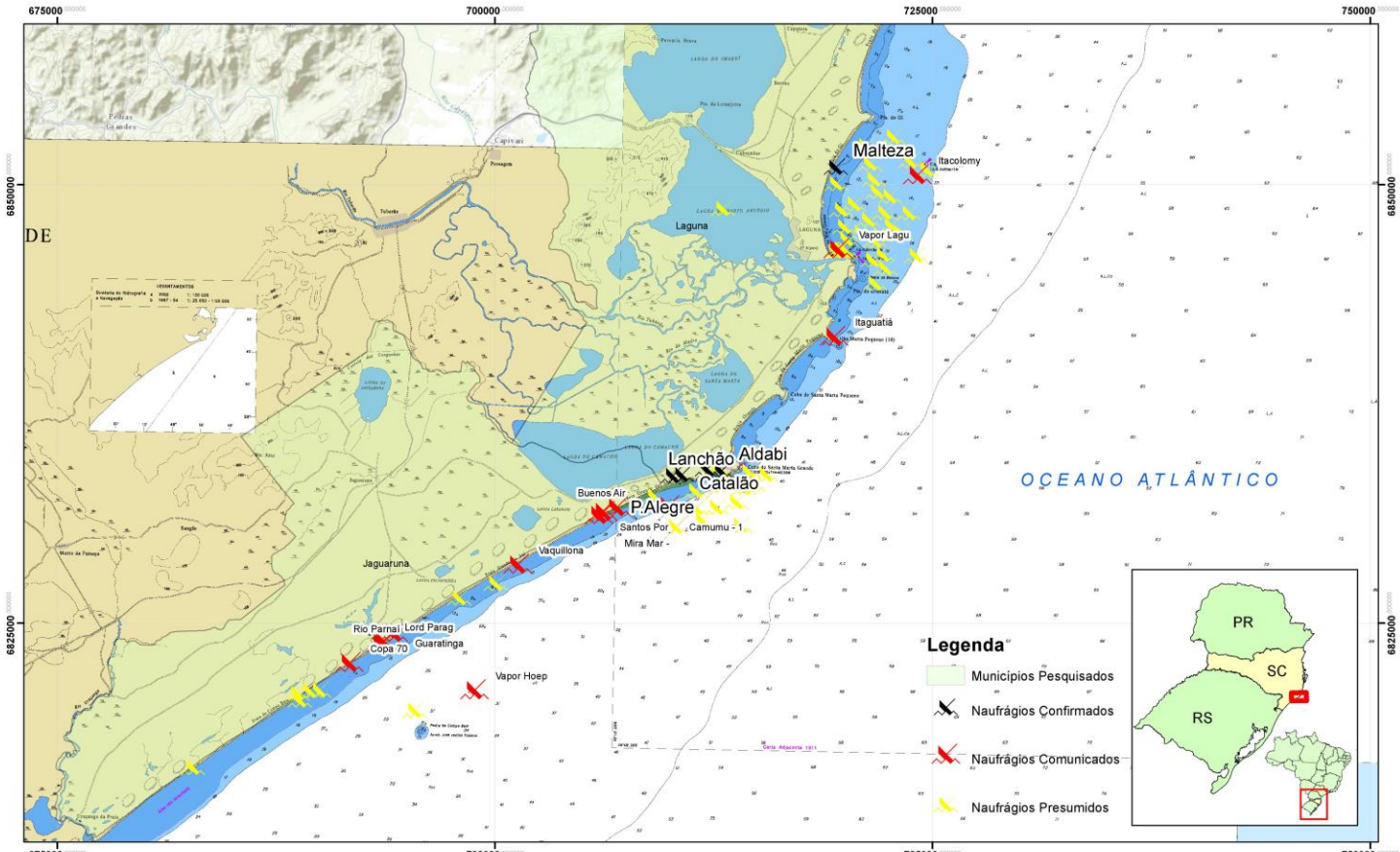
Municípios Pesquisados

Sítios de Naufrágios Confirmados

NAUFRÁGIOS CONFIRMADOS
por imagem de satélite

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
| CURSO INTERDISCIPLINAR |

Apêndice N – Detalhamento dos Naufrágios vistos por Imagem de Satélite



Dados Cartográficos

Elaborado por:
Alexandro Demathé

Fonte:
Diretoria de Hidrografia e Navegação
Mapoteca Digital EPAGRI_CIRAM/IBGE 1:50000
Imagem de Satélite: World Topographic Map - ArcMap
Sistema de Projeção UTM - Fuso 22J - WGS 84

N
W E
S

0 5.000 10.000
Metros

DISTRIBUIÇÃO DOS NAUFRÁGIOS
Municípios de Jaguaruna e Laguna - SC

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
| CURSO INTERDISCIPLINAR |

Apêndice O – Lista dos sítios arqueológicos emersos e submersos da área do Parque Arqueológico do Sul de Santa Cataria

TIPO	MEIO	NOME	LOCAL	X	Y
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	Submerso	Aldabi	Cabo de Santa Marta	712929	6833210
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	Submerso	Angra dos Reis	Laguna		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	Submerso	Anne Marie	Laguna		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	Submerso	Araranguá	Laguna		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	Submerso	Betsie	Laguna		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	Submerso	Bornéo	Cabo de Santa Marta		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	Submerso	Buenos Aires	Campo Bom		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	Submerso	C.S. Marta I	Cabo de Santa Marta		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	Submerso	C.S. Marta II	Cabo de Santa Marta		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	Submerso	Cabderbanck	Laguna		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	Submerso	Camamú	Ao sul do Cabo de Santa Marta		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	Submerso	Camarones	Cabo de Santa Marta		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE	Submerso	Campo Bom	Campo Bom		

NAUFRÁGIO					
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Cardiff**	**Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Carolina**	**Camacho**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Catalão**	**Ao sul do Cabo de SantaMarta**	**710656**	**6832985**
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Cecília Catarinense**	**Cabo de Santa Marta**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Chato**	**Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Círio**	**Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Constança**	**Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Corumbá**	**Cabo de Santa Marta**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Dente de Coelho**	**Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Dom Matheus**	**Ao sul do Cabo de SantaMarta**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**D. P. de Alcântara**	**Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Edward**	**Cabo de Santa Marta**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE	**Submerso**	**Elena**	**Laguna / Praia do Gy**		

NAUFRÁGIO			
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Fiel Amigo**	**Laguna**
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Flor do Porto**	**Laguna**
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**General Salsa**	**Itacolomy**
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Gravataí***	**Arroio da Cruz**
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Guaratinga**	**Ao sul do Cabo de SantaMarta**
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Guipuscoa***	**Cabo de Santa Marta**
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Guipuscoa***	**Cabo de Santa Marta**
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Hero**	**Laguna**
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Iate**	**Figueira**
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Indeterminado**	**Laguna**
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Itaparica**	**Barra de Laguna**
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Jaguaribe**	**Cabo de Santa Marta**
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE	**Submerso**	**José São Romão**	**Laguna**

NAUFRÁGIO					
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Josefina**	**Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Laguna**	**Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Lanchão**	**Cabo de Santa Marta**	**710133**	**6832942**
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Leda / Lola***	**Cabo de Santa Marta**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Libertina**	**Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Lola***	**Cabo de Santa Marta**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Lord Paraguaí**	**Figueirinha**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Malteza S**	**Laguna**	**719464**	**6850521**
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Maria**	**Figueirinha**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Maria Ramos**	**Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Mira mar**	**Cabo de Santa Marta**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Norte**	**Cabo de Santa Marta**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE	**Submerso**	**Oswaldo**	**Laguna**		

NAUFRÁGIO					
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Pensamento Feliz**	**Cabo de Santa Marta**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Pernambuco**	**Campo Bom**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Porto Alegre**	**Cabo de Santa Maria**	**712098**	**6833327**
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Portugal**	**Barra da Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Proteção**	**Campo Bom**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**RioPardo/Farroupilh**	**Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Rio Parnaíba**	**Figueirinha**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**De Juan de Salazar**	**Barra de Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Salvato**	**Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Santa Marta**	**Cabo de Santa Marta**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Santos Porto**	**Garopaba do Sul**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**São José**	**Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE	**Submerso**	**São Manoel**	**Laguna**		

NAUFRÁGIO					
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**S. P. de Alcântara**	**Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**São Romão**	**Barra da Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Seival**	**Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Sieglind**	**Praia do Campo Bom**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Três Irmãos**	**Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Uma/Una**	**Cabo de Santa Marta**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Valio II**	**Laguna**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Vaquillona**	**Figueirinha / Cabo de SantaMarta**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Victoria II**	**Cabo de Santa Marta**		
SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE NAUFRÁGIO	**Submerso**	**Vila Nova**	**Laguna**		
SAMBAQUI	**Emerso**	**Arroio da Cruz de Dentro**	**Jaguaruna**		
SAMBAQUI	**Emerso**	**Arroio da Cruz**	**Jaguaruna**	**687376**	**6820113**
SAMBAQUI	**Emerso**	**Arroio da Cruz II**	**Jaguaruna**		
SAMBAQUI	**Emerso**	**Balneário do Arroio Corrente I**	**Jaguaruna**		
SAMBAQUI	**Emerso**	**Balneário do Arroio Corrente II**	**Jaguaruna**		

SAMBAQUI	**Emerso**	**Balneário do Arroio Corrente III**	**Jaguaruna**		
SAMBAQUI	**Emerso**	**Camacho**	**Jaguaruna**	**708893**	**6833433**
SAMBAQUI	**Emerso**	**Campo Bom**	**Jaguaruna**		
SAMBAQUI	**Emerso**	**Campo Bom II**	**Jaguaruna**	**687605**	**6820264**
SAMBAQUI	**Emerso**	**Campo Bom III**	**Jaguaruna**	**687732**	**6820356**
SAMBAQUI	**Emerso**	**Congonhas III (Ilhote das Congonhas)**	**Jaguaruna**	**694320**	**6838450**
SAMBAQUI	**Emerso**	**Costa da Lagoa II**	**Jaguaruna**		
SAMBAQUI	**Emerso**	**Garopaba do Sul**	**Jaguaruna**	**706046**	**6831728**
SAMBAQUI	**Emerso**	**Garopaba do Sul II**	**Jaguaruna**	**704799**	**6832004**
SAMBAQUI	**Emerso**	**Garopaba do Sul III**	**Jaguaruna**	**703983**	**6832289**
SAMBAQUI	**Emerso**	**Garopaba do Sul IV**	**Jaguaruna**	**703812**	**6832443**
SAMBAQUI	**Emerso**	**Garopaba do Sul V**	**Jaguaruna**	**705188**	**6831798**
SAMBAQUI	**Emerso**	**Garopaba do Sul VI**	**Jaguaruna**	**704854**	**6831901**
SAMBAQUI	**Emerso**	**Ilhota**	**Jaguaruna**		
SAMBAQUI	**Emerso**	**Ilhota da Ponta do Morro II**	**Jaguaruna**		
SAMBAQUI	**Emerso**	**Ilhotinha**	**Jaguaruna**		
SAMBAQUI	**Emerso**	**Jaboticabeira**	**Jaguaruna**		
SAMBAQUI	**Emerso**	**Jaboticabeira I**	**Jaguaruna**	**697334**	**6837666**
SAMBAQUI	**Emerso**	**Jaboticabeira II (Samb. Do Riacho)**	**Jaguaruna**	**699489**	**6835694**
SAMBAQUI	**Emerso**	**Jaboticabeira III**	**Jaguaruna**	**697690**	**6837162**
SAMBAQUI	**Emerso**	**Jaguaruna I**	**Jaguaruna**	**693456**	**6833095**
SAMBAQUI	**Emerso**	**Lagoa da Encantada I (Emídeo)**	**Jaguaruna**	**703768**	**6830622**
SAMBAQUI	**Emerso**	**Lagoa da Encantada II (Vulcãozinho)**	**Jaguaruna**	**703290**	**6830555**

SAMBAQUI	Emerso	Lagoa da Encantada III (Juventus)	Jaguaruna	703859	6831546
SAMBAQUI	Emerso	Lagoa da Figueirinha I	Jaguaruna	698373	6827693
SAMBAQUI	Emerso	Lagoa da Figueirinha II	Jaguaruna	698387	6828061
SAMBAQUI	Emerso	Lagoa da Figueirinha III	Jaguaruna	698006	6827646
SAMBAQUI	Emerso	Lagoa da Figueirinha IV	Jaguaruna		
SAMBAQUI	Emerso	Lagoa da Figueirinha V	Jaguaruna		
SAMBAQUI	Emerso	Lagoa do Laranjal I	Jaguaruna	702120	6829608
SAMBAQUI	Emerso	Lagoa do Laranjal II	Jaguaruna	702289	6829823
SAMBAQUI	Emerso	Lagoa do Laranjal III	Jaguaruna	702826	6830303
SAMBAQUI	Emerso	Morro Grande I	Jaguaruna		
SAMBAQUI	Emerso	Morro Grande II	Jaguaruna		
SAMBAQUI	Emerso	Olho D' Água I	Jaguaruna	681220	6817360
SAMBAQUI	Emerso	Olho D' Água II	Jaguaruna		
SAMBAQUI	Emerso	Ponta do Morro	Jaguaruna		
SAMBAQUI	Emerso	Ponta do Morro Azul	Jaguaruna	690106	6832373
SAMBAQUI	Emerso	Porto Vieira I	Jaguaruna	695467	6835304
SAMBAQUI	Emerso	Porto Vieira II	Jaguaruna	695483	6836206
SAMBAQUI	Emerso	Riacho dos Franciscos	Jaguaruna	701236	6833453
SAMBAQUI	Emerso	Barreiros	Laguna		
SAMBAQUI	Emerso	Cabeçuda I	Laguna	712601	6852170
SAMBAQUI	Emerso	Cabeçuda II	Laguna	714595	6850945
SAMBAQUI	Emerso	Caieira	Laguna	717962	6848627
SAMBAQUI	Emerso	Canto da Lagoa I	Laguna	715648	6840898
SAMBAQUI	Emerso	Canto da Lagoa II	Laguna	715741	6840743
SAMBAQUI	Emerso	Canto da Lagoa III	Laguna	715528	6840723

SAMBAQUI	Emerso	Canto da Lagoa IV	Laguna	716115	6841040
SAMBAQUI	Emerso	Caputera I	Laguna		
SAMBAQUI	Emerso	Caputera II	Laguna		
SAMBAQUI	Emerso	Carniça I	Laguna	713944	6841000
SAMBAQUI	Emerso	Carniça II	Laguna	714577	6840912
SAMBAQUI	Emerso	Carniça III	Laguna	714519	6840380
SAMBAQUI	Emerso	Carniça IV	Laguna	714426	6840502
SAMBAQUI	Emerso	Carniça IX	Laguna	714719	6840831
SAMBAQUI	Emerso	Carniça V	Laguna	714300	6840731
SAMBAQUI	Emerso	Carniça VI	Laguna	715023	6840931
SAMBAQUI	Emerso	Carniça VII	Laguna	714885	6840527
SAMBAQUI	Emerso	Carniça X	Laguna	713310	6842770
SAMBAQUI	Emerso	Costão do Ilhote de S. Marta	Laguna	711469	6833166
SAMBAQUI	Emerso	Estreito	Laguna	719620	6859328
SAMBAQUI	Emerso	Estreito II	Laguna	719056	6858534
SAMBAQUI	Emerso	Estreito III	Laguna	719229	6858428
SAMBAQUI	Emerso	Galheta I	Laguna	716427	6838183
SAMBAQUI	Emerso	Galheta II	Laguna	716342	6838152
SAMBAQUI	Emerso	Galheta III ou do Padre	Laguna	715591	6839212
SAMBAQUI	Emerso	Ilhote de Ipoã II	Laguna	718410	6841757
SAMBAQUI	Emerso	Ilhote de Ipoã III	Laguna	717457	6841141
SAMBAQUI	Emerso	Lagoa dos Bixos	Laguna	716237	6840176
SAMBAQUI	Emerso	Lagoa dos Bixos II	Laguna	716397	6840672
SAMBAQUI	Emerso	Lagoa dos Bixos III	Laguna	716534	6840786
SAMBAQUI	Emerso	Lagoa dos Bixos IV	Laguna	716441	6840300
SAMBAQUI	Emerso	Lagoa dos Bixos V	Laguna	716167	6840048

SAMBAQUI	Emerso	Morro do Peralta	Laguna	717035	6846624
SAMBAQUI	Emerso	Madre	Laguna	711546	6842004
SAMBAQUI	Emerso	Magalhães	Laguna		
SAMBAQUI	Emerso	Passagem da Barra	Laguna	717707	6842325
SAMBAQUI	Emerso	Peixaria	Laguna	719334	6859518
SAMBAQUI	Emerso	Ponta da Laranjeira	Laguna	709320	6853725
SAMBAQUI	Emerso	Ponta do Perrechil I	Laguna	715554	6861051
SAMBAQUI	Emerso	Ponta do Perrechil II	Laguna		
SAMBAQUI	Emerso	Porteira	Laguna		
SAMBAQUI	Emerso	Ribeirão Pequeno	Laguna	706331	6842857
SAMBAQUI	Emerso	Roçado	Laguna		
SAMBAQUI	Emerso	Roseta (Ilhote de Ipoã)	Laguna	717919	6841311
SAMBAQUI	Emerso	Santa Marta I	Laguna	712151	6833970
SAMBAQUI	Emerso	Santa Marta II	Laguna	713230	6833590
SAMBAQUI	Emerso	Santa Marta III	Laguna	711542	6834937
SAMBAQUI	Emerso	Santa Marta IV	Laguna	711625	6834986
SAMBAQUI	Emerso	Santa Marta V	Laguna	711565	6835126
SAMBAQUI	Emerso	Bananal	Laguna	711044	6852155
SAMBAQUI	Emerso	Ponta do Morro I (?)	Jaguaruna	695266	6835957
SAMBAQUI	Emerso	Ponta do Morro II (?)	Jaguaruna	695208	6835886
CERÂMICO	Emerso	Morro Bonito 1	Jaguaruna	609077	6833937
CERÂMICO	Emerso	Olho D'água 1	Jaguaruna	675956	6813757
CERÂMICO	Emerso	Olho D'água 2	Jaguaruna	678615	6816241
CERÂMICO	Emerso	Olho D'água 3	Jaguaruna	680214	6817362
CERÂMICO	Emerso	Arroio Corrente 4	Jaguaruna	682626	6825302
CERÂMICO	Emerso	Olho D'água 4	Jaguaruna	682657	6823373

CERÂMICO	Emerso	Riachinho 2	Jaguaruna	683486	6829626
CERÂMICO	Emerso	Campo Bom 5	Jaguaruna	686029	6825335
CERÂMICO	Emerso	Campo Bom 4	Jaguaruna	688393	6824414
CERÂMICO	Emerso	Morro Bonito 4	Jaguaruna	688650	6834316
CERÂMICO	Emerso	Arroio Corrente 5	Jaguaruna	691901	6825308
CERÂMICO	Emerso	Encruzo	Jaguaruna	691910	6835037
CERÂMICO	Emerso	Jaguaruna 4	Jaguaruna	692520	6832583
CERÂMICO	Emerso	Arroio Corrente 3	Jaguaruna	692699	6826787
CERÂMICO	Emerso	Arroio Corrente 2	Jaguaruna	693326	6827328
CERÂMICO	Emerso	Riachinho 4	Jaguaruna	693422	6830444
CERÂMICO	Emerso	Arroio Corrente 6	Jaguaruna	693657	6825105
CERÂMICO	Emerso	Riachinho 3	Jaguaruna	693663	6830145
CERÂMICO	Emerso	Arroio Corrente 1	Jaguaruna	693854	6826920
CERÂMICO		Riachinho 5	Jaguaruna	694050	6828647
CERÂMICO	Emerso	Sibelco (Unimin)	Jaguaruna	695611	6832335
CERÂMICO	Emerso	Sibelco	Jaguaruna	695636	6832377
CERÂMICO	Emerso	Cerâmico Laranjal 7	Jaguaruna	695957	6828063
CERÂMICO	Emerso	Morro Bonito 8	Jaguaruna	696050	6832600
CERÂMICO	Emerso	Morro Bonito 3	Jaguaruna	696340	6833244
CERÂMICO	Emerso	Morro Bonito 2	Jaguaruna	697129	6833686
CERÂMICO	Emerso	Morro Bonito 10	Jaguaruna	697350	6833662
CERÂMICO	Emerso	Morro Bonito 7	Jaguaruna	697808	6834415
CERÂMICO	Emerso	Morro Bonito 9	Jaguaruna	697989	6832294
CERÂMICO	Emerso	Jabuticabeira 4	Jaguaruna	698064	6836589
CERÂMICO	Emerso	Morro Bonito 5	Jaguaruna	698456	6833956
CERÂMICO	Emerso	Morro Bonito 6	Jaguaruna	698595	6834588

CERÂMICO	**Emerso**	**Cerâmico Laranjal 4**	**Jaguaruna**	**699271**	**6829441**
CERÂMICO	**Emerso**	**Cerâmico Laranjal 5**	**Jaguaruna**	**699343**	**6829452**
CERÂMICO	**Emerso**	**Cerâmico Laranjal 6**	**Jaguaruna**	**699507**	**6829595**
CERÂMICO	**Emerso**	**Riacho dos Franciscos 1**	**Jaguaruna**	**700003**	**6833329**
CERÂMICO	**Emerso**	**Riacho dos Franciscos 3**	**Jaguaruna**	**700504**	**6832738**
CERÂMICO	**Emerso**	**Riacho dos Franciscos 2**	**Jaguaruna**	**700811**	**6833030**
CERÂMICO	**Emerso**	**Cerâmico Laranjal 3**	**Jaguaruna**	**700993**	**6832429**
CERÂMICO	**Emerso**	**Cerâmico Laranjal 1**	**Jaguaruna**	**701597**	**6832366**
CERÂMICO	**Emerso**	**Cerâmico Laranjal 2**	**Jaguaruna**	**702185**	**6832251**
CERÂMICO	**Emerso**	**SAMAE**	**Jaguaruna**	**702781**	**6832549**
CERÂMICO	**Emerso**	**Albardão do Morro Bonito**	**Jaguaruna**		
CERÂMICO	**Emerso**	**Costa da Lagoa I**	**Jaguaruna**		
CERÂMICO	**Emerso**	**Ilhota da Ponta do Morro I**	**Jaguaruna**		
CERÂMICO	**Emerso**	**Lagoa do Arroio Corrente**	**Jaguaruna**		
CERÂMICO	**Emerso**	**Torneiro**	**Jaguaruna**		
CERÂMICO	**Emerso**	**Olho D' Água 6**	**Jaguaruna**		
CERÂMICO	**Emerso**	**Olho D' Água 7**	**Jaguaruna**		
CERÂMICO	**Emerso**	**Olho D' Água 8**	**Jaguaruna**		
CERÂMICO	**Emerso**	**Olho D' Água 9**	**Jaguaruna**		
CERÂMICO	**Emerso**	**Olho D' Água 10**	**Jaguaruna**		
CERÂMICO	**Emerso**	**Camacho**	**Jaguaruna**		
CERÂMICO	**Emerso**	**Bentos II**	**Laguna**	**716275**	**6856430**
CERÂMICO	**Emerso**	**Km 308**	**Laguna**	**716307**	**6907855**
CERÂMICO	**Emerso**	**Bentos I**	**Laguna**	**716540**	**6856075**
CERÂMICO	**Emerso**	**LGN - 50**	**Laguna**	**714755**	**6852903**

Apêndice P - Roteiro de Entrevista

Questões de referência para as entrevistas com os moradores da região.

Pesquisador: Alexandro Demathé - 2014

1. Dados pessoais do informante:
    a. Nome;
    b. Idade;
    c. Tempo de moradia no local;
    d. Quanto tempo atua na profissão ou na atividade (pescador, carpinteiro, mergulhador);
    e. Quem ensinou o ofício;
    f. Por que o escolheu;

2. Características gerais do ambiente pesquisado:
    a. Acidentes geográficos;
    b. Dinâmica da costa;
    c. Pontos onde as redes trancam;
    d. Características de navegação (corredores, condições climáticas);

3. Informação sobre naufrágios:
    a. Histórias;
    b. Restos de naufrágios encontrados na praia;
    c. Mergulhos feitos em áreas de naufrágios;
    d. Pessoas que podem ter artefatos de naufrágios;
    e. Possíveis lugares de comercialização desse material;
    f. Material fotográfico;

4. Questionamentos:
    a. Considera que os pontos de naufrágios devem ser preservados?
    b. Oque você acha da comercialização destes destroços como sucata?
    c. Acredita ser importante trazer à tona a história dos naufrágios?
    d. Considera importante divulgar a história marinha da região, ressaltando tipos de pesca, de embarcações e outras informações relevantes sobre a relação do homem com o ambiente marinho e costeiro?